

**ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA**

**ENSINO PROFISSIONAL FEMININO EM CURITIBA:  
A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ (1942-1955)**

**CURITIBA**

**2005**

**ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA**

**ENSINO PROFISSIONAL FEMININO EM CURITIBA:**

**A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ (1942-1955)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.**

**Orientadora:**

**Profa. Dra. Liane Maria Bertucci-Martins**

**CURITIBA**

**2005**

Catálogo na publicação  
Sirlei R. Gdulla – CRB9/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

C575 Cintra, Erica Piovam de Ulhôa  
Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola  
Técnica de Comércio São José (1942-1955) / Erica Piovam  
de Ulhôa Cintra . – Curitiba, 2005.  
281f.  
Dissertação(Mestrado) – Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Ensino profissional – Curitiba – 1930 – 1940.  
2 . Mulheres – Ensino profissional – Curitiba. 3. Educação  
feminina – Curitiba – 1930-1940. 4. Ensino secundário –  
Curitiba – 1930-1955. 5. Escola Técnica de Comércio São  
José.  
CDD 374.013  
CDU 377(816.2)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## PARECER

Defesa de Dissertação de **ÉRICA PIOVAN DE ULHÔA CINTRA** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR<sup>a</sup> LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS, DR<sup>a</sup> ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO E DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“ENSINO PROFISSIONAL FEMININO EM CURITIBA: A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ (1942-1955)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR <sup>a</sup> LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS		APROVADA
DR <sup>a</sup> ARILDA INES MIRANDA RIBEIRO		APROVADA
DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA		APROVADA

Curitiba, 11 de abril de 2005



Profa. Dra. Cláudia Barcelos de Moura Abreu  
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor.  
Outras vezes encontro nuvens espessas.  
Avisto crianças que vão para a escola.  
Pardais que pulam pelo muro.  
Gatos que abrem e fecham os olhos,  
sonhando com pardais.  
Borboletas brancas, duas a duas,  
como refletidas no espelho do ar.  
Marimbondos que sempre me parecem  
personagens de Lope de Vega.  
Às vezes, um galo canta.  
Às vezes, um avião passa.  
Tudo está certo,  
no seu lugar,  
cumprindo o seu destino.  
E eu me sinto completamente feliz.

**CECÍLIA MEIRELES, *A arte de ser feliz***

## AGRADECIMENTOS

Boa parte de minha família se dedica ao trabalho no comércio e na prestação de serviços. Por isso, a área comercial não me é tão estranha e têm um significado peculiar à minha experiência particular e familiar. Interessante como, neste estudo, pude integrar os ‘dois lados da moeda’, o de minha experiência acadêmica e profissional no magistério, e o pessoal: educação e comércio, normas e negociação. É assim que compreendo minha aproximação com o estudo da escola técnica de comércio. Se eu convenço os meus amigos a respeito é outra questão. Mas, cá comigo, tem coisas nessa vida que a gente não entende por que faz, mas sabe-se (ou sente-se?) que tem de ser (bem) feito. E como toda obra, muitas das vezes, não pode ser feita sozinha, aqui tomo a liberdade de lembrar aqueles que contribuíram a sua medida para que este estudo fosse realizado.

Agradecimento especial à professora LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS pela gratificante trajetória da orientação, sempre presente e rigorosa – o que me permitiu *alçar vôos* seguros. Com LIANE tive ainda convivência muito amiga, incentivadora e encorajadora. Ter sido sua primeira orientanda no mestrado foi-me também muito especial, bem como ter sido parte de sua história de vida, *tomando-lhe* o tempo para a leitura e orientação de meus pensamentos e escritos. Agradeço-a imensamente por ter me aceitado por ocasião da seleção, compreendido minhas dificuldades e instigado-me nesta caminhada em direção ao objetivo desta ação. Passou rápido. Estendo os agradecimentos aos professores ARILDA INÊS MIRANDA RIBEIRO - UNESP e CARLOS EDUARDO VIEIRA – UFPR, pelas importantes contribuições por ocasião de momentos gratificantes de minha trajetória no mestrado: a qualificação e a defesa pública. Ainda ao professor CARLOS EDUARDO, pelos seminários e disciplinas realizados, procurei aproveitá-los bastante. Agradeço também, aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) que entre disciplinas, corredores e confraternizações motivaram-me ainda mais nos estudos e nas pesquisas. Aos colegas de caminhada, pela trajetória em comum iniciada em 2003, DESIRE DOMINSHECK LIMA, ELAINE FALCADE MASCHIO, AURÉLIO BONA JÚNIOR, ANDRÉA BEZERRA CORDEIRO, WILSON LEMOS JÚNIOR, TALITA BANCK DALCIN, JOSÉ RENOIR e aos que foram se somando no decorrer das disciplinas. À REGINA MARIA SCHIMMELPFENG DE SOUZA, pela amizade nascida de uma admiração (mútua) e saudosista dos tempos de colégio católico - que se registre em diferentes tempos e distintos colégios, porém de aproximações inequívocas -, em especial, pelas trocas virtuais e presenciais

cedendo-me informações valiosas de sua investigação, ‘em nome da pesquisa historiográfica’.

Aos que, de certa forma, iniciaram-me nesta jornada histórica. Foram poucos. Ao MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA, referência inicial no campo da história da educação, pelos questionamentos metodológicos que me permitiram pensar o anteprojeto desta investigação. Ao MARCOS GONÇALVES, pela companhia interessante nas viagens por esta cidade e pelas saudosas conversas nos cafés, pela disponibilidade em ouvir-me, ler meus primeiros e ainda bagunçados rascunhos e escritos, também por sugerir referências e apresentar-me ao campo da história. Foi por seu intermédio que conheci ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, a quem muito agradeço pela generosidade por partilhar suas próprias intenções investigativas, retirar-me das minhas dúvidas existenciais no campo e lançar-me às questões do campo. A primeira citação de fonte feita aqui (introdução), foi objeto de apreciação de nosso primeiro encontro.

À pessoa que tornou possível a realização deste estudo confiando-me os arquivos escolares desde a preparação do anteprojeto até à investigação propriamente dita: Ir. IRACEMA MARIA FORESTI, do Colégio São José. Desde o primeiro encontro em março de 2002 e durante os três anos de pesquisa, recebeu-me com entusiasmo e disponibilidade quase incondicionais. Satisfação em revê-la, Ir. Iracema! Nos anos de 1987 a 1991 fui aluna do colégio, ‘no ginásio’, sob sua direção. Também estendo os agradecimentos aos funcionários do colégio, ADRIANA (ex-secretária), MARIZA, MARLIZE, e ADRIANO, por tornarem o trabalho menos solitário, e por terem sido sempre solidários com a ‘moça dos arquivos’. Estendo os agradecimentos à ‘VICTÓRIA’, aluna da primeira turma do curso técnico da Escola Técnica de Comércio São José, que muito contribuiu com seu depoimento do tempo vivido.

Aos que permitiram minha incursão em outros acervos. Ao professor ROSALA GARZUZE, pelas boas voltas ao passado nas conversas das tardes dominicais, e pelo acesso a boa parte de documentos que compôs o presente estudo. À RHADAYL VELOZO pela sugestão de livros e revistas de época e pela própria presença que tornaram a consulta mais agradável com a partilha de sua memória sobre acontecimentos, palavras e pessoas do tempo passado. À ATAMIS e à SUMAKÊ pelas incansáveis recepções e pelo fôlego animado na partilha de outras memórias e pela recente e festiva inclusão na convivência familiar. Ao DR. IVAN, pelo estímulo intermunicipal recebido durante todo o período de estudo, pelo apoio adrede à montagem melhorada de nosso ‘canto de estudo’ na *city*.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que a presente investigação chegasse a termo. Em especial, àquelas que mediaram meu contato com bibliografia e fontes da Casa de Memória de Curitiba, da Divisão Paranaense da Biblioteca

Pública do Paraná, da Biblioteca do Setor de Humanas da UFPR, e do próprio acervo escolar. Também, aos muitos professores do SETOR DE EDUCAÇÃO da universidade, professores e colegas durante boa parte da investigação, aos companheiros de sala, alunos, e funcionários da Casa que servi como professora substituta nestes dois anos coincidentes com a investigação (2002-2004). Foi-me uma experiência ímpar e muito satisfatória estudar e lecionar em grande parte do mestrado. Desta vivência lembro ainda as funcionárias do PPGE que sempre me atenderam com solicitude e presteza: DARCI TERESINHA PREUSS TISSI e FRANCISCA DE JESUS GUIMARÃES.

Agradecimento especial àqueles que demoraram a aparecer e aos quais sou muito grata especialmente pelo permanente estímulo aos estudos e por algumas *virtudes* aprendidas – e outras em constante aprendizagem. Aos meus primeiros mestres, meus amados pais ANTONIO e GLÓRIA, meus queridos e valorosos irmãos ERIC RENÉ e KAREN, e também à CAROLINA (*in memoriam*) cuja breve presença modificou nossas vidas. Muito obrigada pelos vários incentivos que garantiram minha chegada até aqui. Pelos longos e construtivos diálogos (quanta paciência a de vocês!), pelas inesquecíveis ‘reuniões familiares’ (a democracia em prática), pela lide nos trabalhos comunitários (outra dimensão dos ensinamentos); pelas tristezas, pelas alegrias, pelas angústias, pelas comemorações, por tudo partilhado e por vocês existirem. Hoje, dedico-lhes o fruto de meu trabalho e de muito estudo cujo investimento foi-me confiado durante toda a minha formação. Ao meu marido e companheiro ANAEL, que iniciamos caminhada comum pouco antes da investigação, também todo o meu amor. Alegro-me contigo pelo gosto aos estudos e sou-lhe grata pela compreensão do momento vivido e pelo constante apoio durante toda a caminhada. Ainda a você que vivenciou comigo mais do que podia este estudo, o meu sincero reconhecimento. Salve sua paixão pelas novas tecnologias! Amo todos vocês! Muito obrigada aos amigos JOÃO e JOVÂNIA; STEPHANIE e GERMANO; MARLENE, KIDO e ENZO; JEAN PAUL e SIMON, pelo convívio estimulante e muito presente que tornaram a caminhada mais alegre e encorajadora.

Vejam, só! O que teria feito sem a presença de todos vocês que informaram, questionaram, mediararam e acompanharam algum passo, ou mesmo passo a passo, esta trajetória para que enfim chegasse a seu termo. Mesmo os que participaram a distância ou *ocultamente* também contribuíram à sua forma. Com isto, entendo que a presente investigação é uma construção não individual, mas coletiva. E a contribuição de todos vocês não ficará ‘no passado’, ganha corpo aqui e coopera para que compreendamos, e também possamos dar a compreender, um pouco de nossa própria história.

Erica



Para meus pais e irmãos  
ANTONIO e GLÓRIA, ERIC RENÉ, KAREN e  
CAROLINA (*in memoriam*)

Para meu marido e companheiro  
ANAEL

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>.ix</b>
<b>INTRODUÇÃO. ....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ E A EDUCAÇÃO EM CURITIBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. ....</b>	<b>10</b>
1.1 CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS E COLÉGIOS CATÓLICOS: AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ NO PARANÁ. ....	12
1.2 O ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL EM CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.....	42
<b>CAPÍTULO II - A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ E SUA PROPOSTA DE ENSINO PROFISSIONAL.....</b>	<b>68</b>
2.1 PENSANDO O FUTURO, MATERIALIZANDO O SONHO. O INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. ....	69
2.2 MUDANÇA DE PLANOS. TROCANDO A IDENTIDADE, MAS NÃO O PERCURSO: A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ.....	127
<b>CAPÍTULO III - MOMENTOS SINGULARES DAS PARTICIPANTES DESTE CENÁRIO EDUCACIONAL. ....</b>	<b>169</b>
3.1. <i>PAX E O SÃO JOSÉ</i> : A RELIGIOSIDADE E O FUTURO DA NAÇÃO IMPRESSOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS ESCOLARES. ....	170
3.2 DEPOIS DA FORMATURA: AS POSSIBILIDADES DE TRABALHO PARA AS COMERCIÁRIAS, CONTADORAS E CONTABILISTAS. ....	195
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>226</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>232</b>
<b>BIBLIOGRAFIA. ....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXOS. ....</b>	<b>254</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESCOLAS PARTICULARES EM CURITIBA: 1880-1901.....	34
TABELA 2 – ESCOLAS PARTICULARES DE CURITIBA E MATRÍCULAS: 1921. ....	38
TABELA 3 – ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICAS: MATRÍCULAS EM CURITIBA E NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ, 1921..	39
TABELA 4 – FREQUÊNCIA ESCOLAR: CURITIBA E INTERIOR DO PARANÁ,1921	40
TABELA 5 – O ENSINO SEGUNDO SUAS CATEGORIAS: PARANÁ, 1933.. ....	42
TABELA 6 – UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO: BRASIL (1932-1947).....	51
TABELA 7 – ACESSO AOS CURSOS DO ENSINO COMERCIAL: PARANÁ, 1942. ....	77
TABELA 8 - DO CURSO PROPEDÊUTICO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO....	148
TABELA 9 – DO CURSO DE CONTADOR AO CURSO DE CONTABILIDADE. ....	163
TABELA 10 – MATRÍCULA GERAL NOS CURSOS COMERCIAIS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ: 1943-1955.....	199
TABELA 11 – CONCLUINTES DOS CURSOS COMERCIAIS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ: 1945-1957 .....	202
TABELA 12 – CLASSES DE SALÁRIOS PARA OS EMPREGADOS NO COMÉRCIO: BRASIL, 1948.....	208
TABELA 13 – CONTADORAS E CONTABILISTAS PELA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRC-PR (1945-1957). ....	211

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIG. CAPA – Do caminho da praça Rui Barbosa vê-se uma das faces do prédio escolar do Colégio São José (esq.). Ao lado, sede antiga do Asilo São Luis (dir., 1969?)  
Fonte: Arquivo Colégio São José (C.S.J.), Curitiba.
- FIGURA 1 – Alunos acenam à frente de uma das faces do Externato São José, rua Emiliano Pernetta, anterior a 1942. Foto: Photo Weiss, C.B., Curitiba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. ....71
- FIGURA 2 – O prédio escolar entre as ruas Emiliano Pernetta (esq.) e 24 de Maio (dir.), no centro da cidade, anterior a 1942. Foto: Brasil, Curitiba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba..... 73
- FIGURA 3 – Um guarda (esq.) e uma senhora (dir.) observam o novo prédio escolar, entre as esquinas das ruas centrais da cidade. À extrema direita, parte da edificação anterior. Curitiba, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.....83
- FIGURA 4 – Se o emaranhado da fiação da iluminação pública, da telefonia, e mesmo do bonde elétrico, confunde a imagem das pessoas que passam ligeiras ao redor do novo prédio escolar, ele não escapa ao testemunho dos ‘novos tempos’ na cidade: a energia elétrica é cara a industrialização e a modernização da urbe. Curitiba, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba .....85
- FIGURA 5 – Aspecto do gabinete de Física e Química do Instituto Comercial São José, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. .... 89
- FIGURA 6 – Museu de Merceologia do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curitiba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.....91
- FIGURA 7 – Acervo do Museu de Merceologia, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba .. 92
- FIGURA 8 – Quadros-murais à semelhança do pretendido com o antigo acervo de História Natural relegado dos anexos dos primeiros relatórios da escola: uma aproximação possível com o lembrado em trabalhos de alunas do final de 1960. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba ..... 94
- FIGURA 9 – Aspecto do Laboratório de Química do Instituto Comercial São José, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. .... 95
- FIGURA 10 – Sala de aula do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curitiba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba..... 98

FIGURA 11– Aspecto da Sala de Geografia, 1942. Foto: Kabza Curityba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	.99
FIGURA 12 – Acervo da Biblioteca do Instituto Comercial São José, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	100
FIGURA 13 – Sala de estudos adrede à Biblioteca do Instituto, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	103
FIGURA 14 - Salão de Festas do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	104
FIGURA 15 – Ênfase à Datilografia no hall de entrada do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	107
FIGURA 16 – A nova capela do colégio, 1942. Foto: Kabza Curityba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	110
FIGURA 17 - Pátio interno do colégio, ao fundo imagem de São José, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	111
FIGURA 18 - Portaria ministerial n.451, de 10 de outubro de 1944: concessão de inspeção preliminar aos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	127
FIGURA 19 – Certificado de vacinação do Centro de Saúde de Curitiba, em 1953. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	139
FIGURA 20 – Exposição de medalhas das ‘cruzadinhas’ e de honra ao mérito. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	144
FIGURA 21 – Certificado de aprovação em exames de admissão da Escola de Comércio São José, de Santos – SP, em 1943. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	145
FIGURA 22 – Quadro de formatura da segunda turma de Contadoras da Escola Técnica de Comércio São José e seus professores, 1944-1946. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	157
FIGURA 23 - Diploma de Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio São José, 1956. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	166
FIGURA 24 - Aspecto da 1ª página dos jornais escolares <i>PAX</i> , 1942 e <i>O SÃO JOSÉ</i> , 1952. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	170
FIGURA 25 - Dois momentos do Colégio São José: da rua Alferes Poli (1902) a Praça Rui Barbosa (1952). Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba . . . . .	177
FIGURA 26 - Lembrança do ano escolar de 1961. Foto: Athenas, Curitiba. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. . . . .	191

FIGURA 27 - Aspecto das alunas no pátio do Colégio, 1960. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. ....	192
FIGURA 28 - As “ <i>alunas do 1º ano Técnico em Contabilidade [da Escola Técnica de Comércio São José] em aula prática de Mecanografia</i> ”. Turma de 1946. Pausam as atividades e posam para a fotografia à frente das suas máquinas de datilografia. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba .....	195
FIGURA 29 -“ <i>Sala do Escritório Modelo.</i> ” Contabilistas [1958?] Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba. ....	223

## RESUMO

A presente investigação em história da educação percorre parte da trajetória da ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ em Curitiba desde a sua fundação, em 1942, até o ano de 1955, momento de constituição de outras duas modalidades de ensino profissional em nível secundário (enfermagem e normal), no mesmo local de ensino. Constituem-se em temas centrais desta investigação: a compreensão de motivos que colaboraram para que jovens mulheres não seguissem o caminho ‘natural’ do magistério e habilitassem-se na área comercial como contadoras e contabilistas (Técnico em Contabilidade) em um período em que o ponto alto para a formação da jovem mulher em Curitiba era em escola normal; bem como, o entendimento da proposta institucional da formação profissional deste público em estabelecimento católico de ensino. O estudo considerou as seguintes fontes, privilegiando as arquivadas na própria escola: documentos da congregação, aporte legal (leis e decretos), dados estatísticos (oficiais e de estudos), relatórios de agentes públicos (secretário de educação, inspetores federais), documentos escolares (tais como livros atas, diários de classe), livros de verificação, fotografias escolares, e ainda outros, como memória, depoimento e jornais. Neste intento, procurou-se reconhecer também elementos da educação que permitissem identificar elaborações sobre o papel da jovem mulher dos anos de 1940 e 1950, em Curitiba - Paraná.

**Palavras-Chaves:** educação feminina, ensino profissional, educação católica, educação-século XX, história-século XX, Curitiba – Paraná

## ABSTRACT

This history of education research focuses ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ trajectory in Curitiba since its establishment, in 1942, until 1955, the very moment of other teaching modalities constitution in high professional schools (nursery and normal), in the same place. Central to this investigation are: understanding motives that collaborated make young women do not follow the ‘natural’ teaching career, in a way they were habilitated to work as accountant (Accountancy Technician) in a period which main Curitiba’s institution for young women graduation was in normal school; we also intend to understand the institutional proposal for professional formation of such public in catholic teaching institution. This research, analyzed sources mainly from the school archives as the following: congregation documents, legal documents (laws and decrees), statistical data (official or research one), public agents reports (secretary of education, federal inspector), school documents (such as proceedings, class books), Federal Inspector Books, school photographs, and others as memory, reports and newspaper. Throughout, this research also intended to recognize education elements that work in order to identify view constructions about young women from the 40s and 50s in Curitiba – Paraná.

**Key words:** women education; professional school; catholic education; 20th century education; 20th century history, Curitiba - Paraná

## INTRODUÇÃO

Estudar a educação feminina é aprofundar-se numa descoberta de estratégias, caminhos, moldes morais, cívicos e religiosos, acerca do papel pretendido à mulher na sociedade em um dado período. Até onde ir, em que trabalhar, e mesmo o que pensar e fazer são componentes caros às estratégias dos projetos de diferentes grupos para a educação da mulher, em diversos períodos da história.<sup>1</sup>

O estudo de uma instituição escolar exclusivamente feminina em Curitiba, a cargo da ordem católica das Irmãs de São José, e sua relação com a constituição e a trajetória de outras instituições educacionais femininas (não somente católicas), contribuem para compreender, ainda que em parte, a educação pretendida e ofertada às jovens mulheres na década de 1940 e parte de 1950, na capital paranaense. A presente investigação tem como base o uso das fontes arquivadas na própria escola<sup>2</sup>, além do aporte legal dos ensinos secundário e comercial, dados estatísticos sobre educação e trabalho (oficiais e de estudos), relatórios de agentes públicos (secretário de educação, inspetores federais), e ainda outros, como memória e depoimento.

À diversidade das fontes, a comunhão com os autores da chamada nova história<sup>3</sup> que afirmam a importância da variedade e da graduação do uso das fontes para os estudos históricos. O trabalho com tais fontes documentais asseverou um cuidado com o documento, especialmente com os documentos/monumentos de que fala Jacques Le Goff, porque: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.” E ele vai afirmar

---

<sup>1</sup> Muitos são os estudos que têm como tema a mulher. Entre vários, publicados no Brasil, confira: ALGRANTI, Leila Mesan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993; PERROT, Michelle. Mulheres. In: *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação da mulher no Brasil-Colônia*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997; BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>2</sup> Documentos escolares como relatórios de verificação da inspetoria federal, regimento interno, livros de matrícula, livros de chamada ou diários de classe, livros-ata (reuniões, colação de grau), pastas com documentação das alunas, dentre outros, incluso fotografias e jornais escolares.

<sup>3</sup> Confira, entre outros, o clássico: LE GOFF, Jacques. (Org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.



ainda: ‘No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. (...) é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.’<sup>4</sup>

É nesta desestruturação da construção dos documentos - monumentos da escola e retratos da memória institucional -, bem como, na análise das condições de produção destes, que a presente investigação percorreu parte da trajetória da ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ em Curitiba, desde a sua fundação no ano de 1942 até o ano de 1955, momento de constituição de outras duas modalidades de ensino profissional em nível secundário (enfermagem e normal), no mesmo local de ensino. Constituíram-se em objetivos desta investigação: a compreensão de motivos que colaboraram para que jovens mulheres não seguissem o caminho ‘natural’ do magistério – uma vez que “cursar o magistério fazia parte das representações femininas e dos ideais da época”<sup>5</sup> –, e habilitassem-se na área comercial como contadoras e contabilistas<sup>6</sup>, bem como o entendimento da proposta institucional da formação profissional do público feminino em estabelecimento católico de ensino.<sup>7</sup> Neste intento, procurou-se reconhecer também elementos da educação que permitissem identificar

---

<sup>4</sup> “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 535-549; p.545 – citação da nota; p.547-548 – citações do texto)

<sup>5</sup> FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, p.129.

<sup>6</sup> A legislação federal brasileira entende por contabilista o profissional da contabilidade habilitado como contador (Decreto-lei n. 9.295 - 27 maio 1946, Artigo 2º) ou técnico em contabilidade (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 560 - 28 out. 1983). Neste estudo, utiliza-se o termo contabilista para designar, especialmente, a profissional portadora do diploma de técnico em contabilidade. (BRASIL. *Decreto-lei n. 9.295 - 27 maio 1946*. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 28 maio 1946; BRASIL. *Resolução Conselho Federal de Contabilidade n. 560 - 28 out. 1983*. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946.)

<sup>7</sup> Ao ser definido um problema – por que jovens mulheres escolheram realizar seus estudos na área comercial nas décadas de 1940 e 1950? -, como eixo do presente estudo, objetivou-se a aproximação da tradição historiográfica da Escola dos *Annales*. Ao privilegiar a tentativa de entendimento do processo educacional feminino realizado pela Escola Técnica de Comércio São José como um processo sociocultural, o estudo remeteu-se especialmente aos trabalhos de Michelle Perrot e Roger Chartier, e também à história social escrita por Edward P. Thompson.

elaboraões sobre o papel da jovem mulher dos anos de 1940 e 1950, em Curitiba, Paraná.

Esta intenção de pesquisa foi animada em 2002 com um excerto dos estudos de Pedro Fedalto; depois, arcebispo da arquidiocese de Curitiba (1970-2004):

O Colégio São José de Curitiba foi fundado em [19 de março de] 1902, iniciando sua missão em modesta casa de madeira adquirida por D. José de Camargo Barros [1º Bispo da Diocese de Curitiba que data de 27 de abril de 1892]. Com o desenvolvimento da Cidade e elevado número de alunas, fêz-se mister construir um prédio maior, que é o atual estabelecimento edificado de acôrdo com a pedagogia moderna. Nele funcionam os cursos: **primário com 270 alunas, o ginásial iniciado em 1949, com 226 alunas, o comercial, começado em 1943, com 47 alunas, o normal desde 1955, com 39 alunas.** Funciona também um pensionato, **com 83 pensionistas. (...) Trabalham neste Colégio 15 irmãs.**<sup>8</sup>

Num primeiro momento, a atenção voltou-se para a demanda atendida pelos diferentes cursos, afinal um bom número de cursantes para àquela época. Dirigindo mais uma vez o olhar, a existência de uma instituição de ensino destoante do núcleo formativo feminino até então: o comércio. Somente no decorrer da investigação foi possível verificar que os significativos números da demanda escolar se referiam não ao momento de fundação de cada curso – no caso, o da escola comercial, em 1943 -, mas ao período em que foi elaborado tal documento que, sem data, calcula-se pelos escritos e pelo investigado nos acervos escolares: o ano de 1958. Ao suprimir apriorismos, deu-se início ao entendimento do uso das fontes, da operação historiográfica e dos caminhos da própria investigação.

As Irmãs de São José, responsáveis pela fundação e direção da Escola Técnica de Comércio São José (1942-1988), parte do complexo educativo do Colégio São José de Curitiba, são originárias de Moûtiers, capital de Tarentaise - França.<sup>9</sup> Estabeleceram-se na capital paranaense em 1896, a pedido de D. José de Camargo Barros, o primeiro bispo do Paraná, com a finalidade de atender os hospitais da província. Começaram pela Santa Casa de

---

<sup>8</sup> FEDALTO, Pedro. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, s.d. [1958?], p.250. *grifos no original*

<sup>9</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. *Irmãs de São José de Chambéry: 1650-1985*. Roma, 1985. p. 26-31.

Misericórdia de Curitiba (1896), depois o Hospital da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1898-1909), o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz (1903), o Hospital Militar de Curitiba e também instituições de outras localidades como a Santa Casa de Paranaguá (1897).<sup>10</sup> Concomitante a este atendimento, as Irmãs entraram no campo educacional desdobrando-se na criação, em Curitiba, do Colégio São José, em 1902, e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em 1907.

Desde a fundação do Externato São José (curso primário), em 1902, as Irmãs dedicaram-se ao atendimento do público exclusivamente feminino oferecendo inicialmente “o ensino primário, o estudo da música, da bordagem e da pintura.”<sup>11</sup> Depois surgiram, no período estudado, o curso ginásial(1949) e os cursos profissionais em nível secundário: o comercial(1943), o de enfermagem(1953) e o normal(1955). Na década de 1940, contando apenas com o curso primário e o jardim de infância, o Colégio São José oferece, a nível secundário, uma modalidade educacional pouco convencional para a formação secundária feminina à época, o ensino técnico comercial. É a constituição da modalidade deste ensino que interessa à presente investigação historiográfica.

A Escola Técnica de Comércio São José foi instalada oficialmente em 1944, mas partiu de um projeto anterior que, sob a Reforma Francisco Campos de 1931 e as demais regulações legais<sup>12</sup>, organizou e deu origem ao Instituto Comercial São José, em 11 de novembro de 1942. O conjunto de Decretos-Lei e Portarias da União<sup>13</sup>, expedidas nas décadas de 1930 e 1940, definiu o sistema de ensino comercial do Instituto. Mas novas alterações ocorreriam em breve. A Lei Orgânica do Ensino Comercial, decretada após o encerramento

---

<sup>10</sup> FEDALTO, Pedro. op. cit., p. 248-254.

<sup>11</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ Curitiba, nov. 1942.2f.

<sup>12</sup> Importante observar a respeito que ao adotar, no texto, as expressões ‘reforma Campos’ e ‘reforma Capanema’ ou ainda ‘Campos’ ou ‘Capanema’, faz-se em referência a legislação aprovada e implementada durante as gestões dos dois políticos no Ministério da Educação e Saúde e não apenas às idéias pessoais dos ministros sobre os temas em questão. Opiniões pessoais e textos de autoria de Francisco Campos e Gustavo Capanema, quando citados, estão devidamente referenciados.

<sup>13</sup> Decreto-Lei n. 20.158 de 30 jan. 1931 e Portaria n. 169 de 29 maio 1939, sobre o regime escolar; Decreto-Lei n. 2.028 de 22 fev. 1940 e Portaria n. 8 de 16 jan 1941, sobre os direitos e deveres dos professores; Decreto-Lei n. 4.655 de 3 set. 1942, sobre o selo federal, e outros.

do primeiro ano letivo do Instituto Comercial (1943), obrigou à reestruturação da escola para seu efetivo funcionamento o que impeliu inclusive a mudança na denominação: de Instituto Comercial para Escola Técnica de Comércio.

O impacto desta nova legislação federal do ensino comercial sobre a organização desta instituição particular de ensino, que se encontrava em acordo com a legislação anterior, repercutiu notadamente na reestruturação dos currículos dos cursos comerciais, bem como, no reordenamento das disciplinas escolares, do quadro docente e dos materiais escolares necessários para o atendimento das normativas. Interferências no próprio espaço escolar para o alojamento de salas e de laboratórios também se fizeram sentir - ao lado do aumento da demanda pelo ensino comercial ali ofertado. Tais aspectos concorreram, naquele momento, para uma mudança geral na organização do tempo e do espaço da escola.

O novo prédio escolar, de construção iniciada em fins de 1941 e concluída em princípio do ano seguinte, constituiu-se em um dos símbolos do curso profissional. No que se refere à edificação do prédio, a estrutura física procurou atender os princípios da *pedagogia moderna*<sup>14</sup> com a valorização dos lugares amplos, arejados, iluminados, o mais adequado para o atendimento de sua finalidade educacional. Assim, salas de aula, biblioteca, laboratórios, bem como seus respectivos mobiliários, foram meticulosamente planejados para que fossem funcionais e constituíssem um ambiente propício à educação, inclusive protegendo seus partícipes das distrações provocadas pelo ‘mundo exterior’.

Situado na região central da cidade de Curitiba, o edifício escolar da Escola Técnica de Comércio São José foi planejado e construído, inicial e especialmente, para acomodar suas

---

<sup>14</sup> Moderno, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, é uma denominação associada às vertiginosas mudanças trazidas pela concentração humana nas grandes cidades, pelo uso de maquinários e pelas transformações sócio-políticas e econômicas do período e que alteraram, de maneira profunda, o viver e o agir do homem. Veja, por exemplo: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, v. 1; e BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. No Brasil, a modernidade pedagógica estava associada às prescrições marcadas pelos preceitos da Escola Nova, mas também a de médicos-higienistas que pretendiam formar o brasileiro sadio e sábio que viria a construir uma grande nação para o século XX. A este respeito, veja: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

atividades educacionais, no ensino comercial. A ocupação do terreno fronteiro entre as principais vias da cidade: a rua Emiliano Pernetta (antiga Aquidaban), a rua 24 de Maio (antiga extensão da rua Visconde de Nácar), e entre uma das principais praças da capital paranaense, a praça Rui Barbosa, permite ainda hoje boa visibilidade e acesso privilegiados ao Colégio.<sup>15</sup>

De um lado, chama a atenção a constituição de um espaço próprio destinado à Escola. É o lugar da praça e também o lugar que dividiria os cenários de atuação das Irmãs de São José, em Curitiba: entre a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo São Luís<sup>16</sup> e o Colégio<sup>17</sup>; entre a saúde, a assistência social e a educação. Por outro lado, no período em que foram iniciadas as atividades com a Escola Técnica de Comércio São José, a ênfase dada à formação das mulheres curitibanas era em escola normal, especialmente a do Instituto de Educação do Paraná, situada na mesma rua da Escola Técnica de Comércio.<sup>18</sup>

Esta tendência para a formação das jovens mulheres em escola normal foi seguida pelos estabelecimentos católicos femininos localizados na capital paranaense. No ano de 1946, em período posterior à fundação da Escola Técnica de Comércio São José, foram criadas as primeiras escolas para formação de normalistas nos colégios católicos femininos da cidade, sendo elas: do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Irmãs de São José) e do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus). Em 1949 era o

---

<sup>15</sup> A ocupação deste terreno pelo Externato São José, denominação inicial do Colégio, data do ano de 1906. A sede anterior situava-se na rua Alferes Poli.

<sup>16</sup> Funcionava ao lado do Colégio, com face para a praça Rui Barbosa, o Asilo São Luís. (Figura Capa) Sua fundação, sob os auspícios das Irmãs de São José, data de 1919 e surgiu na cidade devido ao grande número de órfãos em decorrência da gripe espanhola. No ano de 1956, 110 meninos encontravam-se internados na casa. As Irmãs de São José também contavam com o Orfanato São José, desde 1907, no bairro Cajuru. No ano de 1956, acolhia 70 meninas órfãs. (FEDALTO, Pedro. op. cit., p.249) Acerca do Asilo São Luís, no período de 1919 a 1938, consulte: TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança para menor*. Curitiba – início do século XX. Curitiba, 1998. 254f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, especialmente, p.159; 213-243.

<sup>17</sup> O Colégio ao qual se faz referência é a instituição de ensino como um todo e não somente em relação ao curso comercial, mas a todos os cursos ofertados (jardim de infância, primário, datilografia, comercial etc). Quando da referência ao Colégio é neste sentido que se procede.

<sup>18</sup> Nas décadas de 1940 e 1950, a Escola Normal consolidou-se como a principal escola de formação de professores de todo o estado do Paraná, veja: IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Colégio de Sion (Irmãs Nossa Senhora do Sion) que constituía sua escola normal.<sup>19</sup> O próprio Colégio São José constituiu a Escola Normal Maria Imaculada no ano de 1955, fundação ainda posterior a Escola de Enfermagem Madre Leonie, no mesmo local de ensino, em 1953.<sup>20</sup>

No conjunto dos estabelecimentos católicos femininos do período, outra possibilidade de formação feminina em nível secundário despontou com a criação da Escola de Educação Familiar (Sociedade das Filhas do Coração de Maria), em 1953. A formação de ‘educadoras familiares’ e da professora de ‘economia doméstica’ dão o entendimento da formação feminina da época voltada para a vida do lar e para a ‘extensão do lar’ (o magistério). Porém, cabe observar que esta escola colaborou para a alternativa profissional de professoras atuarem em disciplinas específicas do curso secundário e não somente como professoras primárias ou de séries iniciais, como as formadas pela escola normal.

Este conjunto de dados iniciais sobre a Escola Técnica de Comércio São José e os estabelecimentos católicos de ensino voltados à educação da mulher, além de esboçar um panorama a respeito das possibilidades de profissionalização da jovem mulher da época, sinaliza o destaque à Escola Técnica de Comércio, única, dentre as instituições de ensino católicas, a oferecer cursos técnicos comerciais à clientela exclusivamente feminina, nas décadas de 1940 e 1950, em Curitiba. Dentre os colégios católicos da cidade, somente em 1956, o Colégio Senhor Bom Jesus (masculino), ofertará o curso de contabilidade. E a constituição da Escola Técnica de Comércio São José ocorreu anteriormente à fundação do curso ginásial, fato que contraria a prática dos estabelecimentos católicos de ensino da época, na capital paranaense.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> FEDALTO, Pedro. op. cit., p.288-291.

<sup>20</sup> A respeito da Escola de Enfermagem Madre Leonie, confira: PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>21</sup> O curso ginásial do Colégio São José é fundado somente em 1949, tempo bem posterior à fundação dos cursos comerciais. Na década de 1940, as instituições católicas de ensino, tanto femininas quanto masculinas, vão

Neste entendimento, a presente investigação buscou compreender os motivos que colaboraram para que jovens mulheres realizassem o curso técnico comercial oferecido pela Escola Técnica de Comércio São José e não seguissem ‘naturalmente’ o caminho da escola normal uma vez que recentes estudos indicam que o magistério ou a escola normal representou, na década de 1940, especialmente em Curitiba, o ponto alto para a formação da jovem mulher.<sup>22</sup> Tal esforço fez-se no sentido de contribuir para os estudos acerca da educação feminina paranaense, bem como, pela peculiaridade do mesmo, para a história das mulheres. Afinal... “para que serve a história das mulheres? E a resposta (...) [é] simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, idéias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências (...) como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história.”<sup>23</sup>

No Capítulo I, AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ E A EDUCAÇÃO EM CURITIBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX, aborda-se: a vinda das congregações religiosas femininas européias ao Brasil, especialmente das Irmãs de São José ao Paraná com base em documentos da congregação, e em seguida, a situação do ensino secundário e profissional no cenário brasileiro, paranaense e curitibano com apoio em dados estatísticos dos anos de 1921, 1933 e da década de 1940 e, finalmente, a tematização da educação profissional possível à época, discutindo a bibliografia a respeito da formação feminina.

No Capítulo II, A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ E SUA

---

ampliar a oferta de seus cursos num *continuum*. Dito de outra maneira: depois do curso primário vão ofertar o ginásial e depois o secundário (ou o colegial ou ainda o científico). Nesta ordem, o fizeram quase todos os colégios católicos femininos: o da Divina Providência (1896, 1938, 1945), o Nossa Senhora de Lourdes (1907, 1933, 1946), o Sagrado Coração de Jesus (1904, 1938, 1943) e o Sion (1938, 1940,?). E assim o fizeram todos os colégios católicos masculinos: o Paranaense-Internato (1896, 1925,?), o Senhor Bom Jesus (1896, 1947, 1956) e o Instituto Santa Maria (1925, 1931, 1943). (FEDALTO, Pedro. op. cit., p.289-291.) O Colégio São José, por sua vez, opta pelo ensino profissional em 1942 e oferece, no ano seguinte, tanto o curso propedêutico do ensino comercial, quanto o curso técnico de contador, ambos no mesmo momento. Inicialmente, não há a formação de uma reserva de alunas para ‘o próximo curso’. E afirma-se aí a profissionalização feminina como opção primeira de formação em nível secundário.

<sup>22</sup> Cf.: FUCKNER, Cleusa Maria. op. cit.; IWAYA, Marilda. op.cit.

<sup>23</sup> DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.9.

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ao público feminino da capital paranaense, evidencia-se a instituição escolar em sua organização espacial e material para o desenvolvimento dos cursos comerciais destacando, em especial, a tensão das mudanças do cotidiano escolar face a alteração da legislação do ensino comercial nos primeiros anos de funcionamento da Escola. É o momento em que são mais trabalhadas: as fotografias escolares, o regimento interno da Escola, a procedência (regional e formativa) do corpo discente e do corpo docente dos cursos comerciais e a legislação educacional do ensino comercial. Neste, também se discorre sobre a relação trabalho e educação profissional da mulher em Curitiba.

E, no Capítulo III, destacam-se dois MOMENTOS SINGULARES DAS PARTICIPANTES DESTE CENÁRIO EDUCACIONAL. No primeiro momento, o diálogo com fontes escolares que permitissem vislumbrar o que as participantes deste processo educativo procuraram afirmar, registrar e divulgar sobre a instituição de ensino, o cotidiano escolar, a sociedade em que viveram e suas expectativas em relação ao futuro pessoal e coletivo, através dos jornais escolares. E, em outro, a procura de indícios que permitissem ir além da Escola Técnica de Comércio São José realizando outro diálogo com a cidade em desenvolvimento, procurando compreender o lugar possível das jovens mulheres após a formatura e no cenário para o qual foram preparadas: o de trabalho na cidade de Curitiba nas décadas de 1940 e 1950.

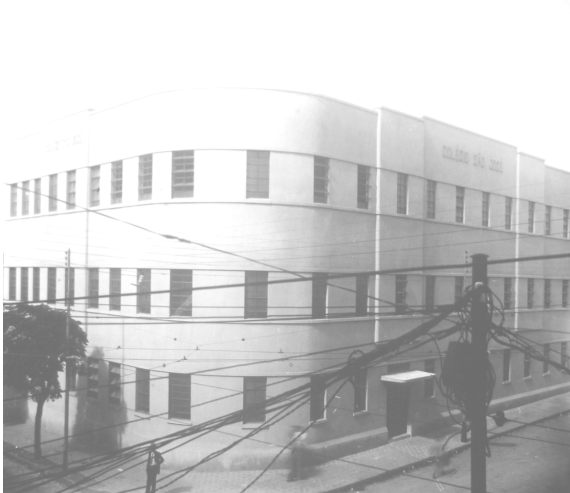


## **CAPÍTULO 1**

### **AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ E A EDUCAÇÃO EM CURITIBA NAS PRIMEIRAS**

### **DÉCADAS DO SÉCULO XX**

“A plantinha cria novas raízes além-mar”



### **Assim começa uma história...**

Cidade de Carcassonne, França, 1610, nasce João Pedro Médaille. É o início de uma longa história fundamentada na filosofia cristã, que hoje proporciona a milhares de jovens, por intermédio de vários Educandários, a capacidade de gerar ações transformadoras, visando um mundo melhor. João Pedro era sacerdote jesuíta, um missionário que em viagens pela França sensibilizou-se com os temíveis efeitos de quase um século de guerras civis e religiosas, que assolaram os povos daquela época. Eram órfãos, doentes abandonados, pessoas desunidas que precisavam de amparo espiritual. Durante a sua caminhada, também encontrou várias jovens e viúvas que gostariam de ser freiras, embora quisessem apreciar a vida religiosa fora dos conventos. Diante desta situação João Pedro fundou a Congregação das Irmãs de São José, que só foi oficializada em 1650.

Com o apoio do fundador, grupos de três a quatro Irmãs começaram a formar pequenas comunidades, onde viviam em segredo sobre suas verdadeiras identidades, pois ninguém podia saber que eram freiras. No entanto, elas falavam de Deus, uniam as pessoas e traziam mais vida a todos. E assim a Congregação, que levava o nome de “Pequeno Projeto”, começou a contagiar com sua alegria e dinamismo muitas outras jovens. Logo, tornou-se difícil para as Irmãs passarem desapercibidas pelo povo. Afinal de onde vinha força para tanta doação?

O trabalho realizado pelas Irmãs [sic] junto às comunidades era digno de reconhecimento. Seguindo as orientações do fundador, visitavam e atendiam todo tipo de doentes e feridos; encaminhavam órfãos para moradias; auxiliavam os mais pobres; visitavam os prisioneiros, libertando os que estavam detidos injustamente; recuperavam prostitutas e atuavam junto aos donos de cabarés e casas de jogos, procurando desviar as pessoas daquele tipo de escravidão. O grande objetivo desse trabalho era reconciliar as pessoas entre si e com Deus, promovendo a vida e a unidade.

Um pouco de História. *Jornal São José*. Curitiba, Colégio São José, dez. 2000, p.10 *grifos no original*

## **CAPÍTULO 1 - AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ E A EDUCAÇÃO EM CURITIBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

### **1.1 Congregações religiosas e colégios católicos: as Irmãs de São José no Paraná**

As recentes produções historiográficas em educação feminina, especialmente as que se referem à história da educação brasileira nos séculos XIX e XX, tais como os estudos de Ivan Manoel (Irmãs de São José de Chambéry - França), Maria de Lourdes Urban (Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld - Alemanha), Therezinha Tofoli (Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Itália), Gisele Chornobai (Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo - Holanda) entre outros, permitem inferir, pelo estudo que realizam, que parte da educação formal da mulher brasileira esteve a cargo das congregações religiosas européias que se instalaram em diferentes municípios e estados brasileiros.<sup>1</sup>

Estas e outras várias instituições de educação que conformam estes objetos de estudo na área da história da educação estão a cargo, por sua vez, de diferentes congregações religiosas que, invariavelmente, tem definidos os seus ideais na formação feminina ou na masculina em vista de sua maior ou menor ligação aos propósitos da Igreja Romana. E a chegada ao país das congregações religiosas européias, especialmente nos últimos dois séculos, constituiu-se em uma das principais estratégias que corroboraram para a romanização do catolicismo brasileiro neste período.

E qual a origem desta ação iniciada no interior da Igreja em Roma?

---

<sup>1</sup> Cf.: MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina* (1859-1919) – Uma face do conservadorismo. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996; URBAN, Maria de Lourdes. *O Colégio Rainha dos Apóstolos na Vila Monumento de São Paulo* (1944-2000). Campinas, 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas; TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia”* (1951-1978). Presidente Prudente, 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista; CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Igreja Católica, educação feminina, e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a Escola Normal de Sant’Ana* (1947-1960). Curitiba, 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Meados do século XVIII, França. O momento seria o dos eventos da Revolução Francesa (1789). Um movimento que não teve apenas um líder, mas uma revolução de massa que ocorreria no país mais populoso da Europa cujos ideais de *liberté, égalité e fraternité*, repercutiriam em todo o mundo. A reforma política francesa, fruto do processo revolucionário que sedimentou o poder da burguesia, foi pautado no ideal do liberalismo clássico cuja base é um estado republicano e leigo; tese também difundida pela maçonaria e expressa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), um manifesto contra os privilégios da nobreza.<sup>2</sup>

Nos meses que se sucedem à queda da Bastilha até 1791, mesmo com revoltas localizadas em curso, a burguesia vitoriosa toma então as providências para realizar a reforma na França. Esta reforma afetaria a Igreja. A Assembléia Constituinte, de cunho liberal, “dava pouca satisfação concreta ao povo comum, exceto a partir de 1790, com a secularização [tomada das terras da igreja] e venda dos terrenos da Igreja (bem como dos terrenos da nobreza emigrante) que tinha a tripla vantagem de enfraquecer o clericalismo, fortalecer o empresário rural provinciano e dar a muitos camponeses uma retribuição mensurável por suas atividades revolucionárias.”<sup>3</sup>

Em meio a este clima, teve origem o ultramontanismo francês. O clero sofre uma cisão entre os que aderem à ideologia liberal evocada pelos ideais da revolução e acabam jurando fidelidade ao Estado, inclusive participando dele, os chamados ‘galicanos’, e aqueles que não aderindo a este ideal vão recusá-lo e afirmar sua fidelidade à Igreja em Roma, os denominados ‘ultramontanos’.

Este termo, derivado de *ultramontes*<sup>4</sup>, cunhado pelos franceses e impingido a este segmento conservador da Igreja, acaba sendo ampliado para a referência aos católicos fiéis às

---

<sup>2</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.11-20.

<sup>3</sup> Id, p.31.

<sup>4</sup> Significa ‘além das montanhas’. Para os franceses, o poder papal localizado em Roma encontra-se além das montanhas dos Alpes.

diretrizes romanas em muitos países o que não seria muito adequado ao menos no caso do Brasil onde, segundo alguns autores, no período republicano co-existiram nada menos que cinco tipos de catolicismo<sup>5</sup> no mesmo território e alguns até mesmo divergentes entre si. Contudo, o ultramontanismo significou principalmente um projeto de ação, de afirmação da Igreja Romana e de disseminação de seus ideais conservadores católicos para todo o mundo católico, mesmo que isso significasse desconsiderar a realidade e os interesses (político, cultural, educacional) dos seus próprios países com a interferência dos ideais do catolicismo conservador. Na sua origem, os ultramontanos são os defensores e os agentes de um doutrinação que considera “a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada.”<sup>6</sup> A centralização do poder eclesiástico em Roma e a conseqüente fidelidade rigorosa às diretrizes da Santa Sé são os pontos balizadores deste posicionamento que vai nortear toda a ação envidada pela Igreja Católica no Brasil, nos séculos seguintes.

Assim será o doutrinação pautado no ideal ultramontano que irá inspirar a romanização ou a europeização do catolicismo brasileiro<sup>7</sup> - ou mesmo o ultramontanismo no Brasil. Em meados do século XIX, a ação dos bispos católicos será a principal aliada na disseminação deste pensamento no país. Ao lado dos bispos reformadores<sup>8</sup>, a Igreja organiza-se para sua ampliação territorial, material e espiritual no Brasil, atingindo seu ápice no início do período republicano. Alguns motivos colaboram para que este desenvolvimento se dê com mais intensidade na República nascente.

---

<sup>5</sup> O catolicismo ultramontano, o romanizado, o tradicionalista monárquico, o rústico e o liberal. A este respeito, veja: AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994, p.48-117.

<sup>6</sup> AZZI, Riolando. op. cit., p.7.

<sup>7</sup> Este projeto permanece no Brasil até a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II quando então são tomadas novas orientações de ação da igreja “*de renovação de pensamentos, de atividades, de costumes, e de força moral, de alegria e de esperança*”. (PAULO M. Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, 8 de dezembro de 1965 apud JOÃO PAULO II . In: *Catecismo da Igreja Católica*. Petrópolis: Vozes, 1993, p.8)

<sup>8</sup> Para compreender a ação romanizadora do bispo de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, veja: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. São Paulo, 1999. 263f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

De um lado, a queda do regime imperial abala o clero, e também os adeptos das tradições conservadoras, com a perda da posição política no revés dado pelo grupo liberal à frente da mudança do regime político no país - sendo Rui Barbosa um de seus principais expoentes. Concessões, participação junto ao poder decisório, a oficialização da religião católica - proclamada na Constituição de 1824 e desde este período bastante desligada das preocupações de Roma<sup>9</sup> -, são alguns dos pontos perdidos pela Igreja Católica na aprovação do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que separou a Igreja do Estado – o que contribuiu decisivamente para esquentar os ânimos dos clérigos contra o novo regime político brasileiro. De outro lado, a intensificação da Igreja Romana nas diretrizes católicas para as ‘manifestações da fé’<sup>10</sup> (peregrinações para a Europa, culto aos santos reconhecidos por Roma) colabora, ainda mais nas décadas seguintes, para a difusão e a afirmação da romanização do catolicismo brasileiro.

Paralelamente, o bispado, essencialmente contrariado com as medidas adotadas pelo novo regime, mobiliza-se em oposição à República na qual reconhece a restrição na disseminação dos ideais católicos e entende que, com as novas medidas, ocorre permissão para a veiculação de diferentes credos e pensamentos no país, como: o liberalismo da própria República, o positivismo de Comte, o socialismo, o protestantismo, o espiritismo... Era preciso agir logo; daí o apelo para a religiosidade dos católicos com o anúncio do suposto malefício da República: o ateísmo. O que a Igreja pretendia com isto era reconquistar, por outras vias, o espaço perdido com o distanciamento do Estado. Então, estremece o regime republicano ao contestar “a legitimidade do Estado leigo por ser expressão de um grupo minoritário que de forma alguma correspondia às aspirações do povo da nação brasileira.”<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> CURY, Carlos Roberto Jamyl. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p.13-14.

<sup>10</sup> “O movimento de romanização trazia como consequência a valorização dos centros de devoção europeus em detrimento dos brasileiros. (...) As peregrinações aos santuários europeus (...) eram consideradas expressões de um catolicismo culto e civilizado, [e] as romarias aos santuários populares brasileiros deviam ser evitados pelo seu cunho de rusticidade, anarquia e imoralidade.” (AZZI, Riolando. op. cit., p.99-100)

<sup>11</sup> AZZI, Riolando. op. cit., p.24.

Deste modo, com algumas contas a acertar com o Estado do qual planejava fazer ainda parte, o clero não só associa o caráter leigo do regime republicano com uma forma de ateísmo, como estende este entendimento às iniciativas deste regime, especialmente em relação ao ensino leigo<sup>12</sup>, ao casamento civil e ao laicismo dos cemitérios. Era preciso denunciar estas ações ilegítimas despojadas de valor ético, pois significariam grave ameaça à ordem social brasileira que só seria mantida com a religião católica como credo oficial. Mas isto não era bem o que proclamava o tal decreto com a liberdade de culto e de consciência - o que significava dizer a abertura de um bom espaço para outras participações religiosas.<sup>13</sup>

À vista disto, a Igreja Católica se reordena, e de maneira planejada com várias estratégias, a partir da ação romanizadora dos bispos reformadores e de seus clérigos pelo país. Suas ações compreendem, no âmbito religioso, o doutrinamento do clero (seminários, concílios) e dos fiéis (expansão paroquial, visitas pastorais, cultos e festejos). E vai além, pois urge a necessidade de ampliação também do seu campo de missão. E os projetos educacionais de colégios católicos, através da instalação de várias congregações religiosas no país, é que vão contribuir, neste período, para ampliar a ação romanizadora da Igreja Católica visando suplantar os ideais contestadores ao seu pensamento, incluindo, entre eles, o liberalismo republicano.<sup>14</sup> Ao educar a infância e a juventude, “o controle do sistema educacional [pela Igreja] lhe permitiria forjar os jovens nas suas concepções de homem, sociedade e natureza, bem como selecionar o que deveria ser ensinado, evitando-se a difusão de idéias contrárias ao

---

<sup>12</sup> “O fato de se prescindir nas escolas públicas do ensino católico, de forma alguma significava que houvesse na mente dos legisladores uma intenção declarada de promover o ateísmo entre a juventude. O ensino religioso, aliás, continuava a ser mantido livremente nas escolas confessionais das diferentes denominações religiosas. Convém ainda assinalar que a religião continua sendo prestigiada como instrumento de contenção das revoltas e como freio ao desejo de rebelião. (...) Aliás, a tese de que a falta de religião proveniente da laicização do Estado conduzia a República nascente à anarquia e ao caos é enfatizada de modo explícito nesse período.” (AZZI, Riolando. op. cit., p.29-30)

<sup>13</sup> AZZI, Riolando. op. cit., p.18-30.

<sup>14</sup> Salvo o Pe Júlio Maria que enfatizou aos representantes da Igreja no Brasil a aceitação do novo regime afirmando que seus propósitos estavam próximos aos ideais católicos e que a ‘fé cristã’ coadunava com ‘democracia’. Ele denunciava o isolamento da Igreja ante os problemas sociais, inclusive com o operariado. (AZZI, Riolando. op. cit., p.105-117). Acerca do pensamento dos militantes operários em São Paulo na virada dos séculos XIX e XX, veja: BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo – 1891-1925. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1999.

pensamento ultramontano.”<sup>15</sup>

Este também era o pensamento da Igreja Católica no Paraná. Em Curitiba, a cidade contemplava a existência de instituições educacionais leigas, e algumas protestantes, que impingiam uma forma divergente de pensamento. As lideranças de diversas áreas (política, educacional e cultural) eram exercidas por representantes do ideário liberal que participavam de grupos e associações civis que davam um toque peculiar ao pensamento multifacetado da cidade nas passagens dos séculos XIX e XX.<sup>16</sup> Para a Igreja, representariam desafios para a efetivação do projeto romanizador em Curitiba. Desafios para os quais ela responderia prontamente.

O clero local integrado à recente presença, a partir de 1894, do primeiro bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros, vai encontrar também nas várias congregações religiosas européias a possibilidade para a manutenção e a expansão da fé católica na cidade com a constituição de colégios católicos femininos e masculinos. O chamamento destas congregações ao Paraná se dá a partir do final do século XIX e durante as primeiras décadas do período republicano. Dentre as primeiras congregações religiosas femininas européias que chegam a Curitiba neste período, está a das Irmãs de São José.<sup>17</sup>

Segundo o livro sobre as crônicas da Congregação<sup>18</sup>, oferecido às Irmãs por ocasião do capítulo geral realizado em Roma em 1985<sup>19</sup>, a formação do Instituto das Irmãs de São José de Chambéry teve especial influência de Santo Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da

---

<sup>15</sup> CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação feminina numa instituição total confessional católica*: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p.33.

<sup>16</sup> A este respeito, veja: BERBERI, Elizabete. *Impressões*. A modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba, 1996. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; PEREIRA, Luís Fernando L. *Paranismo*: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

<sup>17</sup> Dois grupos de Irmãs de São José deixam a França e chegam ao Paraná nos anos de 1896 e 1897. Madre Leonie chega em 1901. Ambos vêm de departamentos franceses próximos: Savóia e Môtiers.

<sup>18</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. *Irmãs de São José de Chambéry*: 1650-1985. Roma, 1985, p.1-31.

<sup>19</sup> A assembléia geral (capítulo) da congregação das Irmãs de São José ocorreu na data do bicentenário de nascimento de Madre São João Marcoux, fundadora do ramo de Savóia, e também na mesma data do centenário de morte de Madre Maria Felicidade Veyrat considerada a religiosa que deu impulso missionário à congregação francesa pelo mundo.



Companhia de Jesus em 1540, e de São Francisco de Sales (1557-1622), devido ao seu magistério da vida espiritual. Ambos exerceram nodal ascendência espiritual aos mentores franceses do chamado 'Pequeno Projeto' – instituto que, acolhendo jovens e viúvas para a vida religiosa fora dos conventos, mais tarde, daria origem à congregação.

As correntes de devoção à Trindade, ao Verbo Encarnado, à Eucaristia da Escola francesa, à presença discreta, à imitação de Jesus na Eucaristia que caracterizavam a Companhia do SSmo. Sacramento, se encontram na raiz da espiritualidade do 'Pequeno Projeto'. Padre Médaille e Monsenhor de Maupas se formaram ao lado dos grandes espirituais de seu tempo. Naturalmente, se encontrou em sua vida, obra e escritos o eco da espiritualidade inaciana apostólica, mais marcante em Padre Médaille, a de Francisco de Sales em Monsenhor de Maupas e, em ambos, a influência da Escola francesa e da Companhia do SSmo. Sacramento que influenciou profundamente na primeira parte do século XVII.<sup>20</sup>

Foi por volta do ano de 1630 que João Pedro Médaille (1610-1669), buscou constituir oficialmente o Pequeno Projeto, mas não logrou plena aceitação por parte de seus superiores que durante anos impetraram seus esforços opondo-se a circulação livre de mulheres religiosas pelas cidades, mesmo que para efetuar ações caritativas e/ou educativas. Mas nem por isso a irmandade deixou de acontecer, realizando tais ações sob condições restritas e até em segredo. A aprovação do Pequeno Projeto de Pe. Médaille aconteceu somente no ano de 1650 com Mons. Henrique de Maupas (1606-1680), Bispo de Puy (França), que afirmou oficialmente a existência da congregação naquela localidade. Por esta razão é ele considerado o fundador da Congregação das Irmãs de São José.

A organização desta nova instituição, pautada nas constituições redigidas e estabelecidas pelo Pe. Médaille, considerava a condição social da mulher que ingressava na ordem para então definir o tipo de ação a ser desenvolvida por esta. Assim, cada mulher desempenharia uma função específica, pois ali havia uma hierarquia de trabalho. As 'moças

---

<sup>20</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. op. cit., p.3.

de serviço’, possuidoras de dotes, dedicavam-se inteiramente a caridade. As ‘moças de trabalho’, laboravam para manter a comunidade, e ‘as viúvas e moças de condição inferior’ trabalhavam ainda mais e viviam com mais simplicidade em relação às demais. O traje para todas era o de viúvas, com o qual afirmavam a independência da figura masculina (pai, marido) e com ele poderiam deslocar-se livremente pela região. Inexistindo a clausura, a saída das casas também era livre. A finalidade do instituto estaria em consonância com as da Companhia de Jesus, ou seja, “vida de intimidade com Deus, empenho para que todos descubram que são amados e chamados a viver a vida mesma de Deus.”<sup>21</sup>

O trabalho realizado pelas Irmãs(sic) junto às comunidades era digno de reconhecimento. Seguindo as orientações do fundador, visitavam e atendiam todo tipo de doentes e feridos; encaminhavam órfãos para moradias; auxiliavam os mais pobres; visitavam os prisioneiros, libertando os que estavam detidos injustamente; recuperavam prostitutas e atuavam junto aos donos de cabarés e casas de jogos, procurando desviar as pessoas daquele tipo de escravidão. O grande objetivo desse trabalho era reconciliar as pessoas entre si e com Deus, promovendo a vida e a unidade.<sup>22</sup>

Mas logo suas ações tomariam novo rumo com a Revolução Francesa, lembrada pelas Irmãs de São José como o momento de dispersão de suas ações e também de suas religiosas. A crise da economia francesa, a fome avassaladora em todo o país, as revoltas e as perseguições ao clero também foram sentidas pelas Irmãs. As que sobreviveram foram, mais tarde, reunidas pelas superiores. Antes de continuarem suas atividades, elas procurariam ainda reaver suas casas confiscadas pelo Estado. “Assim, a comunidade do Puy deverá esperar até 1815 para reentrar em sua casa de Montferrand que se tornou ‘casa-sede’ e que reuniu, a partir de 1827, 52 comunidades reconstituídas ou recentemente fundadas.”<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. op. cit., p.17.

<sup>22</sup> UM POUCO DE HISTÓRIA – História das Irmãs de São José. *Jornal São José*. Curitiba, Colégio São José, dez. 2000, p.10.

<sup>23</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. op. cit. p.22.

As Irmãs que haviam partido para outras localidades, a fim de prosseguirem no serviço ao próximo, constituíam novas comunidades de São José onde se estabelecessem. Assim foram fundadas várias comunidades em diferentes departamentos franceses. Estes emprestavam seus nomes aos das congregações que surgiam com a finalidade de identificar a localidade de origem destas novas instituições, como o caso das Irmãs de São José de Tarentaise<sup>24</sup>. O símbolo da árvore frondosa é a metáfora utilizada pelas Irmãs das diferentes congregações de São José para exemplificar esta dispersão do ramo principal de Puy<sup>25</sup>. Mas por outro lado, esta dispersão significou a expansão territorial das comunidades de São José pela França – e depois, por boa parte do planeta.

A plantinha cria raízes, cresce no terreno favorável e se fortifica. Quando sobrevem a tempestade revolucionária, a árvore é sacudida violentamente mas não desarraigada. E, como na magia da natureza, durante a primavera, aparecem rebentos novos sobre o tronco mutilado. Um desses rebentos se desenvolve na Savoia e, por sua vez, ramifica até além das fronteiras e oceanos e se cobre, em toda parte, de folhas e frutas. Hoje, apesar de sua idade, uma seiva sempre nova circula nele.<sup>26</sup>

A ‘plantinha’ é a Congregação das Irmãs de São José, a realização grandiosa do Pequeno Projeto. O ‘terreno favorável’, a França no século XVII. A ‘tempestade revolucionária’, a Revolução Francesa no século seguinte que ‘sacode a árvore’, desequilibra a organização constituída, ‘a mutila’ – em referência às perdas das Irmãs -, mas ‘não desarraigada’, ou seja, a sua raiz, a sua origem, a sua inspiração, é preservada e não extirpada. Assim, ‘novos rebentos’ surgem no ‘tronco mutilado’, as novas congregações do ramo da

---

<sup>24</sup> Alguns documentos do arquivo da escola trazem esta denominação que identifica a província francesa de Tarentaise cuja capital é Moutiers, departamento chamado pelas Irmãs da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry como: ‘ramo de Savóia’.

<sup>25</sup> No restabelecimento da congregação, após a revolução, foram designadas pela Igreja, religiosas fundadoras de novas casas. Assim, a da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, em Chambéry, é a Madre São João Fontbonne (1759-1843) e a da Congregação das Irmãs de São José de Moutiers, em Moutiers, do ramo da Savóia, bem como deste (inclui outros departamentos), a fundadora é Madre São João Marcoux (1785-1855).

<sup>26</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. op. cit., p.1.

Savóia (localidade que teria se tornado independente da França após a revolução). A ‘ramificação’ é a disseminação de suas instituições por vários lugares e países<sup>27</sup>, e a afirmação da continuidade de sua obra. A ‘seiva nova’ representa tanto a disseminação da fé e das ações empreendidas ‘inseridas nos mistérios da Encarnação e da Eucaristia’ quanto o contingente que se agrega permanentemente ao que sucedeu o Pequeno Projeto ‘apesar de sua idade’, para nós hoje, mais de 350 anos.<sup>28</sup>

A Igreja da França sofreu muito com a Revolução, mas não morreu. Se perdeu numerosos sacerdotes, religiosas, milhares de cristãos, saiu purificada e fortificada desta provação. As Irmãs de São José retomaram suas tarefas com energia e discrição [sic]. Havia tantos infelizes a aliviar, tantos ignorantes a instruir, tantas ruínas e de toda a espécie a reparar! Elas reencontraram seu lugar junto aos doentes, nos hospitais e a domicílio. Abriram escolas em toda a parte onde puderam, dando uma educação cristã sempre respeitando as leis republicanas.<sup>29</sup>

As frentes de atuação das Irmãs não eram poucas. Saúde, caridade, evangelização, assistência ao idoso, a orfandade, aos carentes, aos excluídos e, educação. Esta ação tão diversificada tendia a acompanhar as necessidades do período e da localidade vividos. Foi assim na revolução, com ‘tantos infelizes’, com ‘tantos ignorantes’... E a obra das Irmãs de São José, na França, chamava a atenção do clero de outros países que sentindo a urgência de suas localidades, as chamavam para os diferentes serviços. Foi assim que elas se espalharam pelo mundo e logo chegariam ao Paraná.

---

<sup>27</sup> No ano de 1955, as Irmãs de São José de Chambéry decidiram que seria chegado o momento de reunir, no mesmo ramo, todas as suas comunidades espalhadas pelo mundo. Assim, “*Môutiers do Paraná e do Rio Grande do Sul uniu-se a Chambéry em 1953.*” (REVISTA IRMÃS DE SÃO JOSÉ, Federação Francesa. *Para além de todas as fronteiras*. Brasil: Ed. Loyola, 1998, p.37)

<sup>28</sup> No Paraná, as Irmãs de São José receberam o Diploma de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba (23/10/2000), por ocasião dos 350 anos de fundação da congregação. Este período de existência na Igreja soma, em todo o mundo, mais de 20 mil congregadas. No Brasil, as Irmãs encontram-se organizadas em seis províncias atuando em 18 estados: Amazonas, Rondônia, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>29</sup> LOUIS MARIE SILVESTRE, Ir. op. cit., p.22.

O primeiro bispo da recém instalada Diocese de Curitiba, D. José de Camargo Barros, originário de São Paulo, começaria sua ação no Paraná pela área educacional. Preocupado com a situação da igreja no estado, o bispo investiria inicialmente na formação do clero local, marcando sua obra inicial com a fundação do Seminário Diocesano de São José (1896), na cidade de Curitiba. Depois, a educação feminina seria atendida pela primeira congregação religiosa a chegar ao Paraná, a convite do bispo, em janeiro de 1896. Tratava-se da Congregação dos Santos Anjos (França), já estabelecida no Rio de Janeiro, desde maio de 1893.<sup>30</sup>

As Irmãs dos Santos Anjos, em Curitiba, logo abrem um colégio para meninas em regime de internato e externato para o qual “o Sr. Bispo auxiliou-as, emprestando-lhes primeiramente cinco contos [de réis<sup>31</sup>] e depois outras importâncias”.<sup>32</sup> Também abriram uma escola gratuita em 1899, sendo ali fundada pelo bispo a ‘Primeira Associação de Filhas de Maria’ da Diocese. Mas a atividade educacional não prosperou. Sem matrículas para suas escolas, a congregação retirou-se brevemente da cidade.

Em seguida chega ao Paraná, a Congregação das Irmãs de São José, também a pedido do bispo D. Camargo Barros. As Irmãs de São José originárias de Môtiers, Tarentaise - França, desembarcam no litoral paranaense em julho de 1896.<sup>33</sup> Estabelecem sua morada em Curitiba onde logo assumem o compromisso primeiro de auxiliar no cuidado dos doentes e na organização e direção dos hospitais da cidade, especialmente o da Santa Casa de Misericórdia que se encontrava em estado precário.

Em poucos meses, transformaram-no. Encontraram a pobreza, a desorganização, o

---

<sup>30</sup> No Rio de Janeiro, as Irmãs dos Santos Anjos abrem a primeira instituição escolar de sua congregação no país. E depois de Curitiba, alcançam os estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. (COLÉGIO SANTOS ANJOS. *Congregação*. Disponível em: <<http://www.colegiosantosanhos.com.br>> Acesso em 04 jan. 2005)

<sup>31</sup> No final do século XIX e início do XX, a moeda brasileira era o real, no plural réis: \$300 (300 réis), 300\$000 (300 mil-réis), 300:000\$000 (300 contos de réis). Neste período, um quilo de pão custava \$300 (300 réis).

<sup>32</sup> FEDALTO, Pedro. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, s.d. [1958?], p.248.

<sup>33</sup> “*Eram elas: Madre Maria José, Irmã Cecília, Irmã Maria Lúcia, Irmã Maria Francisca, Irmã Flávia e Irmã Virgínia.*” (REVISTA IRMÃS DE SÃO JOSÉ. op. cit., p.37 grifos no original)

desperdício... mas, com alegria, sobretudo de estar a serviço dos pobres, tornaram-no limpo, acolhedor, decente, organizado. (...) O sucesso da presença das Irmãs, fez o Bispo de Curitiba, Dom Camargo, que havia solicitado à França as primeiras Irmãs, pensar em mais corações franceses para a Santa Casa da cidade vizinha, de Paranaguá. A generosidade não se fez esperar. Em 02 de fevereiro de 1897, parte mais um grupo de seis Irmãs [que vão assumir o hospital de Paranaguá em abril do mesmo ano].<sup>34</sup>

Depois de assumida a lide com os hospitais em Curitiba, as Irmãs de São José iniciam, no ano de 1902, o atendimento no campo educacional, especialmente na formação da infância e da juventude feminina. Seria o início de uma longa jornada que trilhariam na constituição de colégios femininos, de hospitais e de orfanatos não somente na cidade, mas em outras localidades próximas, municípios paranaenses de destaque nas primeiras décadas do século XX, como: Paranaguá, Castro, Lapa e Ponta Grossa. Para tanto, foi fundamental a presença e a atuação de Madre Leonie<sup>35</sup> à frente da Congregação das Irmãs de São José no Paraná.

Concomitante a presença das Irmãs de São José, advém ao Paraná outras congregações religiosas femininas provenientes de vários países. Somam-se ao serviço nas áreas educacional, da saúde e da assistência social, as congregações: Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (Itália, 1900), Irmãs da Divina Providência (Alemanha, 1903), Missionárias Servas do Espírito Santo (Alemanha, 1904-1943), entre outras.<sup>36</sup>

A chegada das congregações religiosas femininas européias, assim como as masculinas<sup>37</sup>, fazia parte do projeto de romanização do catolicismo no Paraná envidado pelo primeiro bispo que, segundo a memória da igreja, aqui “encontrou tudo por fazer: **seminário,**

<sup>34</sup> ELO. *Irmãs de São José de Chambéry: 100 anos de presença no Paraná*. Curitiba, Paróquia Bom Jesus dos Perdões, ano 26, n. 1, fev. 1996. p.2.

<sup>35</sup> Não há estudos acadêmicos sobre esta figura representativa das Irmãs de São José no Paraná. Sabe-se que Madre Leonie chega a Curitiba em 11 de janeiro de 1901 onde é fundadora, no Paraná, da Província das Irmãs de São José e de vários estabelecimentos de ensino, saúde e assistência.

<sup>36</sup> Consulte: FEDALTO, Pedro. op. cit, p.248-280.

<sup>37</sup> Irmãos Maristas, Padres Franciscanos, Passionistas, Claretianos, entre outras congregações masculinas, também vieram ao Paraná. Sobre ordens masculinas, veja: FEDALTO, Pedro. op. cit. Sobre o Colégio Santa Maria, dos Padres Maristas, cf.: BOSCHILIA, Roseli Terezinha. *Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba: 1925-1965)* Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

**organização da vida paroquial, colégios católicos, escolas paroquiais, etc.**”<sup>38</sup> Um dos sucessores de D. Camargo Barros, o arcebispo de Curitiba D. Manuel da Silveira D’Elboux(1950-1970), registra brevemente como se encontrava a Igreja no início do período republicano e o cenário local:

Na memorável Pastoral Coletiva de 1890, deplora o Episcopado que a situação da Igreja Católica no Brasil seja de atrofiamento quase completo. Êste, também, o caso do Paraná, nos comêços do século, entre ‘a pobre geração do 1900’, (...) eivada de anticlericalismo, minada de preconceitos religiosos, até às ráias de hostilidade franca e aberta, mormente no meio intelectual. (...) Dir-vos-ei unicamente que o estado religioso da Província não é satisfatório, e, que ao ver-se o abandono em que por aqui anda o culto, quase que se acredita nos célebres cálculos dum matemático escossês [sic] que, para época não distante, marcou o desaparecimento da religião de Cristo, a menos que se repita a Encarnação do Verbo Divino. (...) Inegavelmente, a causa precípua outra não é senão a falta de clero.<sup>39</sup>

A preocupação com a concepção espiritualista da Igreja estava patente. Era preciso agir rapidamente na disseminação dos ideais católicos não somente para conter o predomínio das idéias liberais, mas para que não fosse tarde demais para o empreender, visto a dificuldade do quadro.<sup>40</sup> Assim, ansioso pelo desenvolvimento do necessário e urgente projeto romanizador para a capital paranaense, o bispo D. Camargo Barros efetiva sua ação com estratégias embasadas nas teses dos bispos reformadores de São Paulo, apreendidas nos tempos de aluno do Seminário Episcopal de São Paulo.<sup>41</sup> Entre seus mestres, destaque para a figura expressiva do catolicismo ultramontano no país, D. Antonio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo. Foi a pedido de D. Melo que chegou ao país, em 1859, o primeiro grupo de Irmãs da Congregação de São José de Chambéry que se estabeleceu em Itu, interior de São Paulo,

<sup>38</sup> FEDALTO, Pedro. op. cit., p.21 *grifos no original*

<sup>39</sup> MANUEL DA SILVEIRA D’ELBOUX, Dom. *Influência da Religião no Paraná*. In: FEDALTO, Pedro. op. cit., p.187-188; 190.

<sup>40</sup> Sobre as nuances do tema no interior da própria Igreja Católica, veja: AZZI, Riolando. op. cit., p. 20; 35-39.

<sup>41</sup> MANOEL, Van Aparecido. *Igreja e educação feminina(1859-1919)*. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996, p.66.

constituiu o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio e mais tarde, o Asilo de Órfãs, em Campinas, também no interior paulista.<sup>42</sup>

O Seminário Episcopal de São Paulo havia inspirado em D. Camargo Barros o espírito da reforma cravada na expansão da Igreja Romana e, por conseguinte da Igreja local. Assim, em Curitiba, investe imediatamente na construção do Seminário Diocesano, sua primeira preocupação na cidade com a formação do clero local. Também investe na instalação das congregações européias, na constituição de várias instituições educacionais e religiosas e na expansão do campo de atuação comunicativa da Igreja com a implementação da imprensa católica<sup>43</sup>. D. Camargo Barros vai realizar também o ‘corpo a corpo’ com os paroquianos nas muitas visitas pastorais que empregaria às regiões distantes de sua diocese que, à época, compreendia os estados do Paraná e parte de Santa Catarina. Foi assim que, ao longo dos anos, o bispo:

Fundou [em Curitiba] o Apostolado da Oração, a Associação das Damas de Caridade. Promoveu a fundação dos Colégios dos Santos Anjos, em Curitiba, do Sagrado Coração de Jesus em Florianópolis, Tubarão, Blumenau e Braço do Norte. Chamou para Curitiba os Padres Missionários de São Carlos, Padres Lazaristas para o Seminário, Padres do Verbo Divino, Padres Franciscanos, Padres Lazaristas poloneses para as colônias desta nacionalidade. Trouxe as Irmãs de S. José de Tarantaise, confiando-lhes os hospitais de Curitiba, Paranaguá e Estrada de Ferro, as Irmãs da Divina Providência, Irmãs Zeladoras Missionárias de S. C. de Jesus. (...) fundou em 1898, em Curitiba ‘**A Estrella**’, que honrou o jornalismo paranaense. (...) Promoveu **as missões**, incumbindo das mesmas os Padres Lazaristas (1902).<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Sobre a constituição deste colégio católico feminino e da figura de Madre Theodora Voiron, veja: CUNHA, Maria Iza Gerth da. op. cit. Sobre o Asilo de Órfãs de Campinas, veja: NEGRÃO, Ana Maria Mello. *Infância, educação e direitos sociais: ‘Asilo de Órfãs’ (1870-1960)*. Campinas, 2002. 350f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>43</sup> “A *Imprensa Católica sempre ocupou lugar de destaque no rol das atividades apostólicas dos bispos de Curitiba. Todos eles sentiram a necessidade de um órgão católico que doutrinasse, esclarecesse, orientasse os fiéis, defendesse os postulados da Igreja e se atirasse à luta, caso o exigisse o bem espiritual. Desde Dom José de Camargo Barros até D. Manuel da Silveira D’Elboux, esta foi a preocupação constante dos pastores.*” (FEDALTO, Pedro. op. cit., p.304) As rádios católicas teriam início no ano de 1956 com a Radio Legendária, do município da Lapa. Até o ano de 1958, foram fundadas as rádios de Paranaguá (1957); a Antoninense, de Antonina (1957?); a Rádio Excelsior do Paraná (1958), e a Rádio Cultural. (Id., p.350)

<sup>44</sup> FEDALTO, Pedro. op. cit., p.21-22 *grifos no original*



Mas a atuação do bispo no cenário local seria interrompida com sua transferência para o arcebispado de São Paulo, por Leão XIII. E em 1906, após passagem por Roma para a sagração de Mons. José Marcondes Homem de Mello como arcebispo do Pará, de retorno ao Brasil, D. Camargo Barros morre em naufrágio do navio Sírío, próximo à Espanha. O ocorrido foi explorado pelo pintor Benedito Calixto em quadro intitulado ‘Os últimos momentos de D. José’ e em Curitiba “homenagens fúnebres, que o foram de gratidão àquele que por nove anos, seis meses e sete dias dirigiu os destinos desta circunscrição eclesiástica.”<sup>45</sup>

O sucessor de D. José de Camargo Barros foi D. Duarte Leopoldo e Silva, também ex-aluno do Seminário Episcopal de São Paulo, que “**a 2 de outubro** [1904] tomou solenemente posse na **Catedral de Curitiba**, entre as maiores demonstrações de júbilo dos fiéis que, precedidos das altas autoridades civis e militares, estaduais e federais, bem como do corpo diplomático, compareceram a esta solenidade.”<sup>46</sup>

A ação do primeiro bispo em organizar e disseminar os valores da Igreja Católica em Curitiba renderia frutos e fiéis aos seus sucessores. O projeto de romanização estava posto e operante na cidade. A atividade dos primeiros bispos, em especial o estímulo à vinda das congregações religiosas européias, possibilitou a ampliação do alcance da Igreja sobre os meios de comunicação e de veiculação da cultura, na criação e organização de escolas, hospitais, jornais, etc, contribuindo para a disseminação dos ideais católicos e para a ascensão da igreja local.

Grandes foram as dificuldades a serem vencidas, mormente no início, quando conhecidos anticlericais desfechavam pelos jornais, pelas cátedras escolares e nos seus templos campanha tenaz contra a Igreja. Os dois bispos que primeiro estiveram à frente da grei paranaense iniciaram junto com seus padres o trabalho de reconquista. A coragem e o desassombro de

---

<sup>45</sup> FEDALTO, Pedro. op.cit., p.22.

<sup>46</sup> Id., p.23 *grifos no original*

Monsenhor Alberto José Gonçalves, a bondade de Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, a cultura dos Pes. Lazaristas, dos seus alunos P.P. Antonio Mazzarotto, José Falarz, Eurípedes Olímpio de Oliveira e Souza e Jerônimo Mazzarotto, e tantos outros foram aos poucos mostrando aos incréus que a Igreja de Deus não era o que eles pensavam. A imprensa católica a 'Folha do Povo', o 'Vigilante' de Paranaguá, o 'Veritas' de Curitiba, a 'Cruzada' e além de outros o valente 'O Cruzeiro' diário católico, infelizmente de pouca duração, convenceram o povo paranaense de que a luz da verdade deve brilhar entre as trevas.<sup>47</sup>

A ação dos bispos reformadores em Curitiba teve resultado para os anos seguintes. O convencimento de muitos paranaenses acerca da 'luz da verdade' sobre 'as trevas' se deu de maneira incisiva, a 'luz da verdade' afirmando o ideal católico romanizado como o pensamento único, correto, legítimo e em conformidade com as autoridades eclesiais sobre todas as outras formas de pensamento e de organização social. Estas outras formas representariam, por seu oposto, 'as trevas', o erro, a perdição, o malogro, que atingiam a cidade crescente<sup>48</sup>. Mas este era o ponto de vista da Igreja que buscou, naquele período e sobre todos os meios, firmar-se na cidade.

Curitiba nas décadas iniciais do século XX é uma cidade onde pululam diferentes idéias e crenças. As da Igreja Católica sim e na segunda década, em especial, com as ações para o empreendimento de outra estratégia romanizadora na cidade: a constituição do laicato católico que, com ênfase na criação de instituições culturais voltadas a manutenção do ideário conservador católico, constituiu a União de Moços Católicos de Curitiba (1926), o Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) e vários periódicos vinculados aos grupos daí participantes.<sup>49</sup> Porém, muitas outras idéias coexistem e se enfrentam em vários cenários na cidade de

---

<sup>47</sup> FEDALTO, Pedro. op. cit, p.26.

<sup>48</sup> O sentido de 'cidade crescente' procura dar visibilidade a expansão da cidade em número de habitantes. Em 1872, em pleno regime monárquico, havia 12.651 habitantes. Em 1890, já na República, a população passa a 24.553 habitantes. Em 1900, são 49.755 habitantes e, em 1920, salta para 78.986 os habitantes da capital paranaense. (INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. *O Ensino*. Ano 1, n.3. Curitiba: Typ. da Penitenciária, set.1922)

<sup>49</sup> Cf.: CAMPOS, Névio de. *Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*. Curitiba, 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba.<sup>50</sup> A maior expressão destas idéias se deu no campo da literatura, com a geração dos literários e entusiastas simbolistas paranaenses.<sup>51</sup> A educação também foi provocada pelo novo espírito daquele período através dos educadores inspirados na Escola Nova que teve em Erasmo Pilotto o grande expoente paranaense.<sup>52</sup> Mas as ações se dariam inicialmente de maneira isolada.

Na organização social várias seriam as linhas explicativas da sociedade curitibana ideal, destaque para: a dos liberais (inclusive os maçons), dos positivistas, dos socialistas, dos comunistas, dos anticlericais e até dos anarquistas.<sup>53</sup> Todos reivindicavam sua interpretação para a cidade. No campo religioso, a pluralidade também foi manifestada nas diferentes e até

---

<sup>50</sup> TRINDADE, Helvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996, p.105-111.

<sup>51</sup> A produção literária deste grupo é muito expressiva em poesias, por outro lado, é encontrada alguma produção de narrativas e de crônicas sobre temas que alcançam a Igreja Católica, a história do Paraná e a memória de simbolistas do cenário local ou nacional. Alguns nomes: Emílio de Menezes, Silveira Neto, Júlio Pernet, Emiliano Pernet, Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Andrade Muricy e Francisco Leite.

<sup>52</sup> Erasmo Pilotto (1910-1992) – Professor, escritor, crítico de arte, foi amplamente consorciado ao ideário da Escola Nova, mesmo tendo ele evitado classificações ao seu pensamento. Participou do cenário público como professor e diretor da Escola Normal, e entre os anos de 1949 a 1951, Secretário de Estado da Educação e Cultura do Paraná. “*No cerne da sua visão de mundo estão as idéias de autonomia, individualidade, liberdade e criação espiritual.*” (VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto. In: FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs.) *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002, p.298.) Seu pensamento renovado tem sido objeto de estudo de pesquisadores paranaenses, veja: VIEIRA, Carlos Eduardo. *O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto*. *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.53-73, 2001; MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 10., p.81-89, 1995. A Escola Nova no Brasil, teve como inspiração várias vertentes do pensamento educacional europeu e norte-americano que, através da leitura direta destes ou mediadas pelos educadores brasileiros com inclinação renovadora, disseminaram no país um novo entendimento acerca do papel da educação, da escola, do processo educativo e mesmo do ser humano enquanto ser individual e coletivo. Na escola, seus enunciados estiveram muito ligados a negação da cultura escolar em voga, a negação do ‘tradicional’, e a necessária mudança para uma ‘nova’ escola: “ *muitas das mudanças afirmadas como novidades pelo ‘escolanovismo’ nos anos 20 povoavam o imaginário da escola e eram reproduzidas, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais [por exemplo]: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.*” (VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.497) Veja também: PILOTTO, Erasmo. Retorno ao tema da Educação Nova. In: *Problemas de Educação*. Curitiba, 1966. p.77-101.

<sup>53</sup> Entre outros, veja: GONÇALVES, Marcos. *Os arautos da dissolução: mito, imaginário político e afetividade anticomunista*. Brasil, 1941-1947. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; MARCHETTE, Tatiana D. *Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília. São Paulo, 1989. 333p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

divergentes seitas, também ligadas, em muitos casos, a presença dos imigrantes. Além dos católicos, as confissões protestantes: o luteranismo especialmente alemães, o presbiterianismo e batista notadamente norte-americanos. Além de espíritas e de judeus.<sup>54</sup>

O movimento feminista, na figura e obra de Mariana Coelho<sup>55</sup>, e o movimento operário que também se manifesta nos jornais da cidade são outros importantes elementos do período.<sup>56</sup> Destaque para Dario Vellozo e o grupo de livre-pensadores<sup>57</sup>, representantes dos diversos setores da sociedade que participavam do Instituto Neo-Pitagórico “frateria destinada ao estudo, ao desenvolvimento das faculdades superiores do ser, ao altruísmo, inspirado nos **Versos de Ouro de Pitágoras**, para a cultura, para a Verdade, para a Liberdade, para a Paz, para a Fraternidade e para a Harmonia.”<sup>58</sup>

A pluralidade de idéias na Curitiba do final do século XIX e décadas iniciais do XX permite arriscar uma linha tênue entre elas na busca de uma sociedade dessacralizada, para a qual a Igreja reagiria prontamente. Os ideais de uma sociedade livre e laica foram disseminados especialmente por jornais e publicações congêneres, mas também no investimento educacional na constituição de escolas. Os ideais neopitagóricos, por exemplo, com a Escola Brasil-Cívico, fundada por Dario Vellozo na cidade de Rio Negro – Paraná<sup>59</sup>, e a escola fundada por Erasmo Pilotto que mais tarde viria a se tornar Escola Estadual. Em

<sup>54</sup> Cf.: GOUVEA, Regina Rotemberg. *Comunidade judaica de Curitiba: 1889-1970*. Curitiba, 1980.

<sup>55</sup> COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo*. Rio de Janeiro: Moderna, 1933.

<sup>56</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. op. cit., p.109.

<sup>57</sup> Dario Vellozo (1869-1937), “desenvolveu incomum atividade cultural nos centros intelectuais da ‘Terra das Araucárias’ e de outros Estados, como admirável pensador, esteta e educador. Por mais de três décadas lecionou – como catedrático– História Universal e do Brasil no Ginásio Paranaense (atual Colégio Estadual do Paraná), e também Pedagogia, Literatura, Português, Francês, Sociologia e Filosofia. Fundou diversas revistas: *Mirto e Acácia*, *Esfinge*, *Ramo de Acácia*, *Pátria e Lar*, *Luz de Crótona*, *Pitágoras* e *A Lâmpada*. Foi diretor da revista *Clube Coritibano*. Em colaboração com os outros intelectuais paranaenses, fundou e dirigiu o centro e a revista *O Cenáculo*. Publicou, em livros e na imprensa, inúmeros trabalhos didáticos, polêmicos, doutrinários, filosóficos, sociológicos e literários. Em 1909, fundou em Curitiba o *Instituto Neo-Pitagórico* [em atividade, em que preside há quase sete décadas: o professor Rozala Garzuze] e em 1914, em Rio Negro (Paraná), a *Escola Brasil-Cívico*. Manteve correspondência com destacados vultos nacionais e estrangeiros.” (VELLOZO, Dario. *Obras I*. Curitiba: Instituto Neo-Pitagórico, 1969. grifos no original).

<sup>58</sup> VELLOZO, Dario. *Obras I*. Curitiba: Instituto Neo-Pitagórico, 1969. grifos no original

<sup>59</sup> Cf.: ANDRADE, Maria Lúcia de. *Educação, Cultura e modernidade: o projeto formativo de Dario Vellozo (1906-1918)*. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

ambas, a concretização do ideário da Escola Nova, especialmente sob a leitura de autores europeus e norte-americanos.

Foi nesse cenário de heterogeneidade de pensamentos e ações que se deu a entrada das Irmãs de São José e de outras congregações religiosas européias em Curitiba. Seus projetos de assistência aos doentes, de educação feminina e de atendimento aos órfãos não seriam iniciados de maneira muito tranqüila na cidade, especialmente num momento em que era acirrada “a oposição entre as duas orientações, laica e confessional, na disputa sobre a liberdade de culto, de ensino, de consciência, de pensamento”.<sup>60</sup>

A implantação dos estabelecimentos católicos de ensino em Curitiba, portanto, ao fazer parte das estratégias empreendidas pela Igreja na romanização do catolicismo, constituía-se aí em ponto de tensão na cidade. Agregam-se outros aspectos, a questão da laicidade do Estado e do ensino e a não aceitação de diferentes credos que, sob a perspectiva da Igreja, faziam oposição ou resistência ao ideário católico. Mas anterior a este período em que a Igreja Católica encontra na planejada ‘imigração’ das congregações européias fator de colaboração para sua difusão estratégica no país, outro movimento, ainda mais intenso, marcaria a história brasileira: a própria imigração européia. Esta que vem sendo colocada como a responsável pela vinda das congregações ao Paraná e que, de certa feita, se questiona.

O estado de São Paulo seria o grande destino da imigração de europeus que na virada do século XIX para o XX aportou no Brasil. O café e a crescente industrialização também atraíam o contingente imigrante, mas nem todos permaneceram na primeira terra em que aportaram.<sup>61</sup> Deixando São Paulo, muitos imigrantes atingem principalmente o norte do Paraná. Mas também Curitiba, num dos fenômenos destacados na colonização do país neste período: a imigração e as migrações internas. Em Curitiba, os imigrantes também chegaram

---

<sup>60</sup> TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. op. cit., p.192.

<sup>61</sup> Veja, entre outros: HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. *Trabalhadores*. Campinas, n. 3, p.2-15, 1989. (Imigrantes)

via litoral paranaense cujas tentativas de colonização européia ali realizadas não obtiveram êxito.<sup>62</sup> Então...

Diversas colônias alemãs, italianas, eslavas, foram sendo estabelecidas em zonas mistas de campos e de matas, durante o vintênio de 1870 a 1890, a poucos quilômetros da Capital paranaense. Algumas a tão pequena distância que hoje [1955] são bairros prósperos de Curitiba, como o caso da Colônia Dantas na Água Verde. Outras, um pouco mais distantes, continuam nos dias atuais abastecendo o Município-Capital com o excedente da sua produção, como as colônias de Santa Felicidade, Abranches, Santa Cândida, etc.<sup>63</sup>

Neste vintênio, as motivações para a imigração no Paraná teriam ainda outros fatores além da substituição da mão-de-obra escrava por trabalho livre com o emprego dos colonos e dos caboclos em grande parte nas atividades ervateiras - o principal ciclo econômico do estado àquele período -, e do estímulo para o povoamento de vastas áreas desocupadas devido à baixa densidade demográfica local.<sup>64</sup> O Paraná seguiria a par o que ocorria nos principais centros do país, incluso a teoria da ‘regeneração’ do povo brasileiro que teria na tese do branqueamento seu mais importante desdobramento.<sup>65</sup>

A idéia de que era não apenas possível, mas absolutamente necessário reformar o povo para criar efetivamente uma nação foi comungada por médicos, educadores, escritores, dentre outros segmentos sociais. José Carlos Reis, compreende que a produção do historiador Varnhagen, em *A história geral do Brasil, no Novecentos (1854-1857)*, foi fruto de um tempo que considerou ser necessário “criar uma idéia de homem brasileiro, de povo brasileiro, no interior de um projeto de nação brasileira. Sobretudo: era preciso perceber a nação como

---

<sup>62</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. [1955] In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). *Un mazzolino de fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p.33-35.

<sup>63</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. op. cit., p.35. Em vista do aparente ‘êxito’ das colônias européias na região sul do país, há que se registrar a existência de estudos específicos deste mesmo tema que questionam a memória produzida por jornalistas, viajantes e mesmo por historiadores. Dentre outros, como identifica Darlene Ferreira, o estudo de Nilo Bernardes que expõe as dificuldades encontradas pelos imigrantes para se adaptar ao novo meio natural no sul do país e para realizar a comercialização de seus produtos. Veja: FERREIRA, Darlene A. de O. *Mundo rural e Geografia*. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p.204-208.

<sup>64</sup> Cf.: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

<sup>65</sup> Veja: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

diferença e continuidade colonial [de um lado, o sentido de dessemelhança e de outro, a permanência do *ethos* português, considerado civilizado, racional, cristão] e como continuidade da diferença colonial [no sentido de marcar dois mundos]. Pensou-se o Brasil com o conceito de ‘raça’ e a sociedade brasileira como uma mescla de raças.’<sup>66</sup>

O debate que proliferaria nas próximas décadas, em congressos e em estudos médicos e educacionais, seria marcado pela eugenia, a ciência da melhoria da raça. As concepções eugênicas ganhariam nova roupagem e metodologia renovada na perspectiva higienista que impregnaria as políticas públicas de saneamento na virada do século, estendendo-se à primeira metade do XX.<sup>67</sup>

O discurso médico e educativo que dominou o cenário da saúde e do saneamento público, contou ainda com reações intrigantes de uma categoria da sociedade notadamente resistente aos discursos vindos ‘de cima para baixo’. O importante movimento operário paulista, no início do século, traz uma indicação do quanto àqueles ideais estavam presentes na sociedade. Os discursos científicos de médicos e de autoridades sanitárias, acerca da regeneração social, ao contrário de serem simplesmente combatidos pela militância operária organizada, estavam presentes nos próprios discursos e práticas educacionais do grupo. A ressonância de tais discursos nos jornais do operariado ao revelarem os temas recorrentes de saúde/doença e a preocupação com a descendência denotam, por outro lado, não a sujeição desta militância aos que detinham os conhecimentos científicos, mas a apropriação e reelaboração destes saberes da ciência de então na luta por melhores condições de vida e de direito à saúde. Uma reação pouco esperada pela comunidade médica, pois o que se buscava com tais discursos também era o disciplinamento das massas e não sua tomada de

---

<sup>66</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p.31.

<sup>67</sup> A respeito, veja: MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

consciência.<sup>68</sup>

Não se restringindo apenas aos principais centros do país, como o Rio de Janeiro (então Distrito Federal), São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, estes discursos marcariam presença também em Curitiba e no Paraná, nas políticas públicas em saúde e em educação onde foram desenvolvidas ações em torno da educação sanitária.<sup>69</sup> Exemplos significativos desta ação foram: a instituição nas escolas da disciplina escolar ‘higiene escolar’ e a criação de entidades fiscalizadoras como o ‘Serviço de Higiene Escolar do Centro de Saúde Modelo de Curitiba’ ou da ‘Inspetoria Médico-Escolar’ - repartições públicas pródigas na verificação da higienização individual e coletiva, incluso a salubridade das escolas.<sup>70</sup>

Foi este cenário marcado por diferentes idéias sócio-políticas, médico-educacionais e religiosas que as congregações religiosas católicas encontraram. Cenário que seria cada vez mais marcado pela presença do imigrante europeu, sem dúvida. O que não quer dizer que a vinda das congregações para Curitiba tenha se dado na expectativa de atendimento do contingente imigrante, mas muito mais para o atendimento do projeto de romanização em curso. Neste entendimento, fica difícil anuir que “no Paraná, devido ao perfil religioso de grande parte da população, composta por imigrantes europeus, os estabelecimentos católicos tiveram grande aceitação [no final de um e início de outro século]”.<sup>71</sup> No início da década de

---

<sup>68</sup> BERTUCCI, Liane Maria. op. cit., especialmente, capítulo 3.

<sup>69</sup> Cf.: STERN, Íris. *As campanhas de prevenção às doenças e sua ação educativa*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

<sup>70</sup> Os registros de Erasmo Pilotto, notório educador e administrador público paranaense, não resistem, em parte, à presença impositiva da cientificidade médico-escolar que ganha novo impulso com a educação sanitária nas décadas de 1940 e 1950. No texto de subtítulo ‘Fundamentos bio-psicológicos’, em ‘A educação no Paraná’ - sua importante síntese do ensino paranaense-, a métrica (morfo, fisio e biotipológica) é o lugar de definição da antropologia do adulto paranaense. Ainda neste, em ‘definições psicológicas’, um novo elemento entra como auxiliar na compreensão da personalidade individual do tipo paranaense, a psicologia. Somente aí, ‘desconfiando das definições psicológicas’, o autor resiste e traça “*uma linha histórica da formação psicológica*” (p.27) na qual entende “*o papel da paisagem moldando o gênero de vida e o gênero de atividades gerando hábitos e plasmando a alma [do paranaense].*” (p.28) Os testes psicológicos são descritos até com certa insistência, mais para justificá-los do que afirmá-los atuais instrumentos de interpretação da personalidade. Novas roupagens para a higienização? (PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC, INEP, Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar - CILEME, 1954)

<sup>71</sup> BOSCHILIA, Roseli Terezinha. O ensino secundário em um colégio de origem francesa no Brasil. In: VECHIA, Ariclé; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. (Orgs.) *A escola secundária*. SP: Annablume, 2003. p.177.



1890, em Curitiba, os habitantes de origem estrangeira somavam algo perto de 8% (1.941) da população da capital paranaense<sup>72</sup> – o que seria uma representação muito pouco significativa para sustentar tal afirmativa categórica.<sup>73</sup>

Os imigrantes estariam ainda mais presentes nos arredores da cidade, nas lavouras, e só começariam a formar um contingente que se faria representativo em Curitiba, e em outros municípios próximos à capital, imediatamente no período anterior a Primeira Grande Guerra. E junto a Curitiba, as cidades paranaenses de algum destaque eram as de: Paranaguá, Lapa, São José dos Pinhais, Rio Negro, Guarapuava, Campo Largo, Tibagi, Castro, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, cada uma apresentando população superior a 10.000 habitantes. As Irmãs de São José logo se instalariam na maior parte destas cidades, principalmente até a década de 1910.

Mas até que isto viesse a ocorrer as Irmãs enfrentariam um cenário pouco amistoso para uma inserção aguda pretendida pela Igreja na capital paranaense. Na Pastoral de 1890, por exemplo, as autoridades eclesiásticas brasileiras registravam e denunciavam o ataque da ‘impiedade moderna’ contra a Igreja em todo o país. Em Curitiba, eram os embates das diferentes formas de pensamento e ação produzindo seus efeitos. Mas, no período, qual seria o cenário educacional encontrado pelas Irmãs de São José? Observe o que informa a tabela 1:

**TABELA 1 - ESCOLAS PARTICULARES EM CURITIBA: 1880-1901**

Período/colégio	leigo	religioso	imigrante	operário	Total
1880-1895	13	6	3	1	23
1896-1901	7	8	5	1	21
<b>1880-1901</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>44</b>

Fonte: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias* – Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p.318.

<sup>72</sup> MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941, p.98.

<sup>73</sup> O que não significa afirmar que a Igreja Católica não tenha se empenhado no contato e atendimento religioso e educacional daqueles imigrantes e, assim, dos locais onde se estabeleceram.

Entre os anos de 1880 a 1901 havia aproximadamente 44 escolas particulares em Curitiba. (Veja relação das instituições, anexos 1 e 2) Destas, 20 instituições leigas, 14 religiosas (11 católicos, 1 presbiteriano, 1 evangélico e 1 evangélico-luterano), 8 de grupos imigrantes (3 alemães, 3 italianos, 1 luso-brasileiro e 1 polonês) e, 2 de origem operária (Colégio Noturno Treze de Maio, da Sociedade Treze de Maio, e Aula Noturna da Sociedade Protetora dos Operários).

Entretanto, considerando a presença do bispo D. Camargo Barros como o marco decisivo para o início da difusão dos colégios católicos em Curitiba, entende-se aí um necessário recorte para compreender o alcance da intervenção daqueles estabelecimentos na cidade. Os primeiros colégios católicos femininos e masculinos, incluindo aí o Seminário, são fundados sob a ação direta do bispo no ano de 1896. Assim, tem-se um período anterior e outro posterior a esta data. Como não há outros estudos acerca da existência e fundação destes colégios na chamada Primeira República, e observando apenas os dados disponíveis, pode-se inferir que, no primeiro intervalo, 1880-1895 (15 anos), havia, pelo menos, 23 estabelecimentos de ensino particulares em Curitiba. Destaque para as instituições de caráter leigo - instituições fundadas por particulares, geralmente professores. De 1896 a 1901, (5 anos) foram fundados quase o mesmo número de instituições de ensino que no período anterior. Atendo-se aos dados observáveis, dos 21 novos estabelecimentos particulares, o destaque é um relativo aumento de colégios religiosos (maioria católicos) e de grupos de imigrantes/nacionalidades (alemães, italianos, luso-brasileiros e polonês). Em síntese, aparentemente houve lento acréscimo no número de fundações de instituições leigas, e uma rápida ampliação das instituições religiosas (católicos, protestantes) e dos grupos imigrantes neste segundo momento. É no segundo momento (a partir de 1896), que se dá o impulso à difusão dos colégios particulares e católicos em Curitiba com a chegada das diferentes congregações religiosas.

A intensificação na fundação dos colégios católicos em Curitiba e o investimento da igreja na educação de jovens e crianças como “o mais eficaz meio para a conquista das novas gerações”<sup>74</sup> consolida a rede escolar católica já na segunda década do século XX. Este decênio é um período de efervescência ideológica e o cenário educacional brasileiro será marcado, também e não somente, pelos educadores e adeptos do ideário da Escola Nova. É um momento em que se difundem, por meio da literatura educacional, as concepções e as realizações acerca da ‘nova pedagogia’, ao mesmo tempo, em alguns estados brasileiros (Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e outros), realizam uma reorganização da instrução pública através da ampliação e da diversificação curricular, bem como, da transformação metodológica do processo de ensinar e aprender, especialmente valorizados na conformação dos currículos dos cursos normal e primário.<sup>75</sup>

Este período é representativo também para o cenário educacional paranaense que traz de São Paulo, para assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, o professor César Pietro Martinez. Sob sua atividade são constituídos novos programas escolares caros aos ‘entusiastas da educação’<sup>76</sup>. E é com sua chegada que “as escolas públicas adquirem grande prestígio” afirma Erasmo Pilotto em seu estudo, *A educação no Paraná*, publicado em 1953.<sup>77</sup>

[Pietro Martinez] Organiza uma inspeção vitalizada que, tendo ele mesmo à frente, bate o próprio sertão paranaense em seus confins; organiza cursos para o magistério; publica uma revista pedagógica; institui prêmios aos professores pelo seu rendimento; organiza um serviço

<sup>74</sup> CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. op. cit., p.24.

<sup>75</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.308-373.

<sup>76</sup> Veja outro entendimento do ‘entusiasmo da educação’, na crítica à despolitização deste movimento educacional, por: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. op. cit., especialmente, o capítulo 3.

<sup>77</sup> O trabalho realizado por Erasmo Pilotto, quando então Secretário de Estado da Educação e Cultura do Paraná, no final da década de 1940, fornece informações sobre a educação elementar e média no estado: ‘suas origens, sua evolução, sua estrutura atual e os seus problemas’. Não limitado a um período restrito, apresenta dados desde um período remoto (século XVII) até o presente ano em que foi redigido, em 1953 – coincidentemente no centenário da emancipação do estado. O estudo sobre o sistema escolar do Paraná foi solicitado por Anísio Teixeira então à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão adrede ao Ministério da Educação e Cultura, e encomendado à Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (CILEME), ligado ao INEP e responsável pela série de estudos sobre a educação brasileira. (PILOTTO, Erasmo. op. cit., p.67 - citação)

de distribuição gratuita de material escolar para todos os alunos das escolas públicas; faz atender à saúde do escolar; estimula a educação física; proclama a importância das histórias, dos contos, na vida das classes; estimula a realização de festas escolares; faz publicações destinadas à educação geral do magistério; estimula, amplia, influencia em toda a parte.<sup>78</sup>

Desta inspeção resultaria a publicação da revista: O Ensino. Em três volumes, esta publicação apresenta, em detalhamento e como o título sugere, a situação do ensino em todos os municípios do Paraná, incluso a capital, no ano de 1921. Trata-se de um balanço da situação educacional no estado com dados gerais que procuram recuperar o período de 1872 a 1921. Considerando os dados apresentados nesta série verificam-se interessantes questões sobre a educação no Paraná. Levando-se em conta o número de crianças em idade escolar em todo o estado, observa-se: o baixo número de unidades escolares e vagas nas escolas públicas para o atendimento da população do interior do estado; a centralização do investimento público e privado na capital do estado; os altos índices de evasão escolar, especialmente nos municípios do interior.

Também observa-se a maciça participação dos colégios católicos femininos e masculinos, com expressivo número de matrículas na capital paranaense. O Colégio São José, feminino, por exemplo, somava 126 matrículas, neste ano letivo. E o Colégio da Divina Providência, também feminino, atingia o impressionante número de 520 matrículas! E ambos os colégios localizados na região central da capital paranaense. Já as instituições de caráter leigo contavam com número de matrículas mais modestas, como pode ser observado na tabela 2, das escolas particulares na cidade de Curitiba e do número de matrículas arrolados no ano letivo de 1921:

---

<sup>78</sup> PILOTTO, Erasmo. op. cit., p.68.

**TABELA 2 – ESCOLAS PARTICULARES DE CURITIBA E MATRÍCULAS: 1921**

<b>Estabelecimento (Diretoria)</b>	<b>Matrículas</b>
Collegio Iguassu (Alfredo Parodi)	30
Escola da Sagrada Família (Irmã Gertrudes)	240
Collegio São José (Irmã Josepha)	126
Collegio Bom Jesus (Frei Innocencio Ingelk)	230
Collegio Julio Theodorico (Hercílio Guimarães)	180
Collegio Moderno (Luiza Netto C. de Freitas)	20
Escola Dante Alighieri (Francisco Teóla)	68
Escola de Aprendiz Artífices (Paulo I. de Assumpção)	275
Collegio Duílio Calderari (Duílio Calderari)	53
Collegio Bom Jesus (Frei Innocencio Ingelk)	215
Collegio do Sagrado Coração de Jesus (Madre Melania)	251
Escola José de Carvalho (Lucio de Freitas)	40
Collegio José Pilsudski (Maria Ticinska)	78
Escola Internacional (Sophia Gaertner)	42
Collegio Internacional (José Augusto da Silva)	54
Gymnasio Diocesano (Padre Fernando Taddei)	220
Escola Americana (Miss Wm. Hallock)	170
Gymnasio Curitybano (Oswaldo Pilotto)	34
Sul Americano (Bertha Bardall)	20
Collegio Santo Amaro (Leonidra Pichethe)	45
Escola Internacional (Bernardo Brachmam)	36
Collegio Dr. Eneas Marques (Carlos Osborne da Costa)	33
Collegio Divina Providencia (Irmã Sylvia)	520
Collegio Congresso (Otto Honing)	325
Collegio Santa Julia (Francisco de P. Guimarães)	29
Associação Commercial (João Alfredo da Silva)	550
Collegio São José (Padre Silvano Giuliani)	149
Colônia Orleans (Irmãs Religiosas)	81
Umbará (Irmãs Religiosas)	-
Colônia Santa Cecília (Irmãs Religiosas)	-
Colônia Agua Verde (Irmãs Religiosas)	-
Jardim da Infância (Clara Frank)	38

Fonte: INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. *O Ensino*. Ano 1, n. 3, Curitiba: Typ. da Penitenciária, set. 1922. p.250

São mais de 2.000 matrículas distribuídas entre aproximadamente 9 colégios católicos existentes na cidade, sendo eles: dois Colégios São José (um da Irmã Josefa e outro do Pe Silvano), dois Colégios Bom Jesus (ambos do Frei Innocencio), a Escola da Sagrada Família, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, o Ginásio Diocesano, o Colégio da Divina Providência e a escola da Colônia Orleans. Os colégios particulares, de caráter leigo, também apresentavam número de matrículas aproximado ao dos colégios católicos, porém dispersos nas mais de quinze instituições de ensino desta categoria na cidade.

Para efeito comparativo, a participação das escolas particulares e públicas na capital e no estado do Paraná em número de matrículas requeridas naquele ano é a seguinte:

**TABELA 3 – ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICAS: MATRÍCULAS EM CURITIBA E NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ, 1921**

<b>Ano letivo de 1921</b>	<b>Matrículas</b>
<b>Municípios da capital – total</b>	<b>11.734</b>
Escolas particulares	4.403
Escolas públicas	7.331
<b>Municípios do interior do Paraná - total</b>	<b>40.469</b>
Escolas particulares	9.664
Escolas públicas	30.805
<b>TOTAL</b>	<b>52.203</b>

Fonte: INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. *O Ensino*. Ano 1, n. 3, Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1922. p.244-245.

As 4.403 matrículas nas escolas particulares da capital representam um percentual de 46% das matrículas apuradas nas escolas particulares dos municípios do interior do Estado, com 9.664 matrículas. Dentre as matrículas nas escolas particulares da capital, o percentual dos colégios católicos aí incluídos é de aproximadamente outros 46%. Contudo é a escola pública que registra os maiores índices no mesmo período e em ambas as referências, sendo 7.331 as matrículas na capital e 30.805 as matrículas nos municípios do interior do estado.

Embora demonstrando o investimento no ensino paranaense, as mais de 52 mil matrículas registradas em todo o estado do Paraná, ainda são de longe insuficientes diante do total de 120 mil crianças em idade escolar (7 a 14 anos) verificadas no recenseamento daquele ano. Mais da metade deste contingente ficou do lado de fora da escola, principalmente nos municípios do interior do estado.

O inverso, porém, ocorre na capital paranaense como é possível observar na tabela 4, da frequência escolar em Curitiba e no interior do Paraná, no ano de 1921:

**TABELA 4 – FREQUÊNCIA ESCOLAR: CURITIBA E INTERIOR DO PARANÁ, 1921**

<b>Ano letivo de 1921</b>	<b>Freqüentam (7 a 14 anos)</b>	<b>Não freqüentam (7 a 14 anos)</b>	<b>TOTAL</b>
Municípios da capital	11.734	4.907	16.641
Municípios do interior	40.469	67.793	108.262
<b>TOTAL PR</b>	<b>52.203</b>	<b>72.700</b>	<b>124.903</b>

Fonte: INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANA. *O Ensino*. Ano 1, n. 3, Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1922. p.242-249.

A constatação gritante do número de crianças do interior do estado fora da escola denuncia o trabalho infanto-juvenil doméstico e na lavoura familiar, bem como em outros serviços produtivos em que participam ‘os pequenos’ até hoje<sup>79</sup>, representando aí algumas das causas fundamentais desta defasagem escolar. E estas questões estarão ainda bem presentes na década de 1940 no Paraná.<sup>80</sup> No entanto, na capital paranaense, as 11.734 crianças e jovens que freqüentaram as escolas (públicas e privadas) naquele ano, quase deixaram despercebidas as 4.907 em idade escolar que lá não estiveram – ainda um grande contingente fora da escola. As crianças e jovens que foram para a escola pública distribuíram-se nos grupos escolares<sup>81</sup> (11) da capital, nas escolas isoladas (57), nas escolas de oficiais (chamadas regimentais, como as do Exército e da Marinha) e nas escolas de ensino secundário, a Escola Normal (depois, Instituto de Educação do Paraná), o Ginásio Paranaense e o Instituto Comercial (1905).<sup>82</sup>

<sup>79</sup> “Educa-los pelo e para o trabalho, procedendo à higienização social dos excluídos, ensinando-os a bem viver em sociedade”. O trabalho dos infantes é refletido em dois momentos, no início e no final do século XX, por: MARQUES, Vera Regina Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 23, n.59, p.57-78, p.65 (citação), abr. 2003.

<sup>80</sup> Em ‘A educação no Paraná’, Pilotto transcreve algumas cartas recebidas dos professores do interior do estado em resposta à enviada pela Secretaria da Educação, sob sua direção, em que questionava, provavelmente, a difícil aprovação dos alunos de uma série para a outra. Estas cartas denunciam a precariedade das condições físicas das escolas no meio rural, a ausência de professores e do que os respondentes consideraram “descaso das famílias” quanto ao trabalho infantil doméstico e familiar em detrimento do investimento educativo das crianças. Escritas no final da década de 1940, as cartas também colaboram para entender as diferenças da situação escolar do campo e da cidade naquele período. Elas acabam reproduzindo certamente semelhantes questões as da década de 1920. Veja mais a respeito: PILOTTO, Erasmo. op. cit., p.73-77.

<sup>81</sup> Sobre a implementação dos grupos escolares no Paraná, veja: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.103-141, 2001. Acerca da origem dos grupos escolares no Brasil, cf.: SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. *O Legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998, p.20-62.

<sup>82</sup> Cf. INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. op. cit., 1922, p.211-218.

Neste contexto educacional, as Irmãs de São José foram as primeiras religiosas, a partir da ação sistemática de D. Camargo Barros, na articulação para a ampliação dos colégios católicos e de seus outros empreendimentos na capital paranaense e no interior do estado, ainda na primeira década do século XX. Na área educacional em Curitiba, constituíram o Colégio São José em 1902, no centro da cidade, e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes em 1907, no bairro Cajuru. Em Paranaguá, o Ginásio São José também em 1902. Em Castro, o Colégio São José em 1905. Na Lapa, o Colégio São José em 1906. Todas instituições de ensino feminino. Na década de 1940, a Congregação das Irmãs de São José seria uma das mais profícuas das instaladas na cidade (e não apenas na área educacional), e também a mais antiga que aqui permaneceu.<sup>83</sup>

Em Curitiba, entre as escolas fundadas pelas Irmãs no mesmo local de ensino, o Colégio São José, um chama a atenção por seu ineditismo: a Escola Técnica de Comércio São José, fundada em 1942 como Instituto Comercial São José - o único estabelecimento católico de ensino voltado à formação feminina em área técnica de comércio na cidade. A Escola merece destaque principalmente ao se considerar que as instituições femininas católicas de ensino ainda se organizavam para a fundação das escolas normais na capital paranaense. Nos anos seguintes, o Colégio São José comporia um quadro que se assemelha hoje aos dos centros de educação profissional, pois se voltaria para a profissionalização feminina em três áreas diferenciadas deste ensino: além do comércio, a saúde (com a Escola de Enfermagem Madre Leonie, em 1953) e a educação (com a Escola Normal Maria Imaculada, em 1955).<sup>84</sup> Mudanças aconteceriam na organização curricular, espacial e administrativa dos cursos, mas essa é uma outra história.

---

<sup>83</sup> Por exemplo, em 1958, as Irmãs tinham 13 das 81 casas religiosas no Paraná, sendo elas 179 religiosas das 810 existentes, com 6 colégios católicos femininos (além dos já citados, o Educandário São José, em São José dos Pinhais, desde 1941) dos 45 existentes no estado, com 2.593 alunas das 10.540 matriculadas em colégios católicos femininos, 8 institutos de caridade dentre os 29, e 1.467 internados dos 4.838 internos. (FEDALTO, Pedro. op. cit., p. 355; 357)

<sup>84</sup> O Colégio São José é o estabelecimento de ensino que congregou tais escolas (inclusive a primária e a ginásial), fundadas no mesmo local de ensino. Todas contavam com corpo docente e diretivo próprios, porém, submetidos administrativamente ao Colégio, assim como este à Congregação das Irmãs de São José no Paraná.



## 1.2 O ensino secundário e profissional em Curitiba nas décadas de 1930 e 1940

Nos primeiros anos da República inegável foi o destaque para a educação primária, como investimento do setor educacional, para boa parte das instituições educacionais públicas e particulares de Curitiba.<sup>85</sup> E ainda que o ensino somente contemplasse a terça parte das crianças paranaenses em idade escolar e a sua difusão estivesse centralizada e regionalizada à capital do estado, continuaria sendo este ensino, o primário, o centro da atenção do estado e dos municípios até primórdios da década de 1930:

**TABELA 5 – O ENSINO SEGUNDO SUAS CATEGORIAS: PARANÁ, 1933<sup>86</sup>**

<b>Categorias do ensino</b>	<b>Instituições</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Frequência</b>	<b>conclusões</b>
Primário	1.081	69.140	38.801	3.752
Secundário	12	2.036	1.941	258
Doméstico	3	173	129	-
Técnico-industrial	1	342	300	2
Comercial	6	174	170	18
Artístico	-	-	-	-
Normal	6	978	854	215
Superior	11	924	826	86
De outras categorias	14	763	576	104
<b>Paraná – Total</b>	<b>1.134</b>	<b>74.530</b>	<b>43.597</b>	<b>4.435</b>
<b>Brasil – Total</b>	<b>32.340</b>	<b>2.446.092</b>	<b>1.628.656</b>	<b>179.625</b>

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.322; 330; 334; 338.

Com 1.081 unidades escolares de ensino primário e com uma matrícula de mais de 69 mil inscritos, o que diverge dos altos números deste ensino é a frequência reduzida drasticamente à metade e o parco contingente de seus concluintes. Estes dados revelam a conhecida dificuldade não apenas de acesso à escola, mas essencialmente de permanência na

<sup>85</sup> A este respeito, veja: OLIVEIRA, Maria Cecília Marins. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Tese. (Doutorado em História da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; e também: *O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

<sup>86</sup> Neste estudo, a opção pelo uso dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (antes, Instituto Nacional de Estatística), ao invés dos dados do Ministério da Educação se justifica, pois estes se mostraram demasiadamente conflitantes com os apurados pelo IBGE sem que se fosse possível compreender esta diferenciação senão pela metodologia empregada na realização da coleta e da apuração dos dados. Neste sentido, compare os dados com o apresentado por: CUNHA, Luís Antonio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. SP: Ed. da UNESP, Brasília: Flacso, 2000, especialmente o capítulo 3, e deste: p.129-141.

mesma.<sup>87</sup> O ensino secundário é limitado a 12 instituições em todo o estado do Paraná – o que não significa dizer que todas eram de ensino público, a mesma observação vale para as demais categorias de ensino.<sup>88</sup> Por sua vez, os 11 cursos superiores estão todos alocados em Curitiba - novamente o investimento educacional voltado à capital.<sup>89</sup> No ensino profissional, em nível médio, aparecem os ramos de ensino técnico-industrial com apenas 1 instituição de ensino<sup>90</sup>, o ensino comercial com 6 instituições com pouco mais de 170 alunos, o ensino normal também com 6 instituições e expressivas 975 matrículas<sup>91</sup> e 1 instituição de ensino doméstico com 173 matrículas.

Uma rápida observação à tabela 5 informa imediatamente a discrepância entre os sistemas de ensino: de um lado o primário, e de outro o secundário junto com o profissional e o superior. O ensino secundário não atendia a totalidade das crianças e jovens em idade escolar no Paraná em 1933 e também não representaria a escolarização completa de seus inscritos, que deixariam o percurso por vários motivos, incluindo a evasão e a reprovação escolar. E o ensino profissional, apesar de sua organização enunciada no país desde o final do

---

<sup>87</sup> Cf.: p.39-40.

<sup>88</sup> O setor privado foi o que difundiu sobremaneira o seu sistema de ensino nas décadas de 1920 e 1930, em todo o Brasil. Em Curitiba, basta observar novamente, as tabelas 2 (instituições particulares) e especialmente a 3 (públicas e particulares) em que quase 50% das instituições de ensino da capital, no ano de 1921, pertencem ao setor privado. A este respeito, SCHWARTZMAN, Simon et al, chama a atenção para um aspecto que confere com os números que se têm aqui trabalhado. Em 1939, quando o número de estabelecimentos do ensino secundário em todo o país era de 629 (Cf. tabela 6), destes, 530 eram instituições particulares. Note que somente em São Paulo, estavam concentradas quase um terço das instituições particulares (196), e quase a metade de todas as escolas públicas do país (44, dentre 99). Os números chamam a atenção para a possível dificuldade de acesso ao ensino secundário (e outros) por parte de camadas da população com menor poder aquisitivo. Nesta lógica, parte do contingente de evadidos da escolarização não poderia ser aí justificada? O número crescente de escolas particulares colabora para compreender a atitude do governo federal em acirrar ainda mais o sistema de inspeção federal das escolas deste nível de ensino e neste período, em todo o país. (SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000, p.206-207)

<sup>89</sup> Cf.: BURMESTER, Ana Maria. (Org.) *Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

<sup>90</sup> Veja mais a respeito: QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: CEFET -PR, 2001.

<sup>91</sup> Interessante observar que, dentre as instituições de ensino profissional de nível secundário, a escola normal terá o maior número de matrículas, dentre os apresentados. Note que a formação de professores no ensino normal acompanha outro sistema de ensino: o primário. Isto porque é preciso investir na formação de professores para o atendimento da demanda que aflui anualmente para o ensino primário – embora sejam tão poucos os que o concluem. Neste caso, no ano de 1933, apesar do alto número de matrículas do ensino primário (ignorando a parca frequência e a ínfima conclusão), há um considerável contingente ainda fora dele.

século XIX com as primeiras iniciativas em 1897<sup>92</sup> e até à reforma Francisco Campos, evidencia a parca participação da demanda em idade escolar nos cursos de ensino técnico de nível secundário no ano de 1933, no Paraná.

Entretanto, é com a constituição do Ministério da Educação e Saúde, na instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1930, que se tem uma significativa tentativa de reordenação geral dos sistemas de ensino em todo o país. Dava-se aí início à política educacional centralizada na esfera federal, e não mais estadual ou municipal que passariam a assumir novas funções perante a execução e a fiscalização das normativas educacionais regidas agora em âmbito nacional. O primeiro ministro da pasta, Francisco Campos, logo expediria em 1931 uma série de decretos com a finalidade de organizar e regulamentar o ensino secundário, o ramo comercial do ensino profissional e o ensino superior.<sup>93</sup>

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida esta série, deu organicidade especial ao ensino secundário que teve estabelecido o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos de estudo (o ‘fundamental’ de formação básica geral em 5 anos e o ‘complementar’ de caráter propedêutico de 2 anos), e a habilitação neste nível de ensino como necessária para o ingresso no ensino superior. Ainda equiparou todos os colégios secundários oficiais no país ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o que poderia ser requerido pelas instituições particulares de ensino desde que se organizassem segundo o decreto e se submetessem à mesma inspeção federal dos colégios oficiais. O Colégio Pedro II, criado em 1837 pelo Governo Imperial, com base no modelo educacional dos liceus da França, não foi apenas concebido para ser o modelo nacional de escola secundária como o foi plenamente e ainda afirmado na reforma Campos. O modelo de estudo difundido neste Colégio definiu os

---

<sup>92</sup> Cf.: MORAES, Carmem Sylvania Vidigal. Instrução ‘Popular’ e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.) *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.169-204.

<sup>93</sup> Em especial, o Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, sobre a organização do ensino superior; o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, sobre a organização do ensino secundário; e o Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, sobre a organização do ensino comercial e a regulamentação da profissão de contador.

planos de estudos, os programas de ensino e os livros didáticos adotados pelas instituições de ensino de nível secundário em todo o território nacional até meados do século XX.<sup>94</sup>

Contudo, a reforma Campos evidenciou o caráter enciclopédico dos programas do curso, voltado à formação básica do curso fundamental (Português, Francês, Inglês, Latim, Alemão, História, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural, Desenho, Música – Canto Orfeônico) e propedêutica do curso complementar. Este último se diferenciava segundo a intencionalidade do aluno para o ensino superior: as disciplinas para os alunos candidatos às faculdades de Direito eram diferentes dos candidatos à Medicina, Odontologia e Farmácia, que por sua vez, também se diferenciavam dos de Engenharias e Arquitetura. A oferta dos cursos do ensino superior, como se vê, estava limitada ao eixo: área da saúde-direito-engenharias.<sup>95</sup>

Este caráter amplo e vasto do currículo do ensino secundário, tanto quanto o cunho preparatório para a universidade, pouco colaborou para que o mesmo fosse atrativo ou significativo para a maioria da população concludente do ensino anterior. Aliás, se considerada a ‘maioria da população’ brasileira, com poucos anos de escolarização ou analfabeta, necessária mesmo era a ampliação do ensino primário. Por conta disto, o ensino secundário, efetivamente, direcionava-se a uma pequena parcela de estudantes que ainda teriam de lidar com um sistema de avaliação extremamente rígido empregado no curso. Este sistema equivaleria “para o ano todo, 80 argüições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que, durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula.”<sup>96</sup>

Essa rigidez não se limitou à quantificação da aprendizagem em sala de aula, mas se

---

<sup>94</sup> VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: *A escola secundária: modelos e planos* (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p.27-35. Os programas de 1850 a 1951 do Colégio Pedro II foram organizados em livro, veja: VECHIA, Ariclê; LORENZ, K. M. (Orgs.) *Programa de ensino da escola secundária brasileira, 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

<sup>95</sup> Novas possibilidades de estudos superiores se dariam com os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, instituição criada em 1934.

<sup>96</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.137.

estendeu também para aspectos da organização dos sistemas escolares que estavam sendo estruturados a nível federal. “À centralização da burocracia do aparelho escolar correspondeu um aumento do controle do poder central sobre o ensino. Para isso, foi montado no ministério *um serviço de registro de professores e um serviço especializado na inspeção das escolas secundárias estaduais, municipais e particulares.*”<sup>97</sup>

Em 1935, por exemplo, estavam inscritos na Diretoria Nacional de Educação, 2.946 professores, de todo o país, dos quais 2.087 eram homens e 859 mulheres. Destes 2.298 eram brasileiros, 644 de origem estrangeira, e 4 não especificados. Os professores registrados possuíam os seguintes cursos: secundário (1.304), superior (1.210), normal (224), comercial (11) e sem curso completo (197).<sup>98</sup> Sinalizada aí a preponderância do ensino secundário e superior na formação dos professores, em detrimento dos cursos de ensino profissional restritos à sexta parte do equivalente ao secundário e quase equiparados ao número de professores sem curso completo.

Os inspetores federais, por sua vez, passavam por rigorosos testes até serem aprovados por concurso. Tinham várias atribuições regidas em lei e eram responsáveis por verificar o andamento e o cumprimento das normativas federais pela instituição, pelos educadores e também pelos alunos. Os inspetores faziam visitas freqüentes aos estabelecimentos de ensino secundário, públicos e privados, cujos relatórios registravam desde a organização burocrática da escola até o encaminhamento pedagógico das aulas. Logo, o ponto crucial era a manutenção desta ordem na escola e não só a verificação e o registro. Realizavam ainda o acompanhamento do sistema de avaliação dos alunos: dos exames de admissão e apreciação dos critérios de atribuição de notas até a última argüição dos mesmos no curso.

Apesar de ter sido a primeira organização mais sistemática do ensino secundário e

---

<sup>97</sup> CUNHA, Luís Antonio. *O Ensino Profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p.19. *grifos nossos*

<sup>98</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.360.

comercial no país, e centralizado suas ações no Ministério da Educação e Saúde, a reforma Francisco Campos intensificou a diferenciação entre ensino secundário e ensino profissional, ao não colaborar para o contato intercursos entre tais ensinos de nível médio. Também, ao exigir o ensino secundário como única via de acesso ao ensino superior, seu caráter propedêutico acabou por reservar tal curso a uma demanda privilegiada em detrimento dos que se voltavam ao ensino profissional que tinham o acesso dificultado ao ensino superior.<sup>99</sup> Por outro lado, os que optavam pelo ensino profissional nos diferentes ramos de ensino (industrial, comercial, normal, agrícola, doméstico) teriam através da qualificação de seus cursos uma inserção abreviada ao mundo do trabalho. Isto, se concluído o curso técnico que, com os mesmos rigores do sistema avaliativo do ensino secundário, contribuía para impetrar esta finalidade.

A reforma empregada por Francisco Campos, longe de se constituir numa organização democrática era antes autoritária, centralizadora e muito afeita ao fascismo italiano como fonte de inspiração.<sup>100</sup> Esta acabou sendo expressa nos decretos de sua autoria, e que, ademais, retomaria o laço com uma instituição que havia sido relegada das instâncias decisórias do governo no período republicano, a Igreja Católica. Com a integralização do ensino religioso (católico) aos currículos escolares das escolas primária, secundária e normal de todo o país, a aliança entre o Estado e a Igreja fazia-se inequívoca.<sup>101</sup> Suas outras ações contemplariam a reforma do ensino secundário em função dos exames vestibulares e o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras.<sup>102</sup> Embora sua presença na pasta ministerial da Educação e Saúde tenha sido breve, Francisco Campos (1930-1934) estaria bastante presente no governo de Getúlio Vargas, sendo inclusive mentor da carta de 1937 que

---

<sup>99</sup> No caso do ensino comercial, apenas os cursos de perito-contador e atuário davam possibilidade de acesso ao único curso possível para esta demanda no ensino superior: administração e finanças (3 anos).

<sup>100</sup> Cf.: CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.

<sup>101</sup> Este celeuma na implantação da República à p.14. Sobre o tema, especialmente a luta entorno da educação entre os grupos dos católicos e o dos renovadores, confira: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

<sup>102</sup> CUNHA, Luís Antonio. op. cit., 2000, p.20-22.

deflagraria o golpe de estado e a instalação do regime autoritário do Estado Novo que, posteriormente, em consonância com o apogeu e a queda das políticas autoritárias na Segunda Grande Guerra, sofreria declínio em 1945.<sup>103</sup>

Este regime seria também acompanhado de perto por outro ministro proeminente da pasta da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de personalidade conciliatória e de resistência às políticas mais autoritárias do período.<sup>104</sup> Tendo estado à frente da pasta durante onze anos (1934-1945), Capanema imprimiria uma política educacional considerada a mais duradoura e longa do país.<sup>105</sup> As Leis Orgânicas do Ensino, ou ainda a Reforma Capanema, como ficou conhecida a coletânea de decretos-lei e legislação complementar publicada entre os anos de 1942 a 1946, redefiniu a estrutura dos sistemas de ensino primário, secundário e profissional em todo o território nacional.<sup>106</sup> Foi esta legislação a base sobre a qual se constituiu o encaminhamento da Escola Técnica de Comércio São José durante os anos que se seguiram ao de 1943 e até às mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, em 1961.

A reforma Capanema trouxe várias modificações em comparação à reforma anterior de Francisco Campos. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, por exemplo, com noventa e seis artigos e organizada em oito títulos, passou a compreender o ensino secundário nos seguintes ciclos de ensino: o ginásial, de primeiro ciclo com duração de quatro anos, e o segundo ciclo com dois cursos paralelos, o clássico e o científico, cada um com três anos de duração - os

---

<sup>103</sup> A existência de uma 'pedagogia do Estado Novo' é acurada por: CUNHA, Célso. op. cit. Veja também, GANDINI, Raquel. *Intelectuais, estado e educação*: revista brasileira de estudos pedagógicos, 1944-1952. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995, especialmente, a ideologia estadonovista e a educação nacional veiculada nos editoriais da revista brasileira de estudos pedagógicos, p.65-75.

<sup>104</sup> Veja, SCHWARTZMAN, Smon. BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

<sup>105</sup> Cf.: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

<sup>106</sup> De certa forma, Capanema atingiria até mesmo o ensino superior, quando, por exemplo, da proposição de cursos superiores específicos para os concluintes do ensino técnico comercial. Na Lei Orgânica respectiva a este ensino, há menção para a organização de cursos do ensino superior afins a área comercial. Apesar de, no decreto da lei orgânica de 1943, não estar concluída tal organização ela se materializa dois anos depois, na constituição dos cursos de Ciências Contábeis e Atuariais e o de Ciências Econômicas. Cf.: p.128, nota 2; p.158-162.

cursos clássico e científico se diferenciariam pelas disciplinas escolares ofertadas, porém seus currículos estiveram bastante assemelhados na sólida cultura humanística, elemento distinguível da concepção educativa de Capanema.<sup>107</sup>

Os estabelecimentos de ensino secundário também seriam de dois tipos: o ginásio destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo e o colégio destinado a ministrar, além do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Concluído o ensino secundário, e com a devida prestação dos exames de licença, ficaria assegurado aos candidatos, o ingresso em qualquer curso do ensino superior. O acesso à universidade também seria possível aos alunos concluintes do ensino profissional de nível secundário, porém restrita aos cursos de sua especialidade.<sup>108</sup> Para esta demanda, ficou organizada uma série de cursos em nível médio que prepararia o jovem para a vida do trabalho. Na reforma Capanema, ao lado do ensino secundário, o ensino profissional deste nível teve uma lei orgânica para todos os diferentes ramos deste ensino e não somente o comercial, como na reforma Campos<sup>109</sup>, mas além dele, a oficialização do ensino industrial, do agrícola, do normal e do doméstico. Objetivava-se com esta reforma coadunar a educação ao processo de industrialização ‘de base’ em curso, marca do governo varguista.<sup>110</sup>

A reforma do ensino secundário, de Capanema, estabeleceu ainda uma série de prescrições especiais sob a perspectiva da educação da mulher o que ressaltou a concepção contrária à co-educação e enfatizou a educação diversa para ambos os sexos. Primeiro, recomendava-se a educação secundária das mulheres em estabelecimentos exclusivamente

---

<sup>107</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 208-209.

<sup>108</sup> No caso do ensino comercial será esta uma grande diferença em relação à reforma Campos. O próprio Capanema afirma esta diferenciação em sua Exposição de Motivos que precede a Lei Orgânica deste ensino: “Finalmente, o ensino comercial se articula com o ensino superior, pelo direito que é atribuído aos que concluírem **qualquer dos cursos comerciais técnicos** de ingressar em curso de ensino superior relacionado com os estudos de segundo ciclo concluídos.” (CAPANEMA, Gustavo. *Exposição de motivos: Lei Orgânica do Ensino Comercial*, 1943. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957, p. 9 *grifos nossos*)

<sup>109</sup> É importante frisar que a reforma Campos, de 1931, não só oficializa o ensino comercial no país, como também, regulamenta a profissão do contador, sendo base para as regulações que o seguiram na área.

<sup>110</sup> Veja, LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



femininos. Segundo, se isto não fosse possível, que se fizesse em classes exclusivamente femininas. Terceiro, a inclusão da disciplina escolar de Economia Doméstica, específica para a formação feminina, incorporada ao currículo de “todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico”.<sup>111</sup> E, por último, a orientação metodológica dos programas de ensino prescrevia a ênfase na ‘natureza da personalidade feminina’ e na ‘missão da mulher dentro do lar’.

Era evidente a diferenciação pretendida ao ensino da mulher. Entretanto, em relação, ao menos ao terceiro aspecto, a disciplina escolar de Economia Doméstica não compôs o currículo de ‘todas as séries’ dos cursos como o previsto na legislação e, no caso do ensino comercial, cujas prescrições também o alcançariam, tal disciplina, na orientação de boas esposas e especialmente das futuras ‘donas de casa’, estaria presente apenas na 4ª série do curso comercial básico - em consonância com a legislação educacional posterior a Lei Orgânica.<sup>112</sup> E como forma de garantir a realização da reforma com o controle esperado, e não só nestes aspectos, o ministro Capanema manteria o sistema da inspeção federal da reforma Campos, para o reconhecimento dos cursos nas instituições públicas e privadas de ensino secundário e profissional de todo o país.<sup>113</sup>

Assim, a criação do Ministério da Educação e Saúde aliada às reformas educacionais estabelecidas por Francisco Campos e por Gustavo Capanema nas décadas de 1930 e 1940 instituíram os aportes oficiais necessários para a sistematização do ensino secundário e profissional no país também para as décadas seguintes. É patente a qualificação voltada para o atendimento dos setores produtivos, especialmente, o secundário (indústrias) e o terciário (comércio).<sup>114</sup> O agrícola (setor primário), embora não tenha sido tão valorizado naquele

---

<sup>111</sup> Cf.: Artigo 25, parágrafo 3, da Lei Orgânica do Ensino Secundário. (BRASIL. *Decreto-lei n. 4.244* – 9 abr. 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Distrito Federal, RJ)

<sup>112</sup> Cf.: Artigo 1º, parágrafo único, em que se lê: “*Os alunos do sexo feminino da quarta série do curso comercial básico terão uma aula semanal a mais de cultura geral: a de economia doméstica.*” Fique claro que a chamada não é para ‘uma aula a mais’ da disciplina de economia doméstica, mas para a ocorrência dela mesma no horário das aulas semanais. (BRASIL. *Portaria n. 21* – 14 jan. 1946. Dispõe sobre a limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino comercial e dá outras providências. DF: Diário Oficial, 22 jan. 1946.)

<sup>113</sup> SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 206-207.

<sup>114</sup> Em 1935, dos 41.560.147 brasileiros, aproximadamente 11.888.000 estavam em vários ramos de atividade no

momento, como apresenta a próxima tabela (6), também teria seu ensino contemplado na legislação educacional.<sup>115</sup> A experiência com as grandes guerras, na impossibilidade de importação de técnicos estrangeiros especializados na lide com maquinários, bem como, as novas situações advindas do processo de industrialização do país, incentivado pelo governo getulista desde 1930, também ressoaram na constituição das reformas e implementações educacionais deste período, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). O panorama da educação, no governo getulista, poderia ser resumido no seguinte quadro:

**TABELA 6 – UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO: BRASIL (1932-1947)**

<b>Categorias do ensino*</b>	<b>1932</b>	<b>1933</b>	<b>1937</b>	<b>1941</b>	<b>1942</b>	<b>1943</b>	<b>1944**</b>	<b>1945</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>
Primário	27.662	29.553	38.829	43.134	43.752	43.333	42.952	44.024	46.315	58.502
Secundário	394	417	629	844	886	1.304	1.235	1.282	1.365	1.524
Doméstico	184	332	491	852	873	67	41	65	57	-
Industrial	108	133	157	164	196	1.190	1.263	1.368	1.493	1.810
Comercial	401	416	543	640	721	801	955	1.014	1.123	1.071
Normal	258	328	445	377	372	406	444	539	542	689
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
<b>Total***</b>	<b>29.948</b>	<b>32.430</b>	<b>42.627</b>	<b>48.210</b>	<b>49.311</b>	<b>49.993</b>	<b>49.617</b>	<b>51.368</b>	<b>53.973</b>	<b>67.082</b>

\* Não estão representadas todas as categorias de ensino dispostas nas referidas fontes.

\*\*Dados provisórios da sinopse de 1948.

\*\*\* Há diferença dos cálculos totais em relação às categorias preteridas.

FONTES: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 8, 1947, p.405; Ano 11, 1950, p.397.

O ensino primário, como apresenta a tabela 6, manteve um ritmo de fundações de 2.000 instituições/ano até o início da década de 1940 quando então alcança 43.000 unidades escolares no país; em 1947, registra um salto de 12.000 novas unidades em relação ao ano

país. O setor produtivo com maior número foi o primário (agricultura, pecuária e indústrias rurais), com 8.860.000 trabalhadores; seguido pelo setor terciário (comércio e prestação de serviços), com 1.117.000 trabalhadores, e o secundário (indústria e manufaturas), com 971.000 trabalhadores. O setor terciário atendia: comércio em geral (677.000), transportes terrestres e aéreos (220.000), transportes marítimos e fluviais (120.000), hotéis, restaurantes, casas de diversões e feiras (40.000), bancos, empresas de segurança, penhores, câmbio e operações financeiras (35.000), e as comunicações (25.000). O setor secundário: indústria têxtil (210.000), construção em geral (200.000), metalurgia (160.000), indústria madeireira (100.000), vestuário e tocador (100.000), couro, cortume e artefatos (inclusive calçados, 70.000), mineração (40.000), cerâmica e vidraria (36.000), energia elétrica (30.000) e produtos químicos (25.000). As profissões liberais (professores, contadores, engenheiros, médicos, farmacêuticos, advogados, etc) eram exercidas por 240.000 trabalhadores, quase um terço do número de trabalhadores sem especialização (700.000) em todo o país. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.41; 316)

<sup>115</sup> Sobre o ensino agrícola, entre outros: OLIVEIRA, Milton Ramon P. de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

anterior. Já o ensino secundário demonstrou aumento paulatino dobrando o seu número ao final de uma década (1932-1942); em 1947, registra 1.524 unidades de ensino secundário em todo o país. Na categoria do ensino profissional, o doméstico obteve destaque sobre as demais categorias de ensino - incluso o secundário e exceto o primário - no ano de 1942 com 873 instituições de ensino; depois diminui dramaticamente até a extinção em 1947. Já os ensinos industrial e comercial tiveram ambos ampliação espetacular na década de 1940. Em relação às demais categorias do ensino profissional, o industrial obteve seu maior alcance no ano de 1943 com 1.190 unidades escolares: mais de 6 vezes o total do ano anterior com apenas 196 unidades! Fecha o ano de 1947 com 1.810 unidades deste ensino no país. O comercial, em grande parte do intervalo de 15 anos (tabela 6), manteve aumento gradual: 401 unidades em 1932, 721 em 1942 e 1.071 em 1947. Ainda assim, o ano de 1947 registra leve queda em comparação ao alcance do ano anterior, que marcou 1.123 unidades de ensino comercial no país. O normal registrou percurso um pouco acidentado: 258 unidades em 1932, aumento em 1933 e 1937, queda em 1941 e 1942, e aumento em 1943 e seguintes; fecha o ano de 1947 com 689 unidades escolares. E o agrícola só aparece em 1947 com 11 unidades no país.

O ensino comercial apresenta uma questão interessante que pode ser observada na tabela 6. De 1932 até o ano de 1942, no interstício de uma década, o ensino comercial manteve a liderança no número de unidades escolares de ensino profissional no país - com exceção dos anos de 1941 e 1942 quando o ensino doméstico obteve destaque sobre todos os ramos do ensino profissional. A preponderância do ensino comercial em relação ao normal é mantida em tempo ainda posterior e pelo menos - conforme a tabela - até o ano de 1947. Em relação ao industrial, a supremacia do ensino comercial finda em 1943 quando então este assume a liderança. Seria coincidência esta última ocorrência no mesmo momento em que era aprovada e implementada a Lei Orgânica (Capanema) do ensino industrial? Em síntese, a partir do ano de 1944, depois de anunciadas as Leis Orgânicas do ensino industrial e do

ensino comercial, os dados demonstram a seguinte seqüência (decrecente) considerando o número total de unidades escolares dentre as categorias de ensino profissional e do ensino secundário, no país: industrial, secundário, comercial, normal e demais categorias.

Trazendo estes dados para a região de Curitiba, encontram-se, no ano de 1943, ano letivo inaugural da Escola Técnica de Comércio São José, 392 estabelecimentos escolares situados na capital do Estado. Destes, 27 eram instituições de ensino secundário, 14 de ensino industrial, 11 do ensino comercial, 2 do normal, e 22 estabelecimentos de ensino superior. Deste último, todos se encontravam na capital do estado.<sup>116</sup> Abarcando aproximadamente 18% da fatia de unidades escolares do Estado (2.160 era o total estadual), Curitiba caminha a par da reorganização do cenário educacional e econômico dos grandes centros do país.

Este período entre guerras e, especialmente o final da Segunda Grande Guerra, marcou de forma indelével o cotidiano da cidade de Curitiba: por um lado, as manifestações por vezes violentas contra imigrantes ‘do eixo’ com ataques a casas comerciais, bancos, clubes, indústrias, de alemães, italianos e japoneses (como a revolta que levou 10 mil pessoas, no dia 19 de março de 1942, a sair da Praça Osório depredando tudo que tivesse relação com as três nacionalidades ‘inimigas’), e, de outro, a criação e a obrigatória participação nos serviços de guerra, como o Serviço de Defesa Passiva e o Serviço de Defesa Anti-Aérea, a Liga de Defesa Nacional, a Cruz Vermelha, os Comitês de Socorro, os postos de voluntariado instalados por toda a cidade, etc. A população era conclamada a participar destas organizações, bem como, dos exercícios de blecaute, das campanhas de arrecadação, do pagamento de ‘bônus de guerra’ - tíquetes de auxílio dos custos da guerra, etc.<sup>117</sup> Além disso, a população sofreu com a carístia dos preços (aluguéis, alimentos e fármacos)<sup>118</sup>, o racionamento de alimentos (farinha

---

<sup>116</sup> IBGE. *Anuário do Brasil*. Ano 8, 1947. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948. p.406.

<sup>117</sup> BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. *O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial*. Curitiba, vol. 22, n. 107, out. 1995, p.5-31. “*Dos vinte e cinco mil soldados brasileiros selecionados pela FEB [Força Expedicionária Brasileira], cerca de dois mil eram paranaenses. (...) De igual modo, das 67 enfermeiras, 9 eram paranaenses.*” (Id, p.2-3)

<sup>118</sup> O auge da carístia dos preços em Curitiba, com o aumento do custo de vida, ocorreu no final da década de

de trigo, açúcar), o racionamento de combustíveis. Entretanto, “a guerra trouxe benefícios para algumas indústrias que, com as dificuldades de importação, sofriam menor concorrência, enquanto outras passaram a exportar seus produtos, provocando um aumento da balança comercial.”<sup>119</sup>

Curitiba centralizava um grande número de indústrias e de serviços desde o início da década: “em 1940, contava com 140.656 habitantes e 83,4% das indústrias do Estado estavam na Capital, bem como 74,5% dos serviços.”<sup>120</sup> Eram muitas as possibilidades de trabalho que se apresentavam na cidade, inclusive para a mulher. A atuação das mulheres nas atividades vinculadas à prestação de serviços e ao comércio não seria dado novo, posto que nos jornais das décadas de 1920 a 1940 o trabalho profissional da mulher foi descrito: “nos empregos domésticos, livrarias, confeitarias, bares, lojas, salões, ateliers[sic] e escritórios. Atividades que exigiam andança pela cidade também eram realizadas pelas mulheres, na posição de leiteiras, floristas, vendedoras de verduras ou bilhetes de loteria. Atuavam também como enfermeiras, parteiras e professoras. Algumas chegaram às faculdades”.<sup>121</sup>

Ao lado da expansão industrial e comercial, e da participação da mulher em diferentes atividades dos setores produtivos, a capital paranaense sinalizava mudanças também na fisionomia da urbe que com a construção de arranha-céus em estilo modernista, o

---

1940. O custo do quilo de pão, por exemplo, no ano de 1938, na cidade, era de Cr\$ 1,90. No ano de 1947, o mesmo quilo de pão passou a custar Cr\$ 7,60 - sendo mais caro ainda que os Cr\$ 5,40 cobrados no Distrito Federal. Neste mesmo ano, e com o mesmo quilo de pão, 18 capitais brasileiras, ou seja, a maioria das 25 capitais do país, àquele ano, cobravam abaixo do valor em Curitiba variando entre Cr\$ 4,60 a Cr\$ 7,00. As demais capitais (7), cobravam acima e até Cr\$ 12,80 como no caso único de Boa Vista - Roraima. (IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p.322)

<sup>119</sup> BOLETIM INFORMATIVO, op. cit., 1995, p.32.

<sup>120</sup> GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945*. Curitiba, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p.1.

<sup>121</sup> Id., p.2-3. A respeito das mulheres que cursaram faculdade, Ildefonso Puppi afirma: “A primeira aluna do curso de engenharia civil [da Escola de Engenharia do Paraná, desde 1916], Ruth Dória de Oliveira, despontaria somente em 1931. Destacando-se com a segunda melhor média global entre os 32 candidatos nos exames vestibulares e concluindo com êxito as duas primeiras séries do currículo escolar, desistiu da matrícula no terceiro ano. Passaram-se quase dez anos para que surgisse a segunda aluna, que foi a primeira a diplomarse em 1945, Enedina Alves Marques. (...) Formada, exerceu a profissão na área da construção civil por muitos anos, até o fim de sua vida”. Enedina foi a primeira jovem mulher negra a formar-se engenheira civil em Curitiba pela Escola de Engenharia do Paraná. (PUPPI, Ildefonso Clemente. *Fatos e reminiscências da Faculdade*. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986, p.123)

remodelamento das praças, o limite das ruas e outros signos da cidade visavam dar ao município aspectos de uma verdadeira capital do século XX. Exemplo disso é o Plano de Urbanização de Curitiba<sup>122</sup>, de 1943: “no início dos anos 40, os jornais da capital propagandeavam o Plano Agache como uma verdadeira revolução urbana que mudaria completamente a fisionomia da ‘caboclinha dos pinheiros’.”<sup>123</sup>

A década de 1940 sinaliza, portanto, mudanças no aspecto da educação profissional de nível secundário em Curitiba, embasada pelas transformações na organização do ensino a nível federal, bem como, nas mudanças da própria cidade. Tais transformações encontraram ressonância na organização da Escola Técnica de Comércio São José e do próprio Colégio que em meados da década seguinte (1950), viria a investir ainda mais no ensino profissional das jovens curitibanas, com a constituição dos cursos de enfermagem e o normal, no mesmo local de ensino. A formação de mulheres contadoras e contabilistas, como projeto educativo inaugural da profissionalização feminina em nível médio das Irmãs de São José em Curitiba, representou, naquele momento (1942), a possibilidade de formação diferenciada em relação às demais ofertas dos colégios congêneres visando a participação da mulher num mundo urbano que se transformava, inclusive com a acomodação dos problemas econômicos e comerciais causados pela Segunda Grande Guerra. Mas a profissionalização destas jovens mulheres estaria assim, aparentemente, tão longe dos ideais da educação feminina católica que caracterizam esta formação? É preciso pensar esta educação/formação.

Quando o primeiro grupo da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry aportou no Brasil, em 1859, seu objetivo era educar jovens da elite paulista. A organização do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, responderia à demanda para formação das filhas dos grandes políticos, depois grandes cafeicultores, da província de São Paulo, em breve a mais rica do país. Para o desenvolvimento de seu projeto educativo, as Irmãs

---

<sup>122</sup> Para além deste plano de urbanização da cidade de Curitiba, veja: OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

<sup>123</sup> BOLETIM INFORMATIVO. op. cit., 1996, p. 69. *grifos no original*

contariam com o apoio da oligarquia local que “não pretendeu, de fato, a modernização – pretendeu, sim, avanços naquilo que pudesse significar aumento de produtividade (máquinas, ferrovias, bancos, trabalho assalariado) ou reordenações no âmbito político, mas não via com bons olhos as novas idéias de liberdade, igualdade, profissionalização feminina.”<sup>124</sup> Seu objetivo educacional então conviria, de certa forma, com os interesses daquele grupo: “formar jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem na família e na sociedade [inclusive entre ‘o povo’] os valores do catolicismo conservador [ultramontano].”<sup>125</sup>

Aquele ideal de formação das jovens que começou a ser implementado em Itu, a partir de meados do século XIX, ganhou outras terras. Em Curitiba, foi o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, criado em 1907 pelas Irmãs de São José<sup>126</sup>, que traduziu os ideais e os métodos do colégio ituano. O uniforme, “vestido azul-marinho com golas e punhos azuis-celestes, sapato preto e meias pretas”<sup>127</sup>, cumpriu a função de tornar as moças todas iguais – na recusa do corpo, na ausência da vaidade. As disciplinas escolares procuravam muito mais forjar uma dama, apta à vida social, ao papel virtuoso e cristão de mãe-educadora, do que em conhecimentos científicos.<sup>128</sup>

Desde a sua fundação e até 1942, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi percebido como o local de refinamento das ‘diletas filhas da elite paranaense’ onde as jovens eram iniciadas no aprendizado da polidez, corretamente educadas, com valores religiosos e caritativos, aprendendo a se comportar em público e no recôndito do lar, ao mesmo tempo

---

<sup>124</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. op. cit., p.15; 101-102.

<sup>125</sup> Id, p.76.

<sup>126</sup> Da mesma congregação que origina o ‘Externato São José’ (Colégio São José) em 1902, este, primeiro Colégio das Irmãs de São José na capital paranaense.

<sup>127</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. op. cit., p.79.

<sup>128</sup> O currículo do internato em Itu, e modelo para estabelecimentos de ensino congêneres em todo o país, era composto por mais de 15 disciplinas cumpridas em oito anos de estudo, sendo elas: Instrução Religiosa, Gramática Portuguesa, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Botânica e História Natural, Noções de Física, História Sagrada e Profana, Caligrafia, Literatura – Gênero Epistolar, Francês, Trabalhos Manuais, Obras de Gosto – flores, tapetes, bordados; Lições Especiais: Inglês, Piano, Canto, Desenho e Alemão. Obrigatórias para todas as séries: Catecismo, Francês, Estilo e Trabalhos Manuais. (CUNHA, Maria Iza Gerth da. op. cit., p.100)

com modéstia e segurança na educação dos filhos, no trato com o marido, nos cuidados com a casa.<sup>129</sup> As memórias, publicadas em 1982, de Ildefonso Puppi, professor com 25 anos de magistério naquela instituição, expressam a importância que, para muitos, este colégio teve para a conformação de hábitos salutareos às alunas. Mereceu destaque na narrativa de Puppi, a figura de Madre Julia (1882-1959), irmã que dirigiu a instituição por mais de cinquenta anos: 1907-1959. Chama a atenção o detalhamento da personalidade da religiosa:

Os meus 25 anos de atividade didática no Colégio me propiciaram um largo intercâmbio de idéias e análises objetivas, colhendo eu dele tantos influxos salutareos que me capacitam a uma grata manifestação sobre essa criatura admirável. (...) Transparecia a sua formação moral esmerada, a firmeza de caráter e a fé inabalável nos sãos e aprofundados princípios cristãos, que sabia defender com ardor e convicção. A todos tratava com sutileza espontânea e uma suave serenidade de semblante, denotadora de equilíbrio emocional e disciplina interior que lhe permitia manifestar-se a quem quer que fosse de forma delicada e persuasiva sobre os assuntos mais reservados ou de desagrado do interlocutor, sem magoá-lo e, mesmo granjeando simpatia e gratidão. O seu zelo apostólico se evidenciava em toda a ocasião oportuna que se lhe deparava para transmitir ou lembrar um preceito evangélico ou uma norma da boa conduta, quer lecionando, quer conferenciando, quer em uma reunião formal ou informal, ou ainda em uma simples conversa. A sua índole modesta, a seriedade com que encarava a vida e a valorização do tempo que passa repeliam qualquer forma de vaidade pessoal e veleidades, profligando [destruindo] sem piedade futilidades e ostentação mundanas. Sua caridade cristã não admitia a diferenciação de condição social, de situação econômica, raça ou religião. Em particular, era manifesta a solicitude com que acolhia as alunas e ex-alunas de convicção religiosa diversa, pelas quais se fazia estimar, protestantes, judias, ortodoxas e outras que fossem, aliás sempre bem recebidas no Colégio, sem preconceitos e sem restrições. A obra da Irmã Julia se traduz materialmente em empreendimentos construtivos para as instalações do Convento e do Colégio e reimplantação dos seus diversos cursos. Foram realizados em colaboração com outras Irmãs dirigentes, mas neles participou com seu espírito de iniciativa, perspicácia e senso de previsão. Mais expressiva, contudo, é a obra que levou a efeito no campo espiritual e cultural, por seus

---

<sup>129</sup> Veja: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.



méritos pessoais e devotamento ao bem do próximo, da família e da sociedade. Exercendo o ministério de mestra douda, de educadora experiente e de conselheira esclarecida e prudente, por mais de 50 anos, dedicados às suas inúmeras discípulas oriundas de classes de maior conceito e influência social, política e econômica, preparou-as todas para missões e cargos da maior relevância e responsabilidade, no lar, como futuras esposas e mães, no exercício do magistério, ou em outra importante atribuição da alçada feminina. Os reflexos benfazejos de sua dedicação altruísta à boa causa são bastante patentes nos dias atuais e se farão sentir por muitas gerações vindouras.<sup>130</sup>

Interessante também notar, em outras páginas das memórias do ex-professor, a ênfase recorrente para explicar a demanda atendida pela instituição: ‘as adolescentes das camadas de mais destaque’, ‘o escol das meninas-moças das famílias de maior evidência’, ‘inúmeras discípulas oriundas de classes de maior conceito e influência social, política e econômica’. Parece que estas afirmações cumprem uma funcionalidade, ou seja, a de afirmar uma distinção frente às demais instituições educacionais do período. E, a notar que não tenha sido mencionada uma única frase sobre outra instituição de ensino da mesma congregação religiosa, o Colégio São José e sua Escola Técnica de Comércio São José, este também deveria estar entre ‘os demais’.

O detalhamento feito da figura de Irmã Júlia revela princípios educativos em cada observação. Revendo com cuidado tais descrições observam-se valores que aprazem os desejosos de uma boa educação às suas filhas: uma formação moral esmerada que primava pela firmeza de caráter, fé inabalável nos sãos e aprofundados princípios cristãos defendidos com ardor e convicção, tratamento ao outro com sutileza espontânea e uma suave serenidade de semblante, zelo apostólico para transmitir ou lembrar um preceito evangélico ou uma norma da boa conduta, índole modesta, seriedade com que encarava a vida e a valorização do tempo que passa repelindo qualquer forma de vaidade pessoal e veleidades, destruindo

---

<sup>130</sup> BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. *Mère Júlia do Cajuru*. Curitiba, ano 9, n. 69, dez. 1982. p.5; 8-10.

futilidades e ostentações mundanas, na caridade cristã, na solicitude com que acolhe pessoas de convicção religiosa diversa, espírito de iniciativa, perspicácia e senso de previsão, devotamento ao bem do próximo, da família e da sociedade.

Quem, podendo, omitiria estas virtudes na formação de suas filhas? Quesitos, não poucos, que as levariam ao exercício, como declarado, de missões e cargos da maior relevância e responsabilidade: no lar como esposas e mães, no exercício do magistério, ou em outra importante atribuição ‘da alçada feminina’. E esta relevância ao trabalho feminino, apresentada na visão de Puppi, não era exclusividade das Irmãs de São José, mas estudos de outras congregações religiosas femininas, inclusive de outras localidades, permitem verificar os mesmos aspectos sendo reforçados na formação da jovem mulher, como em Ponta Grossa no Paraná ou em Canoinhas em Santa Catarina, para ficar apenas em dois exemplos da região sul do Brasil.<sup>131</sup>

Assim, diferentes colégios católicos femininos, durante longo tempo, dedicaram-se ao atendimento exclusivo da demanda constituída por filhas da elite do local de sua instalação, sendo que para eles a profissionalização era componente dispensado na formação, valorizado o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática. O piano e o francês eram aspectos complementares juntamente com “as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, [que] também faziam parte da educação das moças (...) O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas.”<sup>132</sup>

Por outro lado, a profissionalização era algo que interessava especialmente às filhas das demais camadas sociais, mais pobres, sem grandes possibilidades de casamento com ‘um

---

<sup>131</sup> Veja, CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. op. cit.; CARVALHO, Férmina Cassemira de Paula e Silva. *Igreja Católica e educação feminina em Santa Catarina: a trajetória do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a formação de professores – Canoinhas (1921-1956)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>132</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.444-446. *grifos no original*

bom partido'. Na perspectiva de possibilidade profissional às mulheres, cintila o trabalho com o magistério nas séries iniciais. O cuidado com as crianças poderia significar, de um lado, a *extensão do lar* e assim um trabalho possível e complementar à mulher, e de outro, a real ocupação no mercado de trabalho. Começaria aí, a profissionalização de parte significativa das mulheres brasileiras.

Alguns afirmam que “o fato de [as mulheres] não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolado pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram com que a profissão [do magistério] rapidamente se feminizasse.”<sup>133</sup> Outros sugerem que o processo da urbanização e da industrialização do país, ampliando a oportunidade de trabalho para os homens, os fizeram deixar as salas de aula em busca de atividades mais rendosas, sendo este o ponto fundamental da questão.<sup>134</sup>

Esta tese de um possível, como interpretado, ‘abandono masculino’ das atividades que se feminizam tem tido bastante aceitação nas discussões acerca do tema, especialmente num campo em que a entrada das mulheres suscitou uma discussão ambivalente: de um lado, indagava-se a capacidade feminina para assumir tal atividade, e de outro, a idéia de que as mulheres tinham uma inclinação para o trato com as crianças. Da mesma forma, aquela idéia de ‘primeira educadora’ e do magistério como ‘extensão da maternidade’ são bem aceitas no campo, e além de agregar o discurso vocacional e de promover o entendimento do magistério como atividade de ‘amor e de doação’, servem ainda como justificativa para a saída dos homens das salas de aula. Tem-se somado a tal justificativa, o fato deste trabalho poder constituir-se em apenas um turno, permitindo a interpretação de que no outro período cumprem-se as obrigações domésticas. É neste aspecto que a mudança no campo do magistério acompanha também a mudança no prestígio do exercício da atividade que passa a

---

<sup>133</sup> Cf.: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. SP: UNESP, 1998, p.23-24.

<sup>134</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., p.449-454.

ser considerada como complementar e, justificando, em parte, a desvalorização do magistério, pois entendido como trabalho vocacional, o magistério não representaria, uma fonte de renda imprescindível para as mulheres, mas uma atividade meramente complementar a do lar.<sup>135</sup>

Desta forma, as idéias de magistério missão/vocação e de magistério como atividade possível devido ao ‘abandono masculino’ se sobrepõem. Ainda assim, a entrada da mulher no trabalho com o magistério se daria de maneira controlada e vigiada. Sendo um trabalho fora do espaço doméstico, mesmo na escola, ele também representaria um risco para sua feminilidade e de um possível descaso ao espaço privado. Fazia-se então preciso controlar esta mulher que se desloca do ambiente privado para o público. A preocupação é quanto a função social primeira da mulher na sociedade burguesa que não pode se desviar da missão a qual foi eleita, na valorização da intimidade e da maternidade, pois: “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade [da família burguesa], um tesouro social imprescindível.”<sup>136</sup>

Por isso, desenvolveu-se a concepção de transitoriedade do trabalho da mulher fora de casa cujo abandono imediato se daria quando lhe fosse imbuída sua principal tarefa feminina, o de esposa e o de mãe. O trabalho seria aceitável, portanto, até o momento do casamento. Por outro lado, este caráter “provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos. Afinal o sustento da família cabia ao homem”.<sup>137</sup> E ainda: “muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas

---

<sup>135</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., p.449-454.

<sup>136</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p.223.

<sup>137</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., p. 454.

carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade.”<sup>138</sup> A preocupação com a desagregação familiar<sup>139</sup> e com o cuidado na educação dos filhos estavam pautados no ideal de revalorização do lar. ‘O lugar da mulher no lar’ e a imagem de ‘mãe-esposa-dona de casa’ era “pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa.”<sup>140</sup> Mais tarde, seria atribuído às mulheres, especialmente a das camadas médias<sup>141</sup>, outras expectativas em vista da nova sociedade urbano-industrial: a de gerente eficiente do lar e a de companheira adequada perante a sociedade.<sup>142</sup>

Esta revalorização do espaço doméstico também tem muita semelhança ao ocorrido nos países da Europa no pós-guerra quando lá empregaram uma ofensiva ideológica de retorno das mulheres ao lar, especialmente direcionada às mulheres casadas, como parte do processo de reconstrução nacional e do repovoamento das nações. As estratégias para este intento foram apoiadas pelas ligas católicas, e os instrumentos desta política consideraram: a invenção da mãe-educadora, a dona de casa racional, e a abertura de escolas e cursos de

<sup>138</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p.585.

<sup>139</sup> “Os positivistas, os liberais, os médicos, a Igreja, os industriais e mesmo muitos operários anarquistas, socialistas e, posteriormente, os comunistas incorporaram o discurso de valorização da maternidade, progressivamente associado ao ideal de formação da identidade nacional. Nos anos 20 e 30, [do século XX] a figura da ‘mãe cívica’ passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação. A imagem de Santa Maria foi fortemente valorizada, enquanto nas artes a figura da ‘mulher fatal’, poderosa, ameaçadora e demoníaca, como Salomé, invadia o palco e fazia grande sucesso. Quase todas as atrizes desse período, Theda Bara e Louise Brooks no cinema, interpretaram Cleópatra, Laís, Circe, Eva, Dalila ou Salomé, esta que, com a dança voluptuosa dos sete véus, conseguira a cabeça de João Batista. Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu espaço natural, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público.(...) O ideal da ‘mãe cívica’, trabalhadora moderna e competente mãe de família, participante dos debates nacionais, era retomado e difundido por toda a sociedade.” (RAGO, Margareth. op. cit., p. 592; 594) Veja também: BERTUCCI, Liane Maria. O futuro ameaçado: a preocupação com a descendência nos jornais operários. São Paulo, início do século XX. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p.237-257.

<sup>140</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.) *História da vida privada no Brasil*. vol.3 São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.374.

<sup>141</sup> Classe média, em termos sociológicos, designa “o estrato, dentro de uma estrutura social, considerado intermediário entre a classe alta e a classe operária.” Utilizando o critério de ocupação: empregados de escritório, de comércio, com mínimo de qualificação; qualificados operários e empregados nas indústrias, comércio e serviços; militares, profissionais liberais, intelectuais independentes, dirigentes e administradores de empresas. (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. RJ: Ed. da FGV, 1986, p.192-194; p.192 - citação)

<sup>142</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria L. op. cit., p.396.

economia doméstica.<sup>143</sup> Mas se, por um lado, as mulheres casadas da Europa cedem às pressões ideológicas, por outro, resistem ante o confinamento doméstico e retomam o trabalho assalariado justamente no período de aumento dos empregos femininos nos diferentes setores produtivos da economia europeia, especialmente, o de serviços. “Dois sectores em pleno desenvolvimento representam um papel fundamental no crescimento do emprego feminino [europeu]: os bancos e as companhias de seguros (...) e o funcionalismo público”.<sup>144</sup>

Neste aspecto, o Brasil e a própria cidade de Curitiba, mostram-se bastante assemelhados às ações realizadas nos países europeus do pós-guerra. Esta aproximação se dá seja pela ‘pedagogia do casamento’<sup>145</sup> e pelas estratégias da revalorização do lar, seja pela resistência das mulheres ao confinamento doméstico, ou ainda pela expansão dos setores produtivos. No caso brasileiro, este último aspecto ocorre de maneira crescente e sobretudo a partir dos anos de 1950 e: “representa a medida mais importante da integração das mulheres na atividade produtiva; marca, de certa forma, uma ruptura com o trabalho doméstico, exige qualificação, coloca as mulheres competindo em relativa igualdade de condições com os homens no mercado de trabalho, torna as mulheres assalariadas – membros remunerados da família.”<sup>146</sup> Mas ainda que a aceitação ao trabalho feminino ocorresse lentamente nas relações homem-mulher no pós-guerra e, mais especificamente, nos anos de 1950 no Brasil, ainda assim, será comum, neste mesmo período, as mulheres estudantes e trabalhadoras brasileiras deixarem o emprego no momento do casamento.<sup>147</sup>

Não é difícil compreender o alcance deste ideal de valorização do espaço doméstico às mulheres brasileiras de várias camadas sociais e em diferentes momentos. Limitadas ao ‘mundo doméstico’, à vida do lar, ou no máximo ‘da casa à igreja’, tal era a realidade de

---

<sup>143</sup> LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. vol.5. Porto: Afrontamento, p.508-512.

<sup>144</sup> Id., p. 513.

<sup>145</sup> Veja, MALUF, Marina; MOTT, Maria L. op. cit., p.384-399.

<sup>146</sup> BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.209-210.

<sup>147</sup> Id., p.211-214.

muitas mulheres da sociedade brasileira desde a colônia. Naquele período, as possibilidades de destaque para a mulher se davam através do casamento ou do convento. Mas, se para as mulheres casadas a vida colonial era a ‘reclusão feminina’, a vida no convento, por sua vez, poderia trazer oportunidades de atuação feminina num cenário distinto ao da casa paterna: “os conventos ensinaram a elas [suas internas, e nem todas] aquilo que a sociedade colonial tinha como base fundamental: a questão econômica, a questão do comércio. Nos conventos muitas mulheres apesar do controle masculino exercido pela Igreja e pelos senhores proprietários e negociantes, desempenharam um papel diferente daquele a elas destinado no sistema colonial.”<sup>148</sup>

Muito tempo depois, no Paraná, como em outras partes do Brasil, as mulheres que compuseram a maior parte do proletariado nas primeiras décadas do século XX, também foram alcançadas pelas idéias de valorização do espaço doméstico. Constituindo o contingente de mão-de-obra barata na dura jornada de trabalho como operárias, as mulheres labutavam em espaços produtivos que não competissem com os homens. Nas indústrias de fiação e tecelagem com escassa mecanização, as mulheres juntamente com as crianças formavam o maciço contingente de trabalhadores fabris.<sup>149</sup> Somente com o processo de industrialização no espaço fabril é que as mulheres, bem como os menores, vão ceder o seu lugar à entrada dos homens que estavam presentes, anteriormente, nos setores de metalurgia, calçados e mobiliário. Ainda assim, “muitas mulheres eram costureiras e completavam o orçamento doméstico trabalhando em casa, às vezes até 18 horas por dia, para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria.”<sup>150</sup>

E, na década de 1940, as jovens mulheres curitibanas, que não eram nem operárias,

---

<sup>148</sup> RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação da mulher no Brasil-Colônia*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p.59-62; p.97 (citação).

<sup>149</sup> Veja, BOSCHILIA, Roseli Terezinha. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, 1996. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Confira também: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>150</sup> RAGO, Margareth. op. cit., p.578-581.

nem mulheres trabalhadoras a princípio, e que se voltavam para a continuidade da educação formal em nível secundário, também seriam alcançadas por estas idéias de valorização do espaço doméstico do pós-guerra na cidade, especialmente pelas revistas femininas.<sup>151</sup> E estas jovens mulheres teriam na educação formal possibilidades de reelaboração destas idéias? Considere.

A ênfase na formação feminina em nível secundário, em Curitiba, neste período, era em escola normal, especialmente a que passou a denominar-se Instituto de Educação do Paraná (1946), localizado a módicas quadras da Escola Técnica de Comércio São José.<sup>152</sup> Esta tendência para a formação da mulher no magistério primário foi seguida pelos colégios católicos femininos da capital onde 4 escolas para formação de normalistas foram fundadas nas décadas de 1940 e 1950<sup>153</sup>, além das escolas de Enfermagem (Irmãs de São José, 1953)<sup>154</sup> e de Educação Familiar (Sociedade das Filhas do Coração de Maria, 1953)<sup>155</sup> - esta última ficou conhecida como ‘caça-marido’, muito devido ao entendimento sugerido pelas disciplinas do currículo escolar (puericultura, administração doméstica, relações familiares, culinária e outras) e da proposta de preparação das mulheres para o casamento e a maternidade, embora também formasse professoras para disciplinas do ensino doméstico em nível secundário.

Enquanto os colégios católicos femininos, especialmente na década de 1940, se organizavam para a fundação das escolas normais, as Irmãs de São José iniciam, no mesmo

---

<sup>151</sup> “Os jornais curitibanos [da década de 1950] abordam com freqüência a questão da mulher que trabalha fora, discutindo, entre outros temas, as vantagens e desvantagens de uma carreira para a mulher, o planejamento para organizar o trabalho doméstico sem perder tempo, os benefícios do trabalho parcial fora de casa e os prejuízos que podem trazer para a família o afastamento da mulher do lar.” (ARCHANJO, Léa Resende. Ser mulher na década de 50: representações sociais veiculadas em jornais. In: TRINDADE, Helvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne. (Orgs.) *Mulheres na História: Paraná séculos 19 e 20*. Curitiba: Ed. da UFPR. Departamento de História, 1997, p. 160.)

<sup>152</sup> Veja, IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>153</sup> As escolas normais fundadas eram as dos Colégios: Nossa Senhora de Lourdes (1946), Sagrado Coração de Jesus (1946), Sion (1949) e a do próprio São José (1955).

<sup>154</sup> Sobre esta instituição, veja: PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem em Curitiba de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>155</sup> Veja, FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



período, os trabalhos educacionais com a Escola Técnica de Comércio São José, destoando do conjunto destes estabelecimentos de ensino na cidade. Diante disto, as ações das religiosas suscitam uma indagação em relação a ação pioneira de suas conterrâneas em São Paulo. As Irmãs de São José, em Curitiba, teriam desenvolvido atividade semelhante e assim continuado a messe na formação de mulheres cultas e polidas também em Curitiba, na via do ensino comercial? A resposta parece óbvia, mas teriam elas perpetuado a modelação de mulheres, na Escola Técnica de Comércio, que fariam jus ao dever de serem “boas mães, dedicadas integralmente ao lar, ‘guardiãs da moral’ (...) [cuja] verdadeira vocação profissional feminina era o casamento e a maternidade, permeados de abnegação, sacrifício, cuidado, amor, vigilância, dedicação, proteção, construção do espaço doméstico como sustentáculo da sociedade”?<sup>156</sup>

Um curso comercial destinado à mulher em colégio católico, aparentemente, pouco se encaixaria na perspectiva de uma formação feminina voltada para o espaço doméstico. Por outro lado, encaixa-se perfeitamente perante as mudanças provocadas pela expansão industrial e comercial vivenciadas pelo país e pela cidade naquele período em que despontava a diversidade de atividades produtivas desempenhadas por mulheres, e não só nas instâncias da educação e da saúde. O setor educacional também havia se adaptado a nova realidade produtiva dos setores econômicos da sociedade. E então, à candidata cidadina aos cursos de nível secundário, seriam ofertados, além do ensino secundário, os cursos de ensino profissional, especialmente: o normal, o comercial e o doméstico.

O próprio curso comercial não significaria novidade à educação das jovens curitibanas. As mulheres da chamada Primeira República já contavam, no sistema público, com o ‘Instituto Comercial do Paraná’, fundado em 1905 e em atividade entre os anos de 1910 a 1931. Outras instituições se somariam ao ensino comercial, como o Curso Comercial

---

<sup>156</sup> CUNHA, Maria Iza Gerth da. op. cit., p.117.

da Escola Alemã/Colégio Progresso, que logo passaria a outras denominações e intervenções até ser anexada à Faculdade de Direito do Paraná, em 1943.<sup>157</sup> Aliás, é neste decênio que ocorre uma guinada do ensino comercial em Curitiba quando novas instituições, como a Escola Técnica de Comércio São José, e outras não tão novas assim, como a Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná, a Escola Técnica de Comércio ‘De Plácido e Silva’, e a Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná se somam às possibilidades de realização deste ensino profissional em Curitiba - Paraná.

Neste sentido, questiona-se que motivos podem ter colaborado para que as jovens mulheres realizassem o curso técnico comercial da Escola Técnica de Comércio São José e não seguissem ‘naturalmente’ o caminho da escola normal, uma vez que recentes estudos indicam que o magistério ou a escola normal representou, na década de 1940, especialmente em Curitiba, o ponto alto para a formação da jovem mulher?<sup>158</sup> Seria mesmo a ‘expansão capitalista’ da cidade e o desejo (ou necessidade) de exercer o trabalho que as mulheres começaram a invadir os espaços masculinos trocando as “femininas máquinas de costura pelas de escrever”?<sup>159</sup> Ou ainda, a resistência às idéias de valorização do espaço doméstico?

As possibilidades de resposta começam a ser delineadas.

---

<sup>157</sup> “Criado em 1936, pela *Verein Deutsche Schule* [Sociedade Escolar da Escola Alemã], associação escolar mantenedora do Colégio Progresso, o Curso Comercial visava a preparar alunos e alunas para a carreira profissional.” (SOUZA, Regina Maria Schimmelpeng de. *Curso Comercial Colégio Progresso*, texto inédito, maio 2004. *grifos no original*) Depois, o Curso Comercial passaria a denominar-se ‘Academia de Comércio Progresso’ e, ainda, ‘Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’ até que seria, em 1944, a ‘Escola Técnica de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’. A história de parte da trajetória educacional da Escola Alemã/Colégio Progresso, em Curitiba, as tensões e os constrangimentos do ensino da língua e cultura alemã para teuto-brasileiros durante o governo de Getúlio Vargas nas suas incisivas estratégias nacionalistas, em especial, no período do Estado Novo, cf.: SOUZA, Regina Maria Schimmelpeng de. *A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso. Curitiba, 1930-1942*. Curitiba, 2003. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. (CD-ROM)

<sup>158</sup> Veja, IWAYA, Marilda. op. cit. E também: FUCKNER, Cleusa Maria. op. cit.

<sup>159</sup> GANZ, Ana Maria. op. cit., p.111.

## **CAPÍTULO 2**

### **A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

“Obediência com independência e  
respeito sem subserviência”



## **CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **2.1 Pensando o futuro, materializando o sonho: o Instituto Comercial São José**

A Diretoria do INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ tem o prazer de comunicar às Exmas. Famílias paranaenses, especialmente às desta Capital, o deferimento do seu pedido de funcionamento dos seus cursos de comércio, [sendo eles:] PROPEDEUTICO e CONTADOR, no corrente ano letivo, conforme autorização constante de telegrama n.499, de 16-3-43, do Exmo. Sr. Dr. Diretor da Divisão de Ensino Comercial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde.<sup>1</sup>

Em 30 de março de 1943, a *Gazeta do Povo* finalmente anuncia, à página 4, a abertura dos cursos e o funcionamento do Instituto Comercial São José, primeira denominação dada ao projeto educativo das Irmãs de São José com o ensino profissional, na capital paranaense. (Veja o anúncio na íntegra, anexo 3) Fazendo valer o dito popular ‘antes tarde do que nunca’, visto o justo prazo para os exames de admissão e início do ano letivo, a instituição, sob inspeção federal a cargo de Carlos Sternberg Valle, apresenta seus cursos comerciais (propedêutico e contador) e inaugura um período de destaque para o ensino profissional feminino em nível secundário, especialmente, dentre os estabelecimentos de ensino católicos de Curitiba.

O Instituto Comercial São José foi fundado em 11 de novembro de 1942. A base legal para sua constituição deveu-se a reforma de Francisco Campos e as demais leis complementares referentes ao ensino comercial. Sua fundação, portanto, é anterior à

---

<sup>1</sup> GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de mar. 1943, p.4.

Lei Orgânica do Ensino Comercial, de Capanema, que só seria decretada em dezembro de 1943. Nesta lei, a escola reorganizará seus cursos, horários de aulas, corpo docente e até sua própria identificação para satisfazer as novas exigências educacionais e adaptar-se para o próximo ano letivo, o de 1944. Mas inicialmente faz-se relevante considerar a trajetória que levou à constituição do primeiro projeto de ensino profissional em nível médio das Irmãs de São José no Paraná, o do Instituto Comercial São José.

O Colégio São José de Curitiba\* foi fundado em 1902, iniciando sua missão em modesta casa de madeira adquirida por D. José de Camargo Barros [1º Bispo da Diocese de Curitiba criada em 27 de abril de 1892].<sup>2</sup>

O ‘Externato São José’ iniciou suas atividades, em pequena casa de madeira, no dia de São José: 19 de março, de 1902. Inaugurado pelas Irmãs da Congregação de São José operava inicialmente na rua Alferes Poli, próximo ao centro da capital paranaense. Foi o primeiro empreendimento das Irmãs na área educacional em Curitiba. Atendia crianças de ambos os sexos até os sete anos de idade<sup>3</sup> e funcionava em regime de ‘externato’ aceitando somente alunos externos, ou seja, alunos que não moravam no colégio. Durante bom tempo, os cursos ministrados correspondiam às matérias do curso primário.

Em 1906, devido ao número sempre crescente de alunas, foi a escola transferida para o local em que ainda hoje se acha, à Praça Rui Barbosa, 659.<sup>4</sup>

---

\* Antes, Externato São José (1902-1942?), Ginásio São José (1948-1961?), e então, Colégio São José (1938- atual). Anexa ao Colégio São José: o Instituto Comercial São José (1942-1943), depois Escola Técnica de Comércio São José (1944-1988).

<sup>2</sup> FEDALTO, Pedro. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, s.d.[1958?], p.250.

<sup>3</sup> É uma peculiaridade do Colégio o atendimento de crianças de ambos os sexos até os sete anos de idade. Em 1948, por exemplo, havia 72 alunos de ambos os sexos no jardim de infância do Colégio. (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO. *Ginásio São José*. Curitiba, 1948)

<sup>4</sup> PASTA ATOS LEGAIS. *Histórico escolar do Colégio São José*. Curitiba, s.d..



**Figura 1 – Alunos acenam à frente de uma das faces do Externato São José, rua Emiliano Pernetá, anterior a 1942. Foto: Photo Weiss, C.B., Curitiba.**

**Fonte: Arquivo Colégio São José, Curitiba.\***

Do pequeno terreno da rua Alferes Poli para o mais avantajado e fronteiro à praça, foram apenas 4 anos. A nova sede do Colégio havia sido paragem de um aquartelamento de propriedade do Ministério da Guerra.<sup>5</sup> O prédio requeria constantes reformas como a realizada em 1929 com a construção de um alpendre entre as ruas Aquidaban (atual Emiliano Pernetá), Visconde de Nacar (atual 24 de Maio) e a Praça Rui Barbosa.<sup>6</sup> O lugar, de propriedade da

---

\* A partir de agora, apenas Arquivo C.S.J.. A escolha das fontes iconográficas procurou considerar, além da disponibilidade e da consonância das mesmas ao objeto de estudo: a datação, a mensagem, a composição e a legibilidade das fontes plásticas. Dentre outros estudiosos, tem-se considerado a pertinência dos estudos de: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)*. *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.103-141, 2001; CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

<sup>5</sup> No ano de 1850, naquele endereço, estava instalado um Corpo Fixo da Cavalaria que acabou seguindo para a Guerra do Paraguai. “*O imóvel pertenceu a Joaquim de Souza Ferreira até 1865, quando foi vendido para o Ministério da Guerra por seis contos de réis. (...) No início da década 1870, instalou-se no local o Esquadrão da Guarnição Fixa da Província e, mais tarde, o 2º Corpo de Cavalaria.*” (BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. *Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo*. Curitiba, vol. 23, num. 119, dez. 1996. p.24-25)

<sup>6</sup> Antes da construção de 1942, algumas fases da construção do prédio estão datadas entre os anos de 1906, 1916, e 1935. (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA. *Instituto Comercial São José*. Curitiba, 1943) No caso de

instituição escolar, fazia vizinhança ainda com outras instituições do exército, da saúde e da igreja. As residências particulares eram poucas.

O Largo da Misericórdia, como era conhecido o lugar da praça, abrigava em seu entorno, na virada dos séculos XIX ao XX, além do local da instituição escolar, o 3º Regimento de Artilharia onde havia um depósito de artigos bélicos, o Hospital Militar, a Santa Casa de Misericórdia (1880), e a Igreja Bom Jesus dos Perdões. O 3º Regimento, situado, no início do século XX, onde está a Rua da Cidadania, foi paragem ainda para outros Regimentos (o 6º Regimento de Artilharia, o 2º e o 4º de Infantaria) e Batalhão (15º Batalhão de Caçadores), até a transferência de sua sede para o bairro Pinheirinho, em 1975. O Hospital Militar que ocupou o lugar em que viria a ser do Colégio Iguazu dos descendentes da família Parodi, depois local de uma loja de materiais de construção, permaneceu nos arredores da praça até a sua transferência para outra localidade em 1921.<sup>7</sup>

No lugar da praça, anteriormente o que havia era uma considerável faixa de terra que levaria ainda um bom tempo até ser melhorada em contornos próximos aos atuais. Devido ao seu amplo espaçamento, era um lugar não só de passagem como de comemorações e festejos cívicos e religiosos, de exercícios militares inclusive, além de lazer à população servindo aos jogos de bola de final de tarde. Mas, as condições do local estavam longe de ser as satisfatórias para a população. Piorava então quando chovia, dificultando o tráfego dos transeuntes, carroças, e pequenos automóveis. A este respeito, há um episódio narrado por Ir. Laura Heck sobre o conturbado trajeto ‘Santa Casa-Escola’ em dias de chuva:

Na ocasião das chuvas, ela [a ‘larga rua’] se transformava em extenso lamaçal. De vestido arregaçado, calçando incômodos tamancos, sapatos na mão ou numa sacola,

---

1929, o alvará de licença para tal construção é assinado pelo então ‘Oficial da Secção de Obras’ da Prefeitura da cidade: Lourival Portella Natel. Mais tarde, em 1943, ele será um dos primeiros professores do Instituto Comercial São José, veja: p.119. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITYBA, Directoria de Obras e Viação, Secção de Obras. *Alvará n° 33*. Curityba, 22 de janeiro de 1929)

<sup>7</sup> BOLETIM INFORMATIVO, op.cit., p.19-29.

apanhando chuva, enlameando-se, escorregando e não raro atolando-se, as Irmãs iam diariamente à escola São José.<sup>8</sup>

Apesar da dificuldade que apresentava a área, a mesma só seria transformada pelos projetos de urbanização da cidade empreendidos, especialmente, a partir da segunda metade do século XX!



**Figura 2 - O prédio escolar entre as ruas Emiliano Pernetta (esq.) e 24 de Maio (dir.), no centro da cidade, anterior a 1942. Foto: Brasil, Curitiba.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Da instalação do Externato São José, já mais próximo ao centro da capital paranaense, até a década de 1940, foram ministradas, além do curso primário e jardim de infância, aulas de piano, de bordado e note, de datilografia<sup>9</sup> - curso este de origem remota frente aos investimentos que seriam realizados a partir da década de 1940 com os cursos comerciais. A

---

<sup>8</sup> LAURA MECK [HECK], Ir. *Colégio São José*. In: BOLETIM, op. cit., p.41.

<sup>9</sup> PASTA ATOS LEGAIS, op. cit.



ocorrência da oferta deste curso como ‘extra-curricular’ em uma instituição que contava apenas com cursos de formação como hoje se chama, de educação infantil e de séries iniciais, é significativa. Certamente, o curso de datilografia, não se referia à formação das crianças, mas sim às jovens curitibanas e, dentre elas, àquelas que ensejassem uma entrada breve no mercado de trabalho, em escritórios, casas comerciais, bancos, etc. O curso de datilografia era para estas jovens mulheres. De caráter prático e de curta duração, o curso possibilitava ao seu término um certificado com o qual conferia a capacitação das concluintes para a ocupação de atividades ligadas a prestação deste serviço na cidade. Era o primeiro passo para o alcance de ‘algo mais’ na formação destas mulheres: por que não uma profissionalização mais acurada ante a emergência industrial e comercial da época? Por que não os cursos comerciais... O curso de datilografia poderia ser esta chamada para a realização das atividades comerciais da escola, ao menos, como uma qualificação em área já conhecida do trato educacional das religiosas (diz-se deste curso).

Não menos importante é o destaque para as outras atividades ‘comuns’ ao sexo feminino ofertadas, neste caso, também como cursos extra-curriculares e não como componentes essenciais dos currículos da educação feminina. O piano, o bordado e também o corte e costura, eram eles próprios os cursos extra-curriculares – algo que muito destoa da composição dos currículos de cursos voltados a educação feminina cujos conhecimentos são considerados essenciais para a preparação das jovens ao casamento e à maternidade.<sup>10</sup> Esta diferenciação nos currículos escolares femininos, feita neste caso, permite refletir sobre um outro lado destes conhecimentos. Além da formação de ‘boas moças’, prendadas, dedicadas ao lar, entretidas no espaço doméstico, por outro lado, podem conferir, especialmente às

---

<sup>10</sup> Consultar: FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná; PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia” (1951-1978)*. Presidente Prudente, 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista.

mulheres de classe média, outro sentido agregado àquele: o de uma possibilidade elementar de renda. Assim, com o aprendizado destes conhecimentos com outra finalidade que não somente a pretendida na formação de ‘boas moças’, estes conhecimentos e atividades de que as jovens se apropriam, de maneira voluntária ou não, ganham aí outro sentido. O piano, para as musicistas, poderia até alegrar as tardes dos chás das amigas de casa, mas quiçá de alguma casa de chá! O bordar e o coser, da mesma forma, dado o talento das mesmas, poderia ir além dos remendos e dos cuidados com as vestes familiares.

Isto permite inferir que, por trás do ensino destas refinadas atividades na formação das mulheres, estava presente também o propósito de instruí-las em atividades que as possibilitassem adentrar em alguma fronteira do mercado de trabalho. E, em vista do curso de datilografia, em especial, havia o propósito mesmo da formação destas mulheres para o trabalho. A existência deste curso na instituição situa o envolvimento das Irmãs com a formação de mulheres para o trabalho em outros projetos formativos do Colégio anteriores mesmo ao Instituto Comercial São José.

O empreendimento do Colégio com os cursos comerciais, bem como com o curso de 1º ciclo do ensino secundário (o ginásio), ocorre na década de 1940. Em vista do que se tem problematizado, a constituição do Instituto Comercial São José pode ser traduzida como uma alternativa aos ensinos normal e secundário à época, na cidade de Curitiba. Inclusive, a formação de normalistas era difundida a módicas quadras e na mesma rua pela Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto. Nas décadas de 1940 e 1950, este estabelecimento público de ensino veio a ser o lócus de formação profissional feminina, das jovens normalistas curitibanas. Tanto que, em meados da década de 1950, em seu registro sobre a educação do Paraná, Erasmo Pilotto vai afirmar o “fato demais conhecido da exagerada e desnecessária concentração de professores na Capital”<sup>11</sup> ao comentar o alto

---

<sup>11</sup> PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC/INEP, CILEME, 1954, p.72

índice de reprovações do ensino primário no estado, no ano de 1946. Sinalizava aí a falta de professoras primárias nos municípios interioranos e a centralização das mesmas à capital paranaense.<sup>12</sup> Por sua vez, os colégios católicos femininos, que até então investiam no ensino primário e no 1º ciclo do ensino secundário, o ginásio, vão iniciar, exatamente neste momento, além do 2º ciclo do ensino secundário (clássico e/ou científico), a difusão do ensino normal colaborando para ampliar ainda mais os quadros professorais da cidade.<sup>13</sup>

Outro fator agravaria o quadro do ensino normal e do secundário na cidade: as limitações em relação ao mercado de trabalho aos egressos destes ensinos. No primeiro caso, em processo de saturação como resultado da centralização do ensino à capital do estado<sup>14</sup>, e noutro, na não correspondência às expectativas dos setores produtivos da sociedade que reclamavam a participação de técnicos para o atendimento dos setores industrial e comercial. O ensino de nível secundário com caráter propedêutico estava muito longe desta correspondência entre educação e trabalho. E o ensino profissional secundário estava demasiadamente restrito a poucas instituições. Por exemplo, no ano de 1942, bem depois do fechamento do Instituto Comercial do Paraná (1905-1931)<sup>15</sup> e conforme relata o inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná, Aryon Niepce da Silva<sup>16</sup>, seriam

---

<sup>12</sup> Tal situação, além de encarecer o custo *per capita* do alunado para o erário público - e o da capital estimado em duas vezes a média do estado que era de Cr\$ 504,00 -, também incidiria sobre o custo deste alunado a remuneração das normalistas, considerada “naturalmente, mais alta”. (PILOTTO, Erasmo. op.cit., p.72) Sobre a feminização do magistério em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, veja: SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927)*: um estudo na perspectiva de gênero. Curitiba, 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

<sup>13</sup> Cf. p.42-43; 65-66.

<sup>14</sup> Não raro, normalistas iniciavam os cursos comerciais da Escola. Em 1945, das 9 alunas matriculadas no primeiro ano do curso de contador, 2 apresentavam diploma de normalista; em 1946, das 12 alunas matriculadas no primeiro ano do curso de contabilidade, 5 eram normalistas. (RELATÓRIO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Boletim de informações da Escola Técnica de Comércio São José ao M.E.S, referente ao ano de 1945*. Curitiba, 1947; RELATÓRIO... *referente ao ano de 1946*. Curitiba, 1948.)

<sup>15</sup> Foi uma das primeiras, e talvez a única, instituição pública de ensino comercial criada na cidade. Porém, o Instituto Comercial do Paraná não se adaptou aos moldes federais do ensino comercial, pois não contou com fiscalização, nem inspeção preliminar ou permanente para efeitos de equiparação ou reconhecimento do curso e do estabelecimento até pelo menos à reforma Campos. Aliás, antes do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, para Aryon Niepce da Silva, não houve: “qualquer escola de comércio sob fiscalização federal em nosso Estado.” (NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Ed. Guayra, 1942, p.25)

<sup>16</sup> “*Em Curitiba, [1.] a Academia Paranaense de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, [2.] a Academia de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná e [3.] a Faculdade de Comércio do*

os seguintes os destinos possíveis para os interessados em cursar o ensino comercial, do curso elementar ao superior, no Paraná, no ano de 1942:

**TABELA 7: ACESSO AOS CURSOS DO ENSINO COMERCIAL: PARANÁ, 1942**

Local	Propedêutico e Contador	Todos os cursos comerciais*	Curso superior de Administração e Finanças**
Curitiba		Academia Paranaense de Comércio e Ciências Econômicas do Paraná (depois, Academia para Escola Técnica de Comércio Plácido e Silva)***	Academia Paranaense de Comércio e Ciências Econômicas do Paraná (mais tarde, a Faculdade é integralizada à Universidade do Paraná)
Curitiba	Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná (depois, Escola Técnica de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná)	---	---
Curitiba	Faculdade de Comércio do Paraná (depois, Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná)	---	---
Ponta Grossa	Academia Pontagrossense de Comércio	---	---

\* Conforme o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 jun. 1931, o curso propedêutico (elementar) e os técnicos: secretário (1ano), guarda-livro (2 anos), perito-contador (3 anos), atuário (3 anos), administrador-vendedor (3 anos).

\*\* Este era o único curso superior previsto em lei e somente para os concluintes dos cursos: contador ou atuário.

\*\*\* As alterações da Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 23 dez. 1943, alcançam os tipos de estabelecimentos deste ensino que passam a ser: escola comercial (ensino do curso comercial de 1º ciclo: o comercial básico) ou escolas técnicas de comércio (ensino de cursos comerciais de 1º e 2º ciclos ou somente de 2º ciclos: os técnicos).  
 FONTE: NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Ed. Guayra, 1942, p.25.

A primeira constatação é a de que se tratava de poucas instituições de ensino comercial para todo o estado do Paraná. As duas academias de comércio da capital, como eram chamadas as instituições de ensino comercial em face da regulamentação de 1931, estavam associadas às ‘faculdades’ – com conotação diferente de como hoje se entende esta instituição - e não todas, aparentemente, ligadas à especialidade dos cursos comerciais: a ‘Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’, parece ser este exemplo.

---

*Paraná; e, em Ponta Grossa, [4.] a Academia Pontagrossense de Comércio. Funcionam todas essas escolas com os cursos propedêutico e de Contador, e a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná e Academia Paranaense de Comércio com todos os cursos, inclusive o superior de administração e finanças.”* (NIEPCE DA SILVA, Aryon. op.cit., p.25)

Entretanto, e esta instituição dava margem a este entendimento teria como justificativa, especialmente para o curso de contador, as disciplinas de caráter jurídico: Noções de Direito Constitucional e Civil (1º ano), Legislação Fiscal (1º ano), Noções de Direito Comercial Terrestre (2º ano) e Prática do Processo Civil e Comercial (3º ano). A outra academia de comércio da capital, a Academia Paranaense de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas, não contava com os ‘bacharelados’ respectivos (Ciências Econômicas) que só viriam a acontecer após o ano de 1945.<sup>17</sup> Antes, contava com todos os cursos comerciais técnicos, mais o propedêutico e o superior de administração e finanças - o único curso superior da área à época e da reforma Campos de 1931. A Academia Pontagrossense de Comércio, em Ponta Grossa, e a Faculdade de Comércio do Paraná, em Curitiba, contavam apenas com os cursos: propedêutico e contador. Porém o que todas estas instituições teriam de surpreendente, diz respeito ao número geral de matrículas que admitiriam em seus cursos:

As matrículas crescem de ano para ano graças à confiança que a mocidade vem depositando nesses estabelecimentos, aliás se não completos na sua organização, pelo menos quasi completos, mas todos em perfeita harmonia com as instruções em face da legislação federal, apresentando no corrente ano letivo [1942] uma matrícula que se aproxima de 1.000 alunos.<sup>18</sup>

O relato do inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial do estado informa o interesse da demanda pelo ensino comercial, a organização dos estabelecimentos deste ensino em face da legislação e o importante número de matrículas. Aproximando este dado de outro da tabela 5, na página 42, pode-se confirmar um salto do número de matrículas nos cursos comerciais do Paraná, ao menos, na última década. Em 1933, havia 6 instituições de ensino comercial no estado, possivelmente concentradas na capital ou em suas proximidades, com o registro de 174 matrículas ao todo. Quase uma década depois, as instituições de ensino comercial de Curitiba e de Ponta Grossa (que significam ‘o todo’ do Paraná), embora em

---

<sup>17</sup> Cf.: p. 158-162.

<sup>18</sup> NIEPCE DA SILVA, Aryon. op. cit.

menor número, aproximam-se de 1.000 matrículas.

Este ‘salto’ permite compreender um pouco mais a ‘confiança da mocidade’ para tais cursos, que contabilizavam, entre um e outro dado, um acréscimo de mais de 570% o número de matrículas no ensino comercial do Paraná. Denota, especialmente, a correspondência aos interesses do sistema produtivo, e mesmo às expectativas desta demanda, para inclusão como força produtiva no mercado de trabalho. Havia assim uma emergência destes profissionais ante as exigências do próprio mercado de trabalho, especialmente neste período, em face da urbanização e da industrialização vividos pelos pólos de desenvolvimento do Paraná (se não todos, a capital e Ponta Grossa) e que reclamavam a formação desta demanda com alguma especialização para o trabalho, neste caso para o comércio.<sup>19</sup> O aumento do número de matrículas também estaria em consonância com as implementações do governo getulista e confere com a ‘dinâmica’ de crescimento dos setores produtivos da sociedade e, assim, dos cursos profissionais de nível secundário entre os anos de 1930 e 1940 – e isto só tenderia a aumentar paulatinamente.<sup>20</sup> De certa forma, esta situação também confere importância à ação de Francisco Campos, com o Decreto-Lei n 20.158 de 30 de junho de 1931 que oficializa o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador, num momento em que seria mais compreensível a organização, não do ensino comercial, mas do industrial – o que faz Capanema com a expedição da primeira lei orgânica de ensino, em 1942.<sup>21</sup> A ação de Campos foi decisiva para a difusão do ensino comercial no país, e mais precisamente para a capital do estado, nos anos posteriores a regulamentação de 1931 até a reorganização do ensino com a reforma Capanema, em dezembro de 1943.

Então, considerando a centralização do ensino normal à capital do estado, o ensino

---

<sup>19</sup> Cf.: SINGER, Raul; MADEIRA, Fêlícia. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Caderno 13. São Paulo: Brasiliense, 1975.

<sup>20</sup> Tal é a difusão de instituições de ensino comercial no país, em parte da década de 1940: 640 (1941), 721 (1942), 801 (1943), 955 (1944), 1.014 (1945), 1.123 (1946), 1.071 (1947). (Cf.: Tabela 6, p.51)

<sup>21</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

secundário que não correspondia a formação para o trabalho, e o ensino comercial com importante aumento do número de matrículas, em qual destes ensinos o investimento educacional poderia se fazer mais interessante e promissor àquela época? No caso do Colégio, a opção foi pela diversificação do ensino profissional feminino. A constituição do Instituto Comercial São José, por um lado, garantiria à sua demanda uma abreviada entrada no mercado de trabalho com certa especialização e, por outro, esta diversificação do ensino, em outra seara que não a educação secundária ou o ensino normal e sim com a oferta de cursos comerciais, se constituiria também em eficaz estratégia de participação da instituição no mercado educacional àquele período.<sup>22</sup> Somava-se, portanto, às instituições que realizavam a correspondência entre educação e trabalho sem, contudo, abrir mão dos interesses da própria instituição de ensino: católica e feminina.<sup>23</sup>

Para oferecer esta modalidade de ensino para o público feminino nos primeiros anos da década de 1940, as Irmãs de São José contaram com a cooperação de importante personalidade da vida pública e conhecedor da área e do ensino comercial, o próprio inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná: Aryon Niepce da Silva.<sup>24</sup> Com sua experiência profissional e pedagógica, Niepce da Silva contribuiria sobremaneira para qualquer assunto relacionado ao ensino desta especialidade, bem como, aos que se referissem à ‘perfeita harmonia’ com a legislação federal - recuperando as palavras dele mesmo anteriormente.<sup>25</sup> Também contribuiria para o início dos trabalhos educacionais da instituição, o inspetor federal do ensino comercial que assumiu função em 1943: Carlos Sternberg Valle.

---

<sup>22</sup> Cabe informar que o Colégio São José, devido às sérias dificuldades enfrentadas na passagem dos séculos XX e XXI, encontra-se hoje sob a responsabilidade administrativa e pedagógica do Colégio Senhor Bom Jesus que, no momento, vêm ampliando consideravelmente sua rede educacional na capital paranaense. Por sua vez, a parceria firmada em 2002 assegurou o não fechamento da centenária instituição de ensino.

<sup>23</sup> Nisto, não é coincidência a organização do ensino profissional em nível secundário realizada pelo Ministério da Educação e Saúde na gestão de Gustavo Capanema. As Leis Orgânicas do Ensino corresponderiam não só às expectativas da economia brasileira, como também às da demanda que viria abarrotar as instituições deste ensino que se difundiam no país, especialmente, dos ensinos industrial e comercial. (Cf. tabela 6, p.51)

<sup>24</sup> Foi também inspetor da Divisão de Ensino Superior junto à Faculdade de Direito do Paraná. De sua autoria: *O ensino comercial no Brasil, 1942; Páginas da história, 1943.*

<sup>25</sup> Cf. p.78.

Nos diferentes documentos escolares a respeito da memória da instituição (históricos da escola), Niepce da Silva e Sternberg Valle ladeiam a insistente menção à participação das ‘famílias curitibanas’ e de autoridades locais, para a realização de um ensino adaptado à realidade da capital paranaense.<sup>26</sup> Adaptação esta que precisaria assumir ainda contornos mais visíveis para fazer vislumbrar um lugar mais representativo para o projeto educativo que as Irmãs de São José organizavam, portanto, um novo prédio escolar.<sup>27</sup>

Atendendo ao pedido de inúmeras Famílias, desejosas de dar á suas Filhas uma formação mais adequada á época, como ás instancias das Exmas Autoridades locais, pressurosas de dotar a Capital de um Estabelecimento de ensino comercial feminino, a Congregação das Irmãs de São José, apesar das dificuldades do momento, fez jús aos desejos dos interessados e, em fins do ano de 1941, iniciou uma vasta construção, acomodada e acondicionada ao desideratum requerido. O Colégio São José que passará a chamar-se doravante “INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ” mercê a benevolencia das Exmas Autoridades do Departamento Nacional do Ensino Comercial, está situado na esquina da Praça Ruy Barbosa com a Avenida Dr. Emiliano Pernetta. (...) A pedido das Exmas Familias do interior do Estado, siosas no resguardo de suas filhas que cursam as Faculdades e a Escóla Normal da Capital, reservam se os aposentos acondicionados onde pódem elas se recolher e vagar aos seus trabalhos post-escolares<sup>28</sup>

É possível que este ‘pedido’ de constituição, inicialmente, dos cursos comerciais tenha partido das famílias ou das próprias alunas que cursaram o antigo curso de Datilografia afim

---

<sup>26</sup> É interessante observar a respeito dos registros da memória do Colégio que, afora a menção ao referido professor e ao inspetor federal, não ocorrem, de fato, outros nomes do cenário educacional paranaense, ao menos, no período investigado. O registro às ‘famílias curitibanas’, assim como à participação das Irmãs, assume esta característica mesma: geral. Os vários e muito similares ‘históricos do Colégio’, restritos a datação de episódicos eventos da constituição das diferentes escolas, não mencionam, por exemplo, a importante participação da primeira diretora do Instituto Comercial São José, Ir. Hermínia Gomes, observada tão presentemente nos vários documentos escolares administrativos, burocráticos e pedagógicos desde o período anterior a fundação do mesmo até o final de sua gestão na administração da escola (1941-1947?). É muito possível, inclusive, que tenha ela mesma se auto-omitido dos registros da escola por ter sido a própria autora dos primeiros registros da memória do Colégio. Talvez, este silêncio deliberado escapasse mesmo a sua própria atuação profissional e tivesse íntima relação com seus compromissos religiosos, de despojamento de si pelos ‘votos’ assentidos.

<sup>27</sup> Os recentes estudos que tem como objeto de estudo a trama entre a arquitetura escolar e o projeto educativo na organização de uma instituição escolar têm acompanhado as contribuições de: CHÂTELET, Anne-Marie. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 à 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

<sup>28</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. Curitiba, nov. 1942. 2f.



de que as Irmãs ofertassem uma formação mais aprimorada na área que certamente afluiriam ao cabo daquele curso, a comercial. Daí o ensejo da instituição para com a escolha desta modalidade de ensino profissional, não descartando, entretanto, a influência que a própria emergência vivida pela sociedade naquela época exerceu na tomada desta decisão. Juntas, tais questões colaboram na composição de uma entremeada perspectiva para compreender o investimento das Irmãs de São José no ensino comercial para a educação profissional feminina em Curitiba.

A constituição do Instituto Comercial São José, nos primórdios da década de 1940, ainda contaria com um atendimento que já usufruíam estudantes da capital advindas do interior do estado: o pensionato existente desde o ano de 1925, inicialmente adrede ao Colégio e depois em ala própria do novo prédio escolar. O pensionato, para as famílias do interior, era um ponto positivo na tomada de decisão para a escolha do colégio das filhas. Os familiares não precisariam deslocar-se para a capital, em contrapartida onerariam mais este compromisso financeiro – além dos estudos. E o pensionato atenderia não somente jovens estudantes oriundas dos estados vizinhos, especialmente, Santa Catarina e São Paulo, ou ainda, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas também da própria capital que apresentavam dificuldade no deslocamento diário a outros bairros e localidades do município. Com a construção de parte do novo prédio escolar, as pensionistas então compartilhariam com as próprias congregadas, parte do prédio escolar (o 2º pavimento).

Contudo, a construção do prédio escolar investirá essencialmente na organização do seu complexo escolar situado em plena região central da cidade entre duas ruas principais e uma praça, com visibilidade para três faces do edifício escolar. Tal é o empreendimento para o período que o mesmo só será totalmente concluído no início da década seguinte ao da construção da primeira parte. Tanto o lugar de edificação quanto o próprio prédio escolar, estrategicamente posicionado no local em que lhe permite o terreno, entre as vias centrais da

cidade e não à margem do núcleo urbano<sup>29</sup>, são portadores de uma intencionalidade pedagógica: de projeção e de influência sobre a sociedade - a capital do estado - em que o edifício torna-se “dotado de uma inteligência invisível”.<sup>30</sup> E, por traduzir o projeto educativo intentado, o de lugar de formação de mulheres para o trabalho técnico, neste sentido, alcança a representatividade e a altura esperada na conformação de um novo espaço escolar.



**Figura 3 – Um guarda (esq.) e uma senhora (dir.) observam o novo prédio escolar, entre as esquinas das ruas centrais da cidade. À extrema direita, parte da edificação anterior. Curitiba, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

A construção de parte do prédio escolar, com face entre a esquina das ruas Emiliano

<sup>29</sup> Note que o mesmo não ocorre com a edificação do prédio escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1907), um dos primeiros empreendimentos arquitetônico-escolar das Irmãs de São José no Paraná, que se colocou bastante afastado do centro da cidade, veja: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. op.cit.

<sup>30</sup> A ‘idéia modernista’ de construção de edifícios escolares no centro das populações, em contato com os lugares de procedência dos alunos ou mesmo como destaque dentre as edificações que os rodeiam, é considerada por Agustín Escolano ao abordar as contribuições de congresso de arquitetura moderna (1933) relativo ao tema e mesmo de arquitetos afetos a esta perspectiva, como Enrique M. Repullés ou W. M. Moser, respectivamente contribuições anteriores (1878) e do ano do evento (1933). Confira: ESCOLANO, Agustín. *Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo*. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p.32-33; p.33 (citação).

Perneta e Visconde de Nacar (atual 24 de Maio), foi iniciada ao final do ano de 1941. E apesar da ‘dificuldade do momento’, realizada em um tempo complicado com a vigência da Segunda Grande Guerra devido a ausência e o racionamento de vários produtos inclusive o grave aumento dos preços dos derivados do petróleo, não impediria que a primeira parte da obra, com o uso de concreto armado – uma inovação da edificação à época -, fosse concluída no ano seguinte, sob a responsabilidade do engenheiro civil Silvio Asinelli.<sup>31</sup> O resultado, capturado pelas lentes do fotógrafo, ainda nos últimos detalhes do acabamento da obra (note o desarranjo do calçamento na Figura 3), não deixa dúvida de que se trata de um prédio escolar: ‘Colégio São José’, em ambas as faces no alto destacado das mesmas. É para ele que duas pessoas, enquadradas na composição da imagem, voltam os seus olhares: uma senhora (uma irmã?), e um guarda. E com que sentido se põem a observar o feito, como se fizessem reverência, eretos e com as mãos unidas atrás do corpo.<sup>32</sup>

A organização espacial do prédio recém-construído contava, além do pavimento térreo, com outros dois pavimentos que acolheriam as atividades educacionais, bem como, as próprias religiosas da congregação e pensionistas. A planta arquitetônica de 1942, assinada pelo engenheiro civil Ildefonso Clemente Puppi, um dos primeiros professores do Instituto

---

<sup>31</sup> As demais etapas da construção, especialmente na década de 1950, contariam com a contribuição do engenheiro civil Silvio Asinelli: “*Declaro me ter sido confiada a construção do prédio localizado na Pr. Rui Barbosa, 15-40-90 na cidade de Curitiba Estado do Paraná, de propriedade da Congregação das Irmãs de São José, edificações feitas especialmente para fins de ensino. Ass. Silvio Asinelli*” (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO. *Curso Técnico de Contabilidade*. Curitiba, 1956.) Silvio Asinelli foi proprietário da empresa de engenharia ‘S. Asinelli Construções Cívica Ltda’, conforme informação da família.

<sup>32</sup> Entretanto, a mesma reverência não se nota na condição em que as fotografias estão sujeitas nos relatórios de inspeção federal - onde foi encontrada a maior parte das fontes plásticas que compõem o presente capítulo. O conjunto das fotografias, em tamanho grande, qualidade e preservação material importantes (em grande parte), em preto e branco, e certamente de autoria de profissional da área, encontram-se relegadas aos ‘anexos’, coladas às folhas finais dos relatórios, sem informações de autoria da imagem e não raro, ausentes: indicação de legenda da foto, data, identificação das pessoas que eventualmente aparecem nas composições. Para aproximar a data da fotografia observou-se: ano do livro em que foram encontradas e data dos eventos da composição. Parece um pouco demasiado que tais fotografias, de certo investimento, tivessem sido preparadas apenas para constar nos anexos dos relatórios da inspetoria federal – ainda que o registro fotográfico se fizesse de fato obrigatório. A estranheza está na qualidade da materialidade das imagens. É sabido, porém, que os exemplares dos relatórios de inspeção federal que se encontram no arquivo escolar são identificados como ‘cópias’ das originais (e pelo cuidado devem ser *ipsis litteris* ao original), certamente, enviadas aos órgãos regulatórios do governo federal na capital ou no Distrito Federal. As fotografias, ainda hoje, impressionam pela sua preservação, materialidade e beleza das imagens tomadas; provavelmente tal era o efeito pretendido na junção destas e não de outras fotografias ‘mais simples’ nos relatórios: elementos de enunciação de um projeto educativo de profusão.

Comercial São José e reconhecido educador do cenário paranaense<sup>33</sup>, apresenta alguns detalhes da ocupação do terreno: o pavimento térreo com as instalações administrativas, o laboratório, os gabinetes, os museus e as salas de aula; o primeiro pavimento ou andar, a sala de professores, a biblioteca, a sala de estudos e a Capela; o segundo pavimento, destinado a Congregação; e a preservação de uma área central no terreno, destinada ao pátio não coberto.



**Figura 4 – Se o emaranhado da fiação da iluminação pública, da telefonia e mesmo do bonde elétrico, confunde a imagem das pessoas que passam ligeiras ao redor do novo prédio escolar, ele não escapa ao testemunho dos ‘novos tempos’ na cidade: a energia elétrica é cara a industrialização e a modernização da urbe. Curitiba, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

A arquitetura escolar é mencionada em alguns documentos como sendo de característica da ‘pedagogia moderna’ sobressaindo, nos relatos da memória histórica do Colégio, a construção de um prédio amplo e de estrutura ‘sólida’, iluminado, arejado, ‘de

---

<sup>33</sup> Desde 1936, após êxito em concurso público, tornou-se professor livre-docente na cadeira de Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios, Saneamento e Tratamento das Cidades, na antiga e extinta ‘Escola de Engenharia do Paraná’ (1916-1973). A respeito de suas memórias enquanto professor do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, cf.: p.56-57; e suas memórias da Faculdade de Engenharia do Paraná, cf.: *Fatos e reminiscências da Faculdade – Retrospecto da Escola de Engenharia da UFPR*. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986.

acordo com as posturas municipais’ para que assim bem atendesse ao propósito educacional - uma preocupação muito afeiçoada às questões da higiene e que atingiria não apenas os infantes e os jovens, mas todos os participantes daquele cenário escolar, de certa forma, deixando a mensagem de que não bastaria o remodelamento do espaço da escola, mas uma mudança que conduziria certamente à *reforma de costumes*.<sup>34</sup>

E, de fato, a presente construção sequer faria lembrar os resquícios da investida um tanto colonial da construção anterior sendo várias as diferenças visíveis de uma (antes de 1941) para outra fachada (de 1942): além do térreo, o prédio passaria de um para dois pavimentos, a estrutura do prédio passaria de contornos retos para contornos arredondados, as janelas venezianas da construção anterior dariam vez aos janelões de vidro, e os vários detalhes que compõem a fachada anterior dão lugar à quase ausência de ornamentos.<sup>35</sup>

Entretanto, haveria ainda aí, no mínimo, dois sentidos para o termo usado em referência ao prédio escolar, e também a organização dos espaços da escola.

De um lado, a edificação corresponderia aos anseios da cidade na construção de uma imagem, para a capital paranaense, diferente daquela acanhada dantes. A cidade ‘rumo ao progresso’ é anunciada no início da década de 1940 com o Plano Agache, e culminada com os festejos do Centenário de Emancipação do Paraná, no ano de 1953. Neste interstício era preciso distanciar a urbe daquela imagem provinciana, de cidade interiorana, aproximando-a dos ‘ares de cidade grande’ para o que muito contribuiu: “a criação e construção de várias

---

<sup>34</sup> A *reforma de costumes* sob a perspectiva da higienização ‘dos corpos e das almas’ é a linha condutora da tese de Heloísa Rocha, cf.: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e a saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

<sup>35</sup> A este respeito, foge-me a possibilidade de investigação verificar a semelhança do padrão de construção do novo prédio escolar com muitas outras edificações, provavelmente do mesmo período, encontradas no centro da cidade, como: o pequeno prédio de esquina à frente do Colégio, do outro lado da rua 24 de Maio; outros pequenos prédios na Travessa Tobias de Macedo; um grande prédio em reforma (alterando o padrão das janelas) na rua Cruz Machado com esquina a Praça Tiradentes, bem como, o edifício do quartel da Polícia Militar no centro da cidade, onde funcionou o Colégio Militar. O padrão de edificação destes edifícios, notadamente nos maiores, é muito semelhante: prédios de estrutura muito sólida, dois pavimentos além do térreo, contornos arredondados, janelões de vidro e, como ornamentos, frisos horizontais que acompanham toda a estrutura do prédio rente as extremidades das janelas, bem como, linhas verticais em relevo à face principal dos prédios. É possível que tais semelhanças indiquem a existência de ‘projetos prontos’ da Prefeitura Municipal servindo à urbanização da cidade.

obras [com expressivo ‘ufanismo’] promovidas pelo governador do estado na época, Bento Munhoz da Rocha Netto. (...) Como exemplo de grandes edificações, têm-se a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra, o Hospital de Clínicas, a reforma do Colégio Estadual do Paraná e o planejamento do Centro Cívico.”<sup>36</sup> Por outro lado, esta ‘pedagogia moderna’ cunhada ao prédio escolar pode ser resultante da transposição do entendimento do que viria a ocorrer no interior da escola. Depois do prédio pronto, haveria toda uma organização do aparato pedagógico com a ordenação dos espaços internos, a composição do mobiliário escolar, a variedade de recursos e materiais didáticos e paradidáticos que apinhariam as diferentes salas ou gabinetes de disciplinas escolares, etc. Todos elementos caros a ‘nova pedagogia’ que demonstravam acolher e que auxiliaria na normatização dos participantes àquele cotidiano escolar que se preparava e definia os ‘saberes a ensinar’ e as ‘condutas a inculcar’.<sup>37</sup>

Esta interpretação pode ter alcançado o seu exterior para confirmar a edificação do prédio escolar como um elemento desta ‘nova’ organização pedagógica, em instrumentos e práticas, para a educação profissional de mulheres - mas quem disse que o ‘novo’ representa polaridade acentuada com o ‘velho’?<sup>38</sup> Nisto, não se pode deixar de observar o aspecto de enclausuramento que evoca a materialidade do ‘novo’ prédio escolar. Era a emergência de um ‘dispositivo institucional’ para o recolhimento e instrução da juventude.<sup>39</sup> O prédio sólido, modesto nos ornamentos, de organização completamente voltada para o interior, mantém o mesmo aspecto da estrutura de antes (1941): a fachada rente a rua como fronteira com o

---

<sup>36</sup> CORREIA, Ana Paula Pupo. História & arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso (1943-1953). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/PR, 9, 2004, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: UEPG, 2004. (CD-ROM)

<sup>37</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p.10, 2001.

<sup>38</sup> A este respeito, atenta-se para a contribuição de Marta Carvalho que ao desmontar a narrativa de Fernando de Azevedo, em *Cultura Brasileira*, contribui para pensar sobre as artimanhas da polarização destes conceitos (novo X velho) e inclui o ‘perigoso’: a homogeneização do entendimento da Escola Nova – de acepções diversas – e a ação dos educadores renovadores e católicos dos anos 1920 e 1930. Veja: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira*. Cadernos de Pesquisa, SP, p.29-35, nov. 1989.

<sup>39</sup> Apesar dos autores se referirem a outra realidade educacional, a européia, e considerarem a importante questão de que ‘a escola nem sempre existiu’ - daí o estudo que apresentam -, cabe a aproximação, neste aspecto, da emergência de um espaço próprio, e fechado, para a escolarização: VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar. Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.6, p.76-79, 1992.

exterior.<sup>40</sup> Tal aspecto ressalta, inclusive, a ausência de um elemento prestigiado pelas edificações escolares modernas (como exemplo, a do Colégio Estadual do Paraná): a proeminente e convidativa escadaria. Inexistente na atual construção, a ausência deste elemento de transição marca a entrada abrupta no interior do Colégio: uma pequena entrada na face principal é a passagem da rua para a escola.<sup>41</sup> Será que haveria alguém para a acolhida ou mesmo para a observação das alunas ao entrar? O que fariam? Como reagiriam às mais expansivas nesta ‘passagem’? Por sua vez, o contato com o ‘mundo externo’ é feito apenas quando dos episódicos eventos planejados: visitas a instituições, desfiles cívicos e religiosos, entre outros. No mínimo, são dois projetos em mudança e que co-existem para fundar este sentido de ‘pedagogia moderna’ da escola católica, do seu prédio escolar, e de seus instrumentos didáticos, e que não, exatamente, sejam excludentes entre si já que “é possível pensar que na modernidade pedagógica o moderno e o tradicional foram complementares entre si e fizeram sentido na sua oposição.”<sup>42</sup> Então têm-se aí, o projeto de uma cidade em mudança (macro) e o de uma pedagogia em mudança (micro) que se amalgamariam no projeto educativo das Irmãs de São José em Curitiba.

Para além da arquitetura escolar, a preparação dos ambientes internos para as atividades educacionais também dependeria muito investimento material, especialmente quanto ao mobiliário escolar (carteiras, móveis, ‘quadros-negros’) e todo o aparato didático e pedagógico (livros de leitura, livros de estudo, diários de classe, etc) que se faria necessário, ou meramente presente, para as atividades educacionais com os cursos comerciais. O Histórico do Instituto Comercial São José, do ano de sua fundação (1942), contribui para

---

<sup>40</sup> Veja: VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. op.cit., especialmente, p.89-99.

<sup>41</sup> No mesmo sentido de ‘passagem’ que entende Regina Souza e a qual exemplifica: quando os alunos deixavam a rua e adentravam os portões da escola, faziam esta passagem em silêncio: SOUZA, Regina M. Schimmelpfeng de. *A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso*. Curitiba, 1930-1942. Curitiba, 2003. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p.87-88. (CD-ROM)

<sup>42</sup> NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.387-395; p.388 (citação).

entender esta preparação interna da escola, já que faz um breve inventário das dependências e instalações do prédio escolar recém-construído. As fotografias do acervo escolar que acompanham o Relatório de Inspeção Federal Prévia, de Carlos Sternberg Valle, com data de abril de 1943, permitem observar, em primeira análise, a composição meticulosa do espaço escolar, os rigores em que foram alocados os seus mobiliários, bem como, e essencialmente, os instrumentos didáticos e tudo aquilo que compõe a ‘maquinaria escolar’.<sup>43</sup> Elementos organizados com precisão matemática até mesmo nos espaços de sociabilidades em que a informalidade poderia estar presente (salão de festas, pátio), mas especialmente identificáveis nas salas de aulas, nos laboratórios e nos gabinetes - este último compondo, senão todas as disciplinas escolares dos cursos comerciais, algumas delas, como o gabinete de Física e Química<sup>44</sup>:



**Figura 5 – Aspecto do gabinete de Física e Química do Instituto Comercial São José, 1942. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

---

<sup>43</sup> Isto é, o aparelhamento da instituição, o lugar da escola e como é organizado, na intencionalidade que preserva esta constituição de lugar de aprendizagem, na acepção mesma de: VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. op.cit.

<sup>44</sup> A disciplina é denominada ‘Física, Química e História Natural’. Neste caso, o gabinete refere-se aos assuntos das duas primeiras especialidades, enquanto História Natural ganhará museu próprio.



## GABINETES

Em salas adredes, são instalados os gabinetes de Física, Química e História Natural com os ingredientes e aparelhos indispensáveis ao ensino dos materiais [para o curso propedêutico] (...) [Por outro lado] É intenção da Diretoria do 'INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ' crear um mostruario completo dos produtos manufaturados, materias primas para facilitar o estudo nos Cursos Técnicos.<sup>45</sup>

Ainda na figura 5, note a presença de elementos do mobiliário escolar muito considerados pela 'pedagogia moderna': carteiras (o lugar das alunas e dos professores), armários que permitem visualizar sua organização interna e a dos materiais (o lugar dos materiais didáticos), cartazes, quadros, objetos, adereços, 'o esfolado' (o esqueleto do corpo humano), mapas, fósseis, soluções líquidas, etc. O posicionamento tomado pelo mobiliário escolar também chama a atenção. Os cartazes explicativos frram as paredes e, embora o considerável pé-direito da sala, encontram-se dispostos no campo de visão das jovens. As várias substâncias químicas em frascos rotulados no interior dos armários, permitindo inclusive a rápida localização no momento da aula, suscita uma questão: será que eram disponibilizados durante a aula? A disposição das carteiras duplas acompanhando a linha limítrofe da sala junto à parede, liberava o centro da sala para a circulação dos professores e das alunas, mas será que o faziam e com que contratos estabelecidos entre si? Observe novamente a rotulagem dos frascos no interior dos armários, a linha em que são fixados os cartazes à parede, até mesmo a cruz - com certo destaque na composição da fotografia - aparece no ponto mais elevado da sala em relação aos demais materiais. Não é difícil identificar os traços normatizadores da pedagogia moderna em todos os cantos na composição deste lugar de aprender, e de outros.

Em outras salas, outros recursos, necessários ou apenas complementares às aulas também se encontram aparentemente ao alcance dos olhos e das mãos:

---

<sup>45</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. op.cit., 1942.



**Figura 6 – Museu de Merceologia do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

O investimento no ambiente visava favorecer o ensino e a aprendizagem das diferentes matérias ‘com mais eficácia’, mas será que isto poderia ocorrer num museu escolar? Algumas considerações ao museu de Merceologia, por exemplo. Concebida como disciplina escolar característica dos cursos comerciais, a Merceologia visava o ensino das: “Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais, estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais.”<sup>46</sup> No espaço em que é encerrada dentro da instituição escolar ela assume a característica de ‘museu’, logo: “sua função é conservar, valorizar, expor ao público elementos da vida social que estejam ligados de formas diversas à história e à memória de um lugar ou pessoa.”<sup>47</sup> Neste caso, à história das ações e transformações humanas, já que ‘narra’ uma história indispensável para a realização

<sup>46</sup> ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO. São Paulo: Ed. Lex Ltda, ano 1931, p.474.

<sup>47</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Museu da escola: uma leitura em aberto. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p.265.

da disciplina de Merceologia.

Em que pese sua importância e destaque, o museu parece mais um lugar para ‘olhar’ do que para ‘tocar’, um lugar que forja um comportamento ainda mais cuidadoso para quem ali adentra, de introspecção, de silêncio... E também um lugar de passagem, e rápida – haja vista, à direita, a presença de um redondo relógio. O que faria ali aquele relógio? O que procuraria marcar ou controlar, que tempo da escola? “É o tempo que há de vir ou aquele que já passou?”<sup>48</sup> Como sala esporadicamente visitada, certamente seus elementos causassem alguma curiosidade e perturbação aos ambientes próximos ao entreter demasiadamente as alunas e assim, necessitar de um controle do tempo para marcar o fim de um e início de outro tempo de aprender na escola.



**Figura 7 – Acervo do Museu de Merceologia, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

---

<sup>48</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.) *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.117.

O inventário do museu de Merceologia era, de longe, um dos mais extensos dentre as salas, gabinetes e outros museus que haveria na escola. E ao lado de possíveis amostras de materiais de construção diversos, de mostruário de madeiras de lei, de mostruário de papéis de diversos tipos, cartões de visitas, cartões comerciais, notas e faturas, memorandos, modelos de cheques, moedas, havia uma gama de categorias ali constantes que não serviria tão somente para a compreensão da disciplina no seu aspecto técnico-comercial, vê-se, por exemplo, o destaque para: objetos escolares (penas para escrita, canetas, lápis, cadernos), tecidos de lã, de algodão, de linho, de seda; tintas para trabalhos manuais e para tecidos; objetos feitos com celulose (escova, pente, bonecos, óculos), diversos (miçangas, contas, franjas, colares, brincos), “mostruário de botões com mais de 100 espécies e feitos” (madrepérola, vidro, massa, osso), fivelas, objetos para toucador (sabonetes, perfumes, dentifrícios, talco, ‘bibelots’, pedra pome), linhas para bordar, couro, flores artificiais, sementes, produtos alimentares (açúcares, cafés, massas, farinhas), e outros diversos (palha de aço, sabão de soda, fósforo, fumo). Certamente não seriam utensílios e produtos que seriam utilizados no dia-a-dia do escritório (talvez poucos), mas sem dúvida, os administrariam na sua futura rotina doméstica. O ensino profissional destas moças não dispensaria a inclusão de componentes à formação feminina que assegurassem sua presença também no espaço doméstico, numa participação controlada da mulher no espaço público.

Contudo, este acervo do museu de Merceologia corresponderia ainda a uma parte do que constaria na escola. Haveria também um museu de História Natural cuja peculiaridade das categorias, bem como de seus materiais, seria outra. Não eram muitas as amostras de substâncias que comporiam o seu inventário, também teriam apenas algumas reproduções de modelos de mamíferos, aves, batráquios (sapos, rãs e pererecas) e insetos. Entretanto, o destaque seria para os chamados ‘quadros murais’, uma solução ‘moderna’ para uma dificuldade que se imporia ao ensino desta disciplina. Os quadros-murais eram cartazes que

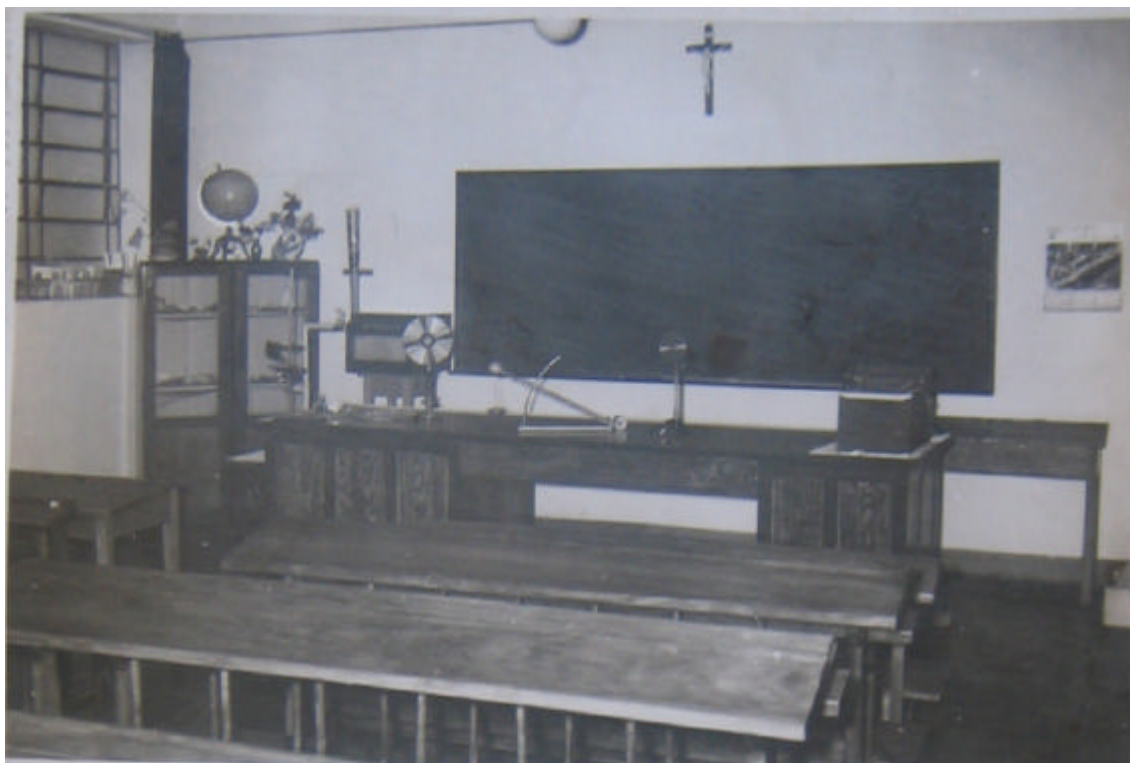
ilustravam o que dificilmente seria possível levar ‘ao vivo’ para a sala de aula.



**Figura 8 – Quadros-murais à semelhança do pretendido com o antigo acervo de História Natural relegado dos anexos dos primeiros relatórios da escola: uma aproximação possível com o rememorado em trabalhos de alunas do final de 1960.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

As várias categorias em que estavam organizados os quadros-murais de História Natural, procuravam atender a: zoologia (célula animal, tecidos animais, sistema nervoso, os ‘aparelhos’ do organismo, etc), zoologia especial (mamíferos, aves, répteis, peixes, moluscos, etc), botânica geral (célula vegetal, tecidos vegetais, raízes, folhas, flores, frutos, etc), botânica especial (cogumelos, algas, líquens, musgos e hepáticos, etc), geologia (rochas, agentes geológicos, estratificação, fósseis em geral, fósseis característicos das eras primária, secundária, terciária e quaternária; etc) e mineralogia (principais espécies de minerais conhecidas e mais, coleção em madeira, das principais formas cristalinas; etc). Seria mais um investimento em disciplina escolar voltada às alunas do curso propedêutico, assim como o gabinete de Física e Química e o Laboratório de Química:



**Figura 9 – Aspecto do Laboratório de Química do Instituto Comercial São José, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Dos apresentados, apenas o museu de Merceologia se referia diretamente ao curso comercial técnico. Mas haveria ainda uma sala bem especial a este curso: a sala de Mecanografia. Esta disciplina, também exclusiva ao currículo do curso técnico, contaria com algo especial para os cursos comerciais: as famosas máquinas de escrever.

A primeira máquina de escrever data de 1867 e foi uma invenção de Christopher Sholes. Dez anos depois, começaria a ser fabricada pela *Remington Company*<sup>49</sup> – a empresa mais conhecida nesta fabricação cujo nome, muito destacado à frente da máquina, acabaria sendo agregado, não muito devidamente, à invenção de Sholes. Em muitos lugares era sinônimo de destaque ter uma ‘máquina de escrever *Remington*’, assim como na própria escola. A criação de Sholes foi testada em público pela primeira vez, por uma mulher, sua filha Lilian Sholes, nascida em 30 de setembro de 1850. Dizem ser daí a origem para o dia

---

<sup>49</sup> MUSEU DO COMPUTADOR. *História do Teclado, Introdução*. Disponível em: <<http://www.museudo.computador.com.br/enciteclado.php>> Acesso em 26 fev. 2005.

que ficou conhecido no Brasil, como o Dia Nacional da(o) Secretária(o). Isto porque, no centenário de seu nascimento, as empresas nacionais fabricantes de máquina de escrever, realizaram um concurso visando destacar a melhor datilógrafa do país. Como o concurso foi um sucesso, apesar do desconhecimento da datilógrafa vencedora, tal concurso passou a ser realizado durante um bom tempo na mesma data: “Como muitas secretárias participavam, o dia passou a ser conhecido como o ‘Dia das Secretárias’.”<sup>50</sup>

Mas não eram apenas as máquinas de escrever que compunham o inventário da sala de Mecanografia. Havia ao menos outra máquina que seria preciso conhecer para lidar no dia-a-dia do trabalho de contadoras: a de calcular. O acervo da sala de Mecanografia para as alunas do curso comercial técnico de contador do ano de 1943 era o seguinte:

- Máquinas de escrever ‘Remington’ de carro simples = 5
- Máquina de escrever ‘Remington’ de carro duplo = 1
- Máquinas de escrever ‘Royal’ = 2
- Máquina de calcular ‘Triumphator’ = 1
- Máquina de escrever portátil = 1
- Máquina de perfurar papel = 1
- Máquina de grampear papel = 1
- Carimbos mecânicos = 2
- Arquivo de madeira = 1
- Balança para escritório = 1
- Presa = 1
- Lacreadores = 1
- Classificadores mecânicos = diversos
- Carimbos de borracha = diversos
- Fichários mecânicos = diversos

De modo geral, toda esta ‘maquinaria escolar’, em parte apresentada pelo

---

<sup>50</sup> NATALENSE, Maria Liana. *Dia Nacional da(o) Secretária(o)*. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br/dia.htm>> Acesso em 26 fev. 2005. E também existe o Dia Internacional da(o) Secretária(o), comemorado na última quarta-feira do mês de abril.

aparelhamento das salas, procurava propiciar as melhores condições para que o aprendizado das alunas e sua permanência na instituição ocorressem de maneira satisfatória. O investimento material na construção do prédio escolar, nas salas de aula, nos gabinetes, nos ‘lugares de memória’ – os museus -, etc, demonstrava que estavam sendo criadas as possibilidades para que as alunas se apropriassem desses saberes com um mínimo de propriedade. O Histórico do Instituto vai afirmar a ‘intenção da diretoria’ em criar um “mostruário completo dos produtos manufaturados, materias primas” tendo em vista “facilitar o estudo nos Cursos Técnicos”, numa aparente ‘prova’ de boa vontade. Mas seria mais que uma ação voluntária, pois se tratava de condição requisitada pela legislação federal:

...os estabelecimentos de ensino comercial devem ter, conforme os cursos que mantiverem e requererem, gabinete de física, laboratório de química, museu de merceologia e história natural (...); biblioteca apropriada; instalações de escritório modelo para execução dos respectivos exercícios, observações, experiências e escriturações de acôrdo com a finalidade de cada curso.<sup>51</sup>

Embora não fosse mencionado em nenhum registro da escola, o artigo 30 da legislação do ensino comercial de 1931 era o dispositivo que norteava os preparativos e a composição das salas e dos materiais que comporiam todo aquele aparato. As fotografias da escola, boa parte ainda hoje bem preservada, e as breves descrições destas instalações, contidas nos relatórios da inspetoria da escola, procuram firmar, e certa feita ‘provar’, a existência mesma destes lugares de aprendizado conforme trata a legislação.

A maior parte destas instalações requeridas pelo decreto foram preparadas no primeiro ano do Instituto: 1942-1943 - apenas o Escritório-Modelo será organizado em tempo bem posterior<sup>52</sup>. O inventário dos laboratórios e museus, também contaria com uma ‘relação de materiais didáticos mínimos’ que deveriam constituir as salas do curso comercial. O registro

---

<sup>51</sup> ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO. São Paulo: Ed. Lex Ltda, ano 1931, p.479-480.

<sup>52</sup> Veja: p.222-224.



de centenas de materiais, item a item, que acompanha o Relatório de Verificação de 1943, demonstra o exagero a que chegavam na organização daqueles espaços.

Por sua vez, se os gabinetes e as salas de algumas disciplinas escolares eram abarrotados de recursos, outras salas de aula destoavam destas instalações, geralmente compostas apenas pelo mobiliário dos professores e das alunas:

### MOBILIA ESCOLAR

As carteiras escolares, as estantes das Mestras, os quadros negros são de madeira escura, tipo moderno. As carteiras são individuais, possuindo o necessário completo para cada discípula.<sup>53</sup>



**Figura 10 – Sala de aula do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba.  
Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Ao contrário do que é informado no mobiliário escolar neste histórico, o número de alunas por carteira parece maior. No mínimo, o necessário para duas alunas. Entretanto, em

---

<sup>53</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. op.cit., p.2.

outros históricos, há menção às carteiras duplas. Mas considere ainda o espaço da sala de aula apresentado na Figura 10. A sala, em especial, apesar da intensa luminosidade, sem barreiras para a entrada da luz, é particularmente estranha. Não há quadro de giz - a não ser que o ambiente tenha sido mudado para a fotografia voltando-se as carteiras à outra face da sala. O detalhe da imagem de Maria, do quadro do Sagrado Coração de Jesus e o total despojamento da sala em comparação às anteriores, nesta, preenchida pelas folhagens, permite considerar que esta sala tenha sido destinada às aulas de Religião - não só como disciplina escolar introduzida novamente e oficialmente ao currículo na reforma Campos como também parte da formação espiritual e moral do próprio Colégio. Outras salas não ganhariam muito mais que os incrementos específicos, como a da Figura 11, por exemplo: além das imagens e quadros religiosos, o pequeno ‘quadro negro’, as carteiras duplas muito próximas que lotam a sala, alguns mapas, um pequeno globo sobre a mesa, o que sugerem uma sala de Geografia. Em comparação com a sala anterior, o espaço parece menor e no limite de sua capacidade, mas pode ser uma impressão causada pelo ângulo da foto:



**Figura 11 – Aspecto da Sala de Geografia, 1942. Foto Kabza Curityba.  
Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Dentre a organização espacial da escola, aparece também a biblioteca escolar. A biblioteca, àquela época, não significava algo novo dentre as realizações da escola no cenário educacional brasileiro, muito menos à escola primária que, em São Paulo, “desde o fim do século XIX, salas de biblioteca eram previstas nas plantas das escolas para uso e instrução do professor.”<sup>54</sup> Neste caso, a biblioteca do Instituto Comercial São José não somente serviria aos professores da instituição como também às futuras alunas da escola, pois já servia às estudantes de outras instituições da cidade. Em sala própria, ao lado da sala de professores no primeiro andar, alguns armários com portas de vidro acondicionavam e protegiam as coleções enumeradas e catalogadas dos volumes que compunham o acervo literário da instituição. (Veja a relação de alguns livros da biblioteca no ano de 1942, anexo 4) Outra sala adrede a biblioteca, considerada ‘sala de estudos’, conforme a indicação que acompanhava a fotografia sombreada desta sala, servia à leitura e aos estudos das alunas.



**Figura 12 – Acervo da Biblioteca do Instituto Comercial São José, 1942.**  
**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

---

<sup>54</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920 e 1930. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p.191.

## BIBLIOTECA

Existe uma biblioteca bastante fornecida em volumes e obras diversas cuja autoria é nacional, por enquanto ela é franqueada às Acadêmicas e Normalistas, d'ora em diante, com o reconhecimento do Curso Comercial, será aberta a quem seguir os Cursos como às demais que se interessarem á leitura ou ao estudo.<sup>55</sup>

Do ano de 1942, o acervo da biblioteca continha muitos livros de Língua Portuguesa, em proporção um tanto exagerada nas prateleiras dos armários, abordavam temas ligados a: gramática histórica, gramática expositiva, aprendizagem da língua portuguesa em cursos de níveis médio e superior, a língua usual, estudos de português, exercícios de redação, dicionários, e ainda muitos outros de vários autores. Certamente materiais de grande valia para as futuras contadoras do Instituto Comercial, especialmente no quesito da redação de cartas, relatórios, entre outros documentos importantes da área contábil. O acervo acondicionava outros livros mais voltados as diferentes áreas e disciplinas: História do Brasil, História da Civilização, Geografia, Ciências, Matemática, Física, Química, História Natural, Latim, Francês, Inglês, inclusive os de Comércio, sendo que o de maior número, 5 volumes, era o da edição do livro do professor Aryon Niepce da Silva, *O ensino comercial no Brasil*. Boa parte destes livros constava da indicação que os professores faziam para o encaminhamento pedagógico das aulas, tidos como livros paradidáticos. Também teve vez, livros da área educacional com inclinação aparentemente renovadora: *Educar-se para educar* de Francisco Venâncio Filho, *Como fazer observar nossos alunos*, Madame Goué, alguns exemplos. Havia lugar ainda para os voltados ao espaço doméstico, *O lar e a saúde da família* de Madame Fesher, bem como, os vários de instrução moral e cívica, neste mesmo título, de Miguel Milano, de Araújo Castro, de João Diogo Silva e de João Kopko. Outras obras, da literatura nacional e internacional, faziam-se pouco presentes, porém constavam muitos livros

---

<sup>55</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ op.cit., p.1.

das histórias instigantes de Julio Verne. De autoria nacional que marcou o trabalho educacional nas primeiras décadas do século XX, com sua contribuição inclusive estampada em imagens patrióticas em capas de cadernos escolares e no estímulo a leitura e a recitação de seus versos poéticos de cunho moral e cívico, *Contos Pátrios* e *Livro de composições*, de Olavo Bilac.<sup>56</sup> Já as mulheres autoras têm presença inexpressiva neste acervo escolar.

Aproximadamente uma década e meia depois, em 1956, é possível observar mudanças no acervo da biblioteca escolar. Esta mudança se apresentará especialmente no número de autores de referência para os professores em suas disciplinas escolares que vão aparecer como novos títulos na lista de ‘livros indicados’ para leitura das alunas dos cursos comerciais. A participação dos livros indicados se faz, na biblioteca escolar, pela organização dos mesmos por disciplinas (assim como anteriormente): os livros de História, os livros de Comércio, etc.<sup>57</sup> Continuam as obras de Júlio Verne com destaque dentre os demais livros do gênero, porém também despontam nas prateleiras mais livros escritos por religiosos. (Compare parte dos livros da biblioteca nestes dois momentos, anexo 4) Neste aspecto, chama a atenção os temas dos livros escritos por padres e freis: *Zélia* de Pe Gerônimo P. de Castro, *Novos contos* de Pe. Ambrósio, *Num coração de mulher* de Pe F. Dubois, *A donzela cristã* de Pe Mathias de Bremscheid, *A questão vital* de Pe Bento José Rodrigues, *A Escola de Maria* de Pe Henri Opitz, *Místicas flores de Maria* de Pe Leonardo Nascello, *A caridade conduz a Deus* de Frei Adolfo Archier – volumes que fazem jus ao homenageado na denominação deste espaço escolar, ‘Biblioteca Anchieta’.<sup>58</sup> Ainda que de representação limitada frente ao conjunto de livros da biblioteca é interessante verificar esta presença dos homens que falam sobre as mulheres e suas (boas) condutas, além da afirmação espiritual pautada na figura de Maria – a

<sup>56</sup> Veja: CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na Poesia Infantil de Olavo Bilac*. Curitiba, 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>57</sup> As listas de ‘livros indicados’ para a realização das disciplinas escolares, feitas a escolha dos professores, não foram analisadas nesse estudo, sequer foi observado o conteúdo dos livros indicados - o que exigiria novo fôlego investigativo. O estudo ateu-se a observar o sugerido pelos professores e a existência das listas.

<sup>58</sup> Esta denominação é apontada apenas no Relatório de Verificação de 1956. Nos relatórios anteriores somente ‘biblioteca’. (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO. *Curso Técnico de Contabilidade*. Curitiba, 1956.)

formação cristã para as jovens era indispensável especialmente num mundo em que as mudanças suscitadas pela industrialização levavam muitas mulheres para o trabalho fora de casa o que poderia comprometer a ‘feminilidade’ e os seus atributos como “a domesticidade, a fragilidade, dependência financeira”, etc.<sup>59</sup> E são poucas as obras de ‘mulheres para mulheres’, mas elas estão também presentes, como as escritas por Ancilla Domini (*Quadros da vida; Da arena da vida; Na intimidade e outros contos*), Maria do Patrocínio (*Uma fluminense; Violeta*), Mme. Stolz (*A casa do saltimbanco*), Anésia Souza Ramos (*Colhendo, romance paulista*) e Laurita Pessoa Raja Gabaglia (*Formação da Filha de Maria*).<sup>60</sup>



**Figura 13 – Sala de estudos adrede à Biblioteca do Instituto, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Outro destaque na organização espacial da escola é o Salão de Festas ou Salão Nobre

<sup>59</sup> BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.217.

<sup>60</sup> Não há qualquer estudo sobre a contribuição literária das autoras citadas e que tiveram suas obras representadas nesta biblioteca escolar. De todas, a mais conhecida no cenário nacional é Laurita Pessoa Raja Gabaglia que, dentre outras obras, escreveu em 1951, a biografia de seu pai: Epiácio Pessoa (1865-1942).

do Colégio que também compõe o espaço de sociabilidade na instituição. Localizado em direção oposta ao da construção do novo prédio escolar, o Salão de Festas era alcançado a partir do pátio interno do Colégio e ladeava a Cantina e os longínquos sanitários da escola. O Salão sediava reuniões com os familiares, encontros de professores, comemorações, e apresentações artísticas e comemorativas.

### SALÃO DE FESTAS

As Festas cívicas são realçadas nesse Educandário por reuniões em recinto apropriado, é bastante vasto para conter mais de quinhentas pessoas.<sup>61</sup>



**Figura 14 – Salão de Festas do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Havia também o destaque à permanência do ‘curso de datilografia’ no Instituto Comercial São José como curso extra-curricular que continuaria a ser ofertado no ano de 1943 muito embora o mesmo, por ocasião do atendimento ao regulado na reforma do ensino

---

<sup>61</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. op.cit., p.1.

comercial de Campos, fizesse parte dos currículos dos cursos técnicos comerciais sendo incluída como atividade na disciplina escolar de Mecanografia.<sup>62</sup> A este respeito, a já pequena confusão ganharia ainda maiores contornos ao serem abertas ‘algumas exceções’ para as interessadas do antigo curso de datilografia: algumas passaram a freqüentar disciplinas regulares do curso de contador como se fossem alunas regulares do curso, realizando provas inclusive. Esta participação é apenas registrada pelo inspetor federal em uma nota das ‘alunas ouvintes’, sem maiores preocupações.

Tudo transcorria aparentemente de modo tranqüilo até que a diretora do Instituto Comercial São José interveio em ofício encaminhado ao Diretor do Ensino Comercial no Rio de Janeiro<sup>63</sup>, Lafayette Belfort Garcia<sup>64</sup>, requerendo, ao final do primeiro ano letivo do Instituto (1943), certificados às alunas ouvintes das disciplinas de Datilografia e de Estenografia e que não eram poucas: 7 alunas em uma disciplina e 8 em outra.<sup>65</sup> O pedido da diretora Ir. Hermínia Gomes, acompanhado de uma recomendação rigorosa para estes certificados e precedido da informação de ciência do inspetor federal sobre o assunto<sup>66</sup>, foi

---

<sup>62</sup> A disciplina de Mecanografia previa a seguinte organização, de acordo com o Artigo 6º do Curso de perito-contador item 6: “**a**) *Datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado.* **b**) *Conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, coleccionar e quaisquer outras de uso corrente.*” A letra ‘a’ deste artigo é igual para todos os cursos técnicos em diferentes séries, a letra ‘b’ sofre alterações de acordo com a especialidade técnica referida. (BRASIL. *Decreto-lei n. 20.158* – 30 jun. 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências. Distrito Federal: Diário Oficial, 9 jul. 1931. *grifos no original*)

<sup>63</sup> OFÍCIO N.3/1943, de Ir. Hermínia Gomes do Instituto Comercial São José endereçada a Lafayette Belfort Garcia, Diretor da Divisão do Ensino Comercial - Rio de Janeiro. Curitiba, 6 nov. 1943.

<sup>64</sup> Como Diretor do Ensino Comercial, da Divisão do Ensino Comercial (D.E.C.) do Ministério da Educação e Saúde (M.E.S.), Lafayette Belfort Garcia teria uma carreira longa neste cargo da administração pública. Ele atravessaria as décadas de 1940, 1950 e boa parte da de 1960 exclusivamente nesta função, no Governo Federal.

<sup>65</sup> Dentre todas as alunas ouvintes, 4 eram Irmãs e acompanhavam a disciplina de Estenografia. O objetivo da formação das Irmãs, tanto nas disciplinas isoladas quanto no curso regular de comércio, era o mesmo das alunas regulares: a profissionalização para inserção no mercado de trabalho. Neste caso, as Irmãs já teriam uma direção: as lides administrativas das diferentes casas educacionais, assistenciais e da saúde, sob responsabilidade da congregação. Exemplo claro disto é o que ocorre com as primeiras religiosas formadas pelo curso técnico de contador: uma delas alcança a direção da própria instituição escolar enquanto outras assumem a secretaria da escola. É possível ainda que outras religiosas tenham se deslocado a outras comunidades e municípios para o atendimento das casas da congregação.

<sup>66</sup> Em seu Relatório de Verificação do ano de 1943 só há menção da ocorrência, sem nomes e sem dados. E a recomendação da diretora para os certificados é a seguinte: “*Assim sendo, esta Diretoria solicita a V. Exa. que se digne de dar a necessária autorização para expedir diplomas às alunas nestas condições e fazer visar tais diplomas pelo sr. Inspetor Federal, colocando no cabeçalho dos mesmos que o Instituto Comercial São José é*



enviado em 6 de novembro de 1943. A resposta não foi arquivada junto com a cópia do ofício enviado, entretanto, o parecer negativo é o mais provável. Afinal, o “exercício normal e legal das funções de estenografia e de datilografia não só no comércio e na indústria, como no magistério dos estabelecimentos de ensino comercial e nos empregos públicos”, como o requerido pela diretora, só ocorreria com a realização dos cursos comerciais regulares.<sup>67</sup> Independente de terem ou não recebido os certificados requeridos, das 15 alunas ouvintes destas disciplinas, 2 tornaram-se alunas regulares dos cursos comerciais, e destas, 1 concluiu todo o percurso de estudos, do curso comercial básico ao técnico, tendo lhe sido conferido o diploma de técnico em contabilidade no ano de 1949.

Depois deste episódio, não haveria mais registro de aluna ouvinte em cursos regulares da instituição que, como rege a legislação do ensino comercial, receberia alunas regulares que satisfizessem todas as exigências para ingresso nos cursos comerciais. Pode-se traduzir este episódio como um percalço inicial na adaptação da instituição escolar às novas regulamentações em face das restrições que o sistema de ensino lhes imporia. Mas também evidencia a seleção da demanda que participaria destes cursos comerciais, pois certamente não caberia àquelas que procurassem o certificado de conclusão de cursos práticos do comércio afim de uma colocação profissional mais imediata. A realização dos cursos comerciais, de maior duração, protelaria a colocação profissional das alunas ao menos ao término do curso, mas em melhor posição profissional. Este episódio destaca também um dos pressupostos elementares para a realização deste estudo, além dos recursos necessários

---

*fiscalizado pelo Governo Federal e o diploma é do Curso de Estenografia e do Curso de Datilografia, afim de habilitar tais alunas ao exercício normal e legal das funções de estenografia e de datilografia não só no comércio e na indústria, como no magistério dos estabelecimentos de ensino comercial e nos empregos públicos.” (OFÍCIO n.3/1943, op.cit.)*

<sup>67</sup> Na legislação educacional do ensino comercial de Campos (1931) não há menção a ‘alunos ouvintes’ ou ‘alunos avulsos’ nos cursos regulares de comércio. Toda a legislação, quando referida aos alunos, considera os alunos regulares dos cursos comerciais. São estes alunos que recebem o diploma quando da conclusão dos cursos técnicos (Artigo 31, letra e), bem como são eles que tem a preferência aos trabalhos na área contábil e comercial nos setores público ou privado. Há inclusive artigo em que se destaca a preferência ao exercício de datilógrafo aos que tiverem sido diplomados pelos cursos de guarda-livros ou de secretário (Artigo 80). Em síntese, com a legislação de Campos, as instituições de ensino comercial, especialmente as sujeitas a fiscalização federal, não terão motivos para ofertar os ‘cursos avulsos’ de outrora.

(custeio da mensalidade, estadia e outros): a disponibilidade real para fazê-los. Não é a toa que de 15 ‘alunas ouvintes’, 2 voltam para os cursos comerciais regulares.

### DATILOGRAFIA

Funciona actualmente um curso de datilografia exclusivamente para as Acadêmicas e Normalistas, sendo generalizado futuramente, segundo as prescrições do Ensino Comercial. As máquinas empregadas são de marca “Remigton” e “Olimpia”. Em concurso perante comissões, as alunas do Estabelecimento sempre se salientaram sobre as demais concorrentes.<sup>68</sup>



**Figura 15 – Ênfase à Datilografia no hall de entrada do Instituto Comercial São José, 1942. Foto: Kabza Curityba.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

O destaque a tecnologia empregada nesta composição, busca demonstrar o Colégio incorporado à modernização dos escritórios comerciais e de um ensino que buscava acompanhar as transformações da época. Mas, em especial, esta fotografia - não isentando

---

<sup>68</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ op.cit.

com esta escolha as demais -, informa e dá a conhecer elementos que denunciam a montagem do ambiente e do próprio registro. A fotografia, entendida aqui como documento, também tem uma intencionalidade, a de deixar como mensagem uma ‘determinada imagem de si próprias.’<sup>69</sup> Carregada de sentido, portanto, “a fotografia é uma representação *elaborada cultural/estética/tecnicamente*”.<sup>70</sup> Por isto, a necessária desconstrução das *fontes plásticas* de que fala Kossoy, a fim de entender o que não está aparente.

Neste aspecto, a Figura 15 informa a ausência do quadro de giz, o parco número de mobiliário para uma sala de aula e sua direção estranha no ambiente, bem como, o excesso de folhagens que não só preenche o espaço, mas realça o valor do apresentado, além da escolha dos melhores mobiliários e maquinários<sup>71</sup>, são todos aspectos que denunciam a construção desta imagem. Especialmente o que evidencia a composição é o local em que ocorre o registro fotográfico. Impróprio para a realização de aulas, o hall de entrada do Colégio é a área de circulação intensa entre as dependências do prédio escolar. No entanto, a escolha deste espaço demonstra a coerente junção de dois projetos em evidência, o término da construção do novo prédio (ou parte dele) e o da fundação dos novos cursos comerciais.

Todas as fotografias evidenciam um elemento importante da organização escolar, neste aspecto, do espaço escolar e de seus respectivos materiais: havia a expectativa do atendimento de um bom número de alunas. As fotografias informam através da disposição das carteiras nas salas de aula, a possibilidade de 30 presentes, no mínimo. Toda a composição dos ambientes, incluindo os gabinetes e as salas temáticas de algumas disciplinas escolares

---

<sup>69</sup> Cf.: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 535-549.

<sup>70</sup> KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1998. p.43. *grifos no original*

<sup>71</sup> Vê-se 4 portas fechadas que indicam os seguintes ambientes distintos: adrede a escadaria, a sala da secretaria; à esquerda, respectivamente, sala de aula, museu de Merceologia e, ao fundo, o gabinete de Física e Química. No andar superior, o mesmo espaço das 3 salas laterais é ocupado pela Capela. Perpendicular às salas e a direita (não captado pela fotografia), um amplo corredor dá acesso às demais dependências do Colégio, incluindo um refeitório, uma cozinha (ambos, na construção recente), mais a escadaria provisória, a passagem para o pátio interno e as demais salas de aula - estes na construção anterior e que logo seriam demolidos para a continuidade da construção do complexo escolar concluído na década de 1950.

(Física, Química, História Natural, Merceologia) constitui forte apelo à educação que ora se inicia. O que seria correspondido através dos anos pela demanda que passaria a constituir os cursos comerciais do Instituto Comercial São José.

Enfim, prédio pronto, ambiente preparado, hora da inauguração. As alunas diziam aguardar com impaciência esta data que ocorreria em dois momentos, no dia 19 de março - dia de São José, e em 26 de março de 1942, data que contou com solene missa na nova capela do Colégio. A inauguração no dia 26, descrita na *coluna editorial* e no *noticiário* do jornal das alunas do Colégio, sugestivamente intitulado PAX, expressa o valor dos ritos nas comemorações e vivências da instituição e a apropriação destes valores à vida das alunas:

26 – Esperávamos com impaciência esse dia, marcado para a inauguração da parte nova do colégio. Às 7, 15 horas, solene recepção à S. Excia. D. Atico Eusébio da Rocha. Às 7,30 horas, celebrou-se a primeira missa na capela nova do Colégio com numerosa assistência. Acabada a santa Missa, S. Excia. bondoso como sempre, felicitou a Congregação pelos melhoramentos efetuados nesse educandário e nos exortou a corresponder ao zelo, à dedicação e aos ensinamentos que nos são ministrados pelas Irmãs de São José. Após o café oferecido aos presentes, uma das alunas, agradecendo à todos que nos honraram com a sua presença, dirigiu também ao bondoso Pai espiritual palavras de agradecimento pelo inestimável tesouro que ele nos deixava, como penhor preciosíssimo de sua visita – Jesus Hóstia, - que ele fizera descer pela primeira vez sobre o altar da nova capela e que ali ficará sob á guarda do nosso amor. Prometemos tudo fazer para que Jesus ache, em nós, as suas delícias, e procuraremos amá-lo pelos muitos que não o amam.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> PAX. *Jornal das alunas do Colégio São José*. Curitiba, 1942, p.4.



**Figura 16 – A nova capela do Colégio, 1942. Foto: Kabza Curytiba.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

A religiosidade não estaria apenas reservada aos eventos com a participação da comunidade escolar, com as famílias ou ainda restrita às aulas de Religião. Ela seria destacada em todo o espaço escolar: na presença viva das Irmãs e seus hábitos sisudos, que só seriam dispensados na década de 1980, nos quadros e imagens dos integrantes da ‘família de Nazaré’ fixados por todas as salas e corredores do Colégio, e especialmente no pátio situado no interior do prédio com a imagem de São José que parecia ‘observar a tudo e a todos’<sup>73</sup> ou ainda abençoar a tudo e a todos:

---

<sup>73</sup> Não foram encontradas frases inscritas na parede em que se lia ‘Deus me vê’, mas as imagens tinham bastante presença para tal. “*Deus me vê. Essa frase, inscrita não só nas paredes dos internatos e colégios das Irmãs de São José, mas de todos os internatos, seminários e conventos católicos, lembrava a todos quanto estivessem internados que Deus, mais do que os mestres, tudo via, tudo anotava e de tudo pediria contas na vida futura.*” (MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919) – Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996, p.80.)



**Figura 17 – Pátio interno do Colégio, ao fundo imagem de São José, 1942.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Digno de nota é a figura que vai compor o cotidiano escolar e a formação de virtudes no colégio feminino: o São José. Sua presença vai destacar o modelo de vida familiar cristão e ressaltar o destaque desta família: o trabalhador, o protetor, o pai. Uma forma de lidar com este aspecto contraditório em relação a grande parte dos colégios católicos femininos que tem como figura representativa a mulher será a conciliação da Sagrada Família: pai, mãe e filho. E é com a proposta de Leão XIII, no início do século XX, que se estende por todo o país o alcance da figura de São José para a constituição basilar da Sagrada Família:

Em São José têm *os pais de família* um perfeito exemplar da solícitude e vigilância paternais; *os casados*, um verdadeiro espelho de amor, concórdia e fidelidade conjugais; *as virgens*, um modelo e defensor da integridade virginal. *Os nobres*, fixando seus olhos na imagem de São José, aprendam a conservar sua dignidade, ainda quando a fortuna lhes seja adversa; compreenderão *os ricos* quais são os bens que é mister desejar antes de tudo e procurar com todo empenho. *Os operários, os*

*proletários e todos os que são deserdados dos bens de fortuna*, devem recorrer a São José, como por direito próprio, e dele *aprender o que hão de imitar*.<sup>74</sup>

Estendendo o culto de São José à Sagrada Família, estende-se o modelo de virtude a ser seguido que serve tanto para homens quanto para mulheres e crianças:

...no 'chefe' da família São José encontrarão os pais 'uma norma luminosíssima da vigilância, do cuidado e da solicitude paternais'; em Maria, as mães terão 'um insigne modelo de amor, de modéstia, de humildade e de fé inabalável'; em Jesus Menino os filhos terão 'um exemplar de submissão a seus pais, a perfeita obediência e a verdadeira piedade filial'.<sup>75</sup>

São José o operário, São José o trabalhador, o carpinteiro, o bom esposo, o bom pai... No modelo de virtude a ser difundido pelo Colégio, José seria um dos destaques. Para o Instituto Comercial, não seria apenas o padroeiro, mas o exemplo a ser seguido, o modelo de virtude e de devoção ao trabalho e à família. A tríade família-maternidade-trabalho é estendida às alunas do ensino profissional que se preparariam para o trabalho sem deixar de lado os assuntos da vida doméstica.

É neste entendimento que se iniciam as aulas do Instituto Comercial São José, instalado no dia de São José: 19 de março de 1943. É uma instituição:

... de natureza privada, mantida pela Irmandade das Irmãs de São José de Tarentaise, com sede nesta cidade de Curitiba, à Praça Rui Barbosa nº 15, esquina da rua Emiliano Perneta, em prédio próprio especialmente construído para tal fim.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> PASTORAL COLETIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre apud AZZI, Riolando. op.cit., p.55. *grifos nossos*

<sup>75</sup> AZZI, Riolando. O estado leigo e o projeto ultramontano. São Paulo: Paulus, 1994, p.54.

<sup>76</sup> OFÍCIO n. 21/1943. Do inspetor federal (Carlos Sternberg Valle) ao diretor da Divisão de Ensino Comercial (Dr. Lafayette Belfort Garcia), no Rio de Janeiro. Curitiba, 12 abr. 1943.

Ambos os cursos comerciais (propedêutico e contador) encontram base legal para sua constituição na reforma de Francisco Campos, em 1931, bem como, na Portaria n. 169 de 29 de maio de 1939<sup>77</sup> e demais regulações complementares, como assevera o Artigo 26 do Regimento Interno da instituição.<sup>78</sup> O Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, com 82 artigos, conhecido como a reforma do ensino comercial, organizou este ramo do ensino profissional em dois momentos, o primeiro com 3 anos de duração - o curso propedêutico - e os cursos técnicos comerciais, de duração variáveis de 1 a 3 anos, sendo eles: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador.<sup>79</sup> Organizado assim o ramo de ensino comercial, caberia então a execução desta lei nos estabelecimentos de ensino autorizados ou reconhecidos pelo governo federal e em todo o território nacional.

À autorização de funcionamento dos cursos do Instituto Comercial São José deu-se início a inspeção preliminar dos mesmos pelo inspetor federal Carlos Sternberg Valle - designado pela Portaria nº 218 do Departamento Nacional de Educação, publicado no Diário Oficial de 6 de março de 1943. Segundo a orientação recebida pelo ofício de 16 de março, da Divisão do Ensino Comercial, o inspetor federal inicia suas atividades no Colégio e registra, em seu relatório, a preparação para o primeiro ano letivo do Instituto Comercial São José:

...fiz hoje minha primeira visita a este já conceituado estabelecimento de ensino, afim de dar início aos trabalhos para a verificação prévia. Fiz demorada inspeção às várias dependências do magestoso [sic] edifício que serve de séde ao Instituto Comercial São José (...) Á direção do Instituto distribuí as respetivas instruções, relacionadas com os esclarecimentos e demais informes para os trabalhos da verificação prévia.

---

<sup>77</sup> BRASIL. *Portaria n. 169* – 29 maio 1939. Extingue a atual Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública; organiza nessa Secretaria a Diretoria Nacional de Educação; dispõe sobre os serviços de fiscalização dos institutos de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino comercial e secundário, e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 2 jun. 1939.

<sup>78</sup> REGIMENTO INTERNO, Instituto Comercial São José. Curitiba, 1943. 13p. (42 artigos)

<sup>79</sup> A legislação organizou também um curso superior de administração e finanças e um curso elementar de auxiliar do comércio. São apresentados ainda os programas das disciplinas escolares nos respectivos anos dos diferentes cursos deste ramo de ensino, estabelecido o regime escolar, definida e regulamentada a profissão de contador e suas regalias, a definição das atividades da superintendência do ensino comercial, além de indicadas as disposições gerais para sua realização. (ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO, op.cit., p.465-488)



Designo os dias 30 e [ao dia] 3 do Corrente para os exames de admissão para o 1º ano do Curso Propedêutico e o dia 2 de Abril proximo para as respectivas provas orais, a eles devendo comparecer os alunos regularmente inscritos. Curitiba, 25 de Março de 1943.<sup>80</sup>

Para a realização dos cursos comerciais e a matrícula, fazia-se necessário, para o curso propedêutico: comprovar idade mínima de 12 anos, certificado de aprovação nos exames de admissão (provas escritas e orais de Português, Matemática, Francês e Geografia), e em conformidade com o artigo 10 da legislação do ensino comercial, atestados de sanidade, de vacinação (antivariólica), e recibo de pagamento da taxa de matrícula no valor de Cr\$ 80,00 – incluso a primeira prestação ou mensalidade (Cr\$ 40,00). Para a matrícula no curso técnico de contador, fazia-se necessário: o certificado de conclusão do curso propedêutico ou o certificado de conclusão da 4ª ou aprovação na 5ª série do curso secundário ou ainda de diploma de qualquer curso superior<sup>81</sup> e, em conformidade com o artigo 11 da legislação do ensino comercial, atestados de identidade, de idoneidade moral<sup>82</sup>, de sanidade e recibo de pagamento da taxa de matrícula calculada em Cr\$ 105,00 – também incluso a primeira mensalidade (Cr\$ 55,00).<sup>83</sup>

As candidatas que satisfizessem as exigências teriam seus requerimentos deferidos pelo inspetor federal. Após o exame dos documentos que as acompanhavam, foram aprovadas 12 alunas para o primeiro ano do curso propedêutico e 10 alunas para o primeiro ano do curso

<sup>80</sup> RELATÓRIO DA INSPETORIA FEDERAL. *Copia dos termos de visita*. (Abril de 1943) Curitiba, 1943, p.1.

<sup>81</sup> REGIMENTO INTERNO. op.cit., p.5.

<sup>82</sup> Havia um modelo deste atestado em que figurava na seguinte composição: “ATESTADO DE IDONIEDADE [sic] MORAL. Nós... (nome) Professor registrado da Diretoria do Ensino Secundário sob nº .... e... (nome) ..... professor registrado sob nº .... atestamos para os devidos fins, que ..... (fulano de tal) ... é de absoluta idoneidade [sic] moral, nada havendo, do nosso conhecimento, que possa desaboná-lo. Datar. Duas assinaturas.” (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO. *Curso Técnico de Contabilidade*. Curitiba, 1956. grifos no original)

<sup>83</sup> A anuidade da primeira série do curso propedêutico (valor total do curso no ano) estava calculada em Cr\$ 480,00 (cruzeiros), moeda nacional, e para o curso contador, em Cr\$ 655,00. (REGIMENTO INTERNO, op.cit, p.12) Para efeito comparativo, o salário mínimo mensal, neste período, estava calculado, para a cidade de Curitiba, em Cr\$ 290,00. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. RJ: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p.324)

de contador. Aguardavam para inclusão ao corpo discente do curso propedêutico mais 2 alunas transferidas de outra instituição e que seriam também incluídas ao corpo discente do Instituto Comercial São José.<sup>84</sup> Conforme a legislação, as transferências só seriam aceitas nos períodos de férias e “vedada a transferência para o último ano de qualquer curso.”<sup>85</sup>

Assim, lavra-se no dia 2 de abril de 1943, o termo de abertura do livro de matrículas do então Instituto Comercial São José. Assinado pela diretora, Irmã Hermínia, e pelo inspetor federal, Carlos Sternberg Valle, constam, às primeiras páginas, as inscrições de 14 então alunas para o curso propedêutico. E para o curso contador, outras 10 alunas.<sup>86</sup> O termo é encerrado em 5 de abril com 24 inscritas aos cursos comerciais do Instituto Comercial São José. Assinam a diretora e o inspetor federal.

As primeiras 14 alunas matriculadas no curso propedêutico são, na sua maioria, de procedência do Paraná, 2 vieram transferidas de Santos - São Paulo. A maioria delas também é natural do estado, sendo apenas 1 de Pelotas, Rio Grande do Sul; e 1 de Santa Catarina. Algumas matriculadas são irmãs, de parentesco. Outras são religiosas, como no caso do curso de contador. Das 10 alunas, todas do Paraná, 3 são Irmãs da congregação: Irmã Apoline, Irmã Rose Filomene e Irmã Alice Maria. As idades das primeiras alunas do curso propedêutico variam de 13 a 20 anos, e no curso de contador, de 16 a 20 anos.

Interessante observar, neste ponto, que a formação educacional das Irmãs cumpriria um papel importante para a manutenção das instituições da Congregação das Irmãs de São José, ao menos, em Curitiba. Nesta primeira turma, em especial, tanto Ir. Apoline quanto Ir. Alice Maria, jovens religiosas da congregação, assumiriam, logo ou depois de algum tempo da conclusão dos cursos técnicos, a secretaria da escola de comércio na qual estudaram. No caso de Ir. Alice Maria, ela avançaria ainda mais: seria nomeada diretora da

---

<sup>84</sup> RELATÓRIO DA INSPETORIA FEDERAL, op.cit., p.2.

<sup>85</sup> REGIMENTO INTERNO, op.cit, p.7.

<sup>86</sup> A ocupação dos pais das alunas variava entre pequenos comerciantes e industriais, e funcionários públicos. A maioria das alunas morava com a família nas cercanias do Colégio, no centro da cidade.

mesma escola em que houvera anteriormente estudado e colado grau. A própria congregação buscava, com isto, a formação dos seus quadros administrativos e também pedagógicos já que muitas irmãs lecionavam nas escolas da congregação.

O dia 05 de abril de 1943 inaugurou o primeiro dia letivo para ambos os cursos do Instituto Comercial São José, embora em horários diferenciados: pela manhã, o propedêutico, das 8h as 11horas; e pela tarde, o contador, das 15h as 18horas. O turno de três horas durante seis dias da semana (segunda a sábado) contava com o número mínimo de 18 aulas semanais para cada curso, tendo, cada disciplina, 40 minutos de aula e 10 minutos de intervalo entre as aulas, para descanso. Os horários das aulas foram elaborados pela diretoria do Instituto Comercial, a cargo de religiosa, e submetido à aprovação da Congregação das Irmãs de São José antes do início das aulas. (Veja os quadros dos horários das aulas dos primeiros anos dos cursos comerciais, anexo 5) Estava aí composta a base da “arquitetura temporal escolar” que marcaria o tempo de todos na instituição escolar: o tempo de ir à escola, o tempo de aprender e de descansar, o tempo de longa duração (obrigatoriedade escolar) e o tempo de curta duração (os horários da aula, a jornada escolar); todos elementos de ordenação do tempo escolar que se ‘experimenta e se aprende na escola’.<sup>87</sup> E quanto a organização curricular e pedagógica dos cursos?

Para o primeiro ano do curso propedêutico, assim como a legislação regula e como o próprio regimento interno do Instituto indica, as disciplinas escolares apresentavam caráter preliminar, pois eram “três anos destinados á formação de candidatos à matrícula nos cursos técnicos de comércio, sob fiscalização federal.”<sup>88</sup> Compunham o currículo do curso, as disciplinas de: Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia e História da Civilização.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, vol.25, nº 2, p.127, jul./dez. 1999.

<sup>88</sup> REGIMENTO INTERNO, op.cit., p.4

<sup>89</sup> As disciplinas escolares do curso propedêutico para o 2º ano eram: Português, Francês, Inglês, Matemática, Corografia do Brasil (Geografia do Brasil) e História do Brasil. Para o 3º e último ano: Português, Francês, Inglês, Matemática, Caligrafia e ‘o três em um’: Física, Química e História Natural.

O curso propedêutico mantém esta característica de ‘preparatório para os cursos técnicos’ até o seu termo. Entretanto, o sumário programa das disciplinas escolares do curso propedêutico indica a aproximação das mesmas à área comercial já neste curso. Para situar este entendimento, algumas considerações, por exemplo, a respeito da disciplina de Português.

No artigo 5º, número 1, da reforma do ensino comercial de 1931, lê-se a seguinte ‘distribuição’ para a disciplina de Português: “Leitura expressiva e explicada; gramática aplicada aos casos ocorrentes; exercícios orais e escritos com o intuito de obter elocução perfeita, aquisição de vocabulário, exposição precisa do pensamento, prosódia, sintaxe e ortografia corretas; composição sobre temas da vida corrente e comercial (cartas, exposições, requerimentos, atas, descrições), evitados os assuntos de caráter meramente literário.” A perfeita elocução da língua oficial aos ‘temas da vida corrente e comercial’ já é um claro ajustamento da disciplina à especificidade técnica que assumia o próprio curso propedêutico.

Já para o primeiro ano do curso comercial de contador, as disciplinas apresentam caráter estritamente técnico, a saber: Contabilidade, Matemática Comercial, Noções do Direito Constitucional e Civil, Legislação Fiscal, Estenografia e Mecanografia. (Veja o sumário programa das disciplinas escolares do curso de contador, anexo 6) As demais disciplinas para as próximas séries seguem a mesma linha técnica, conferindo não só a distinção entre os cursos comerciais da reforma Francisco Campos, como também a complementaridade entre elas. Além das disciplinas escolares do currículo oficial, o Instituto ofertava também os cursos avulsos de música, canto, pintura, desenho, trabalhos manuais<sup>90</sup> e domésticos às interessadas. As disciplinas ‘próprias do sexo feminino’ não são mais as únicas a competir na formação das alunas, mas estão presentes no cotidiano escolar e na formação das alunas. O ensino de Religião (católica) era facultativo às alunas de outros credos, e

---

<sup>90</sup> A relação de materiais existentes na sala de trabalhos manuais do Instituto sugere atividades de costura, veja: 20 bancadas pequenas com mesa e gavetas, compassos, riscador, alicates, cartolinas de várias cores, arames de diversas grossuras, 2 máquinas de costura com dispositivo para bordado, grande sortimento de linhas e trabalhos riscados. (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO. *Ginásio São José*. Curitiba, 1948)

constava na grade curricular dos cursos (1 aula semanal, 30 minutos).

O corpo docente do curso propedêutico era totalmente composto pelas Irmãs, sendo elas: Ir. Maria Celeste na disciplina de Português, Ir. Gabriela no Francês, Ir. Hermínia no Inglês e também em História da Civilização, Ir. Paula na Aritmética (Matemática) e Ir. Ombelina na Geografia. Todas tinham registro de professoras no Departamento Nacional de Educação.<sup>91</sup> Já o corpo docente do primeiro ano do curso de contador, as religiosas não seriam maioria. Participando apenas nas disciplinas de Estenografia e de Mecanografia lecionavam as professoras Ir. Maria José, com habilitação de curso de Estenografia do professor Fernando Moreira (Colégio Progresso), e Ir. Maria Nelly com habilitação de curso de Datilografia. Chama a atenção, nestas duas disciplinas específicas que elas lecionavam, a predominância do trabalho com as mãos: em uma, o cuidado no traçado e na boa grafia dos signos para a compreensão do que se registrou rapidamente ‘no tempo da fala’, e em outra, a agilidade e a cadência no teclado das máquinas de escrever e de calcular, da Mecanografia, como se fosse um instrumento musical. O trabalho anterior com as agulhas, o bordado, o piano, assume agora nova roupagem.

Para as demais disciplinas do primeiro ano do curso de contador, compunham o corpo docente, totalmente masculino, professores que atuavam em outras instituições de ensino e que colaboraram para a fundação do presente curso e para o seu primeiro ano de atividade, sendo eles: Aryon Niepce da Silva, o principal colaborador para a fundação do Instituto Comercial São José, responsável pela disciplina Direito Constitucional e Civil. Diplomado em Direito, acumulava a função de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná onde lecionava História Moderna e Contemporânea, bem como, professor do Colégio Estadual do Paraná, onde também lecionava História. Autor do livro *O ensino comercial no Brasil*, publicado no ano anterior (1942), seria ele um dos professores mais longevos do

---

<sup>91</sup> HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. op. cit., p.2.

Instituto Comercial São José. Outro professor foi João Batista Zagonel Passos, na Legislação Fiscal. Este também diplomado em Direito, e em Guarda-Livros; no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Zagonel Passos lecionava Latim e Português. Matemática Comercial era a disciplina de Ildefonso Clemente Puppi, formado em Engenharia Civil – e quem assina o desenho das plantas baixas do Instituto Comercial em 1942. Lecionava Higiene e Urbanismo na Faculdade de Engenharia do Paraná e também acumulava a função de professor de Matemática dos Colégios Nossa Senhora de Lourdes e Estadual do Paraná. Na Contabilidade, o professor Lourival Portella Natel, com diploma de contador pela Academia de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná e também funcionário do Banco Nacional de Comércio, em Curitiba. Todos apresentavam registros na Divisão do Ensino Comercial.

Era incumbência de todos os professores: elaborar o programa de suas disciplinas, levando em conta a organização das mesmas já estabelecidas em lei, escolher os compêndios para as aulas e de submeter ambos, programas e escolhas, ao Superintendente do Ensino Comercial - o responsável por verificar as adequações dos mesmos ao ‘espírito das disposições exigidas pela fiscalização’ (artigo 22, do decreto de 1931). No transcurso de suas aulas, os professores deveriam cuidar para que os exercícios e as arguições, escritos ou orais, fossem realizados diariamente e atentassem para as diversas provas e exames que deveriam ser submetidas as alunas para avaliação e promoção nos cursos.<sup>92</sup> Apesar de sugerir, em poucos artigos, alguma ‘autonomia’ didática e pedagógica aos professores esta era tolhida com a sua reinterpretação subsequente na mesma legislação. Exemplo disso é o que ocorre com os artigos 24 e 25 da legislação do ensino comercial de Campos em que se lêem:

Os professores terão completa autonomia doutrinária nas matérias e suas cadeiras. [e logo em seguida] (...) A fiscalização terá o direito de chamar a atenção para erros e defeitos dos métodos de ensino e para tudo o que estiver fora dos preceitos e das

---

<sup>92</sup> REGIMENTO INTERNO, op.cit., p.6.

instruções expedidas pela Superintendência do Ensino Comercial, podendo propor a suspensão das regalias das escolas si estas não atenderem às suas exigências.<sup>93</sup>

A fiscalização insistente do inspetor federal incidida aos professores era outro ponto de tolhimento ao sentido de autonomia pedagógica. Seus programas de curso, suas aulas, bem como a aplicação de provas e até mesmo os critérios de notas, eram todos acompanhados de perto pelo inspetor federal que, juntamente com a diretoria, assinava e carimbava toda a burocracia interna e externa do Colégio: ofícios, regulamentos, programas das disciplinas, provas e resultados, tudo o mais. Em linhas gerais, a autonomia dos professores era muito limitada. Além disso, precisavam estar atentos para o cumprimento do calendário das recorrentes avaliações às alunas, dentre as quais as provas parciais:

As provas parciais serão em numero de três, na 1ª quinzena de Maio, na 2ª de Agosto e na 2ª de Outubro, atribuindo os mesmos professores às mesmas notas não fracionadas, de 0 a 10, em cada cadeira.

Parágrafo único – Estas provas que serão escritas, feitas em papel próprio com a rubrica do Inspetor Federal, correrão sob a imediata responsabilidade do professor da cadeira que deverá organizar uma lista de pontos, 10 pontos para a primeira, 15 para a segunda e 20 para a terceira, das quais sortiará [sic] um ponto para a prova.<sup>94</sup>

As provas parciais teriam um acúmulo de pontos a serem estudados até a 3ª prova parcial, em outubro. Além disso, haveria os exames finais em dezembro, sendo que na modalidade escrita seriam realizados sob a imediata presença do inspetor federal, e na modalidade de provas orais, seria realizada perante uma comissão examinadora constituída por três professores. Com tanta prova e exame os professores deveriam se apressar no desenvolvimento didático de suas aulas.

---

<sup>93</sup> ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO, op.cit., p.479.

<sup>94</sup> REGIMENTO INTERNO, op.cit., artigo 11.

Seus direitos e deveres estavam subordinados às diretivas federais do Decreto-Lei n. 2.028 de 22 de fevereiro de 1940 e da Portaria n. 8 de 16 de janeiro de 1941. A investidura dos professores às disciplinas do Instituto Comercial, seguiu o modelo exigido pela legislação, Portaria n. 169 de 29 de maio de 1939, mediante concurso de títulos e de provas, formando o corpo docente: professores catedráticos efetivos, substitutos e interinos.<sup>95</sup> De acordo com o regimento interno seriam responsáveis apenas por uma disciplina escolar e, conforme o artigo 24, a remuneração mensal dos professores, paga até o dia 10 do mês, compreenderia a importância de Cr\$10,00 por aula dada. Sendo as disciplinas lecionadas três vezes por semana, os professores acumulavam até a data do pagamento: 12 aulas, isto é, Cr\$120,00. As religiosas não recebiam pelas atividades realizadas - e isto permaneceria até o final da década de 1970, como regra da congregação.

As alunas também tinham direitos e deveres em relação à escola. No artigo 27 do Regimento Escolar, lê-se a respeito da boa conduta esperada das mesmas:

Os alunos [sic] devem manter sempre, quer em aulas, quer em sessões solenes ou comemorativas, quer nos recreios, todos os preceitos gerais da boa educação social, doméstica e educacional, hábitos, usos e costumes, atitudes e palavras que denotem atenção quando exigida, obediência com independência, respeito sem subserviência, observada a recomendada conduta da cristandade dentro dos princípios do catolicismo.

Interessante observar neste requerido o uso do masculino ‘alunos’: para uma ocupação até então de homens, permanece a utilização de denominação masculina mesmo ao se referir à

---

<sup>95</sup> BRASIL. *Decreto-lei n. 2.028 – 22 fev. 1940*. Institui o registro profissional dos professores e auxiliares da administração escolar, dispõe sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino e dá outras providências. In: BOBBIO, Pedro Vicente. (Org.) *LEX – Coletânea de Legislação Federal e Marginalia*. Ano IV, São Paulo: Ed. Lex, 1940, p. 78-81; BRASIL. *Portaria n° 169 – 29 maio 1939*. Extingue a atual Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública; organiza nessa Secretaria a Diretoria Nacional de Educação; dispõe sobre os serviços de fiscalização dos institutos de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino comercial e secundário, e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 2 jun. 1939.



mulher.<sup>96</sup> Outro ponto chama a atenção: no padrão de conduta exigido pelo Instituto Comercial São José inexistem o destaque declarado às virtudes da polidez, do recato, da subserviência feminina do primeiro colégio das Irmãs de Chambéry no Brasil (o Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, bem como, segue o Nossa Senhora de Lourdes, em Curitiba). São esperados aspectos, aparentemente, divergentes daqueles princípios, ou seja: ‘obediência com independência’ e ‘respeito sem subserviência’.

Essa contradição aparente desaparece se considerado a quem e em que moldes o Instituto Comercial São José pretendia formar. Como educar moças da classe média que teriam como *locus* privilegiado de atuação o espaço comercial-financeiro da cidade nas décadas de 1940 e 1950? Curitiba, local de origem da maioria das alunas, no ano de 1940 tinha: 142.873 habitantes, e aproximadamente, 88 estabelecimentos comerciais com 1.472 empregados, 177 estabelecimentos industriais com 9.459 empregados, e 30 bancos em todo o estado do Paraná. Ao final da década, em 1949, a população estimada sobe para 183.863 habitantes e passa para, aproximadamente, 112 estabelecimentos comerciais com 2.340 empregados, 261 estabelecimentos industriais com 11.637 empregados, e o número de bancos no estado quadruplica, 130 é o número.<sup>97</sup> Em uma instituição católica, de Irmãs que tinham sólida tradição como educadoras e que sempre haviam correspondido às demandas da sociedade em que estavam inseridas, (socorrendo ou ensinando, desde as origens do Pequeno Projeto), atuar na capital do estado do Paraná, em meados das décadas de 1940 e de 1950, significava aceitar o desafio de instruir moças para algumas funções até então eminentemente

---

<sup>96</sup> Muitos outros documentos do Colégio vão utilizar o sentido masculino ao se referir às mulheres dos cursos, mas é a elas, às alunas, que ‘eles’ se referem. Esta contradição, especialmente no tocante as funções consideradas masculinas versus femininas numa mesma instituição de ensino, pode ser conferida em: QUELUZ, Gilson Leandro.; MACHADO, Maria Lúcia B. “*Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos.*” *A profissionalização feminina durante a atuação da CBAI [Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial] na Escola Técnica de Curitiba (1946/1962)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal, *Anais...* Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002. (CD-ROM)

<sup>97</sup> De 1940: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.41. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 6, 1941/1945. Rio de Janeiro, 1946, p.35; 228; 329. De 1949: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. Rio de Janeiro, 1951, p.230; 310; 331.

masculinas, pois as mudanças de Curitiba, como de outras cidades e capitais, assim o exigiam. Entretanto, a recomendação explícita para a observação pelas educandas da ‘conduta da cristandade dentro dos princípios do catolicismo’, se configuraria na garantia da manutenção do ensinamento dos princípios ético-religiosos do catolicismo ultramontano que a Congregação das Irmãs de São José tanto prezava. O Instituto que preparava jovens mulheres para a atuação profissional no mundo urbano do século XX deveria, desta forma, ensinar *independência* para agir e tomar decisões em um novo campo de trabalho, *respeito* aos superiores (geralmente homens nas casas comerciais e bancos), mas tudo conforme o modelo cristão que impediria a *obediência* e a *subserviência* em casos de ações desonestas ou desabonadoras, e garantiria um comportamento digno para uma mulher naquele novo mundo social.

Nesse contexto educativo, o rol de faltas que, segundo o regimento do Instituto, poderia infligir punição<sup>98</sup>, é significativo:

A desobediência, o desrespeito, a inobservância dos preceitos morais da boa conduta social, a impontualidade no cumprimento dos deveres escolares, a ausência de urbanidade no trato com os colegas, o pouco asseio no traje, a algazarra imoderada, as leituras impróprias da juventude são faltas passíveis de punição pela Diretoria graduada desde a simples advertência verbal até a expulsão do Instituto.<sup>99</sup>

Também havia direitos:

Entre os vários direitos dos alunos [sic], além dos normais de frequência às aulas, inclui-se o da frequência e uso da biblioteca, dos salões para estudos, dos materiais especializados para cada disciplina, (...) da celebração de reuniões comemorativas por

---

<sup>98</sup> Não foram localizados nem o regime disciplinar, anunciado para regular tais sanções, nem o possível registro de alunas suspensas ou expulsas neste período. Soma-se ainda aos deveres das alunas: assistir a dois terços das aulas dadas de cada disciplina, realizar os exercícios escolares, as provas e exames, e pagar em dia a mensalidade, pois qualquer pendência financeira poderia impedir a realização de exames finais de promoção ou até a assistência às aulas.

<sup>99</sup> REGIMENTO INTERNO, op.cit., 1943, p.9.

sua iniciativa e do uso e gozo da caderneta escolar em tudo que ela possa beneficiar.<sup>100</sup>

De modo geral, sobressaem duas observações quanto a formação profissional feminina neste primeiro ano de curso do Instituto Comercial São José. Uma diz respeito à escolha do curso comercial técnico ofertado pelo Colégio e outra quanto às disciplinas escolares apresentadas pela legislação educacional nos cursos comerciais ofertados pelo Instituto Comercial São José, o propedêutico e o contador.

A primeira indica a oportunidade das alunas concluintes do curso comercial de contador não só garantirem a sua profissionalização em nível médio e a entrada no mercado de trabalho no exercício da profissão de contadoras, e também a possibilidade de lecionarem nos estabelecimentos deste ramo de ensino, como ainda a oportunidade de continuarem seus estudos no ensino superior, no curso de administração e finanças. É que a legislação do ensino comercial de Campos considerava, aos que cursassem este ramo de ensino profissional, somente os cursos técnicos de atuário ou de contador como únicas vias de acesso ao único curso do ensino superior possível aos concluintes do ensino técnico comercial. E quanto à outra observação, o caráter propedêutico do curso de mesmo nome, preparatório para o técnico, indicaria aí a necessidade da continuidade dos estudos para o exercício de alguma profissão na área comercial. Mas, a exemplo do que haveria em outras localidades e cursos correlatos nem todas as alunas concluintes deste curso, se encaminhariam para o curso técnico. É que mudanças estariam por acontecer e o curso propedêutico passaria a outra conformação curricular o qual agregaria a preparação para uma profissão elementar no comércio – uma significativa distinção em relação ao curso propedêutico da reforma Campos

---

<sup>100</sup> Cf. REGIMENTO INTERNO, *op.cit.*, artigo 30. No referido artigo é mencionada a possibilidade de organização de um grêmio, de um clube ou diretório acadêmico. A grêmiação estudantil no Instituto não foi algo que aparentemente estimulasse às alunas. Elas se reuniam para a publicação de jornais escolares em datas festivas, mas as edições não eram muito assíduas. O único grêmio veio a ser fundado em 1º de março de 1957. O Grêmio Estudantil São José, durou, de acordo com o seu breve livro-ata, poucas reuniões após o seu registro em cartório, na data de 4 de agosto de 1959. O motivo: a falta de participação dos seus membros e a mobilização da solitária presidente.

que não previa formação semelhante. Às que terminassem o curso propedêutico, de acordo com o Artigo 28 da reforma Campos, teriam garantido um certificado de conclusão de curso sem possibilidade de entrada no mercado de trabalho com função específica no comércio restando-lhes a continuidade dos estudos; às que terminassem os cursos técnicos, diplomas dos cursos respectivos, e às que fossem ainda mais adiante nos estudos e concluíssem a faculdade de administração e finanças – o que era um pouco dificultado na cidade<sup>101</sup> –, diploma de Bacharel em Ciências Econômicas e, se defendida tese perante a congregação respectiva, o título de Doutor.<sup>102</sup> Estas eram as expectativas para a formação das jovens mulheres até o primeiro ano letivo dos cursos comerciais do Instituto Comercial São José.

A organização do espaço escolar ainda seria concluída, pois novas edificações continuariam até o término do complexo escolar a tempo da comemoração do cinquentenário do Colégio São José (1952). Os professores ainda seriam os mesmos até o final do ano de 1943. As alunas se manteriam assíduas sem nenhuma dissidência e indicariam com suas notas, acima da média<sup>103</sup>, o sucesso sobre as inúmeras provas. Mas toda esta aparente ‘tranqüilidade’ estava por ser interrompida...

Inicialmente denominado Instituto Comercial São José, a instituição escolar cumpriria até o final do primeiro ano letivo (1943) os preceitos do Decreto n. 20.158 de 30 de junho de 1931<sup>104</sup>, da organização do ensino comercial, e das demais regulações complementares na gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde. Tendo organizado, na legislação do ensino comercial, o currículo dos cursos, as disciplinas escolares, os programas

---

<sup>101</sup> Cf.: p. 78.

<sup>102</sup> A este respeito, foi localizada uma ex-aluna do Instituto Comercial São José com tal titularidade, porém não nesta específica área do conhecimento. Veja item 2, capítulo 3.

<sup>103</sup> Naquele ano, as alunas dos cursos comerciais apresentavam média superior a 5 e até 9, no conjunto das disciplinas. O Artigo 19 da reforma Campos indica: “*Será considerado aprovado o aluno que obtiver [na prova final]: a) nota igual ou superior a 3 em cada disciplina; b) média igual ou superior a 5 no conjunto das disciplinas.*” (ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO, op.cit., p. 478 *grifos no original*)

<sup>104</sup> Neste mesmo decreto, são reorganizadas as funções da Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial que passa à denominação Superintendência do Ensino Comercial (Título II) diretamente ligada ao Ministro da Educação e Saúde. E é regulamentada a profissão do contador e suas regalias (Título III).

das disciplinas, bem como o regime escolar, muita coisa viria a mudar com a gestão do posterior proeminente ministro da pasta: Gustavo Capanema. Ele imprimiria um novo ritmo e estabeleceria uma nova organização para as escolas de comércio, bem como de outros ramos do ensino profissional, com as Leis Orgânicas do Ensino. Cabe assim ressaltar dois momentos na constituição do Instituto Comercial São José: um de fundação e outro de instalação da instituição escolar. O primeiro amplamente voltado à legislação educacional da gestão de Campos, e o segundo, com a reforma do ensino decretada em fins de 1943, voltado à legislação educacional da gestão de Capanema. Até a denominação da instituição sofreria alteração: Escola Técnica de Comércio São José.

## 2.2 Mudança de planos. Trocando a identidade, mas não o percurso: a Escola Técnica de Comércio São José

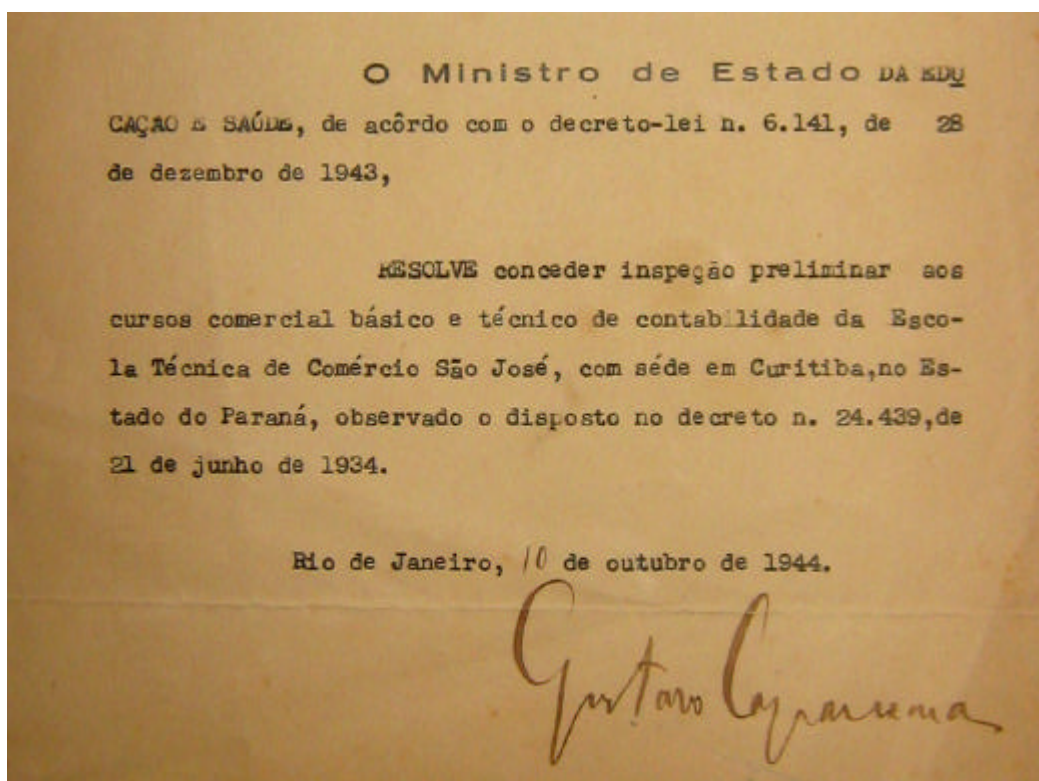


Figura 18 – Portaria ministerial n.451, de 10 de outubro de 1944: concessão de inspeção preliminar aos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José.

Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.

Final do ano de 1943. A aparente tranqüilidade do primeiro ano letivo do Instituto Comercial São José vai desaparecer no início do ano vindouro. Em 28 de dezembro de 1943, em pleno período de recesso escolar, Gustavo Capanema decreta três novos textos: o Decreto-Lei nº 6.141 conhecido como Lei Orgânica do Ensino Comercial, o Decreto nº 14.373 que regula a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial e o Decreto-Lei nº 6.142 acerca das disposições transitórias para execução da Lei Orgânica. Com eles, Capanema reorganizaria o ensino comercial em todos os estabelecimentos reconhecidos ou fiscalizados pelo governo federal no país. Dentre eles, o Instituto Comercial São José em Curitiba - Paraná.

O propósito dos três textos do Ministro da Educação e Saúde, conforme sua Exposição de Motivos, era o de dar continuidade ao ‘progresso do ensino comercial’ que ele entendia

haver se iniciado com a ‘regulamentação centralizadora’ de 1926, quando do Decreto nº 17.329 que fez adotar um ‘padrão legal’ para os cursos comerciais com a fiscalização dos mesmos, e evidenciado em 1931, com a oficialização do ensino comercial no país e a regulamentação da profissão de contador, com a reforma Campos. Por sua vez, com a reorganização do ensino comercial, Capanema busca aperfeiçoar este sistema de ensino com a finalidade de torná-lo “mais adequado às exigências da vida comercial e dos negócios administrativos do nosso país.”<sup>1</sup>

Entretanto, a Lei Orgânica do Ensino Comercial se constituía em uma parte do amplo projeto de reorganização do sistema educacional que levava em conta os ensinos: primário, secundário e profissional em todo o território nacional.<sup>2</sup> Capanema empreendeu este projeto de reorganização do ensino nos anos de 1942 a 1946 quando então expediu um conjunto de decretos-lei que ficou conhecido como Leis Orgânicas do Ensino<sup>3</sup>, e se tratava da primeira iniciativa de organização e oficialização dos ensinos: normal, agrícola e industrial no país. A decretação das Leis Orgânicas, especialmente a do ramo profissional, colaborou ainda para o incentivo da formação de mão-de-obra qualificada para os diferentes serviços dos setores da economia nacional o que significava uma franca resposta a um dos efeitos diretos da Segunda Grande Guerra. Não foi por acaso a expedição das Leis Orgânicas do Ensino Industrial (1942) e do Ensino Comercial (1943) e a criação de instituições especializadas para os ensinos de funções específicas da área industrial e da comercial, nos chamados: Serviço de

---

<sup>1</sup> CAPANEMA, Gustavo. Exposição de Motivos: Lei Orgânica do Ensino Comercial. In: VIEIRA, Francisco de Assis. *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, 1957. p.9.

<sup>2</sup> O ensino superior não sofreu significativa intervenção do ministro, mas contou com importantes ações como, em 1945, a criação dos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais no lugar do de administração e finanças de 1931 que teve restrita participação em poucas instituições privadas.

<sup>3</sup> Do Ministério da Educação e Saúde, na própria gestão de Capanema, foram expedidos os seguintes: Decreto-lei 4.073 de 30 de janeiro de 1942 ou Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-Lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942 da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Decreto-lei 4.244 de 9 de abril de 1942 ou Lei Orgânica do Ensino Secundário e o Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943 ou Lei Orgânica do Ensino Comercial. Na gestão de Raul Leitão da Cunha, durante o Governo Provisório: Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946 ou Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946 ou Lei Orgânica do Ensino Normal; Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946 ou Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Aprendizagem Industrial, o SENAI (1942), e Serviço de Aprendizagem Comercial, o SENAC (1943) - instituições que se mantêm ainda hoje. Portanto, não se tratava somente de uma reformulação do sistema educacional, mas especialmente de sua adequação aos interesses econômicos que se colocavam ao país àquela época.

Entendida a reforma desta maneira, uma pergunta é premente: quais seriam então as mudanças que a Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943) empreenderia em face da regulamentação de Campos (1931)? Uma das primeiras mudanças estruturais, sentida de imediato, refere-se à definição dos novos cursos comerciais, tanto ao nível básico como ao nível técnico<sup>4</sup> e especialmente no que concerne ao rol de disciplinas escolares<sup>5</sup> que passa a compor tais currículos. Mediante ampla alteração, a nova reforma discrimina as disciplinas em ‘cultura geral’ e em ‘cultura técnica’, passa a incorporar disciplinas de cultura geral em todos os cursos comerciais técnicos e disciplinas de cultura técnica com maior participação nestes cursos, define os cursos em cursos de formação, de aperfeiçoamento e de continuação<sup>6</sup>; e constitui o 1º e o 2º ciclos de ensino comercial<sup>7</sup> a exemplo do que havia sido feito com o

---

<sup>4</sup> Acerca da polissemia da palavra ‘técnico’, especialmente no que diz respeito a sua função ou especialidade, veja: CUNHA, Luís Antonio. A montagem do ensino técnico industrial. In: *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2000, p.111-149, especialmente: p.111-120.

<sup>5</sup> Neste ínterim, destacam-se tais mudanças sem, contudo, adentrar num estudo específico das disciplinas escolares que, cabe ressaltar, tem se tornado, na atualidade, um rico campo de debate e de pesquisa para os historiadores da educação. No caso paranaense, o estudo das disciplinas escolares de História, de Geografia, de Espanhol e de Educação Física tem trazido interessantes perspectivas sobre o currículo escolar, as práticas educativas e propriamente a cultura escolar, confira: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

<sup>6</sup> Segundo a Lei Orgânica do Ensino Comercial, em suas seções II, III e IV, as categorias dos cursos são as seguintes: cursos de formação - o de primeiro e os de segundo ciclos do ensino comercial; cursos de continuação - ou cursos práticos do comércio destinados aos não diplomados no ensino comercial com a finalidade de uma sumária preparação profissional nas atividades simples ou correntes do comércio e da administração; e cursos de aperfeiçoamento - com a finalidade mesma que sugere o título. Os cursos das duas últimas categorias são definidos pelos próprios estabelecimentos de ensino comercial e em concordância com as necessidades da demanda local. Somente ao final da década de 1950, a Escola Técnica de Comércio São José ofertará cursos de aperfeiçoamento na área comercial. (BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.141* - 28 dez. 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez.1943)

<sup>7</sup> Na reforma Campos são dois momentos para os cursos comerciais: o do curso propedêutico e o dos cursos técnicos comerciais. Em nenhum momento Campos utilizará a definição de 1º e de 2º ciclos de ensino como o observado na reforma Capanema.



ensino secundário e o ensino industrial<sup>8</sup>, nas respectivas Leis Orgânicas de Capanema.

Assim, o antigo curso propedêutico da reforma Campos, com 3 anos de duração e de cunho preparatório para os cursos técnicos de secretário (1 ano), guarda-livros (2 anos), administrador-vendedor (3 anos), contador (3 anos)<sup>9</sup> e atuário (3 anos), desaparece com a presente reorganização do ensino comercial. No seu lugar, passa a vigorar o curso comercial básico, considerado curso de formação de primeiro ciclo do ensino comercial, seqüente ao ensino primário, e com duração estendida para 4 anos. Sendo o único curso do primeiro ciclo do ensino comercial, sua habilitação reserva ao concluinte o direito de acesso a qualquer um dos cinco cursos técnicos do segundo ciclo. Em seu currículo são contempladas mais disciplinas de caráter técnico, uma vez que tem finalidade profissional, ou seja: “a formação de auxiliares de escritório tanto para o serviço público como para a administração das atividades particulares”.<sup>10</sup>

Por sua vez, os cursos comerciais técnicos, considerados como cursos de formação do segundo ciclo do ensino comercial, passam todos a 3 anos de duração e em seus currículos constam disciplinas de cultura geral, de cultura técnica e também de práticas educativas, sendo aqui compreendidas as disciplinas escolares de Canto Orfeônico até os 18 anos de idade e Educação Física até os 21 anos.<sup>11</sup> Os cursos comerciais técnicos se destinavam a “preparação dos candidatos ao exercício de determinadas funções específicas do comércio e de funções administrativas gerais no serviço público e nas empresas particulares.”<sup>12</sup> Assim, para o primeiro tipo de funções específicas, foram constituídos os cursos técnicos de comércio

---

<sup>8</sup> Alterações do ensino secundário, veja: p.48. Quanto ao ensino industrial, cf.: CUNHA, Luís Antonio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

<sup>9</sup> Na reforma Campos, a denominação correta deste curso técnico comercial é perito-contador. Porém, em 1939, a denominação é alterada, por decreto-lei, para contador. (BRASIL. *Decreto-lei n. 1.535 – 23 ago. 1939*. Altera a denominação do curso de perito-contador e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 25 ago 1939.)

<sup>10</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit., p.9.

<sup>11</sup> Cf. Artigo 13, da Lei Orgânica do Ensino Comercial, na qual ainda consta: a instrução pré-militar aos do sexo masculino até a idade própria da instrução militar, e o ensino religioso, entre as práticas educativas, sem caráter obrigatório.

<sup>12</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit., p.6.

e propaganda, de contabilidade e o de secretariado. Para as funções administrativas gerais, os cursos técnicos de administração e o de estatística, ambos constituindo-se, a partir de então, em cursos técnicos de nível secundário; o primeiro antecedendo o grau superior e o segundo passando a curso.<sup>13</sup>

O curso de comércio e propaganda, primeiro da relação de cursos comerciais técnicos da reforma Capanema<sup>14</sup>, substituiu o curso de administrador-vendedor da reforma anterior. A alteração se justifica, segundo Capanema, pela não correspondência do antigo curso às exigências da vida comercial da época. O novo curso, portanto, trataria de preparar “profissionais aptos ao exercício de atividades e operações do comércio em múltiplas e difíceis modalidades.”<sup>15</sup> Para atender a esta ‘múltipla’ área comercial que observa o ministro, foram constituídos os cursos de administração, com o propósito de principiar uma formação de nível menos graduada que o ensino superior, porém contando com a antecipação de uma preparação para as funções administrativas gerais nas instâncias públicas e particulares; e o curso de estatística, constituindo-se enfim num curso de ensino secundário e não se restringindo a disciplinas de cursos de nível médio ou superior, visando preparar profissionais para os serviços auxiliares deste campo.

Da reforma Campos não sobra um curso comercial por completo, porém resquícios de dois deles: o de contador e o de secretário. O curso de contador, ou ainda o curso de guardalivros como designado na reforma de 1931, não foi extinto, mas recebeu ‘um aperfeiçoamento’ sendo substituído pelo curso de contabilidade. Semelhante foi o ocorrido com o curso de secretário que teve sua estrutura ampliada passando a denominar-se curso de

---

<sup>13</sup> Antes da reforma Capanema, havia um curso de nível secundário e técnico (administrador-vendedor) relacionado a administração e um curso superior (administração e finanças), ambos da reforma Campos. Da mesma reforma, não havia qualquer curso relacionado à estatística, este existia apenas na forma de disciplina escolar de poucos cursos técnicos de nível secundário e superior.

<sup>14</sup> Conforme o artigo 4º do Decreto nº 14.373, a seqüência é a seguinte: comércio e propaganda; administração; contabilidade; estatística; secretariado. O Decreto apresenta 17 artigos, no total. (BRASIL *Decreto n. 14.373* – 28 dez. 1943. Aprova o regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez. 1943)

<sup>15</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit., p.8.

secretariado, este também seria um dos cursos comerciais técnicos oferecidos pela Escola Técnica de Comércio São José, em outro momento de sua trajetória. A manutenção do curso, segundo Capanema, fez-se por se tratar “de um curso reclamado pela extensão e complexidade de nossas atividades burocráticas públicas e particulares.”<sup>16</sup>

Interessante observar um aspecto inusitado no texto de Capanema a respeito da justificativa do curso de secretariado. Em sua Exposição de Motivos, Capanema fez menção única de ‘dois autores’ que enfatizavam “a importância da função e a necessidade de uma elevada preparação geral e técnica” para o desempenho desta atividade profissional. Neste respeito, o ministro apontou que “o projeto [de reorganização deste curso] se orientou nesse sentido [de preparação geral e técnica], mantendo o curso, mas dando-lhe uma estrutura mais ampla (três anos em vez de um), com uma seriação de estudos de maior envergadura.”<sup>17</sup> Ora, este não era o projeto exclusivo do curso de secretariado, mas o de todos os cursos comerciais técnicos de sua reforma que passaram a ter 3 anos de estudos com disciplinas de caráter geral e outras mais de técnico, e com ampla distinção do que havia sido formulado por Campos. A menção a tais ‘autores’ sugere mais que apoio às mudanças que faria sentir Capanema no currículo do curso de secretariado, e uma intrigante informação para um público em particular que agora mereceria formação ampla: o feminino. Não é por acaso que ‘os autores’ citados, Sarah A. Taintor, em *Training for secretarial practice*, e Suzanne F. Cordelier, em *Femmes au travail*, escrevem a respeito do trabalho de mulheres em um dos cursos da área comercial que recebeu o maior contingente feminino dentre todos os outros de nível técnico e isto, desde o princípio do curso.

Para Capanema, a formação de mulheres deveria ser diversa da dos homens, como o anteriormente definido na Lei Orgânica do Ensino Secundário.<sup>18</sup> Tal lei repercutiria na organização do ensino comercial, em especial no tocante as ‘prescrições especiais’ da

---

<sup>16</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit., p.7.

<sup>17</sup> Id.

<sup>18</sup> Cf.: p.49-50.

formação do público feminino: em escolas ou classes femininas. Cabe também como exemplo, os resquícios da formulação dos antigos cursos profissionais domésticos<sup>19</sup>, que acabou dando margem para a constituição do ‘ensino doméstico’ no país - ensino que, no Paraná, teve duração efêmera.<sup>20</sup> Entretanto, este tipo de ensino inspiraria a inclusão da disciplina escolar intitulada Economia Doméstica no currículo do 4º ano do curso comercial básico para as classes femininas.<sup>21</sup>

A Lei Orgânica do Ensino Comercial reservava ainda outras intenções de mudança. O ensino comercial entendido como ramo de ensino profissional do setor de ensino de segundo grau, viria a articular-se com os demais ramos (industrial, secundário, agrícola, normal) e diferentes níveis de ensino (primário, secundário e superior). A articulação pretendida por Capanema, permitiria a quem terminasse o curso ginásial do ensino secundário ou o 1º ciclo do ensino normal a realizar qualquer um dos cursos comerciais técnicos da reforma - algo que não ocorria na constituição anterior do ensino profissional e do ensino secundário. Da mesma forma, tal articulação alcançaria o ensino primário e o superior. O primário (4 anos) passaria a articular-se diretamente com o curso comercial básico dispensando o que Capanema considerou, em sua Exposição de Motivos, ‘expediente antipedagógico’, ou seja, a realização

---

<sup>19</sup> Estes cursos femininos só não chegaram a obter aprovação do Congresso Nacional devido ao fechamento da Casa em 1937. Mas se fossem aprovados seriam eles: “*o ensino doméstico geral, para meninas a partir dos 12 anos, e com três de duração (dois de formação, um de aperfeiçoamento) e que dava, ao final, o ‘certificado de dona-de-casa’; o ensino doméstico industrial, que visava preparar a mulher para a indústria ‘dentro e fora do lar’, prevendo, assim, o trabalho por encomenda; e o ensino doméstico agrícola. Em todos os casos, a diferença destes cursos profissionalizantes femininos com os demais, destinados aos homens, era principalmente de sexo e função, e não tanto de saber. O ‘doméstico’ é claramente usado em substituição a ‘profissional’.*” (SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000. p.202.)

<sup>20</sup> Em 1933, o Paraná contava com 3 instituições de ensino doméstico. (Cf.: p.42-43.) Na década posterior, em 1943, em todo o Paraná, havia apenas 1 unidade escolar. (IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 8 – 1947. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948. p.405-406)

<sup>21</sup> Para muitos estudiosos, os aspectos aparentemente ‘conservadores’ da legislação Capanema seriam motivados pela presença católica/conservadora de Alceu Amoroso Lima junto ao ministro e ao seu ministério. Veja a este respeito, SCHWARTZMAN, Simon. O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema. In: *Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). A Revolução de 30*. Brasília: Ed. da UnB, 1983; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000. p.189-192.

de exames de admissão ao final deste nível para ingresso ao antigo curso propedêutico.<sup>22</sup> Por sua vez, a articulação com o ensino superior viria a se dar na correspondência dos cursos técnicos comerciais (2º ciclo), entretanto, na ocasião da reorganização do ensino comercial, os cursos de ensino superior correspondentes aos cursos técnicos comerciais não estavam ainda concluídos.

Para Capanema, ‘a elevação de conteúdo educativo’ que se quis conferir aos currículos dos cursos comerciais, sem dúvida uma das principais contribuições de sua reforma, resguardava a possibilidade de ingresso de seus candidatos ao ensino superior tanto quanto a inserção no mercado de trabalho com alguma qualificação. Com a inclusão das disciplinas de cultura geral ao currículo dos cursos comerciais técnicos, o ministro visava completar ‘a formação intelectual da personalidade adolescente’ repelindo aí o que havia feito Campos ao impelir tais conhecimentos ao curso propedêutico e isolar os cursos técnicos com disciplinas estritamente técnicas. E para além das disciplinas de cultura técnica, Capanema faria compor os currículos dos cursos comerciais com disciplinas obrigatórias de práticas educativas que concorreriam, por outro lado, “para a formação da personalidade física e moral dos alunos.”<sup>23</sup>

De modo geral, tais alterações exerceram forte efeito no cotidiano escolar do Instituto Comercial São José e no trabalho das alunas, dos professores, e também das Irmãs, que outrora estiveram organizados sob os preceitos da reforma Campos. Conforme o Decreto-Lei nº 6.142 de 28 de dezembro de 1943, complementar à Lei Orgânica, toda a organização escolar dos estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo governo federal deveria estar de acordo com os preceitos normativos da nova legislação antes do início do ano letivo de 1944.<sup>24</sup> Isto significava dizer que as alterações deveriam ocorrer em, no máximo, dois

---

<sup>22</sup> O ‘expediente antipedagógico’ de que fala Capanema sugere tanto a realização dos exames de admissão por parte das alunas quanto a organização do serviço de verificação por parte dos professores. Porém, na prática, esta teoria da articulação do ensino primário com o curso comercial não vai se sustentar.

<sup>23</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit, p.9.

<sup>24</sup> De acordo com artigo 1º, do Decreto-Lei 6.142 de 1943: ‘*Os estabelecimentos de ensino comercial, ora reconhecidos pelo Governo Federal, deverão, até o início do ano escolar de 1944, adaptar-se, quanto à*

meses!

E não eram apenas mudanças quanto aos currículos escolares. De acordo com os cursos comerciais a serem ofertados, ficaria aí definido o tipo de estabelecimento de ensino que este passaria a ser, portanto, seria modificada a identificação do Colégio, a sua própria denominação. A partir da reforma Capanema, seriam dois os tipos de estabelecimento de ensino comercial: as escolas de comércio ou as escolas técnicas de comércio. O primeiro, para instituições destinadas a ministrar apenas o curso comercial básico e o segundo, às destinadas ao ensino de um ou mais cursos técnicos comerciais, facultado o ensino de primeiro ciclo.

O Instituto Comercial São José, em seu primeiro ano letivo, já havia ofertado o curso propedêutico e um curso técnico de comércio, o contador. Sua proposta educacional para o próximo ano letivo, portanto, não mudaria: continuaria com os cursos comerciais de 1º e de 2º ciclos do ensino comercial. Assim, antes de março de 1944, procederia às alterações necessárias emanadas pela legislação do ensino comercial. E, naquele ano, por força da lei, o Instituto Comercial São José passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio São José.

A alteração na identificação da instituição não foi comemorada pela comunidade escolar acostumada a valorizar os eventos escolares. Não há registro de solenidade, nem fotos, nem cartas. Aliás, o primeiro ofício da Escola Técnica de Comércio São José, com data de 1º de março de 1944, é oficial e incisivo. Endereçado ao diretor da Divisão de Ensino Comercial, Lafayette Belfort Garcia, cujo gabinete se encontrava à época no Edifício Regina, no Rio de Janeiro, a correspondência informava à diretoria deste ensino as alterações realizadas pela instituição em face da nova legislação e destacava os cursos a serem ofertados àquele ano letivo:

---

*organização e ao regime, aos preceitos normativos fixados pela lei orgânica do ensino comercial.” (BRASIL. Decreto-Lei nº 6.142 - 28 dez. 1943. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 28 dez.1943)*

Senhor Diretor:

O INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ, ora ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ (...) pela sua Diretora, abaixo assinada, vem declarar que, de conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto-lei n. 6.142, de 28 de dezembro de 1943, fará funcionar, a partir do corrente ano letivo, os seguintes cursos de sua especialidade, exclusivamente para o sexo feminino e no horário diurno:

- a) o curso comercial básico, 1º ano destinado às alunas novas que se submeterem ao exame de admissão e 2º ano que é adaptação do respectivo ano do antigo curso propedêutico, ora extinto conforme as instruções do exmo. sr. dr. Ministro da Educação.
- b) o curso comercial técnico de contabilidade, 1º ano destinado às alunas novas, que se matricularem nos termos da Lei Orgânica do Ensino Comercial.
- c) o curso de contador, 2º ano em continuação do curso iniciado no ano passado, para as alunas que cursaram o respectivo 1º ano em 1943 e para outras que venham transferidas de estabelecimentos congêneres.

Outrossim, se declara perfeitamente ciente da nova legislação do Ensino Comercial, (...) fazendo-os executar em seu estabelecimento, bem como as demais disposições ainda em vigor da legislação anterior e outras instruções que venham a ser expedidas. Cumprida assim essa exigência legal, a ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ apresenta a V. Exa., pela sua Diretora, as suas atenciosas saudações. [Assina a Diretora, Ir. Hermínia Gomes]

Formalmente, o ofício anunciava a abertura do ano letivo de 1944, na Escola Técnica de Comércio São José, em Curitiba - PR. Os cursos para aquele ano eram: o comercial básico tanto para as novas alunas quanto para as do antigo curso propedêutico que fariam a série equivalente neste curso; o técnico de contador, somente para as alunas cursantes e as transferidas de outras instituições deste mesmo curso; e o técnico de contabilidade para as ingressantes ao curso comercial técnico. Mas ao contrário do anunciado outrora pelo ministro da educação, as candidatas ao curso comercial básico logo saberiam que não seria com

facilidade que tomariam seu lugar no curso.

Durante todo o período de existência do curso comercial básico na Escola Técnica de Comércio São José, compreendido entre os anos de 1944 a 1948 (5 turmas), todas as candidatas ao curso passariam pelo exame de admissão que, não contando com nenhum dispositivo legal de cessação do mesmo, foram realizados para ingresso na 1ª série do curso, condição exigida pela instituição. Na Lei Orgânica do Ensino Comercial, há sessão própria para os exames de admissão: a sessão II, com o extenso artigo 22. Neste, inclusive, fica facultada a exigência dos exames de admissão como condição para a matrícula inicial em cursos de nível técnico! Isto é, além da manutenção do exame de admissão para ingresso ao curso básico, o mesmo foi estendido, em caráter não obrigatório, aos cursos técnicos que, na reforma Campos, estavam submetidos apenas à apresentação de comprovante de conclusão do curso propedêutico entre outras exigências documentais.<sup>25</sup>

A Escola Técnica de Comércio São José continuou com os exames de admissão somente para o ingresso no curso comercial básico, como antes. Para a matrícula neste curso, as candidatas precisavam apresentar, conforme os artigos 20 e 21 da Lei Orgânica: prova de não serem portadoras de doenças contagiosas e de estarem vacinadas, ter pelo menos 11 anos de idade, ter recebido satisfatória educação primária e ter revelado nos exames de admissão aptidão intelectual para a realização dos estudos. Note, outra fórmula não havia para tal verificação pretendida, e os mesmos instrumentos de avaliação usados na reforma Campos continuariam a valer na reforma Capanema.<sup>26</sup>

A comprovação de idade mínima é apenas reduzida em 1 ano em relação aos requisitos anteriores, a ‘aptidão intelectual para os estudos’ continua a ser requisitada pelos resultados dos exames de admissão, estes mesmos exames sugeridos por Capanema como ‘expediente antipedagógico’ permanecem em sua legislação compostos por provas escritas e

---

<sup>25</sup> Cf.: p.114.

<sup>26</sup> Id.



orais de Português, Matemática, Geografia do Brasil, e somando-se a elas a de História do Brasil – suprimindo a exigência do Francês.<sup>27</sup> O atestado de sanidade é descartado, mas mantém-se a apresentação do atestado de vacinação como comprovante de isenção de doenças contagiosas, exigência esta que remonta a um período bem anterior da organização do ensino comercial.

Como um dos requisitos para a matrícula no curso comercial básico, o certificado de vacinação foi encontrado em não muitas pastas das alunas da Escola Técnica de Comércio São José, em contraposição a totalidade de certificados de aprovação em exames de admissão ali constantes. No máximo 3 dezenas de pastas, das 350 observadas, apresentavam comprovantes semelhantes ao da Figura 19. É possível que tais documentos possam ter sido devolvidos às alunas, por exemplo, pela necessidade de comprovarem situação imune a determinadas doenças por motivo de viagem, dentre outras situações. Entretanto, nota-se que a partir do início do ano letivo de 1950, as informações e a documentação pessoal constante nas pastas das alunas no arquivo da escola vai rareando, poucas são as alunas que apresentam, nestas pastas, a documentação completa de que trata a legislação. Ainda, muitas pastas das alunas da Escola Técnica de Comércio encontram-se misturadas às pastas das alunas das outras escolas da instituição, especialmente do Ginásio São José. Assim, devido ao pequeno número de apresentação deste documento, o atestado de vacinação não deve ter sido um elemento decisivo de interdição das mesmas às atividades escolares.

---

<sup>27</sup> A este respeito, ao contemplar a disciplina de História do Brasil no lugar da de Francês, Capanema enfim retira, da exigência dos exames de admissão, conhecimentos de língua estrangeira que sequer faziam parte do currículo do curso primário. Consulte a respeito, a Lei Orgânica do Ensino Primário.

C.S.P. - D.S.  
CENTRO DE SAÚDE DE CURITIBA  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
SERVIÇO DE VACINAÇÃO ANTI-VARIÓLICA

S. S. P.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
CENTRO DE SAÚDE  
SERVIÇO DE VACINAÇÃO ANTI-VARIÓLICA

*Esci. Paschi*  
de *12* anos de idade, de cor *branca*, natural de *Paraná*,  
residente *Rua Alferes Poli*, n.º *192* foi *1* vacinado  
provelto no dia *7* de *Outubro* de *1953*, tendo assim cumprido  
o disposto no Regulamento Sanitário.  
Número de vacinas *1* no *braço esquerdo*  
O portador deste deverá revacinar-se ao completar \_\_\_\_\_ anos de idade.

Dr. *J. P. P.*  
(Médico)

MOD. C.S. 13

**Figura 19:** Certificado de vacinação do Centro de Saúde de Curitiba, em 1953. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.

O comprovante do Centro de Saúde de Curitiba, de aluna da Escola Técnica de Comércio São José de 12 anos de idade, de cor branca, natural do estado do Paraná, com residência próxima ao centro da cidade à rua Alferes Poli, vacinada no dia 7 de outubro de 1953, com uma dose de antivariólica na perna esquerda revela, quanto a idade, a cor, a naturalidade e a residência, grande proximidade com a demanda atendida pela escola nos anos de 1940 e 1950. A maior parte das alunas da Escola Técnica de Comércio São José é formada por mulheres jovens, seja para o curso comercial básico ou para os cursos técnicos, cuja expectativa é a de que permanecessem bom tempo na escola até a conclusão dos estudos técnicos – o que consumiria razoáveis 7 anos de estudo, do básico ao técnico. A totalidade das alunas apresentava residência próxima ao centro da cidade de Curitiba, quando não, na própria escola como pensionistas, tal qual o caso de Victória, única depoente do presente estudo que foi pensionista do Colégio durante seus estudos na Escola Normal e no Instituto Comercial São José, no início da década de 1940. Lembra a aluna da primeira turma do curso

de contador (1943) que o Colégio era inclusive conhecido como ‘pensionato para moças’.<sup>28</sup> Geralmente, integrantes de famílias estruturadas, de classe média, e não raro com mais de uma irmã. De modo geral, a maioria das alunas é nascida na capital ou em cidades interioranas do estado paranaense, com alguma participação das advindas dos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - sem doenças contagiosas e sem qualquer sinal de deficiência física e/ou sensorial, como deixavam explícitos os atestados. Este é o perfil das alunas que entrariam nos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José, mas antes, muitas passariam pelos exames de admissão.

Em 1944, a bateria de exames de admissão ao curso comercial básico teve início na manhã do dia 26 de fevereiro, contando com 14 candidatas - superando em 2 jovens as que adentraram ao curso de mesmo nível, no ano anterior. As provas foram realizadas em três dias e no primeiro deles, último sábado de fevereiro, a prova oral de Português. Estavam presentes ao exame, todas as candidatas, mais Ir. Hermínia, a própria diretora da escola que também assumia muitas atividades pedagógicas na escola, dentre elas: banca examinadora e professora. Com início às 8h da manhã, o exame de Português consistia na interpretação e na análise de texto, seguidos de exercícios gramaticais e arguições da professora considerando o ponto por ela sorteado de uma lista de vinte possibilidades. Aquela manhã poderia ter sido, por exemplo, o primeiro da lista: “1. Pronomes pessoais – Interpretação do trecho: ‘O chopim’ pág.32 – Análise gramatical.”<sup>29</sup> (Veja lista de pontos das provas, em anexo 7) Os exercícios que se seguem à escolha do ponto da prova de Português sugerem muitas possibilidades, desde a identificação de substantivos, pronomes pessoais, adjetivos numerais, à conjugação de verbos regulares, entre outros exercícios de acentuação, de concordância e de ortografia. Inclusive, a Língua Portuguesa se constituía entre uma das categorias mais presentes no acervo da biblioteca da escola, nas mais diversas possibilidades de estudo da

---

<sup>28</sup> No caso de Victória, bem como de outras alunas da Escola, a família morava no interior do estado do Paraná, em sua terra natal. O depoimento de Victória é o destaque do capítulo 3.2.

<sup>29</sup> RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, 1944.

língua.<sup>30</sup>

Na continuidade das atividades daquela manhã, às 10 horas, o segundo exame: prova escrita de Geografia do Brasil. Outra modalidade de prova e outra disciplina, e novamente as vinte possibilidades. O ponto sorteado, o nº 2, abordava: “Baías do Brasil – Estado do Maranhão – Cabos.”<sup>31</sup> As variáveis dos outros pontos para a mesma prova iam do Rio Grande do Sul à Bacia Amazônica. E isto atinava à idéia de Brasil-Nação, perspectiva muito cara ao governo Vargas, de centralização do poder, mas também de nacionalização e de integração dos estados e municípios para o ‘progresso’ do país. A Nação como um todo indissociável.<sup>32</sup>

O segundo dia de exames ocorreu na segunda-feira, 28 de fevereiro. Às 8h da manhã, Ir. Luiza Francisca comandava a prova escrita de Matemática – disciplina que as Irmãs, até o final do ano letivo, e em alguns casos além dele, insistirão em chamar de Aritmética. O ponto sorteado indicava a atividade do dia: “números primos – multiplicação de frações – sistema métrico.”<sup>33</sup> Às 11h da manhã, a prova escrita de História do Brasil, novamente Ir. Hermínia. As candidatas desenvolveram a prova sob o seguinte ponto: “Descobrimiento da América – D. Pedro II – A catequese”<sup>34</sup> – a perspectiva clássica de entendimento da história do país especialmente presente nos livros didáticos, inclusive dos dias atuais, e participante da biblioteca escolar. No último dia de provas, 29 de fevereiro de 1944, os exames conclusivos se constituíram numa verdadeira maratona de provas: prova escrita de Português às 8h, sala 2; prova oral de Matemática às 9h, sala 3; prova oral de História do Brasil às 10h, sala 4; e prova oral de Geografia do Brasil às 11h., sala 1. O ‘expediente antipedagógico’ estava encerrado.

Os resultados finais dos exames de admissão das 14 candidatas à 1ª série do curso comercial básico, numa escala de 0 a 10, revelam:

- Português: mínima 5,5 e máxima 7,0 com predominância da nota 6,5;

---

<sup>30</sup> Cf.: p.101.

<sup>31</sup> RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, 1944.

<sup>32</sup> CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez; Ed. Autores Associados, 1981.

<sup>33</sup> RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, 1944.

<sup>34</sup> Id.

- Matemática: mín. 5,0 e máx. 8,5 com predominância das notas 6,5 e 7,5;
- História do Brasil: mín. 5,5 e máx. 9,0 com predominância das notas 6,0 e 6,5;
- Geografia do Brasil: mín. 4,5 e máx. 8,0 com predominância das notas 6,0 e 6,5.

Todas as notas finais encontram-se acima da média comprovando o êxito e a aprovação das candidatas que foram admitidas na escola. Mas ao final daquele ano letivo, haveria a desistência de uma delas. E ao final do curso (de 4 séries), seriam mais seis as desistências. Em 1947, das oito concluintes do curso comercial básico, sete alunas haviam feito o exame de 1944. São muitas as possibilidades para esta ocorrência (desistência), dada, na maioria dos casos, sem transferência escolar. Ainda assim, mudança de curso parece a melhor possibilidade, pois se não tivessem inclinação para os estudos sequer realizariam as séries iniciais de um curso pago. Outra possibilidade seria o exercício da atividade de ‘auxiliares de escritório’ ainda com elementar formação – o que de direito assegurava a formação completa do curso. Outra ainda, a desistência dos estudos para os cuidados domésticos, no lar, etc. Mas há a alternativa também muito possível, o casamento. Ao menos, o desaparecimento destas alunas dos cursos comerciais não pode ser explicado pelos exames de admissão, uma vez que todas haviam completado o percurso com êxito.

Tais exames, que se constituíam numa verdadeira maratona de provas escritas e orais na reforma Campos é suavizada na reforma Capanema que centra suas avaliações em três momentos do ano letivo escolar. Mas seriam acrescidas de mais uma especialidade de provas: as provas práticas de algumas disciplinas técnicas. O rol de exames, segundo os artigos 29 e 30 da Lei Orgânica do Ensino Comercial, seriam os chamados ‘exames de suficiência’ destinados à verificação periódica do aproveitamento das alunas. Cada disciplina contaria com duas provas parciais durante o ano e uma prova final ao término do ano com toda a matéria. As provas parciais eram realizadas perante o professor da disciplina e poderiam ser escritas ou práticas. As provas finais seriam prestadas perante uma banca examinadora,

consistindo em prova oral ou escrita. Estes eram os instrumentos avaliativos para as disciplinas escolares no decorrer dos cursos comerciais.

Ao lado das práticas avaliativas, outra ação permearia a prática educacional da Escola durante alguma parte ou mesmo todo o período estudado: a emulação.<sup>35</sup> Esta forma de competição pelo alcance das notas máximas seria estimulada no decorrer das disciplinas escolares desde o resultado dos exames de admissão. A publicação dos ‘grandes feitos’ pelas alunas, inclusive, não se limitaria apenas aos editais de notas dos professores, mas alçaria até os jornais escolares. Por exemplo, no jornal *O São José*, edição comemorativa ao cinquentenário do Colégio, em 1952, ao alto da página 11, a penúltima do jornal, e com um terço do espaço da folha, lê-se: ‘médias das alunas que se distinguiram nas provas parciais de junho’. Nesta seção, aparecem mais de 40 nomes de alunas da 1ª a 4ª séries ginasiais e suas médias entre 7,5 e 9,5 – algumas das alunas da 4ª série viriam a compor o quadro discente do curso de contabilidade no ano seguinte, na turma de 1953.<sup>36</sup> Porém, quanto as notas observadas no jornal escolar, não se observa uma nota 10 – afinal, ‘quem sabe tudo é professor’, não?!

Apesar de não constar a apresentação das notas das alunas da Escola Técnica de Comércio, supõe-se que tal prática possa ser extensiva às mesmas, pois tal atingiria o encaminhamento pedagógico de todo o Colégio. O ápice desta prática pode ter ocorrido inclusive durante os festejos com os familiares nos quais, aproveitava-se para homenagear os melhores feitos, ao proceder a entrega de ‘medalhas de honra ao mérito’:

---

<sup>35</sup> A emulação ou competição é uma prática que remonta ao *Ratio Studiorum*, o rigoroso programa de ensino dos jesuítas que visava a uniformização do método de ensino e a universalização da formação dos que freqüentassem, em qualquer país, os colégios da Ordem Jesuítica; data do século XVI. Cf.: BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. *O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. História hoje*, Ponta Grossa, vol.1, n. 2, dez. 2003.

<sup>36</sup> Note que em 1952, o Ginásio São José já estava em seu quarto ano de atividade educacional com o curso de 1º ciclo do ensino secundário (o ginásio), formando àquele ano a sua primeira turma. Algumas destas alunas, ao concluírem o curso, prosseguiriam com os estudos na Escola Técnica de Comércio São José. Foram diplomadas Técnico em Contabilidade, no ano de 1955, 4 das 19 alunas apresentadas no jornal de 1952.



**Figura 20: Exposição de medalhas das ‘cruzadinhas’ e de honra ao mérito.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Muitas das medalhas tinham como emblema cruces variadas. Algumas, especialmente as da primeira fileira da Figura 20, eram utilizadas nas ‘cruzadas eucarísticas’<sup>37</sup>, Apostolado da Oração da Igreja Católica realizado no Colégio São José, entre os anos de 1948 a 1960. Outras, com terminação semelhante a flor-de-lis, chamada de cruz florenciada, ou ainda, com cinco pontas, tal como estrelas, e as demais, eram possivelmente utilizadas para destacar a ‘honra ao mérito’ das alunas. Outros signos completavam as insígnias das medalhas em forma circular: o louro, a caneta à pena, o livro aberto, entre outros, até a imagem do prédio escolar está presente nas medalhas, as de forma retangular. As fitas verde e amarela denunciam a civilidade, o patriotismo em relação às cores da bandeira brasileira. São todos elementos que procuram destacar a singularidade do evento e a importância das que alcançam tal distinção: apenas ‘as mais dedicadas’ a teriam sobre o peito.

<sup>37</sup> A Cruzada Eucarística foi um movimento em que crianças e jovens eram conclamados a dedicar sua vida à oração e aos sacramentos visando: “estabelecer o reinado de Jesus Cristo nos corações, nas Famílias, na pátria e no lar por meio da Eucaristia, do sacrifício e da prece.” (CRUZADA EUCARÍSTICA INFANTIL. Álbum da C.E.I.. Colégio São José, 1960.) ‘Cruzada’ também era um termo utilizado para denominar as crianças deste apostolado, então chamadas de ‘cruzadinhas’.

Mas para isto precisariam ser alunas da escola. E para serem alunas da escola, no curso comercial básico, curso que estava sendo organizado em 1944, era preciso o certificado de aprovação nos exames de admissão. Este certificado também poderia ser apresentado por outro estabelecimento congênere no país. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a primeira aluna que aparece na relação de matrículas do ainda Instituto Comercial São José, em 1943. Ela e sua irmã gêmea vieram transferidas da Escola de Comércio São José, de Santos – São Paulo e apresentavam o seguinte comprovante para entrada no antigo curso propedêutico:



**Figura 21: Certificado de aprovação em exames de admissão da Escola de Comércio São José, de Santos – SP, em 1943.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

No certificado de aprovação do exame de admissão da aluna ainda constam as provas que se faziam anteriormente ao definido pela reforma Capanema. Ainda aparecem os resultados da disciplina de língua estrangeira francesa. Note que a Escola de Comércio São



José, do município de Santos em São Paulo, foi instalada no ano de 1935, pelas Irmãs de São José de Chambéry – as mesmas do Colégio de Itu - SP. Sua instalação foi posterior à do Colégio São José, de Santos, que ocorreu em 1º de fevereiro de 1924, e seria a sede da Escola de Comércio – tal como o ocorrido no Paraná. A Escola de Comércio São José, de Santos, apenas com o ensino do curso comercial básico, por isso ‘escola de comércio’, manteve-se em atividade até o ano de 1955.<sup>38</sup>

O ensino comercial pode ser considerado uma especialidade educacional das Irmãs de São José no Brasil, afinal preparavam moças religiosas para atuar na sociedade, era um dever de quem, a serviço do Senhor, agisse no mundo. E as Irmãs de São José no Paraná, além de constituírem a Escola Técnica de Comércio São José, em Curitiba, fundaram também os seguintes estabelecimentos congêneres: uma Escola de Comércio no município de Castro também no Paraná, e a Escola de Comércio Aparecida na cidade de Rio Caçador, em Santa Catarina.<sup>39</sup>

Na Escola Técnica de Comércio São José, em Curitiba e no ano letivo de 1944, as 14 candidatas aprovadas ao curso comercial básico, então enfrentariam um curso recente destinado, segundo o artigo 4º da Lei Orgânica: “a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial” Isto não estava muito longe do que propunha o antigo curso propedêutico, mas na Exposição de Motivos, o objetivo profissional do curso comercial básico põe-se diverso do anterior: “a formação de auxiliares de escritório tanto para o serviço público como para a administração das atividades particulares (...) também possibilitará aos que o concluírem o ingresso em qualquer dos cinco cursos comerciais técnicos do segundo ciclo.”<sup>40</sup>

A este respeito, cabem duas considerações. Primeira, na reforma Campos, havia um

---

<sup>38</sup> COLÉGIO SÃO JOSÉ, Santos – São Paulo. *Histórico*. Disponível em: <<http://agenda.saojosecolegio.com.br/historico/historico.php>> Acesso em 4/1/2005.

<sup>39</sup> RELATÓRIO DO GINÁSIO SÃO JOSÉ *Histórico do Estabelecimento*. Curitiba, 1948. (Arquivo do Colégio São José)

<sup>40</sup> CAPANEMA, Gustavo. op.cit., p.7.

curso elementar de 2 anos de duração para capacitar as alunas à profissão de auxiliares de comércio.<sup>41</sup> No caso do curso comercial básico da reforma Capanema já há a formação das alunas para a elementar profissão de 'auxiliar de escritório' (no próprio curso comercial básico). Tanto o é que o livro-ata de conclusão dos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José assinala a ocasião como 'ata de conclusão de curso de auxiliar de escritório' ao invés de conclusão do curso comercial básico.<sup>42</sup> Segunda consideração, os exames de admissão realizados para a entrada no curso comercial básico nos anos de 1944 e 1945, seguiram o programa oficial da reforma Campos e não o da Capanema. Isto porque o programa para os exames de admissão ao curso comercial básico seria expedido somente em janeiro de 1946. (Veja o programa oficial expedido, anexo 8) Neste período, assumiria a gestão da pasta da Educação e Saúde, o ministro Raul Leitão da Cunha. Assim, até a expedição da Portaria nº 52 de 28 de janeiro de 1946<sup>43</sup>, a escola manteve a programação dos exames de admissão realizados no primeiro ano letivo, quando ainda era o Instituto Comercial São José. Aparentemente, a alteração entre um programa de exames de admissão e outro acabará sendo pouca. (Compare os programas dos exames de admissão, anexos 7 e 8) Entretanto, a essência muda, a diferença cunhada aos cursos em uma e outra reforma é bastante significativa: num como curso elementar, noutro com condição para o exercício de uma profissão.

Ainda há o que ser considerado quanto a expedição tardia das portarias complementares à Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943. Esta situação vai acontecer também com os programas das disciplinas escolares de todos os cursos comerciais, básico e

---

<sup>41</sup> Tratava-se de um curso elementar da reforma Campos, denominado 'auxiliar do comércio'. Era realizado após o curso primário e para o qual se faria necessária a passagem pelos exames de admissão nos mesmos moldes de ingresso ao curso propedêutico. Este curso elementar de apenas 2 anos de duração tinha caráter terminal, ou seja, com ele não seria possível a continuidade dos estudos comerciais técnicos, porém habilitava seus concluintes aos serviços de: auxiliar de comércio e auxiliar de escritório. Com Capanema, o curso é extinto.

<sup>42</sup> LIVROS-ATA DE COLAÇÃO DE GRAU. Escola Técnica de Comércio São José. Curitiba, 1946-1951.

<sup>43</sup> BRASIL. *Portaria nº 52* - 28 jan. 1946. Expede os programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 12 fev. 1946. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.268-270.

técnico, da reforma Capanema. Mas se isto, por um lado, abarrotará a agenda das posteriores gestões da pasta ministerial da educação, não impedirá que, naquele mesmo momento, ainda que precariamente, aconteçam as mudanças imputadas pela Lei Orgânica. Tome-se como exemplo as alterações da estrutura disciplinar do curso comercial básico em relação ao curso propedêutico, no início da década de 1940. Elas informam pequenas, porém razoáveis mudanças a partir da reforma Capanema:

**TABELA 8: DO CURSO PROPEDÊUTICO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO**

Reforma Campos (1931)	Reforma Capanema (1943)
<b>Propedêutico: 3 anos</b>	<b>Comercial Básico: 4 anos</b>
<b>Primeiro ano</b> Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia, História da Civilização*	<b>Primeira série</b> <i>a) cultura geral:</i> Português, Francês, Matemática, Geografia geral, História geral** <i>b) cultura técnica:</i> Desenho**
<b>Segundo ano</b> Português, Francês, Inglês, Matemática, Corografia do Brasil*, História do Brasil	<b>Segunda série</b> <i>a) cultura geral:</i> Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia geral, História geral** <i>b) cultura técnica:</i> Caligrafia
<b>Terceiro ano</b> Português, Francês, Inglês, Matemática; Noções de Física, Química e História Natural*, Caligrafia	<b>Terceira série</b> <i>a) cultura geral:</i> Português, Francês, Inglês, Matemática, Geografia do Brasil, História do Brasil <i>b) cultura técnica:</i> Datilografia**
	<b>Quarta série</b> <i>a) cultura geral:</i> Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências naturais**, Economia doméstica*** <i>b) cultura técnica:</i> Prática de escritório e escrituração mercantil**, Estenografia**

\* Disciplinas extintas na conformação do currículo do curso comercial de primeiro ciclo.

\*\* Disciplinas incorporadas ao currículo do curso comercial de primeiro ciclo.

\*\*\* Somente para as classes femininas.

Fonte: VIEIRA, F. de A. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.73-74; 334-335.

A tabela 8 evidencia a seriação dos cursos elementares do ensino comercial nas

reformas Campos e Capanema. Em ambos os cursos, o destaque para as disciplinas de cultura geral e, mais especificamente, na reforma Capanema, o corpo constitutivo das disciplinas de ‘cultura geral’ e de ‘cultura técnica’. Do antigo curso propedêutico, sobressai o seu caráter preliminar no qual, apenas a disciplina de Caligrafia figura timidamente como disciplina que sugere cunho técnico. Por outro lado, o curso comercial básico não faz grandes alterações às disciplinas de ‘cultura geral’ do currículo anterior, mantendo a mesma programação: Português, Matemática, Geografia do Brasil, História do Brasil e as de línguas estrangeiras, Francês e Inglês.<sup>44</sup> As disciplinas de História da Civilização e Geografia são renomeadas para História Geral e Geografia Geral. Somente no quarto e último ano de curso são inseridas as disciplinas de Ciências Naturais, notadamente no lugar de Noções da Física, Química e História Natural, e a presença de Economia Doméstica – esta última, somente para as classes femininas. Completando o currículo, as disciplinas de ‘cultura técnica’ de cunho preparatório para noções das atividades elementares do comércio. As disciplinas de Desenho, Datilografia, Estenografia e a Prática de Escritório e Escrituração Mercantil ladeiam a de Caligrafia, da reforma anterior.

Algumas disciplinas de cultura geral recebem maior incremento no curso comercial básico, especialmente: História Geral e do Brasil e Geografia Geral e do Brasil. Estas disciplinas passam a compor os três primeiros anos do currículo do curso básico e dispensam a programação pouco específica da legislação anterior. O antigo curso de História da Civilização, por exemplo, engana a quem pensa tratar de um estudo centrado nas diferentes culturas e povos do planeta. Em sua programação, consta a seguinte orientação: “Estudo circunscrito a generalidades, predominando a noção de conjunto sobre a idéia de minúcia.

---

<sup>44</sup> O Espanhol, como disciplina escolar de língua estrangeira, não participa do currículo escolar do ensino comercial nos anos de 1940 e 1950, nem nos anos anteriores. Porém, a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 vai constar no currículo do ensino secundário substituindo, por razões também concernentes à política estadonovista do período, o ensino do Alemão, e figurando ao lado do ensino das línguas: Francês e Inglês. (PICANÇO, Deise Cristina de Lima. *O espanhol como disciplina escolar no Paraná: 1942-1990*. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná)

Mudança dos regimes e significação dos sistemas econômicos.”<sup>45</sup> A este exemplo, a disciplina de Geografia, no qual se lê o seguinte complemento após a primeira frase idêntica a anterior: “Aspectos econômicos e correntes comerciais.”<sup>46</sup> Não se trata de uma aparente confusão entre disciplina de cultura geral e definição sob perspectiva técnica comercial. Outras disciplinas como História do Brasil e Corografia do Brasil, constantes do segundo ano do antigo curso propedêutico trazem a mesma definição inicial, seguidas pelo complemento: “Evolução econômica do Brasil” em um, e “Zonas econômicas” em outro. Esta confusão entre ‘cultura geral’ e ‘cultura técnica’ expressa nas breves programações das disciplinas de Campos, certamente não passaria despercebida por Capanema que ao empreender a reorganização do ensino comercial, em resposta a emergência que o período histórico o exigia, fez definir em todos os programas curriculares o caráter de cultura geral e de cultura técnica das disciplinas escolares ali apresentadas.

Mas os programas disciplinares da reforma de 1943 custarão a chegar às mãos dos professores. É somente com a Portaria nº 53 de 28 de janeiro de 1946 que a disciplina de História Geral, por exemplo, receberá o seu programa disciplinar passando a admitir o sentido de estudo das diferentes civilizações humanas e das civilizações clássicas à contemporânea. Também, ocorre o mesmo para com a disciplina História do Brasil, que contará com o clássico programa do Brasil-Colônia ao Brasil-República. Interessantes, nestas portarias complementares à Lei Orgânica, são as instruções metodológicas que as acompanham cujas referências, certamente, satisfizeram os adeptos ‘de plantão’ da renovação pedagógica. Observe o que diz a instrução da disciplina de História do Brasil:

O professor (...) realizará, com os alunos, visitas a arquivos, museus, pinacotecas e

---

<sup>45</sup> BRASIL. *Decreto-lei n. 20.158* – 30 jun. 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 9 jul. 1931. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957.p.334-335.

<sup>46</sup> Id.

serviços públicos de finalidade ligada à história, bem assim excursões aos pontos históricos e monumentos nacionais. Fará com que os alunos se exercitem na prática das exposições orais, nos comentários de textos fáceis e na discussão de pequenas teses, realizadas de preferência em conjunto, sob a orientação do professor, a fim de estimular o espírito de iniciativa e o hábito do trabalho coletivo.<sup>47</sup>

Se levados em conta os tópicos a serem abordados durante as aulas na disciplina de História, assim como as provas e arguições durante o período letivo e as comemorações escolares<sup>48</sup>, sobraria pouco tempo para realizar as visitas e as excursões como atividades fora do entorno escolar. As listas de chamadas, bem como o registro dos conteúdos escolares e das atividades realizadas que os professores fizeram constar nestas listas e nos livros de verificação revelam que pouca ou nenhuma saída do Colégio ocorria durante o ano letivo do curso comercial básico, sendo restrita aos eventos cívicos e religiosos - diferentemente do que vieram a experimentar as alunas do curso técnico, em que a saída da escola constituía-se como recurso valioso para o aprendizado das disciplinas de cultura técnica. Contudo, era o 'espírito da iniciativa e o hábito do trabalho coletivo' o tema asseverado no programa da disciplina História, com vistas às atividades conjuntas das alunas na biblioteca escolar, em debates e em trabalhos em grupo na sala de aula - uma perspectiva que remete a aproximação com a Escola Nova e alcança a legislação e o próprio trabalho pedagógico do professor, na sala de aula dos anos 1940. A Escola Técnica de Comércio São José não ficaria a parte deste processo.

---

<sup>47</sup> BRASIL. *Portaria nº 53* - 28 jan. 1946. Expede os programas de história geral e de história do Brasil, e respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 12 fev. 1946. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.270-273; p.273 (citação).

<sup>48</sup> As comemorações escolares acabam suspensas com o Decreto nº 22.285 de 16 de dezembro de 1946. O então ministro da educação e saúde, Clemente Mariani Bittencourt, suspende a realização de congressos, comemorações estudantis e outras manifestações durante o período letivo "a fim de não serem perturbados os trabalhos escolares." (BRASIL. *Decreto nº 22.285* - 16 dez. 1946. Suspende comemorações escolares durante os períodos letivos e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 18 dez. 1946. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.84-85; p.85 citação)

Ainda sobre as disciplinas escolares do curso comercial básico, as disciplinas de Geografia Geral e Geografia do Brasil terão os seus programas somente em julho de 1951, com a Portaria nº 732, na gestão de Simões Filho.<sup>49</sup> Para Geografia Geral são destacadas doze unidades temáticas de ensino, sendo seis para o primeiro ano de curso e outras seis para o segundo ano do curso, sendo os temas: a Terra no espaço, a Terra e sua estrutura, os grupos humanos, produção vegetal e animal, e note, a circulação e os transportes, a indústria e o comércio no primeiro ano; e para o segundo: os continentes, as Américas, a Europa, a África, a Ásia e a Austrália, a Oceania. Nestas, as instruções metodológicas seguem a mesma linha de renovação pedagógica que as das disciplinas de História:

...é imprescindível a adoção de métodos de ensino em que o aluno venha a participar ativamente do programa que lhes é apresentado. Os esboços cartográficos, o estudo nos mapas, a confecção de álbuns de fotografias e de recortes sobre a geografia dos continentes e países, os gráficos estatísticos, as projeções luminosas de gravuras e quadros sobre a matéria vista e, onde possível, os filmes cinematográficos, são recomendados. Importantes mostram-se as exposições orais efetuadas pelos educandos, os exercícios escritos, a organização de fichas sobre a matéria e a consulta aos mapas e atlas.<sup>50</sup>

Sob o ponto de vista material, a Escola Técnica de Comércio São José teria todas as condições para desenvolver em suas práticas as recomendações da legislação. Mapas, gráficos, estatísticas... O investimento material já houvera sido feito. E a considerar que o corpo docente da instituição era constituído por professores cujos méritos, alguns já destacados, é possível que a preocupação com os métodos de ensino se lhes fizesse presente.

---

<sup>49</sup> BRASIL. *Portaria nº 732* - 11 jul. 1951. Expede os programas de Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, Caligrafia, Dactilografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercantil e de Economia Doméstica e respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 24 jul. 1951. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.296-307.

<sup>50</sup> Id., p.299-300.

Afinal, não caberia apenas a Geografia a perspectiva de participação ativa do alunado, mas a todo o curso. Somente estas disciplinas já dão mostra das mudanças empreendidas por Capanema em face da reforma Campos e que se manteriam, pelo menos até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, a Lei nº 4.024 de 1961. Neste sentido, a reforma do ensino comercial de Capanema sem dúvida se estenderia para além de sua própria gestão.

Retornando à reorganização da Escola Técnica de Comércio São José, as alunas concluintes do primeiro ano do antigo curso propedêutico, passariam, no ano letivo de 1944, para a segunda série do curso comercial básico. Ainda sem grandes alterações em relação ao currículo antigo, seja pela demora no acesso aos programas oficiais após a Lei Orgânica do Ensino Comercial seja pela permanência das disciplinas de Campos (1931) na reforma Capanema (1943), nesta série, as alunas teriam a disciplina de Caligrafia – o que, conforme a reforma anterior, seria lecionada ao final do curso. Se, por um lado, a proximidade de ambos os currículos (propedêutico e comercial básico) é significativa, por outro, a reforma de 1943 faria contar com mais disciplinas de caráter técnico neste curso.

Caso diferente teve o curso técnico de contador. Este curso, pioneiro da Escola Técnica de Comércio São José e ofertado já no primeiro ano da instalação do então Instituto Comercial São José, em 1943, não contaria, para os anos seguintes, com as alterações curriculares da reforma Capanema. Mas sofreria com ela. Em tese, a nova legislação afetaria apenas as ingressantes ao curso técnico de contabilidade da casa. O curso de contador, por sua vez, terminaria com a conclusão em 1945, da turma ali iniciada em 1943, pois a Lei Orgânica do Ensino Comercial apresentava seus novos cursos. De modo geral, a Escola Técnica de Comércio São José estava em concordância com a nova legislação do ensino comercial. Assim, para o ano letivo de 1944, foi aberta a 1ª turma para a 1ª série do curso comercial básico (reforma Capanema) e a turma que concluiu o 1º ano do curso anterior (propedêutico,



reforma Campos) passou, neste ano, para a 2ª série do curso comercial básico; o curso de contador prosseguiria para o seu termo e as alunas entrariam para o 2º ano de um curso ‘obsoleto’; e o curso de contabilidade abriria sua primeira turma em 1944. Os cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José tanto estavam conforme a legislação que lhe foi concedida a inspeção dos cursos comerciais pela ‘caneta’ de Gustavo Capanema, o Ministro da Educação e Saúde. (Figura 18) Mas, o que poderia ter ocorrido durante a trajetória desta Escola para que as duas primeiras turmas do que seria o curso técnico de contabilidade (1944 e 1945) alcançassem não o grau de técnicos em contabilidade, mas o de contadoras nos anos subsequentes (1946 e 1947)?

Isto teria correspondência com a expedição tardia dos programas e das instruções metodológicas das disciplinas do curso técnico da reforma Capanema. Por exemplo, o programa de Merceologia do curso de contabilidade é expedido quase três anos depois da reforma (Portaria ministerial nº 297 - 30 abril 1946); os programas e as instruções metodológicas de Matemática Comercial e de Matemática Financeira, idem (Portaria ministerial nº 469 - 7 ago 1946); a expedição, em conjunto, dos programas de Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, Caligrafia, Datilografia, Prática de Escritórios e Escrituração Mercantil, e Economia Doméstica, para o curso comercial básico, apareceriam quase oito anos depois da reforma (Portaria nº 732 - 11 julho 1951); o mesmo aconteceu com os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil para os cursos técnicos de comércio (Portaria nº 926 - 3 setembro 1951) e, como estes, outros mais... Neste sentido, não é de se espantar que, por exemplo, tenha se passado mais de uma década para que os professores do ensino comercial tivessem acesso aos programas da disciplina de Prática Jurídica Geral e Comercial do curso de contabilidade (Portaria nº 2 - 3 janeiro 1955) indicada na estrutura curricular do curso

desde 1943.<sup>51</sup> Tal questão causaria entraves para o desenvolvimento didático-pedagógico das disciplinas escolares de que trata a legislação de 1943. Mesmo assim, foram abertas as turmas de contabilidade logo após a legislação do ensino comercial ter sido decretada.

Os vários documentos da Escola Técnica de Comércio São José do período (1944-1945) informam a confusão gerada pela demora destes programas ou mesmo pela demora na complementação da legislação. As turmas do curso técnico de 1944 e 1945 ‘flutuam’ ora como turmas do curso de contabilidade ora como turmas do curso de contador – muito perceptível nos relatórios de inspeção, cartas e ofícios, informações estatísticas, e até em livros de chamada e fotografias escolares da época. E não é sinal de descaso quanto a informação lançada, mas do que se pode considerar como incerteza causada ante a ausência da definição legal dos ‘novos’ cursos comerciais. Afinal, antes de serem enviados os programas de ensino das disciplinas relacionadas para os novos cursos comerciais, foi exigida a abertura dos mesmos pelo Decreto-Lei n. 6.142 de 28 de dezembro de 1943.<sup>52</sup>

A questão só seria amenizada quando da expedição de ‘novas’ disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Isto se daria com o Decreto-Lei nº 7.938, de 6 de setembro de 1945. Neste, quase ao final do segundo ano letivo após a

---

<sup>51</sup> Cf.: BRASIL. *Portaria nº 2* - 3 janeiro 1955. O Ministro de Estado da Educação e Cultura, de acordo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n. 14.373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir, para observância obrigatória nos estabelecimentos de ensino comercial oficiais, equiparados e reconhecidos, o anexo programa de Prática Jurídica Geral e Comercial e as respectivas instruções metodológicas para o curso Técnico de Contabilidade. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 7 jan. 1955; *Portaria nº 926* - 3 set. 1951. Expede os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História administrativa e econômica do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 13 set. 1951; *Portaria nº 732* - 11 julho 1951. Expede os programas de Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, Caligrafia, Datilografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercantil e de Economia Doméstica e respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 24 jul. 1951; *Portaria ministerial nº 469* - 7 ago 1946. Expede o programa de Matemática e respectivas instruções metodológicas, para os cursos comerciais técnicos. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 12 ago 1946; *Portaria ministerial nº 297* - 30 abril 1946. Expede os programas de Merceologia e respectivas instruções metodológicas, para os cursos de comércio e propaganda e contabilidade. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Diário Oficial, 9 maio 1946. A este respeito, caberiam vários estudos, como não serão desenvolvidos aqui, pois não se trata do presente objeto de estudo, sugerem-se algumas possibilidades: a recuperação destes programas e instruções metodológicas expedidos após a reforma Capanema (o apresentado aqui se refere a uma seleção de amostragem limitada até o ano de 1956) e sua comparação ao difundido pela reforma; a recuperação de autoria destes programas, pois aparentemente não se referem a mesma pessoa que fez executar a lei em 1943; a permanência destas recomendações nos currículos dos cursos de outras instituições escolares no período imediatamente posterior a reforma, entre muitas outras possibilidades de investigação historiográfica.

<sup>52</sup> Cf.: p.134, nota 24.

reforma Capanema, ficou assegurado o seguinte em seu artigo 1º:

É assegurado aos alunos matriculados, no corrente ano escolar, em qualquer das séries do curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 [Lei Orgânica do Ensino Comercial], e pelo Decreto nº 14.373, da mesma data [Regula a estrutura dos cursos], o direito de se adaptarem à série correspondente do curso de contador, de que trata o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 [Reforma Campos], retificado pelo Decreto-lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939 [Da nomeação do curso de perito-contador para contador], prosseguindo os estudos de conformidade com a seriação de disciplinas fixada nessa primitiva legislação. (...)

Parágrafo único. Aos alunos que, no ano escolar de 1946, iniciarem o curso de contabilidade, definido pelo Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e pelo Decreto nº 14.373, da mesma data, não se permitirá mais, em nenhuma hipótese, a adaptação de que trata o presente artigo.<sup>53</sup>

Com as disposições transitórias de 1945 para a Lei Orgânica do Ensino Comercial, resolve-se parte da dificuldade que se arrastava há dois anos na Escola Técnica de Comércio São José e nos demais estabelecimentos congêneres reconhecidos e fiscalizados em todo o país. As alunas que faziam parte dos cursos de contabilidade foram então encaminhadas oficialmente ao curso de contador e por isto as conclusões como contadoras nos anos de 1946 e de 1947 das turmas iniciadas como de contabilidade em 1944 e em 1945. Contudo, da reforma Capanema até o final da década de 1940, seria este um período confuso para as instituições de ensino comercial em todo o país, o que não impediu a oferta dos cursos comerciais pela Escola Técnica de Comércio São José ou foi motivo que inibisse a demanda feminina por este ensino profissional que logo contabilizaria seus louros – em relação as concluintes do curso – à instituição escolar.

---

<sup>53</sup> BRASIL. *Decreto-lei nº 7.938* – 6 set. 1945. Novas disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 14 jun. 1945. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957, p.40-41.



**Figura 22: Quadro de formatura da segunda turma de Contadoras da Escola Técnica de Comércio São José e seus professores, 1944-1946.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Assim, do curso técnico de contador, concernente a legislação educacional da reforma de 1931, além da turma regular de 1943, outras duas turmas se somaram ao curso: as de 1944 e de 1945. Existiram, no total, três turmas do curso de contador. Nestas três turmas, 21 jovens mulheres alcançaram o diploma de contadoras pela Escola Técnica de Comércio São José. Suas colações de grau, ocorridas ao final do último ano letivo dos cursos, contaram com a presença de personalidades ilustres da cidade e de diversos cenários: eclesiástico, político e educacional.

A primeira colação de grau de curso técnico comercial, a da turma de 1943, ocorreu na noite de 11 de dezembro de 1945. Receberam o título de contadoras, 7 alunas, dentre elas: 3 religiosas. Entre os familiares, professores e irmãs do Colégio, a presença de D. Ático Eusébio da Rocha, arcebispo de Curitiba - o Livro-Ata de conclusão dos cursos revela a presença assídua do arcebispo às colações de grau dos cursos comerciais, inclusive do comercial básico, até o ano de 1949. A colação de grau do curso de contador mais concorrida

foi a do ano de 1946, da turma iniciada em 1944. Na noite de 9 de dezembro daquele ano, colaram grau 5 alunas. Prestigiaram o evento: Fernando Moreira, antigo diretor da Academia de Comércio Progresso (anexada a Faculdade de Direito do Paraná); Elenir Dionísio, representando o diretor geral da educação do Paraná; Carlos Sternberg Valle, inspetor federal da Escola Técnica de Comércio São José e logo mais primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRC-PR; a diretoria da Escola Técnica de Comércio e, familiares. Dentre os familiares, a presença de autoridades do exército, um capitão (pai de uma das formandas) e um tenente. No ano seguinte, o arcebispo de Curitiba, alguns professores e inspetores da escola se somaram aos familiares para felicitar as novas contadoras, de 1947. Eram 9, as formandas.

Foram estas as três únicas turmas de contadoras da Escola Técnica de Comércio São José. Não foram abertas novas turmas, pois a nova legislação comercial não permitia e a mudança era inevitável. A partir de 1946, iniciaram, de fato, as turmas do curso de contabilidade na Escola Técnica de Comércio São José.

Após a Lei Orgânica do Ensino Comercial, algumas ações públicas foram realizadas na área deste ensino, mais especificamente em relação a formação e a profissionalização destas jovens mulheres após o curso técnico comercial. Foram significativas, a criação de cursos superiores na área e a constituição de um órgão fiscalizador desta atividade profissional, a saber: a oficialização dos cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais em 1945, e a criação do Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, em 1946.

A criação de cursos superiores ligados à área comercial foi apenas mencionada por Capanema ainda na Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 1943. O ministro justificava a exclusão de algumas disciplinas técnicas de cunho jurídico do currículo do curso de contador e as do curso de atuário, pois as incluiria nos currículos dos cursos superiores. Mas naquela

ocasião, estes cursos ainda não estavam completos. Somente em 1945, com o Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro<sup>54</sup>, foram criados os cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais e definido seus currículos.

Nesse decreto-lei, os dois cursos superiores de 4 anos cada um, ao serem concluídos, concederiam o título de ‘bacharéis em ciências econômicas’ ou ‘bacharéis em ciências contábeis e atuariais’ – isto se mantém até hoje. Com isto, o antigo curso superior de administração e finanças, bem como o curso técnico de atuário, ambos da reforma Campos, ficam extintos no ano letivo de 1946. (Artigo 9) Fica constituído um centro nacional de estudos nesta área: a Faculdade Nacional de Política e Economia, criada na Universidade do Brasil em 1937 - antiga Universidade do Rio de Janeiro (1920) e posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1965). Em 1945, a faculdade passa a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e a constituir-se no centro de referência de que trata o artigo 7º da legislação.

Mas a difusão das instituições de ensino superior nestas especialidades não se daria de maneira imediata em Curitiba. A Faculdade de Administração e Finanças, uma das faculdades agrupadas com o nome de Universidade do Paraná, criada antes do ano de 1949, passa a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas; já o curso de ciências contábeis da Universidade do Paraná (oficialmente reconhecida pelo Decreto n. 9.323 de 6 de junho de 1946 e federalizada com a Lei n. 1.254 de 4 de dezembro de 1950, vindo a tornar-se Universidade Federal do Paraná em 1973 com a organização de um novo Regimento da Instituição)<sup>55</sup>, assim como a Faculdade de Ciências Econômicas que viria a ser da Universidade Católica do Paraná – PUCPR (1959), só terão início em janeiro de 1957, ou seja, doze anos após a criação dos cursos superiores de que trata o Decreto-lei nº 7.988 de

---

<sup>54</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.988 - 22 de setembro de 1945*. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. In: BOBBIO, Pedro Vicente. (Org.) *LEX – Coletânea de Legislação Federal e Marginalia*. Ano IX, São Paulo: Ed. Lex, 1945, p. 484-487.

<sup>55</sup> BURMESTER, Ana Maria. (Org.) *Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002, p.21-24.

1945 e catorze anos após a Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 1943.<sup>56</sup>

Na década de 1940 e em boa parte da década seguinte, as novas contadoras da Escola Técnica de Comércio São José, assim como de instituições correlatas na cidade, como a Escola Técnica de Comércio de Plácido e Silva, somente dariam prosseguimento aos estudos em ensino superior na Faculdade de Ciências Econômicas ou em instituições fora da capital paranaense, como a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo - USP, na qual se encontravam os cursos de economia, contabilidade e atuário, desde janeiro de 1946.<sup>57</sup>

Entretanto, a decisão de continuar ou não os estudos superiores não impossibilitaria àquelas jovens de exercer a profissão para a qual se habilitaram. O exercício da profissão de contadoras lhes era de direito - e com registro na Superintendência do Ensino Comercial, conforme prescrito no extenso artigo 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932.<sup>58</sup> Porém, a partir do ano de 1946 os profissionais da contabilidade passaram a contar com órgãos reguladores, devidamente ordenados pelo Decreto-lei nº 9.295 de 27 de maio daquele ano.<sup>59</sup> Tratava-se da criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de contabilidade, órgãos fiscalizadores do exercício da profissão do contador e do técnico em contabilidade que entendiam estes profissionais como o definido pelo conjunto de leis que se tem considerado até então:

- Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 – que organiza e regulamenta a

---

<sup>56</sup> Conforme divulgam seus históricos nas respectivas *website*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curso de Economia. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/home/apresentacao.htm>> Acesso em 2 fev. 2005; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curso de Ciências Contábeis. *A profissão do Contador*. Disponível em: <<http://www.contabeis.ufpr.br/gradua%E7%E3o/contador.htm>> Acesso em: 2 fev. 2005; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Histórico da PUC-PR*. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/template.php?codlink=1&&codigogruppo=1>> Acesso em: 2 fev. 2005.

<sup>57</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA. *Histórico da FEA*. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/eac/fea/decada\\_40.asp](http://www.eac.fea.usp.br/eac/fea/decada_40.asp)> Acesso em 1º fev. 2005.

<sup>58</sup> BRASIL. *Decreto nº 21.033* – 8 fev. 1932. Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Diário Oficial, 13 fev. 1932. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. RJ: MEC, 1957. p. 355-358.

<sup>59</sup> BRASIL. *Decreto-lei nº 9.295* - 27 maio 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 28 maio 1946.

profissão de contador, da reforma de Francisco Campos;

- Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932 – que estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, de Campos;
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial, da reforma de Gustavo Capanema;
- Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945 – da criação dos cursos superiores de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, de Capanema.

Ciente desta legislação e conforme o artigo 7º do Decreto-lei nº 9.295, coube ao Conselho Federal de Contabilidade: organizar o seu próprio Regimento Interno e aprovar os dos Conselhos Regionais, dirimir quaisquer dúvidas apresentadas pelos Conselhos Regionais; decidir, em última instância, os recursos de penalidades impostas por estes Conselhos e publicar os relatórios anuais de trabalho com a relação de todos os profissionais registrados. Por sua vez, os Conselhos Regionais de Contabilidade, organizados nos moldes do Conselho Federal de que tratam os artigos anteriores, tiveram à sua atribuição, dentre outros aspectos: expedir e registrar a carteira profissional dos contadores, examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e de infrações da legislação relativos à profissão, fiscalizar o exercício da profissão procurando impedir bem como punir as infrações destes profissionais e publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados. A partir de então, o exercício profissional não pôde mais ser exercido por outrem que não os próprios profissionais habilitados e registrados, tanto na Superintendência do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde, quanto nos órgãos competentes da classe, os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em Curitiba, o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRC-PR, teve como fundador e primeiro presidente, personalidade bastante conhecida nos meios educacionais do ensino comercial, o ex-inspetor federal e também contador: Carlos Sternberg Valle. Ao assumir o empreendimento e a gestão do Conselho Regional, o inspetor federal das escolas



técnicas de comércio da cidade, inclusive bastante ativo na fiscalização e verificação da Escola Técnica de Comércio São José, transfere o cargo ao também contador: Newton F. Bittencourt que assume a inspetoria federal do ensino comercial até o ano de 1949. A gestão de Carlos Sternberg Valle no CRC-PR, iniciada em 27 de dezembro de 1946, é encerrada em 30 de março de 1949.<sup>60</sup>

É com a criação do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, bem como dos Conselhos Regionais de Contabilidade, que os trabalhos técnicos da contabilidade se tornam mais sistematizados – dada a situação de registro e de fiscalização da profissão. Conforme o artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, são as seguintes as funções do profissional da contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Em síntese, à reorganização do ensino comercial de 1943 seguem outras ações do ministro Capanema: a criação dos cursos superiores de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais em 1945, a criação do SENAC em 1946, e, no mesmo ano, a constituição das instâncias regulatórias de tal exercício profissional com os conselhos federais e os regionais de contabilidade. É toda uma estrutura educacional que é ajustada e preparada para o atendimento da área comercial no país. Do ensino comercial, aos estudos superiores, ou

---

<sup>60</sup> CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. *Presidentes do CRC-PR*. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/novo/registro/estatisticas.php>> Acesso em: 23 set. 2004.

mesmo os elementares da profissão comercial, passando pelo registro profissional e a fiscalização do exercício da contabilidade que lida com o bem patrimonial público ou privado, são todas ações que terão nodal importância para o exercício profissional das futuras contadoras e contabilistas que começam a ser habilitadas pela Escola Técnica de Comércio São José.

E, sem dúvida, o curso de maior participação e projeção da Escola Técnica de Comércio São José foi o curso de contabilidade – tanto no período de realização do mesmo (1946-1987), quanto pelo número de turmas ali formadas: uma nova turma, com uma média de 30 alunas, a cada ano de sua trajetória. O curso de contabilidade, da reforma Capanema, introduziu mudanças significativas em relação ao anteriormente ofertado pela Escola, o curso de contador. Observe as diferenças:

**TABELA 9: DO CURSO DE CONTADOR AO CURSO DE CONTABILIDADE**

<b>Reforma Campos (1931)</b>	<b>Reforma Capanema (1943)</b>
<b>Contador*: 3 anos</b>	<b>Contabilidade: 3 anos</b>
<b>Primeiro ano</b>	<b>Primeira série</b>
Contabilidade (noções preliminares)	<i>a) cultura geral:</i>
Matemática Comercial	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Física e Química
Noções de Direito Constitucional e Civil	<i>b) cultura técnica:</i>
Legislação Fiscal	Contabilidade Geral, Mecanografia, Elementos de Economia
Estenografia	<b>Segunda série</b>
Mecanografia	<i>a) cultura geral:</i>
<b>Segundo ano</b>	Português, Francês ou Inglês, Matemática, Biologia
Contabilidade Mercantil	<i>b) cultura técnica:</i>
Matemática Financeira	Organização e Técnica Comercial
Noções de Direito Comercial e Terrestre	Contabilidade Comercial
Merceologia e Tecnologia Merceológica	Merceologia
Técnica Comercial e Processos de Propaganda	Prática Jurídica Geral e Comercial
<b>Terceiro ano</b>	<b>Terceira série</b>
Contabilidade Industrial e Agrícola	<i>a) cultura geral:</i>
Contabilidade Bancária	Português, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil
História do Comércio, Indústria e Agricultura	<i>b) cultura técnica:</i>
Prática do Processo Civil e Comercial	Elementos de Estatística
Seminário Econômico	Contabilidade Industrial
Estatística	Contabilidade Bancária
	Contabilidade Pública
	Prática Jurídica Geral e Comercial

\* Uso da nomenclatura atualizada após a retificação ocorrida em 1939.

Fonte: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957. p.76; 336-337; 340-341.

Em face do curso de contador, a primeira alteração que se observa no currículo de contabilidade são as disciplinas de cultura geral, com mesma seriação para todos os cursos comerciais técnicos, e a ampliação do número de disciplinas de cultura técnica. As disciplinas de Estenografia - mantida apenas no curso de secretariado -, e a de Seminário Econômico são extintas do currículo de contabilidade, como também o são as de Noções de Direito Constitucional e Civil, Noções de Direito Comercial e Terrestre, e Legislação Fiscal, todas do currículo anterior. Mas estas últimas recebem alterações e, juntamente com as disciplinas preteridas dos currículos extintos do curso técnico de atuário e do curso superior de administração e finanças, passam a incorporar o currículo dos cursos superiores recém-constituídos no país. Vale observar que os termos relacionados a agricultura, que anteriormente constavam em duas disciplinas do curso de contador (História do Comércio, Indústria e Agricultura; e Contabilidade Industrial e Agrícola) são sumariamente suprimidas na composição do novo currículo, a causa: a oficialização dos cursos técnicos agrários com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946. Destaque para a inserção da disciplina de Contabilidade Pública, no último ano do curso de contabilidade. Entretanto, observa-se a proximidade entre as disciplinas de caráter técnico nas duas reformas.

Em vista da reforma Capanema, a constituição, de fato, dos novos cursos comerciais (básico, em 1944, e contabilidade, em 1946), mais o antigo curso de contador (1943-1945), geraria algumas dificuldades às Irmãs da Escola Técnica de Comércio São José para a realização das atividades educacionais. Uma das principais dificuldades diz respeito a organização do quadro docente para arcar com o número acrescido de disciplinas escolares apresentadas pela reforma em relação aos currículos dos cursos comerciais de Campos. (Veja o quadro docente dos primeiros anos da Escola, anexo 9) Se, na reforma anterior, os professores lecionavam uma única disciplina, agora eles assumiriam duas e até mais

disciplinas escolares e boa parte deles transitava entre os cursos básico e técnico. Foi o que houve, por exemplo, com os professores João Batista Zagonel Passos e Lourival Portela Natel. No caso deles, ainda, houve um motivo a mais. Por ordem do Departamento do Ensino Comercial, em ultimato de 17 de junho de 1944, os professores substituíram, devido à formação acadêmica, as professoras das disciplinas de Estenografia e de Mecanografia, no curso propedêutico - fato anteriormente alertado pelo inspetor federal, Carlos Sternberg Valle, em ofício de 11 de junho do mesmo ano, em que solicitava 10 dias para a regularização da situação das professoras quanto aos seus registros. Se não bastassem estes contratemplos, as Irmãs ainda tiveram, no decorrer daquele ano, de dispensar um professor de disciplina técnica do curso de contador devido à ausência inexplicada nos meses de junho e julho do ano letivo.

Porém, estas intercorrências não foram o bastante para impedir que aquele ano se procedesse a inspeção preliminar ao curso comercial básico e ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio São José em portaria ministerial assinada por Gustavo Capanema em 10 de outubro de 1944. (Figura 18) A inspeção preliminar de cursos, de todas as ações e de todos os documentos relativos à organização burocrática e pedagógica da instituição de ensino, para fazer valer as regulações e normativas educacionais a nível nacional, ainda ocorreria anualmente até o ano de 1946 – conforme os registros dos livros na Escola -, porém sem o ônus do pagamento das elevadas taxas de inspeção suspensas com o Decreto-Lei nº 7.637 de 12 de junho de 1945.<sup>61</sup>

Interessante observar, nestes relatórios, além da documentação referente ao funcionamento dos cursos, o destaque a duas ações pedagógicas da Escola Técnica de Comércio: as visitas escolares e o Escritório-Modelo. As visitas eram feitas às casas comerciais, aos bancos, e às indústrias e se tornavam elementos didático-pedagógicos

---

<sup>61</sup> Em 1943, as Irmãs arcaram com o valor de Cr\$ 1.500,00 cruzeiros pagos adiantados pela inspeção preliminar dos cursos comerciais. Consulte a suspensão das taxas em: BRASIL. *Decreto-lei n. 7.637* – 12 jun. 1945. Declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 14 jun. 1945.

importantes para as disciplinas de cultura técnica. Na ocasião, as alunas eram convidadas a percorrer os diferentes espaços destas instituições, a conhecer sumariamente o trabalho dos gerentes e de algumas profissões ali presentes, a observar as atividades realizadas, registrá-las e apresentá-las em sala de aula. Não raro, suas presenças, sempre em grande número e acompanhadas dos professores e das Irmãs, eram reportadas nos jornais da cidade cujas sedes também eram visitadas. Uma disciplina em especial, a de Organização e Técnica Comercial, dispunha inclusive de um livro-ata em que diferentes alunas relatavam estas visitas.

Aqui, foram realizadas apenas algumas observações a respeito do funcionamento dos cursos comerciais e de como a mudança da legislação do ensino comercial afetaria toda a organização da instituição escolar. Para as jovens mulheres que entrariam nos cursos da Escola Técnica de Comércio São José, vislumbrava-se o acesso ao mercado de trabalho e o domínio de uma profissão ainda jovem. As que entrassem com idade mínima no curso comercial básico e permanecessem até a realização do curso técnico, adquiririam o diploma e a profissão de técnico em contabilidade antes dos 20 anos de idade - o que ocorreu com boa parte da demanda atendida pelo Colégio.



**Figura 23: Diploma de Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio São José, 1956. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

É possível supor que apenas uma parcela das contadoras e das contabilistas teria serviço garantido nas atividades familiares. Algumas das famílias das alunas eram proprietárias de pequeno comércio e pequenas indústrias na cidade, conforme o informado nos breves questionários que as famílias das alunas respondiam por ocasião da inscrição e matrícula de suas filhas. Mas a maioria das alunas, sozinha, mediada por professores ou com experiência de estágios voluntários realizados em fábricas ou escritórios, buscava alguma vaga nos estabelecimentos que povoavam a cidade nos anos de 1940 e 1950. O futuro aparentemente garantido de trabalho na cidade em desenvolvimento concorreu para o crédito que os cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José começavam a receber. Cada vez mais e com maior intensidade, as candidatas procuravam os cursos de 1º e de 2º ciclos do ensino comercial.

Ser contadora ou contabilista permitiria àquelas jovens mulheres, quando solteiras, pensar na independência (pelo menos financeira) em relação aos seus familiares ou ainda inversamente, como a principal mantenedora da casa paterna; e quando casadas, até visualizar uma perspectiva de parceria com o homem quando o tema fosse o sustento do lar. Com um pouco menos de expectativa, ser auxiliar de escritório, permitiria que as jovens mulheres colaborassem com o orçamento doméstico. Em ambos os casos, a profissionalização em uma área que despontava como oportunidade de trabalho na cidade e também como oportunidade de trabalho para a mulher, garantiria a elas sonhar com um futuro melhor, naquele sentido mesmo outrora compreendido pelas Irmãs, obediência e respeito sim, mas com independência e sem – ou menos - subserviência.

O trabalho em casas comerciais, nos bancos, nos escritórios, ou mesmo como autônomas na área contábil, significaria, como ainda hoje e na maioria das vezes, ofícios rentáveis e muito mais atrativos se considerados em perspectiva a situação de trabalho e de retorno financeiro das professoras primárias ou normalistas do mesmo período. Certamente, o

‘trabalho como missão’ ou como ‘extensão do lar’ não seria, em definitivo, atrativo para as mulheres que estudavam visando entender os negócios contábeis do país. Novos caminhos de atuação para a mulher que se desdobrariam nas décadas seguintes.

## CAPÍTULO 3

### MOMENTOS SINGULARES DAS PARTICIPANTES DESTE CENÁRIO EDUCACIONAL

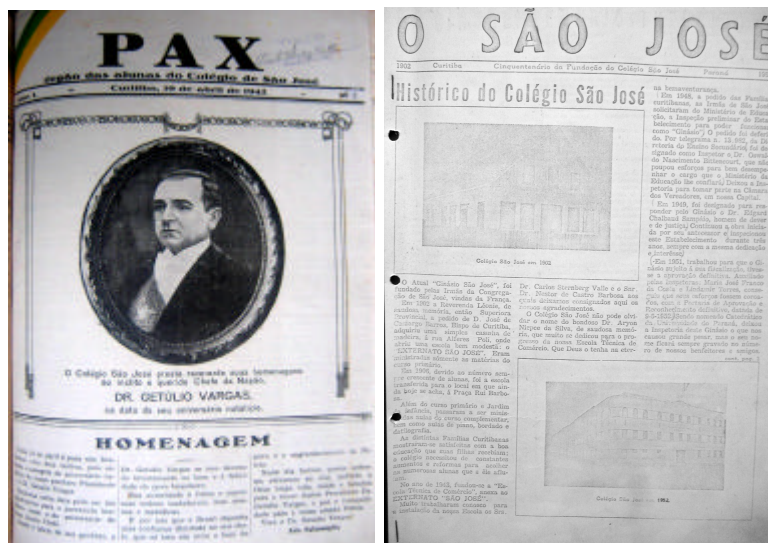
“Trabalhar para a glória de Deus, o bem da pátria e felicidade das famílias”





## CAPÍTULO III – MOMENTOS SINGULARES DAS PARTICIPANTES DESTE CENÁRIO EDUCACIONAL

### 3.1 PAX e O SÃO JOSÉ: a religiosidade e o futuro da nação impressos nas páginas dos jornais escolares



**Figura 24: Aspecto da 1ª página dos jornais escolares PAX, 1942 e O SÃO JOSÉ, 1952.**

Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.

Foram poucas as edições dos jornais escolares no período investigado.<sup>1</sup> Os dois jornais escolares, encontrados em diferentes lugares nos arquivos do Colégio<sup>2</sup>, têm entre si distâncias exatas de uma década. Isto porquê suas publicações estão estritamente relacionadas as datas festivas do ano de fundação do Colégio. O jornal *PAX* de abril de 1942 é considerado “o primeiro jornal das alunas do Colégio São José” como informa a colunista, filha de um dos primeiros professores da Escola Técnica de Comércio São José que à época estava em

<sup>1</sup> Entende-se como jornal escolar, o periódico resultante da produção de alunas, de professores e dos demais componentes da comunidade escolar, no qual são abordados temas relacionados à escola, bem como, é a ela destinada a sua publicação. Entende-se que, neste caso, sendo o jornal uma produção de todo o Colégio, cabe considerar o conteúdo veiculado sob a perspectiva de sua relação com a Escola Técnica de Comércio. Isto porquê o jornal é aqui entendido como fonte da história da escola e, portanto, como mais uma possibilidade de compreensão da cultura escolar no período correspondente a sua produção e publicação. Sobre fonte *da e para* a história da escola cf.: RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, 2001, especialmente, p.19-20.

<sup>2</sup> Exemplar original do *PAX* foi localizado em anexo no Relatório de Verificação Prévia de 1943 e uma fotocópia em tamanho reduzido do *O SÃO JOSÉ*, em pasta da Implantação da Pré-escola de 1979.

processo de organização para sua fundação - o que se daria em novembro daquele mesmo ano. De única edição, o jornal *PAX* comemora os 40 anos de atividade educacional da Casa e a inauguração de parte do prédio escolar.<sup>3</sup> O jornal *O SÃO JOSÉ*, por sua vez, é o jornal comemorativo dos 50 anos de existência do Colégio, abordando temas mais pertinentes ao cotidiano escolar<sup>4</sup>.

Cada um dos jornais da escola apresenta peculiaridades concernentes ao período de sua produção e publicação. Mais especificamente no *PAX*, se fez presente o poder da comunicação de massa empregado pelo regime do Estado Novo no qual se destacou a figura do presidente Vargas e dos projetos nacionalistas correspondentes àquele momento. E não somente os interesses nacionais encontraram ali seu espaço como também a reverência às personalidades da história local, como a homenagem ao aniversário de sagração do arcebispo da cidade, D. Àtico Eusébio da Rocha, ou de aspectos da história brasileira. Já a edição de *O SÃO JOSÉ* permite compreender mais os aspectos voltados ao cotidiano da escola e seus temas são mais específicos. As fotografias que aparecem como recurso indispensável na composição dos dois jornais, ganham mais intensidade na edição de 1952.

Contudo, os jornais escolares se constituíam, efetivamente, em parte das atividades ligadas às comemorações do aniversário do Colégio.<sup>5</sup> Os festejos incluíam a preparação da missa solene, apresentações teatrais, eventuais números de dança, confraternização com ‘comes e bebes’ e a distribuição gratuita à comunidade escolar do jornal elaborado para a ocasião. Assim, o jornal escolar, especialmente por atender a uma ocasião comemorativa da instituição, assumia o ponto alto das atividades ali celebradas. O jornal não se constituiria posteriormente, mas na ocasião mesma, um ‘monumento’ na medida em que sua existência reafirmava a ligação com o passado e com uma parte da trajetória do Colégio. Tal

---

<sup>3</sup> Cf. p.108-109.

<sup>4</sup> Contribuição importante acerca do entendimento sobre a cultura escolar, especialmente da necessidade de investigações nesta perspectiva, pode ser conferida em: AZANHA, José Maria Pires. Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisa. *Revista USP*: dossiê educação, São Paulo, n.8, p.65-69, dez.-fev., 1990-1991.

<sup>5</sup> A expressão ‘jornal escolar’, e eventualmente ‘jornal’, substitui os periódicos *PAX* e *O SÃO JOSÉ*.

entendimento permite compreender não só a importância do evento, como também a limitação em torno do que e como seria divulgado, pois se trata de um ‘documento-monumento’ e como tal, é grande o cuidado dos seus participantes com o que nele está contido e a mensagem que ele há de apresentar ao futuro.<sup>6</sup>

*PAX*, o primeiro jornal do Colégio, de 19 de abril de 1942, com extensão de 4 páginas, contou com a produção das alunas que assinam todos os breves artigos ali apresentados. Aparecem especialmente as alunas do curso primário, já que os cursos comerciais seriam constituídos no ano posterior em 1943 e o ginásio em 1949. Embora, naquele ano, o curso comercial não estivesse em funcionamento, algumas das alunas que ali deixariam registrada sua mensagem, sua notícia ou seu comentário, comporiam, em breve, o corpo discente do primeiro ano do curso comercial em 1943, o curso propedêutico, dando prosseguimento aos estudos no mesmo local de ensino.

Como testemunha do seu tempo, *PAX* informa assuntos relacionados tanto com o cotidiano local, aí inserida as ações do Colégio e de eventos da cidade, quanto, a nível nacional, mais especificamente concentrada na figura do presidente Vargas. O título do jornal, por exemplo, não esconde sua aproximação incontestada com o período da Segunda Grande Guerra: paz é o que proclama o jornal das jovens alunas “aos países enlutados pela guerra” afirma a colunista, na página 2. Outro elemento importante, diz respeito a repercussão da propaganda governamental, envidada pelo regime do Estado Novo. À primeira página do jornal escolar, a foto oficial de Vargas com a faixa presidencial e um texto em homenagem ao seu aniversário natalício. O interior do jornal trará ainda outras notícias correlatas.

No período do Estado Novo (1937-1945), o culto ao presidente Vargas fazia parte do aparato da propaganda ensejada pela ‘máquina governamental’ àquele período. O desempenho do Estado era explorado pelos mais modernos meios de comunicação,

---

<sup>6</sup> Cf.: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 535-549.

especialmente o visual. O objetivo da propaganda governamental era reforçar a conformação da opinião pública quanto à valorização do desempenho do regime estadonovista nas diferentes instâncias: saúde, educação, trabalho, entre outros.<sup>7</sup>

De certa forma, *PAX* apresenta o alcance desta propaganda de massa durante o regime getulista e não somente pela sua primeira página. Um dos programas de governo é, ao menos, lembrado. Com o título ‘A juventude brasileira é o futuro da Pátria’, o texto, na segunda página, destaca a importância da juventude para o futuro do país “que será em breve um dos maiores, senão o maior país do mundo”, brada a aluna. Logo em seguida, informa quem está à frente deste desejo de transformação. E não se trata ‘da juventude’ e sim daquele cujo “grande exemplo de trabalho, de energia, de bondade e de patriotismo” deveria ser seguido por todos os brasileiros, arremata. Seria realmente incomum se o exagero característico das manifestações em favor do presidente, que diz muito sobre o período de que trata os textos, ali não estivesse presente.

Há outras questões interessantes no *PAX*. O destaque da coluna *PAX* é a história do Colégio, motivo da edição. Entretanto, o tema não ganhará artigo especial no jornal, e a coluna, além de apresentar a data de fundação da instituição equivocada, como o ano de 1904, limita-se a apresentação dos cursos ofertados pela instituição, o funcionamento do pensionato, a inauguração das novas instalações do prédio escolar àquele mês de março e a lembrança das atividades educacionais das Irmãs no Colégio. Um artigo afirma que “muitas foram as Irmãs que lecionaram as diversas matérias no Colégio de São José, e através dos tempos vem sendo

---

<sup>7</sup> Na década de 1940, o projeto de um livro ilustrado das realizações dos primeiros 10 anos de atividade do governo de Getúlio Vargas, faria parte das comemorações cívicas do país e contribuiria para reforçar as noções estratégicas da política estadonovista àquele momento. Mas as dificuldades na realização do projeto não permitiram que o livro passasse da prova tipográfica. Desde o final da década de 1930, quem esteve à frente deste projeto foi o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Em seu arquivo pessoal, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), a diagramação moderna do que seria o livro, o senso estético de um acervo que contava com 600 fotografias, as prévias dos artigos que o compunham, integram, em parte, o objeto de análise de: LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial *Obra getuliana*. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000. p.103-143. Veja também: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Papirus: Campinas, 1998, especialmente, o 2º capítulo.

conservados no Estabelecimento aquela mesma santa disciplina [em relação ao seu início] e aquele mesmo ambiente de respeito, de religiosidade e de paz.”

De modo geral, as quatro páginas do *PAX* trazem os seguintes temas: na primeira página, “Homenagem” ao aniversário natalício do presidente Vargas, por futura aluna auxiliar de escritório (1946); na segunda página, a coluna “*PAX*”, a poesia “São José”, e os artigos: “A juventude brasileira é o futuro da Pátria” e “Tiradentes”, todas de autorias diversas. Página seguinte: “D. Atico Eusébio da Rocha”, em poesia e texto; “Dr. Getúlio Vargas e a Juventude Brasileira” é outro texto de futura auxiliar de escritório (1946); e “curtas” de alunos do 1º ano primário. Última página: o conto “A Flor Vaidosa”, e os textos: “Tiradentes”, “O mimo do nosso colégio é, sem dúvida, o gracioso jardim de infância”, “19 de abril”, e, por último, o “Noticiário”, marcando as datas de 30 de janeiro, dos 10 anos de governo de Manuel Ribas; 12 de fevereiro, início das aulas; 19 de março, data do Padroeiro e da Superiora Geral das Irmãs de São José no Paraná; 25 de março, dias de N. S. da Anunciação e o da criança “comemorado pela petizada”; 26 de março, inauguração da parte nova do prédio escolar; 12 de abril, Páscoa e 14 de abril, lembrança do dia Pan-Americano.

O registro dos grandes feitos está nos textos relacionados a Tiradentes e a Vargas cujos temas, os mais recorrentes no jornal e desenvolvidos por alunas de diferentes séries, apontam para a ênfase das atividades realizadas em sala de aula que colaboravam para a construção da imagem do ‘herói nacional’, legitimamente brasileiro (o português D. Pedro I que proclamou a independência, neste momento, foi esquecido...), aquele que luta, se sacrifica até a morte se preciso for, para a construção da grandeza do país. O 1º ano primário ficou apenas com as frases curtas, como a patriótica composição de um aluno: “Amo muito o Brasil e gosto de marchar nas paradas, carregando a bandeira de minha Pátria.” Nesta edição, as palavras de ordem à juventude como ‘futuro da nação’ circundam todo o jornal. O motivo da publicação, o aniversário do Colégio e, portanto, sua história, desaparece. Também não

aparece qualquer menção explícita à profissionalização feminina que já contava com os cursos extra-curriculares de Datilografia e de Desenho. Nem, ao menos, a organização do Instituto Comercial São José, que em novembro seria fundado, teve vez no jornal escolar. Por outro lado, esta ausência destaca o ensino elementar (primário) para o público feminino ministrado durante as três primeiras décadas de atividades educacionais do Colégio, no século XX. Efetivamente, somente em fins de 1942 a profissionalização constitui a temática do Colégio, com a fundação do Instituto Comercial São José e, posteriormente, com a instalação da Escola Técnica de Comércio São José.

A este respeito, e observadas as datas de inauguração do prédio escolar (26 mar. 1942), da fundação do Instituto Comercial São José (11 nov. 1942), e a da instalação do mesmo (19 mar. 1943), parece procedente inferir que a instituição se organizava para o atendimento do ensino comercial já para aquele ano de 1942 e não para o ano seguinte como ocorreria de fato. A expedição da Lei Orgânica do Ensino Industrial decretada em janeiro de 1942, aparentemente sem muita ligação com a escola, geraria a expectativa em relação à próxima lei de ensino que seria a do ensino comercial. Como o objetivo da instituição sempre foi o de seguir as normativas federais em toda a sua organização, seria prudente aguardar as novas recomendações para então ofertar a modalidade de ensino na cidade. A expectativa sobre o impacto que causaria uma nova instituição de ensino de acordo com as novas regulamentações federais com grande possibilidade de se tornar uma instituição modelar, certamente existia. Afinal, para que tanto investimento material? Assim, ocorreu a inauguração do prédio escolar ‘construído para tal finalidade educacional’ em março de 1942, na abertura do ano letivo do Colégio. Mas como até novembro daquele ano, não houvera sinal de que a Lei Orgânica fosse expedida procederam a fundação da instituição no mês de encerramento das atividades letivas, em novembro de 1942; e a instalação da instituição, em março do ano seguinte. A expedição da Lei Orgânica do Ensino Comercial só aconteceria

mesmo em 28 de dezembro de 1943, ao cabo do primeiro ano letivo do Instituto Comercial São José. Mas as Irmãs já estavam preparadas para a acolhida às novas modificações face à legislação referida. A ausência de informação a respeito no jornal escolar de abril de 1942 corrobora para o entendimento de que a instituição se organizava sem alarde até que tivesse definida a data de funcionamento dos cursos. Note que a inauguração do prédio escolar, recorrentemente afirmada nos registros da memória da escola como a construção para o atendimento do ensino comercial, sequer é comentada no jornal. Porém, o registro da inauguração do novo prédio, feito pelas alunas do Colégio, não foi além dos festejos para a ocasião. Teriam elas ocupado os lustrosos bancos escolares reservados às auxiliares de escritório e às contadoras aguardadas pela Casa? Enfim, a profissionalização só aparecerá, ainda que brevemente, no jornal *O SÃO JOSÉ* que traz como destaque outros temas bastante diversos dos considerados no jornal *PAX*.

Edição comemorativa do cinquentenário do Colégio e que recebeu o nome da instituição e do padroeiro da escola, *O SÃO JOSÉ* conta com 11 páginas, uma extensão de quase o triplo do primeiro jornal.<sup>8</sup> Também como produção comemorativa ao aniversário do Colégio, seus artigos apresentavam vários assuntos e, neste, já se incluíam diretamente as Irmãs. Apesar de os dois principais artigos do início do jornal não estarem assinados, a probabilidade de que tenham sido escritos pelas Irmãs é grande, especialmente pelo detalhamento apresentado quanto a história delas mesmas, com acesso a informações e a documentos que somente elas teriam contato e conhecimento. Assim, os ‘artigos das Irmãs’ tomam conta das duas primeiras páginas do jornal do cinquentenário da instituição com os principais e extensos textos: o ‘Histórico do Colégio São José’ à primeira página e o ‘Cinquentenário 1902-1952’ à segunda página. No primeiro texto, entre outros aspectos, é ressaltada a importância dos inspetores federais na trajetória do Colégio. Do breve registro da

---

<sup>8</sup> *O SÃO JOSÉ* teve mais um número, editado nos 60 anos de existência do Colégio São José, em 1962.

história da Escola Técnica de Comércio São José, são lembrados os inspetores federais: Carlos Sternberg Valle (1942-1945) e Nestor de Castro Barbosa (1945-1956). Do Ginásio São José, antigo Externato São José, são lembrados os inspetores federais: Oswaldo Nascimento Bittencourt (1948), Edgard Chalbaud Sampaio (1949-1951), Maria José Franco da Costa (1951), Lindamir Torres (1951) e Helena Kolody (1952) – poetisa paranaense.<sup>9</sup> A exposição de duas fotografias que registram momentos distintos do Colégio, 1902 e 1952, compõe o texto.<sup>10</sup> De 1902 é destacado o início das atividades educacionais das Irmãs de São José em uma pequena casa de madeira e, de 1952, a ênfase é para o prédio escolar já em sua formação completa:



**Figura 25: Dois momentos do Colégio São José: da rua Alferes Poli (1902) à Praça Rui Barbosa (1952).**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

Do segundo artigo, o ‘artigo das Irmãs’ intitulado “Cinqüentenário – 1902-1952”, o destaque sobressai às Irmãs que compuseram a história do Colégio desde a sua fundação: Madre Leonie, Madre Imelda, Madre Calixta e Madre Suzana. De fato, de 1902 a 1952, as Irmãs de São José no Paraná consolidaram tanto o ensino feminino católico, nos vários níveis, para infantes e para a juventude, quanto a própria presença na cidade de Curitiba e em vários

<sup>9</sup> Helena Kolody (1913-2004) manteve-se presente aos eventos comemorativos da instituição tecendo, em versos, seu carinho pelas Irmãs de São José, como o feito em 1997, em ocasião dos 95 anos do Colégio e publicado novamente no jornal do Colégio no ano 2000: “*Saudação/ As Irmãs de São José/ Dedicaram seu amor/ A semear ciência e fé/ Na seara do Senhor// Há um século, elas vêm,/ Com cristã solicitude/ Orientando para o bem/ A infância e a juventude// Parabéns! Irmãs queridas,/ Que consagram a Jesus/ O tesouro de suas vidas,/ Numa oferta envolta em luz// São José coloque a unção/ De suas mãos abençoadas/ Sobre a alma e o coração/ de suas Filhas bem-amadas.*” (UM POUCO DE HISTÓRIA. História das Irmãs de São José. Jornal São José, dez. 2000, p.10.)

<sup>10</sup> As fotos apresentadas não são as do jornal que, devido ao estado do material, não puderam ser reproduzidas.



municípios do interior do estado onde se fizeram presentes através dos muitos empreendimentos na área da saúde, da assistência social, e principalmente na área educacional.<sup>11</sup> A Escola Técnica de Comércio São José, que em 1952 contava com uma década de existência, havia formado até o ano de 1951 – o ano de encerramento do curso comercial básico: 36 auxiliares de escritório, 21 contadoras (1945-1947) e mais de 60 contabilistas. Todas mulheres aptas à entrada no mundo do trabalho na cidade de Curitiba: nas fábricas, nos escritórios, nos bancos ou como autônomas.

Nesta mesma edição comemorativa, do cinquentenário do Colégio, afora as duas primeiras páginas, as alunas garantiram a maior parte das onze páginas do jornal. Elas desenvolveram vários textos breves relacionados às atividades no Colégio: o recreio, o trajeto à escola, as missas dominicais, ou ainda alertas das concluintes de cursos às que ficavam na instituição. Estes dividiam o espaço do jornal com assuntos da cidade, especialmente no que diz respeito a sua transformação em vista da expansão demográfica local. Fotografias de algumas turmas de todos os cursos ofertados pelo Colégio ilustram *O SÃO JOSÉ*. Algumas alunas/autoras de artigos concentraram-se nas comemorações de datas específicas do calendário letivo, como as férias de julho, sete de setembro, etc. Outras procuraram contribuir para o jornal da escola com os relatos de suas viagens e passeios ou com contos e ‘quadrinhas’ da escola. Houve ainda quem colaborou para o clássico ‘Você Sabia?’. Mas o principal são os textos.

Nas narrativas que desenvolveram, ora divertidas, ora reflexivas, ora informativas ou ainda parte da imaginação livre, as alunas expuseram sua porção de sentimento em relação às experiências pessoais e coletivas vividas na escola ou mesmo fora dela. As que estavam de saída, especialmente as alunas do 4º ano ginasial, valorizaram a emotividade em seus registros. Como exemplo, na página 3, aluna da primeira turma da 4ª série do curso ginasial,

---

<sup>11</sup> Cf.: p.41.

depois de escrever breves palavras sobre ‘O Colégio São José’, ao final, em tom melancólico, ressentido-se do término de seu curso e da possível descontinuidade dos estudos no Colégio:

O fim do ano aproxima-se, breve terei de deixar esta casa abençoada, onde passei parte da minha adolescência, mas, levo comigo os ensinamentos que aqui recebi. A lembrança do zelo e dedicação das mestras, os bons conselhos recebidos, tudo isto ficará bem vivo no meu coração, e espero honrar o nome deste Colégio querido, pelo meu procedimento digno e exemplar.

A lembrança do zelo e da dedicação das professoras é destacada por outras alunas em seus relatos, especialmente as do 4º ano ginásial. Junto a esta afirmação, a de uma atitude pessoal ‘digna e exemplar’ que honre o Colégio e o país aparece com insistência nos relatos de outras alunas. É neste sentido o ‘Jubileu Áureo do Colégio São José’, de outra aluna da 4ª série ginásial. A aluna escreve sobre o aniversário do Colégio e comenta um pouco a instrução ali recebida. Seria a primeira ocasião em que apareceria a formação das jovens na virtude:

As nossas Professoras, dedicadas e zelosas pela boa formação de suas alunas, procuram orientá-las para o caminho da virtude. [Diz a aluna:] Às vezes vacilamos entre o bem e o mal, entre a verdade e o erro, não sabemos vencer as tentações tão comuns em nossa idade, e Elas, com bondade e paciência, mostram-nos o caminho reto. (...) Este ano vou terminar o curso ginásial. Sinto desde já pungente saudade a torturar-me o coração, ao pensar que terei de deixar este querido Colégio, onde passei a melhor parte de minha vida. A recordação dos dias felizes aqui vividos será como um suave perfume e se espalhará pela minha existência, animando-me a perseverar na vereda, já iniciada sob a direção daquelas que podemos chamar: NOSSAS SEGUNDAS MÃES.

A primeira frase deste relato parece ter sido meramente repetida pela aluna após a leitura de algum texto que sugeriu tal interpretação - já que outros relatos, no mesmo jornal,

trazem a mesma afirmação das ‘professoras zelosas e dedicadas’. O complemento, porém, já a insere em seu contexto particular, o de aluna que luta entre ‘o erro e o acerto das tentações da idade’ no caminho da virtude, lembrando o preceito ‘obediência com independência, respeito sem subserviência’<sup>12</sup>, e que conta com o diligente cuidado das mestras a quem chama, enfaticamente, de segunda mãe. Este é outro registro de quem vai deixando o curso e o Colégio sem, contudo, deixar de ratificar a importância da instituição na direção da vida da mesma. À página 6, houve até um apelo de uma das alunas concluintes do curso ginásial e sem autoria, que se dirigiu às suas colegas, em ‘Colegas!’, com estas palavras:

Escutai essa vossa irmãzinha, que como vós foi educada neste querido Colégio. Hoje, quase em vésperas de deixar esta casa abençoada, quero fazer um apelo às minhas gentis coleguinhas que ainda não terminaram o curso. Aproveitai o tempo tão curto das aulas, escutai atentamente as lições de vossas boas mestras. Estas horas, estes momentos, passam voando, e mais tarde quantas saudades tereis. Lembrai-vos que vossos pais estão se sacrificando dia e noite por vós. A vossa instrução é fruto de seus trabalhos, de suas fadigas, e eles esperam o vosso aproveitamento, em todas as matérias do ensino: na boa educação e na formação moral e intelectual. Vosso progresso é fruto da dedicação das abnegadas mestras, é justo, portanto, que lhes sejais agradecidas, correspondendo aos seus ensinamentos. Caras colegas, honremos o Brasil, adquirindo a instrução, forjando nosso caráter no cumprimento do ‘Dever’. Sigamos o nosso lema juvenil: “Alcançar a Ciência e fé para honrar o Colégio e enaltecer o Brasil!”

O apelo às colegas, feito pela aluna não identificada, deixa uma questão em aberto: tal testemunho é fruto do muito empenho enquanto aluna da casa ou de um racionalizado *mea-culpa*? Que valham os dois! O interessante é que tal apelo busca lembrar alguém de ‘seu dever’. Mas a quem era preciso lembrar de ‘seu dever’? De certa forma, o apelo afirma a presença de alunas fora do padrão das ‘bem comportadas’ e é uma chamada a questionar a

---

<sup>12</sup> Cf.: 121-122.

ausência dos documentos relativos às penalidades educacionais na instituição. A ênfase à participação familiar na instrução das filhas é outro ponto interessante do alerta e se constitui, dentre os dois jornais, no solitário testemunho da participação familiar nas finanças da instrução das alunas. Sem tal comentário, quase passaria despercebido o fato de se tratar de uma instituição particular de ensino. As mensalidades se somavam ao dia-a-dia das famílias das alunas como condição para o estudo das jovens. E numa perspectiva comparada aos salários dos professores, significaria um razoável custo mensal para as famílias.

A folha de pagamento dos professores da Escola Técnica de Comércio São José, do mês de abril de 1943, acusava o pagamento mensal de Cr\$120,00 a cada professor, pelas aulas dadas (12 aulas/mês; Cr\$10,00 por aula).<sup>13</sup> O valor das mensalidades do curso comercial básico variava entre Cr\$55,00 (1º ano) e Cr\$65,00 (3º ano) e do curso de contador entre Cr\$105,00 (1º ano) a Cr\$115,00 (3º ano). Os valores se mantiveram até o ano de 1946 quando então houve um reajuste variável entre Cr\$70,00 e Cr\$75,00 incluídos nas anuidades dos cursos básicos, e de Cr\$100,00 nas anuidades dos cursos de contador – o curso de contabilidade acompanhava o de contador. Porém, o reajuste anual das mensalidades dos cursos não atingiria o salário dos professores que se mantiveram em Cr\$120,00 mensais. Numa rápida observação, a mensalidade paga por uma aluna do curso técnico, sozinha, quase pagava o salário mensal de um professor – o que, aparentemente, sugere um custo considerável para as famílias cuja origem, da maioria das alunas da Escola, era a classe média.

Entretanto, o salário dos professores por 12 aulas no mês era insuficiente para que eles se ocupassem apenas desta atividade. Todos os professores do curso técnico tinham alguma atividade, por vezes mais de três, paralela à docência ali exercida. Eram professores de outras instituições de ensino secundário, muitos inclusive das faculdades da capital, eram funcionários de cargos públicos, ou ainda funcionários de bancos, possivelmente autônomos,

---

<sup>13</sup> O valor era unânime a todos os professores, a menos que faltassem além do permitido (2 aulas) quando então se procedia o desconto. As religiosas não recebiam pagamento.

entre outros. (Veja os primeiros professores da Escola, anexo 9) O salário mensal dos professores, figurava mais como um complemento salarial, pois sequer alcançava a metade do valor do salário mínimo instituído para a cidade de Curitiba, à época: Cr\$290,00.<sup>14</sup> Contudo, se, para os professores, o trabalho em outros lugares era condição indispensável para obter um melhor rendimento, para as famílias das alunas, especialmente àquelas trabalhadoras, qualquer valor seria sentido no limitado orçamento familiar.

Nestas circunstâncias é possível inferir que algumas destas famílias tenham apresentado dificuldade para honrar as taxas e as mensalidades da instituição. Outras, que apresentassem ainda mais dificuldade – uma vez que as fichas de matrícula das alunas registravam a existência de famílias cujos pais e mães eram “operários”<sup>15</sup> -, tais alunas poderiam passar por uma seleção a fim de ocupar os ‘lugares gratuitos’, uma reserva prevista em lei às instituições de ensino particulares.<sup>16</sup> As vagas da Escola para esta reserva não eram muitas. Contudo, no ano de 1946, por exemplo, três alunas em diferentes séries e cursos comerciais preencheram os requisitos e garantiram seus ‘lugares gratuitos’ – eventualmente, as alunas eram denominadas, nos registros da Escola, como “bolsistas”. E não se tratavam de religiosas da casa. Uma ‘aluna-bolsista’, do 3º ano do curso de contador, veio de cidade do interior do estado e residia no próprio Colégio; formou-se contadora ao final daquele ano letivo. A anuidade do curso técnico, àquela série e ano, era de: Cr\$870,00. Outra aluna-bolsista, do 3º ano do curso comercial básico, residia no centro da cidade e bem próxima ao

---

<sup>14</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. RJ: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p.324.

<sup>15</sup> A categoria profissional do pai e da mãe das alunas da Escola Técnica de Comércio São José do período investigado foi observada nas fichas de matrículas arquivadas (preenchidas no momento de ingresso das alunas na instituição), bem como nos demais documentos pessoais que acompanham as pastas individuais das alunas no arquivo da Escola: certidão de casamento dos pais, certidão de nascimento (alguns cartórios de registro civil procederam o registro da profissão de ambos: pai e mãe), guia de transferência escolar, etc.

<sup>16</sup> Estava prevista em lei, pelos menos nas décadas de 1940 e 1950: a possibilidade de candidatas a lugares gratuitos ou de contribuição reduzida em instituições particulares de ensino superior, secundário e comercial. (Artigo 1º) As condições colocadas eram essencialmente duas: “situação econômica e merecimento do pretendente”. (Artigo 2º) No primeiro caso, o pertencimento a ‘família numerosa’ e no segundo caso, os resultados de exames de admissão ou da vida escolar pregressa do candidato. Aos selecionados, o usufruto do benefício até a conclusão dos estudos. (BRASIL. *Portaria nº 559* – 16 nov. 1945. Expede instruções para execução do que dispõe o Decreto-lei n. 7.637, de 12 de junho de 1945, com a nova redação que lhe deu o Decreto-lei n. 7.795, de 30 de junho de 1945. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 29 nov. 1945).

Colégio; concluiu o curso naquele mesmo ano e recebeu o certificado de auxiliar de escritório. A anuidade do curso era de Cr\$695,00. Diferente das anteriores, a terceira aluna-bolsista teve toda a trajetória garantida no curso comercial básico. Encerrou os estudos com o certificado de auxiliar de escritório em 1949. As anuidades somavam Cr\$2.630,00. (Veja tabela de anuidades dos cursos no primeiro quinquênio da Escola, anexo 10) Entretanto, as duas alunas bolsistas que terminaram o curso comercial básico na Escola não deram prosseguimento aos estudos técnicos (ao menos na Escola). Esta descontinuidade dos estudos pode ser entendida da seguinte forma: ou seria difícil conseguir uma nova vaga de isenção (e ainda na mesma escola) para a realização dos cursos técnicos, consideravelmente mais caros que o curso básico, ou depois de se ter garantido uma elementar profissão no comércio o negócio era mesmo trabalhar. Independente do rumo que tomariam, as ‘alunas-bolsistas’ concluíram os cursos com êxito e adquiriram o ‘passaporte’ para a entrada no mundo do trabalho.

Voltando a narrativa da autora de ‘Colegas!’ – o alerta da aluna às vésperas da conclusão de seu curso ginásial -, o ápice de seu texto é o lema juvenil cujo significado já constava do hino da escola<sup>17</sup>, também bastante patriótico. O alcance tanto da ciência quanto da fé ‘na honra do colégio e enaltecimento do país’ é algo para os quais os colégios católicos femininos estavam voltando cada vez mais sua atenção, sem, contudo, prescindir da religiosidade e da formação moral católica, como pode ser conferido exemplarmente em outros temas de que trata o jornal da escola.

A cidade também é tema garantido nas páginas do jornal *O SÃO JOSÉ* de 1952. Em “A nossa capital”, é comentado repetidas vezes o crescimento ‘assustador’ da cidade,

---

<sup>17</sup> Hino do Colégio, nas comemorações de seus 60 anos: “[I.] *Nos anais desta casa de ensino, Santuário de luz e saber/ Mais um fato de amparo divino/ se registra com graça e poder/ Doze lustros [doze quinquênios] já são transcorridos/ de existência fecunda e sem par/ Foram anos preciosos vividos/ Num anseio febril de educar/ [Refrão:] Meu colégio sempre amigo / Meu querido São José / Tenho em ti seguro abrigo / Que sustenta a minha fé / No recesso abençoado / Desta lida estudantil / És um templo iluminado / Para a glória do Brasil / [II.] Parabéns meu colégio, / neste dia de grata emoção/ Deus te dê o feliz privilégio / de cumprir tua nobre missão./ Arda sempre, nos mestres, a flama / de sua crença num alto ideal,/ Nos alunos, o amor que a conclama / para a grande vitória final.*” Letra de Hélio Amaral Camargo e música de Irmão Atico Rubini. (O SÃO JOSÉ. Colégio São José. Curitiba, 1962)

enquanto se destaca como principais colégios da capital, não os particulares, mas o Colégio Estadual do Paraná “um dos maiores estabelecimentos de ensino da América do Sul” e o Instituto de Educação do Paraná “todo aparelhado e reformado para a formação de futuras educadoras”, observa a aluna.<sup>18</sup> Em “Praça Tiradentes”, a lembrança de um dos símbolos da cidade de Curitiba: os ipês amarelos. Na página 7, o destaque: “Na estação primaveril, os ipês florescem em inúmeros cachos, dando a praça um aspecto de festa. No outono, quando as flores começam a cair, os ipês amarelos, desfolhados na grama verdejante, lembram a nossa linda bandeira.” A cidade ‘em desenvolvimento’ é também tema de outro texto em que a autora se empolga na conclusão de “Curitiba Cidade Sorriso”:

Os filhos desta linda cidade dos pinheirais estão convencidos de que possuem a cidade não a mais bela do Brasil, a mais populosa, a mais rica e industrial, porém a mais querida, e é o que lhes basta, para que, sem vaidades, nem invejas, procurem engrandecê-la cada vez mais, sorrindo, com tranqüila fé para o esplendor de seu futuro. Salve! Graciosa e ‘risonha cidade’.

Perambulando pela ‘risonha cidade’, uma aluna relata seu trajeto casa-colégio. Longe de ser uma viagem entediante, “Trajeto que faço todos os dias de casa para o Colégio”, contém interessantes detalhes da vida da cidade na década de 1950. É uma viagem que leva a um período em que a urbe pacata, pouco a pouco, cede espaço para a cidade agitada dos bondes, ônibus e casas comerciais.

Levanto-me cedo e saio de casa para ir ao Colégio. Enquanto espero o ônibus, observo o movimento nas ruas: as carrocinhas de pão passam velozes e barulhentas; bondes e ônibus repletos de passageiros, cruzam-se em todas as direções. Algumas portas das casas do comércio, já estão abertas. As pessoas que encontro estão sempre

---

<sup>18</sup> Estudos a respeito destas instituições educacionais em Curitiba cf.: ARCHANJO, Léa Resende. *Gênero e educação: relações de gênero no Colégio Estadual do Paraná (1950-1960)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

apressadas, umas vão às compras, outras aos respectivos empregos, outras ainda, dirigem-se a Igreja. Vejo, principalmente, grande número de crianças, que, como eu, vão para a escola. Quando chega o ônibus, procuro um lugar perto da janela, sento e vou recordando as lições do dia. Faço um trajeto relativamente curto. Desço na Praça Carlos Gomes. Às vezes, dou algumas voltas nesta bela Praça para respirar o ar fresco da manhã. Os passarinhos cantam alegremente saudando o novo dia. As árvores balançam suas verdes ramagens. Como é agradável uma manhã primaveril. Depois sigo pela rua Pedro Ivo; no caminho encontro colegas, e vamos juntas conversando amigavelmente. Chego ao Colégio às 7 horas e meia, onde encontro coleguinhas, que esperam o sinal da entrada. As nossas boas Professoras nos recebem com carinho e bondade. Logo depois, fazemos a oração da manhã e começamos nossa tarefa diária, com ardor e entusiasmo para nos preparar um futuro feliz!

A chegada ao Colégio é festejada por outras quando do término das férias ou quanto às atividades mesmas de momentos do cotidiano escolar. Uma futura contadora (turma de 1955), em atividade como repórter durante o ‘recreio’, coletou alguns diálogos em seu passeio pelo pátio da escola. Um dos relatos lembra a festa do Colégio, em outubro, com missa em comemoração ao quinquagésimo aniversário de fundação do Colégio, outro diálogo aponta um ‘sacrifício’ de uma pequena aluna ao deixar de comprar alguns doces para doar seu cruzeiro, moeda corrente da época, para uma senhora necessitada que sempre encontrava em seu caminho para casa. Ainda, outro relato destaca o encontro e o reconhecimento recebido por duas colegas que ‘foram as primeiras’ na Campanha das Vocações daquele ano. Sua participação na coleta de diálogos, também é ativa. Ao consolar uma aluna que chorava por não ter alcançado a média na disciplina de Latim naquele mês, a aluna-repórter a estimula a estudar mais para alcançar nota melhor. Ainda em suas voltas pelo pátio, ela ouve alguém perguntar sobre a presença de outra na ‘matinée’ daquela tarde, e a resposta é negativa, pois a respondente tem “muita coisa que estudar para a sabatina de Geografia.”

Todos os diálogos demonstram a operosidade das alunas, especialmente, no cuidado



com os estudos e as notas. A ligação aos ritos cerimoniais católicos é muito presente. A missa, a doação aos necessitados, a Campanha das Vocações, são aspectos anotados pela ‘repórter’ em seu passeio em busca dos diálogos das alunas pelo pátio da escola. Com ou sem a presença das Irmãs, aparentemente a religiosidade se fazia presente até nos momentos informais entre as alunas, ou pelo menos, nos ‘diálogos’ selecionados para a publicação. É a composição do quadro da religiosidade e da boa formação das alunas, no estudo, mas também na preparação para a futura atuação em outro cenário além da escola: o do trabalho.

Artigos diretamente devotados ao tema religião também foram publicados na primeira edição do *O SÃO JOSÉ*. “O Sacerdote”, por exemplo, abordava o papel deste representante da igreja e a participação intensiva das alunas do Colégio na campanha das Vocações Sacerdotais com a contribuição de esmolas e sacrifícios para a formação de novos sacerdotes. O texto “Terceiro domingo do mês” destaca o dia das missas dominicais no Colégio. Primeiro texto à página 7, o curto relato do que ocorria àquelas manhãs de domingo não prescindiu do destaque às ‘cruzadinhas’ na recepção do ‘Divino Amigo’. Um pouco do rito ali destacado:

Centenas de crianças vêm uniformizadas. Salienta-se aquele impecável e alvíssimo cabeção branco [das Irmãs]. Mais alvas, no entanto, são as almas puras daquelas meninas! 7 horas. Crianças afluem, para o Colégio, de todos os lados. A alegria brilha naquelas simpáticas fisionomias. Às 8 horas entram, enfileiradas, as amiguinhas de Jesus Hóstia, para assistir à santa Missa e receber o ‘Pão dos Fortes’. (...) Ouvindo o convite amoroso de Jesus: ‘Vinde comungar’ – as Cruzadinhas, numerosas, aproximam-se da Santa Mesa. Recebem o Divino Amigo e prometem amá-Lo e fazê-Lo reinar no universo inteiro. Após esta bela cerimônia, tomam um gostoso café, entre risos e alegrias! ... Quanta felicidade e paz naquelas alminhas!

Além da missa dominical, a primeira comunhão é lembrada pelas alunas em várias ocasiões nos relatos do jornal - o que demonstra ser parte de um momento importante na história particular destas alunas. O tema também conta com um texto próprio: “Primeira

Comunhão”, porém a história ali contada não é advento de uma experiência de neo-comungante, mas de um conto um tanto dramático do desejo de uma pequena criança de “receber Cristo em seu coração”.<sup>19</sup> O texto foi publicado na página final do jornal, ao lado de uma cantante ‘quadrinha’:

Levanto bem cedinho  
Tomo o meu café  
E vou bem ligeirinho  
Ao Colégio São José

Eu tenho muita esperança  
E guardo inteira fé  
De ser uma boa aluna  
Do Colégio São José

Rezamos numa Capelinha  
Que não é a Igreja da Sé  
Mas é linda, bem lindinha  
A do Colégio São José

Na aula, todos contentes  
Ao sinal ficamos em pé  
Que meninas diligentes  
As do Colégio São José

Aprendemos o português  
Geografia e inglês até  
Corretamente o francês  
Falaremos no São José

Minhas queridas coleguinhas  
Se quizerdes me dar fé  
Gritemos todas juntinhas  
‘Viva o Colégio São José’

A quadrinha explora alguns elementos da atividade escolar que diz respeito àquele período da trajetória da instituição: a recorrente presença à capela, o ato de ficar em pé para recepcionar os professores ao sinal do intervalo, o exercício diário das línguas estrangeiras

---

<sup>19</sup> Em linhas gerais, uma pequenina foge da mãe para ter algumas ‘lições de catecismo’ na Igreja e ao ouvir que Jesus podia encontrá-la pela comunhão vai ao encontro do padre, na sacristia. Este brinca com a pequena dizendo-lhe que somente o daria quando não tivesse mais os dentinhos de leite. A criança sai triste da igreja, cata uma pedra e resolve aquele problema. Volta a igreja, pede outra vez ao padre que, comovido e transtornado com o que provocou, vai “a Igreja, dar Jesus aquele anjinho, que horas depois voava para o céu.”

(como o francês), na comunicação no Colégio, são todos aspectos que se referem àquele período da Escola. O ‘ranking’ das melhores notas nas provas parciais de junho, incluída a de francês, também faz parte da última página do jornal.

Outros assuntos que não somente os temas ligados a religiosidade tiveram espaço no *O SÃO JOSÉ*, de 1952. Por exemplo, os relatos de viagem e passeios curtos feitos pelas alunas. Em “Um passeio”, futura contadora (turma de 1954), relata parte de suas férias no Rio de Janeiro, em especial sua visita a cidade de Petrópolis. “Após as férias de julho”, é texto que descreve em breves parágrafos o ansiado retorno da aluna ao Colégio. E em “Uma viagem” a proeza realizada da aluna com seu pai, num circuito de viagem que começava em Santos - SP e ia até o estado do Amazonas pela costa litorânea brasileira. Todos estes textos, no entanto, destoaram de “Cena Campestre” que numa experiência singular em todo o jornal, inspira a narrativa na vida doméstica feliz de uma fictícia ‘roceirinha’:

A verde ramagem medra, viçosa naquela colina. O pequeno riacho enfeita mais a paisagem, rumarejando entre a verde alcatifa [tipo de planta rasteira].

Lá em cima, impera toda a região, uma casinha rústica. É simples, pequenina, quase nada, mas não se encontra outra bonita... Possui um encanto tal, que dir-se-ia ali habita D. Felicidade... Toda caiada de branco, com janelas e portas esverdeadas, faz uma combinação de cores com a cerquinha que a rodeia!

Ao lado, frondosos coqueiros balançam suas verdes palmas ao mais leve sopro da aragem e refrescam aquela zona.

Meio dia. Não se ouve nem um pipilar [piar] de pássaros.

Um penacho de fumaça, desprende-se da chaminé, anunciando o almoço.

Lá fora, as aves domésticas, correm alvoroçadas a debicar o milho. Ouve-se então, uma voz bonita a cantar!

Dorme, dorme, meu amor!

Dorme um sono tranqüilo.

Dorme, dorme, meu amor.

Meu filhinho encantador!

É a roceirinha que enquanto espera o marido, embala carinhosamente seu filho.  
Não há dúvida alguma em tão hospitaleiro teto reina a felicidade!

O conto de uma situação doméstica ocupa parte de uma das páginas finais do jornal de 1952. Assim, a presença da mulher no lar, à espera do marido e a embalar o pequeno filho, marcou presença ainda que solitária no jornal da escola. A ‘missão’ da mulher no lar, criando os filhos, foi tema dos jornais curitibanos da década de 1950 que abordavam “com frequência a questão da mulher que trabalha fora, discutindo, entre outros temas, as vantagens e desvantagens de uma carreira para a mulher, o planejamento para organizar o trabalho doméstico sem perder tempo, os benefícios do trabalho parcial fora de casa ou os prejuízos que podem trazer para a família o afastamento da mulher do lar.”<sup>20</sup> Incutia-se no público feminino leitor destes periódicos, a idéia de que a mulher casada só trabalharia por necessidade financeira da família, o que lembrava as campanhas de revalorização do lar à mulher casada do pós-guerra nos países da Europa<sup>21</sup>, contribuindo de maneira muito comedida para que a mulher desenvolvesse uma profissão ou atividade produtiva que a realizasse fora do espaço doméstico. Sua tarefa primeira era o lar, a vida doméstica, e a vida doméstica feliz como a da ‘roceirinha’ ilustrada pela aluna do Colégio: o matrimônio e a maternidade não deveriam jamais serem sobrepujados pelo trabalho fora de casa – uma necessidade financeira momentânea?<sup>22</sup>

Retornando a narrativa da ‘roceirinha’, observa-se que ela transcorre em um lugar que não o urbano. É onde, para a aluna, ‘reina a felicidade’. É uma interpretação projetada da futura vida matrimonial em um local onde reinaria, hipoteticamente, uma paz perdida com as mudanças da cidade, reproduzindo assim, uma visão idílica do campo que foi construída,

---

<sup>20</sup> ARCHANJO, Léa Resende. op.cit, p.94-95.

<sup>21</sup> Veja: LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. vol.5. Porto: Afrontamento, p.505-543.

<sup>22</sup> Cf.: IWAYA, Marilda. op.cit., p.61; BOSCHILIA, Roseli Terezinha. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, 1996. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

inclusive pela literatura, ao mesmo tempo em que as transformações urbanas dos séculos XIX e XX alteravam a paisagem das cidades na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil: industrialização crescente, aumento do número de trabalhadores urbanos e seu viver por vezes turbulento, a multidão nas ruas.<sup>23</sup>

Deixando “Cena Campestre” e observando o jornal como um todo, algumas considerações são possíveis. O fato de *O SÃO JOSÉ* ter sido publicado no mês de outubro, no segundo semestre letivo daquele ano, permitiu que diversos temas relacionados aos períodos específicos do ano, pudessem ter sido ali abordados, como: “Noite de São João”, “Sete de Setembro”, “12 de junho de 1952” - discorrendo sobre o aniversário da Madre Superiora, e outros. A preparação do material também deve ser levada em conta, uma vez que, com o ano escolar em curso, o jornal certamente fora realizado com mais tempo, permitindo que mais alunas de todos os cursos participassem. O curso de contabilidade contou, dentre outras, com a lembrança única no texto “O Colégio São José”. Ali, um breve parecer sobre a Escola Técnica de Comércio:

O Colégio São José está entre os melhores de nossa capital, e conta com grande número de alunas. Sobre a Escola de Comércio, desejo aqui transcrever a admiração que sinto pela boa orientação que o ensino da Contabilidade recebe em nosso Colégio. O Curso tem a duração de três anos, durante os quais nossa inteligência é moldada com toda dedicação por sábios mestres que, com o mister de ensinarem empenham-se de corpo e alma para nos legar um pouco de seu precioso saber.

Na mesma página do texto da aluna, há uma foto de um grupo das alunas da Escola Técnica de Comércio com o tradicional uniforme escolar: camisa branca com colete preto, saia comprida preta e meias brancas. Completando o traje, a gravata e os sapatos pretos.

---

<sup>23</sup> BERTUCCI, Liane Maria. As transformações urbanas na imprensa operária: São Paulo na virada do século XX. In: RIBEIRO, Luis César de Q.; PECHMAN, Robert. (Orgs.) *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.81-94; BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*. v.5, n.8/9. São Paulo, p. 35-68, set. 1984 - abr. 1985; WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Aquela foto o tempo quase apagou, mas o uso do uniforme das alunas da Escola Técnica de Comércio foi o mesmo durante os anos seguintes, como é possível observar na fotografia de ‘lembrança’ do ano escolar de 1961:



**Figura 26: Lembrança do ano escolar de 1961. Foto: Athenas, Curitiba.  
Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

A presença da gravata na composição do uniforme escolar pode causar uma certa estranheza ao vestuário ‘tipicamente’ feminino como destaque ao colo coberto pela camisa branca de mangas longas e a presença da saia, rente ao calcanhar das moças. A gravata, porém também destaca o lugar de seu uso, os escritórios, preferencialmente. Além disso, cumpre a função de distinguir as alunas da Escola Técnica de Comércio São José das demais alunas das escolas da cidade de Curitiba. Ali são formadas mulheres para o trabalho.<sup>24</sup> Note também como a roupa esconde o corpo da aluna e as unifica. É este mesmo o sentido para os uniformes escolares, a ‘uniformização’. Haveria ainda uma variação do vestuário, mas

<sup>24</sup> A presença da gravata em uniforme feminino pode ser constatada em outros locais e poderia estar ligada a idéia do estudo como algo ‘masculino’ – o que não invalida a tese sobre o uniforme da Escola Técnica de Comércio São José.

somente para ocasiões especiais: o traje de gala. Este traje substituía a gravata pelo uso do chapéu, bem rente à cabeça, como apresentado na Figura 27:



**Figura 27: Aspecto das alunas no pátio do Colégio, 1960.**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

É interessante observar que nos jornais escolares do período, tanto o *PAX* de 1942, quanto a edição de *O SÃO JOSÉ* de 1952, a mensagem que sobressai em seus textos é a da formação moral católica de seu corpo discente pelas diversas atividades a ela relacionadas, seja pelas missas dominicais, seja pela formação à primeira comunhão ou a vida religiosa, seja pelas campanhas empreendidas ou ainda pela participação ativa em ritos como a cruzada eucarística, e outros. Paralelamente, a cidade cresce, adquire ‘ares de capital’, e o Colégio com a Escola Técnica de Comércio, cresce junto com a cidade. Num edifício próprio ‘construído para tal fim’, as jovens afluem e os familiares confiam na educação e formação que ali receberão suas filhas. O futuro das jovens mulheres é consorciado às Irmãs de São José que não lhes negam uma formação virtuosa, também atenta ao cuidado do espaço doméstico, da família e do lar, mas especialmente voltada ao espaço público, no exercício de uma profissão, no sustento de si mesma, no trabalho. É a formação de mulheres trabalhadoras

a procura de um bom esposo, a exemplo do padroeiro, São José: o estereótipo do ‘bom pai e esposo’.

Assim, os jornais escolares foram um ‘espelho’ do seu tempo refletindo assuntos ligados a religião, a educação e ao trabalho. Além disso, o *PAX* e *O SÃO JOSÉ* destacam períodos da trajetória do Colégio quanto ao ensino ali ofertado, bem como expõem momentos singulares vividos pelas participantes daquela comunidade escolar. No *PAX*, de 1942, fica clara a presença estrita do grupo de alunas, embora não se possa de todo descartar a presença das Irmãs na sugestão de temas ou correção da própria redação e da orientação dos textos ali apresentados. Na edição de *O SÃO JOSÉ*, de 1952, há a presença conjunta das Irmãs e das alunas da instituição no corpo do jornal escolar, entretanto os principais artigos são escritos pelas Irmãs – embora não assinados. Por outro lado, há a participação de um maior número de alunas – algumas da Escola Técnica de Comércio São José - que se expressam sobre sua passagem pelo Colégio nas mais diferentes formas de narrativa: ‘quadrinhas’, relatos, artigos, homenagens, etc.

Nesta última edição, com a maior participação de alunas com textos breves e a ampliação da extensão das páginas dos jornais (das singelas quatro para onze páginas), os temas passam a estar mais próximos ao cotidiano da escola que os destacados no primeiro jornal. O Colégio em si, os diálogos no recreio, o retorno depois das férias, a primeira comunhão no Colégio, as campanhas vocacionais e de auxílios e o significado do estudo para suas vidas (e de suas colegas) são temas que vão concentrar a atenção das alunas. Suas impressões não estão focadas somente ‘no Colégio’ como um corpo abstrato ao qual são lançados louvores, mas observam aspectos do dia-a-dia desta instituição, inclusive, sob o ponto de vista intimista, ressaltando: os laços de amizade com suas colegas, com suas professoras, com as Irmãs da casa, o respeito devotado aos professores, a observância da dedicação e do ensino ministrados, a importância da experiência escolar para a formação



pessoal e profissional, entre outros aspectos.

É claro, porém, que a motivação para a realização dos jornais instigou nas alunas um sentimento de débito em relação à instituição de que ora participavam e, portanto, a prestação da homenagem com o destaque das ‘belas cousas’ ali vividas, em alguns casos, expressadas com muita emotividade e exageros característicos. E especialmente por terem atendido com exclusividade às datas comemorativas da fundação do Colégio, os jornais escolares de 1942 e de 1952, deixaram clara a sua intencionalidade: a manutenção de uma memória institucional de refinamento dos saberes das moças e de instituição educacional com *know-how* destacável no ensino das mesmas. O reforço do tempo - 40, 50 anos de atividade educacional – aliado às impressões das alunas, colaborou ainda mais para legitimar a trajetória da instituição como componente que se fundia com a história de desenvolvimento da própria cidade.

Constituindo-se, ao mesmo tempo, em flagrantes de um período determinado (os anos de 1942 e de 1952), e escritos para marcar uma data especial (o aniversário do Colégio São José), *PAX e O SÃO JOSÉ*, traduziram em suas páginas aspectos da cultura escolar da instituição<sup>25</sup>, que nos documentos oficiais (o enaltecimento do país pelo estudo) ou nos textos normativos ou da memória do Colégio (inauguração do prédio escolar, horário de aula *versus* horário de recreação, etc), apareciam carentes do vigor da presença ativa das participantes da instituição. Através dos jornais, foi possível inclusive perceber elementos do cotidiano da escola relacionados ao dia-a-dia vivido pelas alunas além da escola, numa intersecção que possibilita compreender, ainda que em parte, a importância da instituição escolar para suas próprias histórias de vida: o Colégio e a cidade, os ensinamentos do Colégio e o procedimento pessoal exemplar, o fim de uma trajetória escolar e o fim de parte da adolescência, a relação com a família e o trabalho...

---

<sup>25</sup> Cf.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan.-abr. 2004.

### 3.2 – Depois da formatura: as possibilidades de trabalho para Comerciantes, Contadoras e Contabilistas

*A datilografia abre para as mulheres a modernidade dos empregos de escritório: o futuro delas.*

Michelle PERROT (1998, p. 99)



**Figura 28:** As “alunas do 1º ano Técnico em Contabilidade [da Escola Técnica de Comércio São José] em aula prática de Mecanografia.”\* Turma de 1946. Pausam as atividades e posam para a fotografia à frente das suas máquinas de datilografia. Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.

As mulheres sempre trabalharam, inclusive fora do espaço doméstico – vide, por exemplo, as tecelãs, as cozinheiras, as lavadeiras, as empregadas domésticas, as operárias, as preceptoras... A idéia de que as mulheres só recentemente saíram de casa para o trabalho é uma compreensão equivocada cujas raízes podem estar na própria “valorização da intimidade e maternidade”<sup>1</sup> que acompanhou as transformações da família (e do mundo Ocidental), a

\* Legenda original da fotografia. É esta a primeira turma do curso de contabilidade, iniciada em 1946, cujas concluintes receberam o diploma de ‘Técnico em Contabilidade’.

<sup>1</sup> Veja: D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.223.

partir do final do século XVIII e o século XIX. A constituição da chamada família burguesa, que (re)definiu valores e lugares para as mulheres, os homens, as crianças e os jovens, foi uma construção histórica que, pouco a pouco, se espalhou pela sociedade em um processo marcado por reformulações e influências mútuas, de e entre diferentes grupos sociais. Foi assim que a família pobre, trabalhadora e operária, que adentrou o século XX, ganhou contornos que em seu bojo carregavam modos de ser e de viver que na origem pertenciam ao universo da burguesia – a valorização da mulher no lar é um deles.<sup>2</sup>

Paralelamente, com as mudanças sociais, técnicas e econômicas ocorridas durante o final do século XIX e a primeira metade do Novecentos, o mundo do trabalho para as mulheres, e não só para as pobres e operárias, se transformou e se expandiu. Movidas por necessidades econômicas, por imposição momentânea (por exemplo, durante a Segunda Grande Guerra que recrutou muitos homens para os campos de batalha), por transformações culturais e políticas (como a luta pelo voto feminino e depois a sua conquista), o contingente de mulheres que precisou e/ou buscou o trabalho fora de casa cresceu e se diversificou.

Dessa forma, mulheres de classe média (e até burguesas) ganharam cada vez mais a rua - espaço antes vivenciado pela pobre e pela operária. As mulheres, de várias origens sociais, começaram a ocupar também e cada vez mais funções até então consideradas ‘masculinas’, processo este que se acentuou no Novecentos, mas que ainda pode ser vislumbrado anos antes, com a ocupação pelas operárias, por absoluta necessidade de sobrevivência, nas funções consideradas a princípio “de homem”<sup>3</sup>. No Brasil, tem-se como exemplo: o operariado feminino nos anos finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, em São Paulo.

---

<sup>2</sup> Cf.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Ed.) *História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, Michelle Perrot (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Veja também: MATOS, Maria Izilda S.; SOIHET, Rachel. (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

<sup>3</sup> PERROT, Michelle. Mulheres. In: *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-212; RAGO, Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.578-606.

A operária que não era absorvida pelas ‘atividades femininas’ das fábricas de tecidos e de confecções e que não lidaria com ‘fios, agulhas e carretéis’ das oficinas de costura de São Paulo (e como havia mulheres nas fábricas têxteis!) seriam empregadas, por exemplo: na indústria de calçados (com registros desta participação desde 1870); em fábricas de fumo, de vela, de sabão, de bebidas e de fósforos (este conjunto, desde 1894); em oficina de lapidação de vidro (de 1901); na indústria metalúrgica com a produção de artigos de ferro, de alumínio, pregos, botões de pressão, alfinetes e outros (próximo ao ano de 1910); nas indústrias extrativas e de cerâmicas na produção de vidros, cristais e louças; nas indústrias químicas e farmacêuticas na produção de fósforos, ácidos, sulfatos e adubos, lavagem e tinturaria de roupas; indústrias de madeira e de móveis (pentas, botões, vassouras, objetos de vime, cestas, etc), na indústria de transportes no setor ferroviário, etc.<sup>4</sup>

A participação da mulher no trabalho em São Paulo no início do século XX, mas não só lá, se fazia, portanto, presente nos mais variados setores e serviços das atividades fabris consideradas ‘masculinas’. E as diferenças entre os sexos se faziam notar de maneira acentuada, especialmente quando o tema era salário. Submetidas a condições de trabalho que estavam longe de ser as satisfatórias, as mulheres operárias – e crianças, muitas crianças<sup>5</sup>-, recebiam sempre muito menos que os homens, por exemplo, nas indústrias de fumo. Ali, onde as mulheres somavam em média 25% da mão-de-obra, seu salário era inferior ao dos homens em 40%. Na indústria metalúrgica, a média salarial diária das mulheres era menor que um terço do recebido pelos homens. No caso do transporte ferroviário, numa percepção dos maiores salários, enquanto o homem poderia alcançar uma faixa salarial máxima de 13\$500, a mulher teria o teto de 3\$750. Entretanto, algumas mulheres perceberam salários mais altos e

---

<sup>4</sup> MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Além da Indústria Têxtil: o trabalho feminino em atividades ‘masculinas’. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. (Org.) A mulher no espaço público. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol.9, n.18, p.83-98, ago.set. 1989.

<sup>5</sup> Cf.: BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça do futuro: os descendentes. In: *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo, 1891-1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 125-168. E também: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

muito próximos ao apresentado pela diária do trabalho do homem, certamente não no setor ferroviário, mas na produção de vassouras, escovas, cestas etc. A faixa salarial, nestas atividades chegava a 12\$000 para ambos os sexos, porém, a média salarial era 10% mais elevada para os homens.<sup>6</sup>

Numa outra aproximação, agora dentre os melhores salários percebidos pelo operariado em funções consideradas ‘masculinas’ e ‘femininas’ na década de 1920, ainda em São Paulo, tem-se o seguinte quadro. Dentre as funções dos ‘setores masculinos’, o melhor salário para o homem seria o de laminador (metalurgia), 16\$100, e o para a mulher o de esmaltadora (metalurgia), 4\$667. No mesmo período, os melhores salários dos ‘setores femininos’, seriam de 10\$778 como gravador (têxtil) para os homens, e 6\$000 como cortadora (vestuário e toucador) para as mulheres. As diferenças são gritantes e provocam duas considerações. Se, por um lado, o recurso à mão-de-obra feminina, mal remunerada (inclusive nos ‘setores femininos’), acentua a exploração da trabalhadora, por outro, “a participação do sexo feminino no mundo do trabalho torna-se ainda mais controvertida porque já não está limitada, exclusivamente, ao universo dos tecidos, dos bordados e das flores artificiais.”<sup>7</sup>

Presente no espaço público e exercendo atividades profissionais cada vez mais diversificadas, a mulher amplia e luta (e muito)<sup>8</sup> por melhor remuneração salarial, mas também, por boas condições de trabalho, por maior reconhecimento e influência no mundo em que vive e atua. Nisto, a educação será uma arma.

---

<sup>6</sup> MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. op.cit., p.84-89. Ainda quanto aos menores salários, havia casos, como nas indústrias extrativas, de cerâmica e de metalurgia, que as mulheres recebiam menos que crianças do sexo masculino. E maior participação feminina no trabalho, como nas fábricas de fósforo em que o total feminino adulto poderia chegar a 70%, não era garantia de melhores salários.

<sup>7</sup> Id., p.92-93; p.98 (citação).

<sup>8</sup> Impossível não lembrar o quanto a legislação trabalhista de Vargas está marcada pelas lutas das mulheres (e homens também) que viveram décadas antes de sua promulgação. Veja, dentre outros: MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Na C.L.T., o capítulo intitulado ‘Da Proteção do Trabalho da Mulher’, regula: a duração e as condições do trabalho, o trabalho noturno, os períodos de descanso, os métodos e locais de trabalho, a proteção a maternidade e as penalidades no descumprimento da legislação, cf.: BRASIL. *Decreto-lei n. 5.452 - 1º maio 1943*. Consolidação das Leis do Trabalho. Distrito Federal: Rio de Janeiro.

No Brasil, logo após a Segunda Grande Guerra, com a crescente urbanização e industrialização, oportunidades educacionais e profissionais surgem para ambos os sexos. Para além do setor secundário da economia nacional (o industrial), o setor terciário (comércio e serviços) reservaria à mulher possibilidades de trabalho nas suas mais variadas funções, mas que requereriam antes certa especialização, especialmente para o atendimento em escritórios, comércio e em serviços públicos. Este seria um espaço ocupado em geral pelas jovens da classe média.<sup>9</sup>

Neste sentido, as Irmãs de São José no Paraná correspondem a esta expectativa, gerada em todo o país, ao constituírem, no município de Curitiba, a Escola Técnica de Comércio São José. A oferta dos cursos comerciais para o público exclusivamente feminino na capital paranaense visava a profissionalização de jovens mulheres num terreno há muito ocupado pelos homens, o comércio. E identificar, em números, a demanda que afluiu à instituição de ensino é muito significativo não somente para compreender o período como também entender a aceitação dos cursos ofertados pela Escola e, portanto, a aceitação do próprio Colégio na cidade. Tais cursos habilitavam as mulheres ao exercício profissional enquanto auxiliares de escritório, contadoras e contabilistas. Observe os números de matrículas nos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio, em dois sentidos: novas matrículas (NM), contabilizadas ano a ano, e somatória do número de matrículas totais (MT) nos cursos e nos respectivos anos letivos correspondentes ao período do presente estudo:

**TABELA 10 – MATRÍCULA GERAL NOS CURSOS COMERCIAIS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ: 1943-1955**

Ano	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	Total
NM	24	31	25	32	41	28	14	19	20	20	51	43	57	<b>405</b>
MT	24	46	64	75	84	80	69	55	47	55	97	111	132	<b>939</b>

NM = Novas matrículas em relação à matrícula total daquele ano.

MT = Matrícula total ou o registro das alunas de todas as séries dos cursos comerciais aquele ano.

Fonte: LIVROS DE MATRÍCULAS. Cursos técnicos e curso comercial básico. 1943-1955.

<sup>9</sup> BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.624.

No primeiro ano de atividade educacional da Escola Técnica de Comércio São José (1943), somados os cursos comerciais (propedêutico e contador), tem-se o registro das primeiras 24 matrículas. No ano seguinte (1944), era possível contabilizar as novas alunas: 31 de um total de 46 matrículas registradas, em um período que assinala as mudanças provocadas pela legislação do ensino comercial, a confusão com os cursos técnicos e a possibilidade de formação de auxiliares de escritório com o curso comercial básico. Em 1945, 25 novas matrículas na Escola - ano este que marca a formatura das primeiras alunas do curso técnico, as primeiras jovens diplomadas contadoras. Em 1946, 32 novas matrículas para 75 confirmadas ao todo. Neste mesmo ano, a primeira turma de auxiliares de escritório é concluída, outra turma de contadoras recebe o diploma e é efetivamente aberta a primeira turma para o curso de contabilidade. O ciclo de início e fim de cursos, em relação a abertura e a formatura das turmas, entra em operação sistemática na Escola Técnica de Comércio São José. No ano seguinte (1947), 41 novas matrículas e a formatura da última turma de contadoras da Escola. Em 1948, 28 novas matrículas e é aberta a última turma do curso comercial básico. Em 1949, apenas 14 novas alunas de 69 matrículas totais; e somente o curso de contabilidade abre novas turmas na Escola.

A Escola Técnica de Comércio São José caminha, para a próxima década de atividades educacionais, somente com o curso de contabilidade como oferta educacional em ensino técnico comercial – enquanto, para o mesmo período, o Colégio guarda a expectativa de constituição de novas escolas profissionalizantes no mesmo local de ensino. No ano de 1950, o registro de 19 novas matrículas na Escola para as 55 registradas ao todo. Em 1951, 20 para 47 registros e é formada a última turma de auxiliares de escritório. Nos anos seguintes, efetivamente, a Escola Técnica de Comércio São José operará unicamente com o curso técnico comercial de contabilidade. Em 1952, no ano do cinquentenário do Colégio São José e da primeira década da fundação da Escola Técnica de Comércio, são 20 as novas alunas no

curso técnico comercial. Em 1953, quando é fundada a Escola de Enfermagem Madre Leonie, a Escola Técnica de Comércio recebe 51 novas matrículas – uma ascendência importante em relação ao ano anterior, apesar da constituição de outro curso técnico de ensino profissional feminino no Colégio. No ano seguinte, em 1954, 43 novas matrículas para 111 registros de alunas na Escola – mas ainda não será este o maior número de alunas na Escola Técnica de Comércio. Em 1955, no ano de fundação de ainda outro ensino profissional feminino, a Escola Normal Maria Imaculada, são registradas 57 novas matrículas no curso de contabilidade das 132 registradas ao todo na Escola. É neste ano (1955), de todo o período estudado, que a Escola Técnica de Comércio São José terá o maior número de alunas matriculadas nos cursos comerciais. E também é deste momento em diante que as mudanças quanto aos horários de aulas, a divisão do espaço escolar para o atendimento de três cursos de ensino profissional feminino em nível médio no Colégio, o trânsito de professores intercursos, bem como, o aumento no número do quadro discente de todo o Colégio constituem mudanças que se somariam à história do Colégio e à da Escola Técnica de Comércio São José.

A tabela 10 ainda permite outras considerações. Em síntese, a respeito da movimentação da entrada de novas alunas ano a ano na Escola Técnica de Comércio São José, observa-se uma tendência não muito linear no número de novas matrículas (NM): uma leve ascendência de 1943 até 1947, queda em 1948 e outra ainda maior no ano seguinte, com leve recuperação entre os anos de 1950 a 1952 e ascendência importante em 1953 com permanência para os anos seguintes.<sup>10</sup> A procura pelos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José era significativa e evidenciada pelos números das novas matrículas. Já

---

<sup>10</sup> Na Escola Técnica de Comércio, esta ascendência será mantida nas décadas seguintes com eventuais quedas no número de novas matrículas (NM). De modo geral, observa-se o seguinte quadro, por década, entre o número mínimo e máximo de novas alunas. Na década de 1950: mínimo de 19 novas matrículas (no ano de 1950) e máximo de 57 (no ano de 1955). Na década de 1960: mínimo de 25 (1966) e máximo de 54 (1967). Na primeira metade da década de 1970: mínimo de 48 (1974) e máximo de 94 (1970). O período posterior a 1975 não é assinalado, pois seria necessário outro método de pesquisa que o feito até então pela conferência direta aos livros de matrícula e a identificação através da comparação das listas. Houve significativo aumento no número de matrículas totais (MT): no ano de 1970, por exemplo, havia o registro de 190 alunas nos cursos comerciais, e ao final desta década, em 1979, o registro era de 336 alunas matriculadas na Escola Técnica de Comércio São José.



o número total de matrículas das alunas, ano a ano, permite a observação do número de alunas presentes na Escola e, de modo geral, sua ascendência no decorrer da trajetória da mesma: das primeiras 24 alunas (1943) para, pouco mais de uma década depois, 132 alunas (1955). Os ‘altos e baixos’ observáveis neste interstício indicam o movimento de saída das alunas da Escola seja pela conclusão de cursos, seja pela transferência escolar ou ainda pela desistência dos cursos. Esta percepção é explicitada se comparados os números de matrículas (1943-1955) ao das concluintes dos cursos comerciais. Se, de início, especialmente com o curso comercial básico, os números de conclusão em relação ao de matrículas são aparentemente tímidos, os que se referem aos cursos técnicos comerciais, notadamente com o curso de contabilidade, são bem outros:

**TABELA 11 – CONCLUINTES DOS CURSOS COMERCIAIS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ: 1945-1957<sup>11</sup>**

	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	Total
A	---	7	7	5	6	8	3	---	---	---	---	---	---	36
B	7	5	9	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	21
C	---	---	---	12	19	12	18	?	20	25	39	36	42	223

OBS: A = curso comercial básico; B = curso de contador; C = curso técnico em contabilidade.

Fonte: LIVROS-ATA DE COLAÇÃO DE GRAU. Cursos técnicos e curso comercial básico. 1945-1957.

Durante a existência do curso comercial básico na Escola Técnica de Comércio São José, este formou, em 6 turmas (1943 a 1948), 36 novas auxiliares de escritório aptas ao trabalho em tarefas administrativas diárias da prática de escritório. De acordo com o currículo escolar do curso<sup>12</sup>, as alunas adquiriam o entendimento elementar de línguas estrangeiras (francês e inglês); conheciam a ‘prática de escritório e escrituração mercantil’ – como o dito pela disciplina escolar -; lidavam intensivamente com a língua portuguesa na redação de cartas, memorandos, relatórios, muitos deles contando com a habilidade, também adquirida na Escola, de estenógrafa, para realizar as anotações que ‘os homens de negócio’ requereriam, e

<sup>11</sup> Acompanhamento da conclusão das turmas de 1943 a 1955 de acordo com o ano letivo de suas formaturas.

<sup>12</sup> Cf.: p.148.

posteriormente ‘passá-las a limpo’ nas máquinas de escrever para envio aos destinatários; cuidariam do estoque de material de escritório para o local de trabalho; entre outras atividades próprias desta função. Apesar de representar um serviço importante para a área comercial, as auxiliares de escritório deixaram de ser formadas pela Escola Técnica de Comércio São José devido a tendência de conclusão anual, das turmas ali iniciadas, ser claramente descendente. É provável que muitas possíveis candidatas a alunas, acabassem preferindo um outro curso (comercial?) que possibilitasse maior inserção e remuneração na sociedade, o que fez com que os custos do curso que formava auxiliares de escritório (incluindo os gastos com o professorado) não se pagassem: a relação entre o número de frequentadoras e as despesas apontava déficit para a instituição. A última turma iniciada no curso comercial básico foi a do ano de 1947.

O curso de contador teve trajetória assemelhada ao curso comercial básico, em alguns aspectos. Em sua curta trajetória escolar, formou 21 contadoras. Estas contavam com um currículo escolar técnico, um tanto complexo.<sup>13</sup> Assim, a atuação das ‘técnicas’ não estaria apenas restrita a contabilidade comercial, mas também a mercantil, a agrária, a industrial e a bancária. Todas frentes de atuação para a jovem contadora. E já que o cuidado com o patrimônio público ou privado é ponto importante para esta profissão, importante se fazia então o estudo da Matemática Financeira e Comercial, bem como Noções de Direito, Legislação Fiscal, Prática do Processo Civil e Comercial, etc, pois a atualização permanente sobre os códigos, as normativas e a legislação regida para o setor é de imprescindível importância tanto para quem presta o serviço, quanto para quem emprega o mesmo. O curso de contador só não teve continuidade na Escola Técnica de Comércio àquele momento porque, em nome de uma maior adequação ao Brasil de meados do século XX, a legislação havia regulamentado seu encerramento enfático no ano de 1946.

---

<sup>13</sup> Cf.: p.165.

E o curso de contabilidade da Escola Técnica de Comércio São José, que teve sua origem com o curso de contador, será o curso de maior permanência no período. Somente este curso formou, em toda a trajetória do período investigado, mais de 223 contabilistas, sendo este o maior contingente formado pela Casa, no período. Ao todo, são aproximadamente 280 jovens mulheres que se encontram aptas ao exercício profissional no comércio em diferentes frentes de atuação: do mais elementar como auxiliares de escritório, ao de especialização em curso técnico de nível secundário como contadoras ou contabilistas.<sup>14</sup>

Mas se a Escola Técnica de Comércio São José visava tanto o ensino profissional de jovens mulheres para as mais variadas funções na área comercial, como estaria efetivamente o comércio da cidade de Curitiba e no estado do Paraná para o acolhimento destas jovens no mundo do trabalho? Algumas considerações sobre o período, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, época em que se formaram as primeiras turmas da Escola.

De um lado, o Paraná sofria com o comércio interestadual que estava, de modo geral, muito fraco, no ano de 1948. A grave importação interestadual de produtos deu prejuízo ao estado. O montante do importado era quase três vezes maior que o valor arrecadado com a exportação dos produtos do próprio estado. Isto significava despesas e um desequilíbrio na balança comercial gerando um importante déficit, pois o ideal de 'exportar mais e importar menos' não teria sido o realizado. O valor arrecadado de Cr\$553.000,00 advindo da exportação de produtos do Paraná para outros estados, contra Cr\$1.301.000,00 da importação de produtos interestaduais, gerou uma diferença de Cr\$748.000,00 na balança comercial. O valor exportado era pouco se comparado ao estado de São Paulo - significava pouco menos de 250 vezes o montante arrecadado pelo estado de São Paulo (Cr\$131.528.000,00), e pouco menos de 215 vezes o valor aproximado ao que o mesmo houvera recolhido com a importação de produtos interestaduais (Cr\$282.443.000,00). A diferenciação do comércio interestadual

---

<sup>14</sup> O curso de contabilidade manteve-se na instituição até o encerramento das atividades educacionais da Escola, no ensino técnico comercial, em 1988.

entre Paraná e o maior estado financeiro do país, São Paulo, era assombrosa. Por outro lado, na capital paranaense, em Curitiba, as vendas mercantis (ou o ‘giro comercial’) nos municípios da capital – que viriam a conformar a região metropolitana da cidade de hoje –, apresentavam crescimento paulatino nos anos de 1947 a 1949, respectivamente: Cr\$2.211.986,00; Cr\$2.361.543,00; Cr\$2.921.134,00 – o que ainda estaria muito aquém do apresentado pela capital do estado de São Paulo no mesmo período (em 1947, Cr\$52.629.115,00; em 1949 Cr\$ 68.411.887,00), mas bastante próximo a outra capital brasileira importante, Belo Horizonte (em 1947, Cr\$3.119.103,00; em 1949, Cr\$4.136.706,00).<sup>15</sup> Este ‘giro comercial’ teria reflexos positivos no mercado interno da cidade de Curitiba.

O mercado atacadista, por exemplo, contaria, no ano de 1949, com 112 estabelecimentos na cidade de Curitiba e com um total de 2.340 pessoas nesta atividade, dentre os quais 380 eram mulheres. Deste número total de ativos (2.340), a distribuição entre as categorias de trabalho, sem diferenciação sexual, era a seguinte: 199 eram ‘proprietários ou sócios’ do estabelecimento, 833 eram ‘técnicos e administrativos’, 113 atuavam nos ‘transportes e comunicações’, 738 estavam em ‘serviços braçais’, 85 eram ‘viajantes e compradores’ e 372 ‘caixeiros e vendedores’ – as ‘380 mulheres’ citadas anteriormente estavam dispersas nestas funções. A distribuição destes trabalhadores e pequenos proprietários de estabelecimentos se daria da seguinte forma nos diferentes ramos de comércio atacadista da cidade: 56 deles em lojas de artigos de armarinhos; 460 em gêneros alimentícios, bebidas e forragens; 108 em louças, ferragens e material elétrico; 264 em máquinas e aparelhos de qualquer espécie; 52 em materiais de construção; 265 em matérias primas para a indústria; 206 em produtos químicos, farmacêuticos e de perfumaria; 62 em atacados de tecidos em geral; 743 em atividades mistas e outras; 8 em firmas exportadoras; 88

---

<sup>15</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p.308.

em escritórios de representações, consignações e conta própria; e 28 em estabelecimentos mistos e outros.

Tantas atividades e funções permitem compreender, por outro lado, as várias possibilidades de colocação profissional das alunas dos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José. Elas poderiam ser 'absorvidas' pelo mercado de trabalho até mesmo sem a conclusão dos cursos. Inclusive, isto poderia acontecer no período de inatividade da Escola, exatamente no recesso escolar: janeiro, fevereiro, julho e dezembro – este último, afora a 1ª semana para os exames finais. Coincidentemente, o mercado de trabalho acenava para esta possibilidade. Por exemplo, o setor atacadista. Os seus demonstrativos em relação às vendas informam que os melhores meses de faturamento destas empresas, nos anos de 1947 a 1949, em Curitiba, se referem justamente aos meses de fevereiro, julho e dezembro. Melhor faturamento para uma empresa é sinal de maior produtividade e mais trabalho, portanto, possibilidades de abertura de novos postos e funções aos quais poderiam se candidatar as jovens formandas ou as aspirantes a auxiliar de escritório, contadora ou contabilista.

Mas por que será que esta melhora no faturamento do comércio atacadista ocorreria justamente no período coincidente com o tempo de recesso escolar? É a cidade conformando 'os tempos escolares ao cotidiano social'<sup>16</sup>? É possível especular a respeito. O mercado atacadista caminha a par do mercado varejista, ou seja, se tem gente para o consumo de produtos em pequeno lote nas lojas (comércio varejista), por sua vez as lojas têm de estar preparadas para este consumo e, portanto, compram mais das lojas distribuidoras destes produtos (comércio atacadista). Os meses de fevereiro, julho e dezembro, considerados pelo comércio da capital como meses de melhor faturamento e pela Escola como meses de recesso escolar, estão submetidos a um calendário civil e religioso que tem nestes intervalos datas específicas: o Natal, o final de ano, o Carnaval, as 'férias escolares' como sinônimo de fruição

---

<sup>16</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educ. Pesqui.*, SP, vol.25, nº 2, p.127-143, jul./dez. 1999.

e de descanso... Estas mesmas datas marcam os maiores intervalos de recesso a que os trabalhadores assalariados desfrutaram na sua história de vida profissional. Dependendo do dia da semana em que é comemorado o Natal, pode-se ter um recesso do trabalho de mais 1 dia livre. A passagem de final de ano para um ano novo também poderia indicar um recesso maior que de outros momentos do ano. O Carnaval também poderia chegar a 3 dias de recesso no trabalho, ou mais. É a marcação de períodos de sociabilidades para os trabalhadores assalariados, tempo em que as pessoas têm para se encontrar, tempo de longos passeios, de concentração de pessoas nas ruas, no comércio, nas praças, nos cafés, nos chás, nos bares, nos restaurantes, tempo de encontros e de presentes, tempo de comprar e de gastar. É o tempo do comércio, e do comércio local. Da abertura de novos postos de trabalho para acolher todo o movimento deste período. É interessante observar que o mês de janeiro não entra no rol de melhores meses para o comércio já que é o mês de pagar (ou iniciar os pagamentos): alguns impostos e taxas, as compras parceladas no final do ano anterior, ‘os fiados’... Mas acima de tudo é o mês de trabalho. É o mês de retorno para uma longa jornada até o próximo recesso...

E as jovens que haviam recebido seus diplomas e mesmo as estudantes dos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio poderiam se beneficiar deste período. O salário mínimo mensal estipulado para a cidade de Curitiba na época era de Cr\$290,00 – a mais alta observada para o estado do Paraná.<sup>17</sup> Seu valor para uma jovem formada significaria certamente um bom começo - algo de ‘fechar o comércio’, como então se dizia na gíria popular. Mas, para efeito comparativo, qual o salário que os empregados no comércio recebiam no período? Veja. Em todo o país, no ano de 1948, havia um total de 575.765 comerciários recenseados. Destes, 470.519 eram homens (81,72%) e 105.153 mulheres (18,26%). A participação masculina como empregados do comércio era claramente majoritária em relação a participação feminina. E os salários mensais recebidos pelos

---

<sup>17</sup> O estipulado para Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Jacarezinho, Cambará, Londrina, Ribeirão Claro, Rio Negro e Irati, era de Cr\$260,00. Para as demais localidades: Cr\$210,00. (IBGE. op.cit., p.324)

trabalhadores tenderiam a considerar esta diferenciação que é tanto participativa quanto sexual mesmo. É o que apresenta a tabela 12 sobre as classes de salários percebidas pelos empregados no comércio no ano de 1948. A categorização por sexo permite localizar ainda a concentração tanto de homens como de mulheres nas diferentes faixas salariais:

**TABELA 12 – CLASSES DE SALÁRIOS PARA OS EMPREGADOS NO COMÉRCIO: BRASIL, 1948**

SALÁRIOS (Cr\$)		HOMENS		MULHERES		TOTAL	
1	Até 499	121.397	73%*	43.672	26%*	165.073	28%*
2	500 a 999	148.517	80%	36.318	19%	184.763	32%
3	1.000 a 1.499	81.718	87%	12.174	12%	93.794	16%
4	1.500 a 1.999	41.149	88%	5.201	11%	46.356	8%
5	2.000 a 2.499	31.341	92%	2.712	7%	34.066	5%
6	2.500 a 2.999	9.613	90%	988	9%	10.609	1%
7	3.000 a 3.499	9.364	93%	666	6%	10.031	1%
8	3.500 a 3.999	3.429	91%	314	8%	3.743	0%
9	4.000 a 4.499	3.681	92%	288	7%	3.972	0%
10	4.500 a 4.999	1.376	95%	70	4%	1.447	0%
11	5.000 a 5.499	3.285	95%	140	4%	3.426	0%
12	5.500 a 5.999	464	97%	12	2%	476	0%
13	6.000 a 6.499	1.452	96%	60	3%	1.512	0%
14	6.500 a 6.999	267	95%	12	4%	279	0%
15	7.000 a 7.499	497	96%	16	3%	513	0%
16	7.500 a 7.999	232	99%	2	0%	234	0%
17	8.000 a 8.499	510	96%	18	3%	528	0%
18	8.500 a 8.999	88	98%	1	1%	89	0%
19	9.000 a 9.499	233	97%	5	2%	238	0%
20	9.500 a 9.999	56	94%	3	5%	59	0%
21	10.000 e mais	1.359	93%	115	7%	1.474	0%
Sem discriminação		10.491	80%	2.366	18%	13.083	2%
<b>TOTAL</b>		<b>470.519</b>	<b>81%</b>	<b>105.153</b>	<b>18%</b>	<b>575.765</b>	<b>100%</b>

\* Valores aproximados ao apresentado na fonte. A diferença na somatória da percentagem corresponde a supressão deliberada dos décimos e centésimos.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p.329.

De modo geral, os salários mensais mais percebidos pelos comerciários variavam entre Cr\$500,00 até Cr\$999,00 (concentração de 32% de todos os comerciários do país), ou ainda menos, indo de qualquer valor a Cr\$499,00 (28% do total). É nesta faixa salarial, por exemplo, que se encontrava o maior número de trabalhadoras do comércio, eram 43.672 mulheres. Na faixa anterior, um pouco mais alta, se encontrava o maior número de

trabalhadores, representados por 148.517 homens. Em boa parte das faixas salariais mais altas, as mulheres se apresentavam bem abaixo do já mínimo 19% de participação – correspondente a segunda faixa salarial onde estava boa parte dos homens. Os homens dominavam percentual e perceptivamente todo o cenário comercial, embora as mulheres já se fizessem presentes em todas as faixas salariais, inclusive as mais altas.

Em síntese, a questão. Haveria trabalho para as mulheres estudantes ou formadas pela Escola Técnica de Comércio São José em Curitiba no período investigado? Sim, o encaixe profissional das jovens mulheres formadas pela Casa ou ainda estudantes era muito possível, ainda que fosse muito mais expressiva a participação masculina no comércio, inclusive percebendo, em maior número, as maiores faixas salariais.

As egressas dos cursos técnicos da Escola Técnica de Comércio contariam também, além dos serviços no comércio, com outra possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. A categoria de contadoras ou de contabilistas, logo que realizado os cursos comerciais, teriam garantido o registro de seus diplomas na Diretoria do Ensino Comercial, no Ministério da Educação e Saúde, o que as possibilitava lecionar nos cursos comerciais. No Paraná, no ano de 1949, houve 216 registros. Destes, 50 eram de contadores, 164 de guarda-livros (curso não ministrado pela Escola Técnica de Comércio São José) e técnicos de contabilidade, e 2 de secretariado (curso também não ministrado pela Escola neste período) e auxiliares de escritório. Será que nestes dados estariam inclusas formadas pela Escola Técnica de Comércio São José? Certamente. E não é preciso ir muito longe para localizá-las, trabalhando.

Uma das alunas da turma de 1944<sup>18</sup>, por exemplo, do curso de contador, vinda do interior do estado (Palmeira - PR), já estava trabalhando na própria Escola Técnica de Comércio São José no ano em que ali concluía o curso técnico de comércio, em 1946. Na

---

<sup>18</sup> A opção pelo sigilo dos nomes das alunas (com exceção das Irmãs e professores) foi tomada para evitar quaisquer possíveis constrangimentos às mesmas. Para a coleta de dados no CRC-PR e outras instâncias, considerou-se a modificação dos nomes das mulheres solteiras ao casarem e mudarem seu estado civil. Também, a possibilidade de homônimos.



ocasião, sua atividade educacional não estava diretamente relacionada à área de estudos de comércio, mas à outra que houvera se preparado antes. Era ela, professora do 4º ano do curso comercial básico de disciplina escolar de prática educativa: Educação Física. Em registros sobre a formação da professora, nos livros de verificação da escola, consta ser ela diplomada pela Escola de Educação Física de Curitiba. É possível que tenha trabalhado nos cursos posteriormente como professora da área comercial, afinal, para que cursar e concluir o curso técnico comercial, quem tinha para o magistério inclinação e uma ótima colocação?

Aproveitamento sem igual, de alunas dos cursos comerciais no próprio quadro da Escola Técnica de Comércio São José, ocorreu com as próprias religiosas que estudavam na Escola, as paranaenses: Ir. Alice Maria e Ir. Apoline, por exemplo. As duas religiosas tiveram grande participação na Escola Técnica de Comércio São José depois de concluídos os seus cursos comerciais. A Ir. Apoline, natural de São José dos Pinhais – PR, terminou o curso de contador, em 1945, com 25 anos de idade. Depois de formada, no ano seguinte, foi secretária da Escola e depois, professora. Em 1947, em seu primeiro ano como professora da Escola Técnica de Comércio, lecionou a disciplina Seminário Econômico para o 3º ano do último curso de contadoras formado pela Casa. A Ir. Alice Maria, natural de Curitiba – PR, teve trajetória inicial semelhante. Ao ser diplomada, juntamente com Ir. Apoline e outra religiosa que não seguiria os passos das mesmas, Ir. Alice Maria foi secretária da Escola Técnica de Comércio durante longo tempo (1947-1959) e também professora. Neste interstício, assumiria sua primeira gestão na direção da Escola Técnica de Comércio São José, tendo atuado em gestões posteriores entre as décadas de 1950 e 1960.

Exemplo curioso e inverso ao das religiosas citadas foi o de outra religiosa, Ir. Santa Clara. Desde 1946 ela lecionava nos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José. Naquele seu primeiro ano de atividades educacionais, lecionou as disciplinas de Português, Inglês e também de Religião, todas as disciplinas para as alunas do 4º ano do curso

comercial básico; e para as alunas do 1º ano do curso de contabilidade, lecionou Inglês. Ela continuou ainda um período lecionando na Escola até que a situação se inverteu: de professora à aluna da Escola Técnica de Comércio. Em 1953, a professora Ir. Santa Clara passava aos bancos escolares do curso de contabilidade vindo a colar grau no ano de 1955.

Para além da docência nos cursos comerciais, outra possibilidade de trabalho vislumbrada para as alunas dos cursos técnicos comerciais se daria estritamente em consonância à formação adquirida nestes cursos na Escola Técnica de Comércio São José. É que desde 1945, para exercerem a função de contadoras ou técnico em contabilidade em qualquer cidade do estado do Paraná, as egressas da Escola Técnica de Comércio deveriam proceder ao registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, CRC-PR - órgão máximo de regulação da profissão. Certamente, não eram todas as alunas que realizariam o procedimento, mas um bom número de egressas dos cursos comerciais da Escola pôde ser encontrado, como é possível observar:

**TABELA 13 – CONTADORAS E CONTABILISTAS FORMADAS PELA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC-PR (1945-1957)**

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>FORMADAS ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ</b>	<b>REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE</b>
CONTADORAS	21	6 (30%)
CONTABILISTAS	223	26 (12%)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>244</b>	<b>32 (13%)</b>

Fonte: LIVROS-ATA DE COLAÇÃO DE GRAU. Cursos técnicos e curso comercial básico. 1945-1957; CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. *Consulta ao cadastro geral*. Disponível em: <<http://scfweb.crcpr.org.br/spw/index1.htm>> Acesso: 22, 23 fev. 2005.

Das 21 contadoras egressas da Escola Técnica de Comércio São José, no período compreendido entre os anos de 1945 a 1948, 30% (ou 6 alunas) fizeram o seu registro profissional em órgão competente da classe e tornaram-se profissionais realizando o exercício da profissão em algum período de suas trajetórias de vida ou durante toda ela. Dentre as registradas e já comentadas, encontram-se: Ir. Alice Maria (turma de 1943), professora,

secretária e diretora da Escola Técnica de Comércio São José; e aluna da turma de 1944, professora da Escola enquanto concluía ali seus estudos. Outras 2 alunas da turma de 1944 e 2 da turma seguinte (1945), procederam o registro profissional enquanto contadoras. Mas também fizeram seus registros, muitas outras alunas. Da mesma forma, porém não de maneira tão intensiva quanto o fizeram as contadoras, das 223 egressas da Escola pelo curso técnico em contabilidade, apenas 12% (ou 26 alunas) realizou seu registro profissional, o que indica, como anteriormente, o exercício da atividade profissional ou, senão, a abertura oficial para o exercício da atividade de quase 3 dezenas de egressas do curso de contabilidade da Escola Técnica de Comércio São José. Turma de 1946 fez seus registros: 2 alunas. O maior número de registros consta da turma de 1947, a segunda do curso de contabilidade: 7 alunas. Turma de 1948: 1 aluna. Turma de 1949: 2 alunas. Turma de 1951: 1 aluna. Turma de 1952: 5 alunas. Turma de 1953: 2 alunas. Turma de 1954: 1 aluna. Turma de 1955: 5 alunas.

Do total geral, das 244 alunas formadas pelos cursos técnicos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José, no período compreendido entre os anos de 1945 a 1957, 13% ou 32 mulheres daquele contingente procedeu ao registro no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRC - PR. É um número pequeno em comparação a totalidade das matrículas nos cursos da Escola Técnica de Comércio, mas não deixa de ser representativo da intencionalidade deste grupo de mulheres: o trabalho.

Agora, ao lado desta possibilidade de inserção profissional regulamentar, havia ainda outras que não exigiriam o registro no CRC e que podem ter absorvido um número ainda mais significativo das concluintes dos cursos comerciais da Escola: o trabalho com as próprias famílias ou com ‘conhecidos’ nos pequenos comércios, indústrias, lojas, etc. Algumas alunas, de fato, conviviam em casa, com os pequenos negócios da família. O pai comerciante era o caso, por exemplo, de duas irmãs nascidas em Paranaguá e alunas das turmas de 1945 e 1946. Era também o caso de outra aluna natural de Paranaguá da turma de 1947; assim como, de

aluna natural de São Paulo da turma de 1953.

Afora as alunas com possibilidades reais de trabalho nos negócios familiares existiam outras que se arrisca considerar pelo sobrenome de suas famílias de origem como possivelmente envolvidas no ‘mundo dos negócios’. É o caso, por exemplo, de nomes de grandes casas de materiais de construção da cidade: uma já fechada, mas outra ainda em atividade e de longa data e que, no início do século XXI, se constituiu num grande grupo de empresas de vários segmentos na cidade de Curitiba. Ainda outro sobrenome lembra famosa fábrica de móveis para cozinha, hoje de atividade encerrada. E há ainda o que sugere a lembrança de uma grande indústria de chá. Interessante observar neste aspecto, que tais nomes apresentam participação intensa nos quadros discentes da escola. Poderia ser a formação de gerações de mulheres que entenderiam e, se necessário, saberiam lidar com os negócios da família? É possível.

Mas onde e como estariam as outras jovens mulheres das décadas de 1940 e 1950? Difícil localizá-las. Hoje, as ‘jovens senhoras’ se esvaem. Mas pouco a pouco, nomes encontrados aqui e ali são pistas (seguras?) que indicam como algumas delas viveram depois da formatura na Escola Técnica de Comércio São José.

Em situações bastante diversas surgem as egressas. Nos serviços públicos federais, por exemplo. Moradoras da capital paranaense, uma da turma de 1946 e outra da turma de 1949, puderam ser identificadas como pensionistas do Ministério da Fazenda, no Paraná. A realização de atividades ligadas a Auditoria Fiscal da Receita Federal é praticamente certa. O funcionalismo público federal foi um dos portos seguros destas mulheres no trabalho. Outras duas egressas da Escola continuam em atividade desenvolvendo trabalhos como representantes comerciais. A da turma de 1952 é representante de empresa de convites em Santa Catarina, e a da turma de 1955, como representante de empresa de modas, no Mato Grosso. Em Curitiba, 2 ex-alunas trabalham na área da saúde: uma delas, da turma de 1953,

alcançou anos atrás a chefia de um departamento da Secretaria da Saúde do Paraná. A outra, aluna de 1955, trabalhou como tesoureira de uma associação nacional ligada a saúde humana.

Desta forma, registradas ou não no CRC e mesmo sendo poucas as localizadas em situação de trabalho no comércio, se considerado o total de formandas das primeiras turmas da Escola Técnica de Comércio São José, essas mulheres não deixam de informar o êxito obtido como egressas da Escola na vivência profissional, em atividades muito próximas ao aprendido com os cursos técnicos comerciais.

Mas elas não foram encontradas somente em atividades ligadas ao trabalho. Outras egressas foram localizadas em atividades culturais, sociais, políticas e também religiosas. Uma das alunas da turma de 1953, por exemplo, é participante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cidade do interior de São Paulo. Outra, da turma de 1954, é responsável por uma associação de caridade de uma cidade do norte do Paraná. Para uma aluna da turma de 1944, a religiosidade tocava ainda mais forte encontra-se vivendo em mosteiro na cidade de Ponta Grossa – PR. Duas outras alunas, das turmas de 1948 e de 1953, saíram em campanha, na última eleição, para a vereança por suas cidades no Paraná e em Santa Catarina - mas não foi desta vez que conseguiram emplacar os votos necessários para ganhar a eleição. E por falar em voto, uma egressa da turma de 1955 brigou pelos direitos dos artistas, quando da Constituinte que resultou na Constituição de 1988.

Também foram encontradas aquelas que só aparecem eventualmente ‘estampando’ as páginas sociais ou promovendo eventos sociais. Uma egressa da turma de 1948, realizou há alguns anos um chá beneficente no Country Club Graciosa de Curitiba – local em que se reúnem as ‘socialites’ curitibanas. Em três momentos diferentes e períodos distintos, uma aluna da turma de 1951, aparece em ‘flashes’ nas festas da sociedade catarinense. Enquanto para outras, os flashes não representam sinal de promoção pessoal... mas o contrário. Escândalos de ordem tributária e pendengas com a justiça foram o pesadelo para duas ex-

alunas da Escola. Isso mostra que nem tudo ‘foram flores’ para as egressas da Escola.

Então, além de comerciárias, contadoras e contabilistas, as egressas da Escola Técnica de Comércio São José foram ainda funcionárias públicas, representantes comerciais, chefe de departamento de serviço público essencial, conselheira municipal, dirigente de associações de caridade, tesoureira, aspirantes a vereança, militante política, e outras se aprofundaram na sua própria existência (a monja), circularam pelas casas de chás, desfilaram por entre flashes e até por alguns escândalos... As ‘jovens mulheres’ de ontem, muitas delas hoje já mães, provavelmente avós, estão ainda em vários cenários, em todas as instâncias da sociedade e em todos os lugares em que a existência humana faz-se possível. O que mais há para incluir neste rol de inserção das mulheres no espaço público? Há uma outra questão...

Se hoje estas mulheres estão onde se encontram, com uma história de envolvimento em atividades fora de casa, com motivações as mais distintas que não somente o trabalho, seria este também o entendimento de que partilhariam desde o princípio dos estudos lá na década de 1940 e 1950? A questão não é menor. Pensar ‘retroativamente’ o tempo presente, para tentar enxergar algo lá do início do ‘tempo de escola’ e, mais especificamente da Escola Técnica de Comércio São José, é um exercício de compreensão sobre a iniciação da vida pública das mulheres, em especial, das alunas da Escola. Formulando melhor a questão: será que o cenário público, da vida fora do lar, era o objetivo destas mulheres desde o ‘tempo de escola’? Ou será que a escola, ela mesma, já não significaria esta iniciação das mulheres no cenário público?

Para responder a questão só mesmo com a ajuda de depoimentos de quem viveu aquele tempo, de quem ainda rememora o tempo passado, de quem ainda se disporia a enfrentar ‘a história e a memória’ do tempo vivido, por que “história e memória se opõem. A história é um pensamento do passado e não uma rememoração.”<sup>19</sup> Victória. Surge um nome,

---

<sup>19</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A memória colectiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.) *Para uma nova história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997, p.308.

alguém que rememora, uma possibilidade de entendimento destas questões? De um pouco da história? As lembranças de Victória, são importantes para se entender fragmentos daquele tempo passado, aqueles anos idos, e que já se vão em seis décadas. Victória é o nome fictício<sup>20</sup> para uma das primeiras alunas da Escola Técnica de Comércio São José quando este ainda era o primeiro projeto educativo das Irmãs de São José em Curitiba, quando ainda era o Instituto Comercial São José.

Da primeira turma do curso de contador, do ano de 1943, para depois de sessenta anos transcorridos, Victória é a única a oferecer algumas possibilidades (atrás de suas recordações e, também, de seus esquecimentos), de novos elementos para não uma, mas várias respostas: a mulher nas décadas de 1940 e 1950, a Escola e suas atividades, as expectativas das alunas sobre sua trajetória após os estudos comerciais. Então, por que Victória teria escolhido o curso comercial? E ela responde:

Na verdade eu queria fazer o curso colegial (termo da época), mas aí, meu pai achava que eu deveria continuar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajuru), onde eu sempre havia estudado. Minhas amigas iam fazer o curso normal no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (nome atual da Escola Normal). Assim, fui também para lá. Passei a morar no Colégio São José como pensionista. Minha família, na época, estava morando no interior do Paraná. Como pensionista do colégio, as irmãs logo me convidaram para ingressar no curso de contabilidade que estava sendo criado, eu concordei. Só isso. Por que? Talvez, porque vigia a idéia de

---

<sup>20</sup> A não identificação foi solicitada pela depoente, em 12 de fevereiro de 2005. O depoimento foi realizado mediante 3 questões gerais: 1. Por que a escolha do curso comercial e não do curso normal para os estudos em nível médio? 2. Impressões acerca da Escola Técnica de Comércio São José (o prédio escolar, a organização espacial e material da escola, a participação da comunidade do entorno do colégio) e do curso de contador (o cotidiano escolar, os professores, as alunas, as religiosas, as disciplinas escolares). 3. Expectativas após a conclusão do curso comercial (estudos e trabalho). Não se pretende, com o depoimento, realizar trabalho tendo como pressuposto o método da história oral, mas sim, um pouco daquilo que Ecléa Bosi realizou: *“nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.”* (BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1983, p.1)

que as moças deveriam ter um diploma para, “se um dia precisassem trabalhar”, poderiam apelar para o diploma. Este era então visto como um cheque em branco. Mercado de trabalho não era a maior preocupação, o importante era namorar e casar.

Victória aponta um desejo de estudar em outro lugar que não onde ela ‘sempre havia estudado’ - outro colégio das Irmãs de São José, em Curitiba.<sup>21</sup> Contrariando a orientação do pai, que afirmava sua permanência na mesma escola, Victória parte para outro lugar que não era, a princípio, o antigo Instituto Comercial São José, mas sim a Escola Normal, para onde iam suas amigas, mas também para onde ia boa parte das filhas de tradicionais famílias curitibanas e paranaenses<sup>22</sup> - o que corrobora com o entendimento do prestígio de que gozava a área educacional em relação à formação das normalistas na cidade. Sua família morava longe, enquanto ela, na capital, era pensionista do Colégio São José. Lá, foi convidada a participar dos novos cursos comerciais que estavam sendo criados, e aceitou. Seu depoimento não deixa escapar a expectativa na cidade em relação à necessidade das moças terem um ‘cheque em branco’ – nada mais apropriado em relação a uma especialização necessária a mão-de-obra da época - para o caso de ‘precisarem trabalhar’, pois o importante mesmo era ‘namorar e casar’.

A perspectiva do casamento, da vida no lar, do cuidado dos filhos e do marido, era a preocupação mesma das ‘mulheres dos anos dourados’.<sup>23</sup> O desejo dos pais para que as filhas encontrassem um ‘bom partido’ corresponderia ao sentido mesmo de dar à elas a formação mais apropriada para o cumprimento deste objetivo, portanto, a manutenção em instituição de ensino feminino, pautadas no aprendizado da polidez, como era o caso do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e das virtudes, como era a prática educativa das Irmãs de São José desde

---

<sup>21</sup> Cf.: 41; 56-57; 122.

<sup>22</sup> Cf.: IWAYA, Mírida. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>23</sup> BASSANEZI, Carla. op.cit., p. 607-639.



o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu – SP.<sup>24</sup>

E o mercado de trabalho também pairava no rol das preocupações das moças, só não era esta a maior das suas preocupações! Às jovens mulheres daquele período, afinal, era necessário um ‘cheque em branco’, um comprovante, ou pode-se dizer um ‘bilhete de passagem’ que assegurasse às moças a entrada no mundo do trabalho, uma entrada que exigiria uma qualificação das moças. E Victória, apesar de minimizar a preocupação, a encarna com grande seriedade já que realiza, ao mesmo tempo, dois cursos de ensino profissional: o de normalista e o de contadora – seus ‘dois cheques’ da década de 1940. Mas por que será que ela os entendia como cheques ‘em branco’? O cheque em branco é um risco para quem o emite. Neste sentido, será que arriscava com seu próprio destino? Professora ou contadora?

Em relação ao curso, Victória faz apontamentos intrigantes:

Não me parece que, na época, o curso de contabilidade fosse o carro chefe do Colégio São José. (...) O curso de contabilidade não tinha grande projeção e as alunas eram poucas. Os professores, hoje eu posso dizer, eram bons professores. Muito sérios. Os recursos disponíveis eram o giz e o talento. Um Professor, em especial, era figura de destaque: o Professor Ildelfonso Puppi. Quanto à integração com a comunidade [entorno da Escola], não havia. Essa filosofia, de modo geral, só prosperou mais tarde. O controle da frequência no curso de contabilidade era mais ou menos elástico, mas também não havia abusos. Tudo era muito tranquilo. (...) Não havia controle em relação à religião. A turma que se formou em 1945, no Colégio São José, era muito pequena.

Note a insistência quanto ao uso de ‘contabilidade’ apesar de sua formação ter sido em

---

<sup>24</sup> Cf.: PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação feminina numa instituição total confessional católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

curso de contador. Para Victória o curso ‘não tinha grande projeção’ e sua afirmativa é acompanhada da completa ausência de um dos elementos caros desta projeção no período: a construção do prédio escolar, do novo lugar onde teria aulas, e onde, como pensionista, repousaria e se recolheria ‘aos estudos *post-escolares*’.<sup>25</sup> Para Victória o importante talvez não fosse o quesito material (prédio, salas, ambiente, recursos), embora destacasse o pouco número de alunas do Colégio. Mas, aparentemente, em se tratando do começo de uma atividade educativa, o depoimento corre a parte deste sentido de início, de organização da instituição, das dificuldades que são enfrentadas para o seu transcurso, etc.

Por sua vez, o destaque é para a ação dos professores. Num colégio feminino, como seria a relação entre alunas e um quadro docente majoritariamente masculino e vice-versa? O depoimento de Victória não dá margens a outras interpretações. A ação educativa dos professores é afirmada de modo seguro. Eram ‘bons professores’, e logo em seguida, o reforço: ‘muito sérios’. Esta afirmação reforçada da ação correta dos professores sugere também uma ação moralizadora dos mesmos, estritamente voltada a função educacional do ensinar, com ‘o giz e o talento’ – onde estariam todos aqueles recursos das salas de aula e gabinetes? –, provavelmente, não caberia o envolvimento com as alunas a quem lhes devia retirar da condição de ‘não-saber’ para a de ‘saber’ - e a de saber um conhecimento caro ao público masculino.

A este respeito, ficam ainda algumas questões abertas. Devia ser uma relação interessante para os professores este contato com o ‘universo feminino’, as alunas, as religiosas administradoras da Casa e as religiosas professoras. E, ainda, certamente acostumados ao ensino dos ‘homens de negócio’ ensinariam ali eles às ‘mulheres de negócio’. Será que faziam adaptações do conteúdo e de suas estratégias de ensino para lidar com as classes femininas? O que deixariam de trazer do ‘universo masculino’, dos estudos das classes

---

<sup>25</sup> Cf.: p.81.

masculinas, para as femininas? E falando em estratégias e recursos didático-pedagógicos, será que havia tanto o quê ser apenas dito que sequer havia tempo para o uso de métodos diferenciados, dos recursos didáticos e da realização das ‘atividades coletivas’ que tanto era estimulado pelas instruções metodológicas dos programas das disciplinas escolares de Capanema?<sup>26</sup> O ‘giz e o talento’ centralizam bem a ação docente em sala de aula, e a ação das alunas? Tantas perguntas. Mas é bom lembrar que Victória foi aluna da 1ª turma, a de 1943, de um curso que se estruturava e passaria por algumas ‘turbulências’ até, pelo menos, 1946.

Ainda sobre os professores, Victória lembra o professor Puppi. Assim como outros, Puppi era também professor de faculdade da capital. É possível que a presença deste corpo docente altamente qualificado da instituição escolar, colaborasse primeiro para a projeção social do Colégio, e depois especialmente da Escola Técnica de Comércio São José. “Tudo era muito tranqüilo. (...) Não havia controle em relação a religião” diz Victória. E informa, a comunidade do entorno escolar não tinha acesso ao Colégio. Assim, pode-se deduzir que eram principalmente as alunas (algumas delas moravam nas cercanias, é bom lembrar) que faziam ‘a passagem’ do mundo exterior para o interior e vice-versa. É bom lembrar também que é esta a intencionalidade mesma que perpassa a construção de um prédio escolar fechado em si mesmo como um mundo a parte dos olhares e dos ruídos da comunidade maior em que está inserido, um lugar de compenetração e de conformação de outros costumes que, certamente, tornaram possível um controle (inclusive o religioso) “mais ou menos elástico” e o cotidiano “tranqüilo” da Escola lembrada. Afinal, moças (católicas ou não) bem educadas saberiam como se comportar e não cometer “abusos”.

Quanto às expectativas futuras, para depois da conclusão do curso comercial, Victória diz:

De 1945 a 1950, tive muita vontade de fazer uma faculdade, mas existia um empecilho (horrrível!). Tanto o curso normal como o de contabilidade eram cursos

---

<sup>26</sup> Cf.:150-153.

“finalizantes”. Não davam direito a que se candidatasse ao ingresso em curso superior. Para isso era exigido o curso “colegial”. Em 1950 casei e fui morar numa cidade do interior de São Paulo. Passaram-se 14 anos. (...) Pensei em dar aulas na cidade em que morava, mas o curso normal do Paraná não era reconhecido no Estado de São Paulo. Exigia-se adaptação. Tive dois filhos. A cidade em que morava era pequena, mas as pessoas eram dinâmicas e quase todas as mulheres (da minha geração) trabalhavam fora do lar, a maioria era professora.

Sua vontade de continuar os estudos esbarrou com as dificuldades de acesso ao ensino superior. Havia o antigo curso de administração e finanças e era sua única possibilidade de estudo depois do ensino técnico comercial. Somente no ano de 1945 é decretada a organização dos cursos superiores, porém a instalação destes cursos na cidade se daria em tempo bem posterior.<sup>27</sup> Então, Victória deu prosseguimento a sua vida pessoal. Casou, teve filhos, o tempo foi passando, e ela retomou os planos de trabalho: pensava em dar aulas – o que também faziam muitas mulheres de sua cidade, e ao que ela também estava habilitada.

É preciso fazer uma consideração aqui. Reafirmar que as décadas de 1940 e 1950 são períodos muito ambivalentes quanto a presença das mulheres no cenário público – de um lado a valorização da ‘rainha do lar’, de outro o ‘convite’ à participação das jovens em diferentes ações sociais e atividades produtivas.<sup>28</sup> Na área comercial, em todo o Brasil, essa é uma época em que a figura masculina é amplamente dominante; ainda assim, várias jovens mulheres depois da formatura nos cursos de contador e de contabilidade da Escola Técnica de Comércio São José, resolvem dar continuidade no espaço público ao exercício profissional para o qual foram preparadas em parte de sua juventude: o comércio. O que não será necessariamente contraditório com o fato de não muitas outras egressas terem tomado outros caminhos para suas trajetórias de vida: o magistério, as atividades culturais, a política, etc.

---

<sup>27</sup> Cf.: p.160.

<sup>28</sup> BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Afinal, se há de notar que, de uma forma ou de outra, prosseguiram na trajetória que lhes havia sido ensinada desde muito antes de entenderem o significado desta: a tríade família-maternidade-trabalho<sup>29</sup> foi cumprida a contento nas histórias das vidas aqui rapidamente destacadas. Além do casamento, do domínio do espaço doméstico, não abriram mão, em algum momento de suas vidas ou mesmo de toda ela, do trabalho. Mesmo que este tenha sido um projeto postergado ‘temporariamente’, a questão do trabalho esteve presente para estas mulheres que deixaram a Escola Técnica de Comércio São José.

E a este respeito, a Escola continuaria atenta em sua trajetória institucional na cidade de Curitiba. Passados vários anos, e no final da permanência da turma de 1955, na Escola, as Irmãs de São José dão início a uma ação educativa no ensino comercial que merece ser brevemente pontuada. Era a organização e criação do ‘Escritório-Modelo’ para que as alunas pudessem habituar-se mais rapidamente, e de forma concreta, às transações comerciais próprias de sua futura prática profissional.

O escritório-modelo nada mais é do que o centro de aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos [sic] nas salas de aula comum, utilizando-se para demonstração, de todos os documentos usados na indústria, comércio e bancos, bem como de equipamento moderno e uma sala ambiente onde os alunos sintam-se como se estivessem trabalhando numa empresa. (...) [Funcionam de maneira fictícia] dez empresas industriais e um banco. As empresas industriais contabilizam o custo da produção e as operações de contabilidade externa ou financeira. O banco opera somente com depósitos e retiradas, caução e desconto. Os alunos [sic] vão ao escritório-modelo uma vez por semana, sendo que neste dia há quatro aulas de cinquenta minutos para executarem os trabalhos. Cada empresa tem a sua contabilidade independente, trocando documentação entre elas e entre as firmas (...) bem como fazendo correspondência pedindo ou remetendo mercadorias. O escritório funciona como se fosse uma cidade, com empresas de quase todos os tipos de

---

<sup>29</sup> Cf.: p.112.

indústria e comércio, sendo que a firma construtora tem a finalidade de contratar e construir obras para as demais e a transportadora, de conduzir as mercadorias, expedindo conhecimentos ou vendendo passagens para as viagens dos diretores das empresas. A produção, viagens, mercadorias, são fictícias, é óbvio, entretanto, a documentação que corre entre as empresas é a que legalmente se usa na vida prática.<sup>30</sup>



**Figura 29: “Sala do Escritório Modelo”<sup>\*</sup>: Contabilistas [1958?]**

**Fonte: Arquivo C.S.J., Curitiba.**

O Escritório-Modelo logo se tornaria em ícone da e para a própria Escola Técnica de Comércio São José, inclusive recebendo felicitações *in loco* do diretor do Departamento de Ensino Comercial – D.E.C., do Ministério da Educação, ainda o Sr. Lafayette Belfort Garcia, em passagem pela cidade no ano de 1964. É a idéia da ‘Classe-empresa’ que é colocada em

<sup>30</sup> 8º CONGRESSO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO. *Dinâmica da Escola Primária e da Escola Média*. Contribuição do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Primário e Ensino Médio do Paraná. Salvador – Bahia, 5 a 12 de julho de 1964, p. 147-149.

<sup>\*</sup> Legenda original da fotografia.

prática pela Escola e a realização do chamado ‘sistema funcional’. Não somente esta ação do Escritório-Modelo marcaria a história da Escola Técnica de Comércio São José a partir da segunda metade dos anos 1950, como outras atividades correlatas também.<sup>31</sup>

O estreitamento das relações com o Diretor do Ensino Comercial do Ministério da Educação já contava de longa data. Afinal, era ele quem estava a frente da lide quando ocorreu a mudança da legislação educacional da reforma Campos para a Capanema. Prestigiada por Belfort Garcia e outras autoridades ligadas a educação, a Escola Técnica de Comércio São José se tornaria uma das três principais instituições particulares de ensino técnico comercial na capital paranaense, ladeada pela Escola Técnica de Comércio do Colégio Bom Jesus (1957), para o público masculino, e depois a Escola Técnica de Comércio do Colégio Novo Ateneu, para ambos os sexos. Outros projetos na Escola Técnica de Comércio São José aconteceriam ainda em princípio da década de 1960, como o Banco São José que chegou a ser constituído na Escola e realizava operações reais de depósito e pagamento de contas para as alunas, para os funcionários e para os professores do Colégio, ou mesmo o projeto de criação de uma Bolsa de Valores. Mas estas são páginas para outras histórias.

Antes, uma última questão para efetivamente concluir o capítulo! Que fez Victória depois de pensar em ‘dar aulas’?! Depois de ter aprendido o comércio (1943-1945) e as artes de ensinar, como normalista? Depois de ter casado, tido filhos e vivido uma parte da vida? (Veja seu depoimento na íntegra, anexo 11) Que ela mesma encerre este capítulo representando as alunas da Escola Técnica de Comércio São José, pois afinal, a discussão

---

<sup>31</sup> Em 1966, a convite do Diretor do D.E.C., a Escola Técnica de Comércio São José seria sede para ainda, outros dois cursos: o ‘Curso de Formação e Treinamento de Professores de Disciplinas Técnicas’ e o ‘Curso de Aperfeiçoamento de Organização e Mecanização da Contabilidade de Custo da Produção’, no ano seguinte.

aqui foi mesmo sobre os momentos singulares da vida delas após a formatura!

Então, que fez Victória, depois de pensar em trabalhar?

Passaram-se mais alguns anos e fui fazer parte [como aluna] (...) [de curso de graduação] recém-criado [na UNESP, em São Paulo]. Foi um curso muito especial. Fiquei na Faculdade como instrutora voluntária, e depois fui contratada por concurso público. Fiz doutorado direto na USP, viajei com bolsa de estudos duas vezes para a Europa (Portugal e Inglaterra). Fiz Livre Docência, concurso público para Professor Titular (História), tenho quatro livros publicados. Aposentei-me em 1995. Fui dar aulas em curso de pós-graduação de uma Faculdade particular na cidade de São Paulo. Lá trabalho até o presente momento, 2005.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Curitiba, novembro de 1942. É fundado o Instituto Comercial São José, o primeiro projeto educativo de ensino profissional feminino, em nível secundário, das Irmãs de São José no Paraná que já atuavam na área educacional – e não somente nesta área - na cidade e em outras localidades paranaenses. Em 1943, o Instituto Comercial São José passa a denominar-se Escola Técnica de Comércio São José, por força da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Foi este o único estabelecimento católico de ensino voltado à formação feminina em área técnica de comércio na cidade, nos anos de 1940 e 1950. Até meados da década de 1940, as instituições católicas de ensino feminino ainda se organizavam para a fundação de escolas normais. O magistério era o ponto alto para a formação da jovem mulher curitibana nas décadas de 1940 e 1950, então, por que jovens mulheres escolheram realizar seus estudos na área comercial – e como isso foi realizado em um estabelecimento católico de ensino? Foi para compreender um pouco desta história e procurar entender que oportunidades educacionais afora o magistério teriam as jovens mulheres curitibanas do período, que este estudo foi realizado.

A escola normal contava com boa aceitação das moças curitibanas e das filhas de famílias tradicionais da cidade que iam estudar no Instituto de Educação do Paraná, mas não raro, a demanda que afluía aos cursos comerciais da Escola Técnica de Comércio São José também contava com a participação de normalistas. Então era preciso pensar os cursos profissionais femininos não apenas em oposição entre si, mas em seus aspectos relacionais e assim observar, num contexto mais amplo, o que viria a colaborar para o surgimento de uma instituição escolar em modalidade aparentemente tão distinta de ensino profissional feminino à época. Neste sentido foi possível pensar sob várias perspectivas. A empregabilidade das normalistas, para usar termos mais atuais, poderia não estar a contento com as expectativas do

setor educacional da época e por isso a necessidade - inevitável lembrar a contribuição de Victória -, de mais um 'cheque em branco' para a inserção da mulher no mundo do trabalho. Este é um aspecto importante para pensar aquele tempo, mas não só ele.

O comércio, como setor produtivo, estava em franco desenvolvimento e caminhava a par das transformações socioeconômicas que incrementavam e diversificavam o setor industrial do país. E, neste período, não por mera coincidência, o ensino técnico comercial estava entre os mais difundidos ensinamentos profissionais de nível secundário em todo o país, notadamente para o público masculino. A década de 1930 foi o seu principal período de destaque o que muito colaborou a oficialização do ensino comercial com a reforma Campos (1931) - a mesma lei que regulamentou a profissão de contador.

Acompanhando, apesar das limitações decorrentes da Segunda Grande Guerra, os desenvolvimentos econômico, industrial e urbano da cidade de Curitiba, que muitos moradores alardeavam, nos primórdios da década de 1940, a cidade 'rumo ao progresso', o setor produtivo terciário (comércio e serviços), em vista destes acontecimentos, reservaria à mulher possibilidades de trabalho com certa especialização nas mais variadas funções, especialmente no atendimento de escritórios, no comércio e em serviços públicos - lugares onde outrora predominava a presença dos homens. Para as mulheres, as décadas de 1940 e 1950 significavam períodos muito ambivalentes: de um lado, o 'convite' à participação das jovens em diferentes ações sociais e atividades produtivas, e de outro a valorização da 'rainha do lar'. Elaboraões sobre o papel da jovem mulher do período que eram traduzidas na expectativa de sua participação no cenário público.

A Igreja Católica não tardaria em reconhecer estas mudanças e acompanhá-las, ao seu modo, na formação da juventude tal qual houvera feito anteriormente com a investida na instalação das congregações religiosas para a difusão dos colégios católicos. Mas neste caso, do ensino comercial, age na cidade isoladamente. É apenas uma congregação religiosa, a das

Irmãs de São José de Chambéry, que assume o ensino profissional feminino em área marcadamente masculina: o comércio - muito embora esta formação não prescindisse dos aspectos considerados 'propriamente femininos'. O alcance da ciência, da técnica e as transformações da vida em sociedade era algo para os quais os colégios católicos femininos teriam que voltar cada vez mais sua atenção, sem, contudo, abstê-los da religiosidade e da formação moral católica – os 'novos tempos' assim o exigiam.

Assim teve origem a Escola Técnica de Comércio São José cuja história foi marcada também pela considerável mudança/reviravolta deflagrada pela reorganização do ensino comercial de 1943, a chamada reforma Capanema. A legislação educacional deste ensino profissional, em seu bojo, acabou traduzindo conflitos em sua própria estrutura. Tais conflitos no 'olho da lei' geraram tensões e constrangimentos na sua execução e conseqüentemente na organização burocrática, administrativa e pedagógica da Escola. O diálogo permanente entre a legislação educacional das reformas Campos e Capanema com o cotidiano escolar da Escola Técnica de Comércio São José é, de fato, um dos principais focos do estudo realizado.

No cotidiano da Escola, todas estas mudanças se fariam perceber com intensidade: a presença do corpo docente predominantemente masculino dos cursos técnicos contrastando com a característica formativa de instituições congêneres (a formação de mulheres por religiosas); a introdução, ao menos a preparação, de um ambiente escolar consorciado a pedagogia moderna (o prédio escolar, os gabinetes das disciplinas escolares, os materiais didáticos, a biblioteca e os livros de leitura, etc), a conformação dos currículos escolares laicos que acatavam rigorosamente o demandado pela legislação educacional federal, entre outros aspectos.

A constituição da Escola Técnica de Comércio São José deu-se, então, na articulação de um momento histórico, nacional e local, específico e na conjugação de projetos educacionais que pretenderam responder as demandas da época: o das mudanças estruturais

da economia brasileira, o das mudanças culturais em relação a presença da mulher no trabalho (e nos trabalhos considerados masculinos), o das políticas públicas em educação e para o ensino profissional na década de 1930/1940, e mesmo o da estratégia política e afirmativa da Igreja Católica. Todas estas perspectivas permearam a existência desta instituição de ensino na cidade de Curitiba, bem como permitiram pensar sobre as motivações que pesaram sobre as escolhas das mulheres (ou de suas famílias) por este ensino diferenciado mediante o entendimento da oferta educacional à mulher do período.

A criação da Escola Técnica de Comércio São José, sem dúvida foi uma ação diferenciada em relação aos colégios congêneres do mesmo período na cidade. Tal situação contribuiu inclusive para a fixação educacional das Irmãs de São José em Curitiba com a oferta de um ensino diversificado para as mulheres: o comércio. Mas esta ação não seria pioneira na mesma congregação religiosa que em São Paulo já contava, pelo menos, com a Escola de Comércio de Santos. As Irmãs de São José no Paraná, no decorrer da década de 1940, além de constituírem a Escola Técnica de Comércio São José em Curitiba, fundaram também: uma Escola de Comércio em Castro - Paraná e a Escola de Comércio Aparecida, na cidade de Rio Caçador - Santa Catarina. Neste sentido, o ensino comercial pode ser considerado uma especialidade educacional das Irmãs de São José no Brasil.

Em contraposição aos propósitos da congregação, interessante observar, no contexto da formulação das legislações do ensino comercial do período, que os cursos comerciais técnicos não foram especialmente pensados à formação das mulheres. Isto estava bem claro, ao menos, para Francisco Campos, para quem a reorganização do ensino comercial em 1931 – e a conseqüente oficialização deste ensino no país –, projetava-se para ‘os futuros homens de comércio’ a quem cabia a realização de um grande destino:

A organização escolar foi feita para formar homens capazes de manejar as nossas empresas, participar do nosso progresso econômico e dirigir para os seus grandes

destinos a riqueza pública do Brasil. O ensino comercial tem, no Brasil, uma grande missão de aperfeiçoamento de métodos, de modos de trabalhar. Todos os processos da produção dependem dos processos dos que compram, vendem e distribuem e assim o ensino das diversas carreiras do comércio prepara o Brasil maior e mais próspero de amanhã. A reorganização do ensino comercial procurou aparelhar os futuros homens de comércio para a realização desse grande destino.<sup>1</sup>

Mas ‘o amanhã’ de Campos chegou logo e ‘o Brasil maior e mais próspero’ exigiu, na década seguinte, novas adequações para o sistema de ensino comercial. E Capanema estava certo de que sua reforma significaria o progresso almejado para o comércio nacional.

Creio poder assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> [presidente Getúlio Vargas] que, decretada a presente reforma, poderá o nosso ensino comercial, hoje já tão cheio de consideráveis realizações, conquistar maiores progressos e atingir a um aperfeiçoamento que o torne mais adequado às exigências da vida comercial e dos negócios administrativos do nosso país.<sup>2</sup>

Capanema, o ministro, também não guardava grandes expectativas de que as mulheres trilhassem a área comercial e tendia a percebê-las mais como secretárias.<sup>3</sup> Entretanto, em Curitiba, como em outras cidades brasileiras, as mudanças econômicas e socioculturais ‘atropelavam’ a lei que afinal é resultado mais visível de um longo processo de tensão e discussão social anterior. As transformações que ocorriam no mundo demandavam novas exigências (trazidas inclusive com a Segunda Grande Guerra). É nesse contexto da década de 1940 que as Irmãs de São José desenvolvem o ensino profissional de nível secundário para o público feminino – e ainda vão além. A instituição católica de ensino aprofundaria suas

---

<sup>1</sup> CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos: Decreto-lei n. 20.158 – 30 jun. 1931. In: NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil*. Curitiba, 1942.

<sup>2</sup> CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos: Lei Orgânica do Ensino Comercial. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957, p.9.

<sup>3</sup> Cf.: CAPANEMA, Gustavo. op. cit.

estratégias de participação da mulher no mercado de trabalho inclusive antecipando a vivência comercial de suas jovens alunas na própria instituição ‘construída para tal fim’, simulando atividades próprias do exercício da profissão – com o Escritório Modelo, cooperando para o exercício pessoal das ‘obedientes, porém independentes’ alunas.

A tensão dos projetos educativos em torno da educação profissional destas mulheres e do ensino comercial no país é o eixo sobre o qual se desenrolou o presente trabalho. Entender porque as mulheres estudaram na Escola Técnica de Comércio São José foi a linha condutora de toda a presente argumentação. Entendimento só possível se considerada a transformação da urbe e como suas mudanças conferiram às cidadãs a possibilidade de uma formação profissional em área originariamente pensada e regulada para o ‘homem de negócios’. É na Curitiba que se transforma, nas alterações que se processam especialmente a partir da década de 1940, que a Igreja Católica se apresenta adequando-se às mudanças estruturais da sociedade para continuar a formação de mulheres cultas, polidas, virtuosas para o lar, mas também para o trabalho. Um novo campo de ação destas mulheres católicas que seriam formadas para o comércio, para a lide dos negócios e do erário público e privado. O dinheiro, visto como propriedade e símbolo da masculinidade e do domínio masculino, passa também, pouco a pouco, a outras mãos. É a emergência daquele tempo que permite compreender o engajar da jovem mulher no comércio, em Curitiba, nas décadas de 1940 e 1950. Espaços públicos que se tornam possibilidades de ação da jovem mulher no cenário do trabalho e de sua própria profissionalização. À tecelã e à professora soma-se a comerciária, a contadora e a contabilista.

## FONTES

### DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Álbum escolar: Cruzada Eucarística Infantil (1948-1960).

Circulares intra-escolares: avisos, informes, convites, etc (1943 a 1960).

Correspondência entre a Escola Técnica de Comércio São José e a Divisão do Ensino Comercial/M.E.S, Curitiba – Rio de Janeiro (cópia dos telegramas oficiais, 1941 a 1945).

Diários de classe (1942 a 1957).

Fotografias escolares (1941 a 1961).

Histórico do Instituto Comercial São José: 1942.

Jornais escolares: *PAX*, 1942; *O SÃO JOSÉ*, 1952.

Livros-ata de matrícula (1942 a 1955).

Livros-ata de colação de grau (1945 a 1957).

Pasta Atos Legais (1929 a 1955).

Pasta Implantação da Pré-escola: 1979.

Pastas individuais com documentação das alunas, arquivo: 1 a 350.

Pasta Rascunhos dos Primeiros Papéis Expedidos ao Rio Pedindo a Criação do Instituto Comercial São José: 1942, 40f.

Regimento Interno da Escola Técnica de Comércio São José: 1943.

Regimento Interno do Ginásio São José: 1948.

Regimento Interno do Instituto Comercial São José: 1942 e 1943.

Relatório de Verificação Prévia do Instituto Comercial São José: 1943.

Relatório de Fiscalização do Instituto Comercial São José: 1943 a 1944.

Relatórios de Verificação da Escola Técnica de Comércio São José: 1944 a 1946.

Relatório de Verificação do Ginásio São José: 1948.

Relatório de Verificação do Curso Técnico de Contabilidade: 1956.

Relatório do Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Fichário - cópias, 1942-1958).

### DOCUMENTOS OFICIAIS

ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO. São Paulo: Ed. Lex Ltda, ano 1931.

BOBBIO, Pedro Vicente. (Org.) *LEX – Coletânea de legislação federal e marginalia*. Anos IV, VII, IX. São Paulo: Ed. Lex Ltda, 1940, 1943, 1945.

BRASIL. *Decreto-lei nº 9.295 - 27 maio 1946*. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências. D.F.: D.O.,28/5/ 1946.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.988* - 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. In: BOBBIO, Pedro Vicente. (Org.) LEX – *Coletânea de Legislação Federal e Marginália*. Ano IX, São Paulo: Ed. Lex, 1945, p. 484-487.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 7.637* – 12 jun. 1945. Declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 14 jun. 1945.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 6.141* - 28 dez. 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez.1943.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 6.142* - 28 dez. 1943. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez.1943

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 5.452* - 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Distrito Federal, RJ.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 4.244* – 9 abr. 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Distrito Federal, RJ.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n. 2.028* – 22 fev. 1940. Institui o Registro Profissional dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar, dispõe sobre as condições de trabalho dos empregados em estabelecimentos particulares de ensino e dá outras providências. In: BOBBIO, Pedro Vicente. (Org.) LEX – *Coletânea de Legislação Federal e Marginália*. Ano IV, São Paulo: Ed. Lex, 1940, p. 78-81.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 1.535* – 23 ago. 1939. Altera a denominação do curso de perito-contador e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 25 ago 1939.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 20.158* – 30 jun. 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências. Distrito Federal: Diário Oficial, 9 jul. 1931.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 22.285* - 16 dez. 1946. Suspende comemorações escolares durante os períodos letivos e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 18 dez. 1946.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 14.373* - 28 dez. 1943. Aprova o regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez. 1943.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 21.033* – 8 fev. 1932. Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 13 fev. 1932.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 17.329* - 28 maio 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 15 jun.1926.



BRASIL. *Portaria n° 2* - 3 janeiro 1955. O Ministro de Estado da Educação e Cultura, de acordo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n. 14.373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir, para observância obrigatória nos estabelecimentos de ensino comercial oficiais, equiparados e reconhecidos, o anexo programa de Prática Jurídica Geral e Comercial e as respectivas instruções metodológicas para o curso Técnico de Contabilidade. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 7 jan. 1955.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 926* - 3 set. 1951. Expede os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História administrativa e econômica do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 13 set. 1951.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 732* - 11 julho 1951. Expede os programas de Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, Caligrafia, Datilografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercantil e de Economia Doméstica e respectivas instruções metodológicas, para o curso comercial básico. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 24 jul. 1951.

\_\_\_\_\_. *Portaria ministerial n° 469* - 7 ago 1946. Expede o programa de Matemática e respectivas instruções metodológicas, para os cursos comerciais técnicos. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 12 ago 1946.

\_\_\_\_\_. *Portaria ministerial n° 297* - 30 abril 1946. Expede os programas de Merceologia e respectivas instruções metodológicas, para os cursos de comércio e propaganda e contabilidade. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 9 maio 1946.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 21* - 14 jan. 1946. Dispõe sobre a limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino comercial e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 22 jan. 1946.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 52* - 28 jan. 1946. Expede os programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 12 fev. 1946.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 559* - 16 nov. 1945. Expede instruções para execução do que dispõe o Decreto-lei n. 7.637, de 12 de junho de 1945, com a nova redação que lhe deu o Decreto-lei n. 7.795, de 30 de junho de 1945. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 29 nov. 1945.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 169* - 29 maio 1939. Extingue a atual Diretoria Geral de Educação e incorpora os seus serviços à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública; organiza nessa Secretaria a Diretoria Nacional de Educação; dispõe sobre os serviços de fiscalização dos institutos de ensino superior e dos estabelecimentos de ensino comercial e secundário, e dá outras providências. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 2 jun. 1939.

\_\_\_\_\_. *Resolução Conselho Federal de Contabilidade n° 560* - 28 out. 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. Distrito Federal, Brasília.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos: Lei Orgânica do Ensino Comercial, 1943. In: VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957, p.5-9.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos: Decreto-lei n. 20.158 – 30 jun. 1931. In: NIEPCE DA SILVA, Ayrton. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Guairá, 1942.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PARANÁ. *Estatística do Ensino Médio: ano de 1957*. Curitiba, n.37, 1958.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ. *O Ensino*. Ano 1. n. 2 Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1922.

\_\_\_\_\_. *O Ensino*. Ano 2, n. 3 Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1921.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 11, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 8, 1947. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITYBA, Directoria de Obras e Viação, Secção de Obras. *Alvará n° 33*. Curityba, 22 de janeiro de 1929. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)

VIEIRA, Francisco de Assis. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957.

## **PERIÓDICOS**

ELO. *Irmãs de São José de Chambéry: 100 anos de presença no Paraná*. Curitiba, Paróquia Bom Jesus dos Perdões, ano 26, no 1, fev. 1996.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de mar. 1943, p.4.

LAURA MECK [HECK], Ir. *Colégio São José*. In: BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. *Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo*. Curitiba, v. 23, num. 119, dez. 1996, p.41.

PUPPI, Ildelfonso Clemente. Uma grata reminiscência. *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba, ano 9, n. 69, p.8-10, dez. 1982.

REVISTA IRMÃS DE SÃO JOSÉ, Federação Francesa. *Para além de todas as fronteiras*. Tradução de Ir. Odila A. de Queiroz, Província de São Paulo. Brasil: Ed. Loyola, 1998.

UM POUCO DE HISTÓRIA: história das Irmãs de São José. *Jornal São José*, dez. 2000.

## LIVROS

FEDALTO, Pedro. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, s.d. [1958?].

LOUIS MARIE SILVESTRE. Ir. *Irmãs de São José de Chambéry: 1650-1985*. Roma: 1985.

MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX, Dom. Influência da Religião no Paraná. In: FEDALTO, P. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, p.187-191, s.d. [1958?].

8º CONGRESSO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO. *Dinâmica do Ensino Médio (Curso Colegial Comercial)*. Contribuição do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Primário e Ensino Médio do Paraná. Salvador – Bahia, 5 a 12 de julho de 1964, p. 139-157.

PASTORAL COLETIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre apud AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994, p.55.

PAULO VI. Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, 8 de dezembro de 1965 apud JOÃO PAULO II. In: *Catecismo da Igreja Católica*. Petrópolis: Vozes, 1993. p.8.

SILVA, Aryon Niepce. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Guairá, 1942.

\_\_\_\_\_. *Páginas da história*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1943.

VELLOZO, Dario. *Obras I*. Curitiba: Instituto Neo-Pitagórico, 1969.

## DEPOIMENTO

VICTÓRIA, Turma de 1943.

Depoimento cedido à autora em 12 de fevereiro de 2005.

**BIBLIOGRAFIA**

ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs.) *Coletânea gênero plural* – um debate interdisciplinar. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

ALGRANTI, Leila Mesan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. SP: UNESP, 1998.

ANDRADE, Maria Lúcia de. *Educação, Cultura e modernidade: o projeto formativo de Dario Vellozo (1906-1918)*. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. (Orgs.) *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002.

ARCHANJO, Léa Resende. *Gênero e educação: relações de gênero no Colégio Estadual do Paraná (1950-1960)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

\_\_\_\_\_. Ser mulher na década de 50: representações sociais veiculadas em jornais. In: TRINDADE, Helvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne. (Orgs.). *Mulheres na história: Paraná – séculos 19 e 20*. Curitiba: Ed. da UFPR, Departamento de História, Cursos de Pós-Graduação, 1997, p. 157-172.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Ed.). *História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, Michelle Perrot (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no imaginário católico: da ação católica à teologia da libertação*. São Paulo: Annablume, 2000.

AZANHA, José Maria Pires. Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisa. *Revista USP: dossiê educação*, São Paulo, n.8, p.65-69, dez.-fev., 1990-1991.

AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católicos no Brasil; 4)

BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. [1955] In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.) *Un mazzolino de fiori*. v.1. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p.27-65.

\_\_\_\_\_. Presenza di comunità dialettali italiane in Brasile: aspetti sociali, economici e demografici. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.) *Un mazzolino de fiori*. v. 3. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 407-453.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. (Orgs.) *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, 4 volumes.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.607-639.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.103-141, 2001.

\_\_\_\_\_. Mulher virtuosa, quem a achará? O discurso da Igreja acerca da educação feminina e o IV Congresso Interamericano de Educação Católica (1951). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 2, p.117-136, jul.-dez., 2001.

\_\_\_\_\_. *Igreja e poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)*. São Paulo, 1999. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, v. 1 e 3.

\_\_\_\_\_. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BERBERI, Elizabete. *Impressões*. A modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba, 1996. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo – 1891-1925. Campinas: Publicações Centro de Memória Unicamp/UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. O futuro ameaçado: a preocupação com a descendência nos jornais operários. São Paulo, início do século XX. In: SEIXAS, J. A. de; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p.237-257.

BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça do futuro: os descendentes. In: *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo, 1891-1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997, p. 125-168.

\_\_\_\_\_. As transformações urbanas na imprensa operária: São Paulo na virada do século XX. In: RIBEIRO, Luís César de Q.; PECHMAN, Robert. (Orgs.) *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.81-94.

BOLETIM INFORMATIVO da Casa Romário Martins. *Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo*. Curitiba, v. 23, num. 119, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial*. Curitiba, v. 22, n. 107, out. 1995.

\_\_\_\_\_. *Os franceses em Curitiba*. Curitiba, v. 16, n.84, jul.1989.

\_\_\_\_\_. *Mère Júlia do Cajuru*. Curitiba, ano 9, n. 69, dez. 1982.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. *História hoje*, Ponta Grossa, v.1, n. 2, dez. 2003.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. *Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba: 1925-1965)*. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, 1996. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. O ensino secundário em um colégio de origem francesa no Brasil. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. (Orgs.) *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p.173-187.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1983.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.) *Passados recompostos: cantos e canteiros da História*. Tradução de Marcella Moratara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. FGV, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*. v.5, n.8/9. SP, p. 35-68, set. 1984 - abr. 1985.

BRITES, Olga. *Infância, trabalho e educação*. A Revista Sesinho (1947/1960). Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

BURMESTER, Ana Maria. (Org.) *Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução: Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. *Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CAMPOS, Névio de. *Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*. Curitiba, 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Papirus: Campinas, 1998.

CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. *Igreja Católica e educação feminina em Santa Catarina: a trajetória do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a formação de professores – Canoinhas (1921-1956)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_. *O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p.29-35, nov. 1989.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre*

práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 121-161.

CHÂTELET, Anne-Marie. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 à 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Igreja Católica, educação feminina, e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960)*. Curitiba, 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

ClAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo*. Rio de Janeiro: Moderna, 1933.

COLÉGIO SANTOS ANJOS, Varginha – Minas Gerais. *Congregação*. Disponível em: <<http://www.colegiosantosanhos.com.br>> Acesso em 04 jan. 2005.

COLÉGIO SÃO JOSÉ, Santos – São Paulo. *Histórico*. Disponível em: <<http://agenda.saojosecolegio.com.br/historico/historico.php>> Acesso em 4 jan. 2005.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. *Consulta ao cadastro geral*. Disponível em: <<http://scfweb.crcpr.org.br/spw/index1.htm>> Acesso: 22, 23 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. *Profissionais ativos registrados no CRC*. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/novo/registro/estatisticas.php>> Acesso em: 23 set. 2004.

\_\_\_\_\_. *Presidentes do CRC-PR*. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/novo/registro/estatisticas.php>> Acesso em: 23 set. 2004.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na Poesia Infantil de Olavo Bilac*. Curitiba, 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

CORRÊA, Rosa Lydía Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano 19, n.52, p.11-24, nov. 2000.

CORREIA, Ana Paula Pupo. História & arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso (1943-1953). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/PR, 9, 2004, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: UEPG, 2004. (CD-ROM)



CUNHA, Célio. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez; A.A., 1981.

CUNHA, Luis Antonio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. A montagem do ensino técnico industrial. In: *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2000, p.111-149.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação feminina numa instituição total confessional católica*: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CURY, Carlos Roberto Jamyl. *Ideologia e educação brasileira*. SP: Cortez & Moraes, 1978.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. SP: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.217-235.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p.223-240.

DICIONÁRIO DE EDUCADORES NO BRASIL. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002, p.296-300.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1986, p.192-194.

DUARTE, Otávio; GUINSKI, Luiz Antonio. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte, 2002.

EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, Ed. da UFPR, n. 18, 2001. (Dossiê História da Educação, Serlei Maria Fischer Ranzi e Marcus Levy Albino Bencostta, organizadores)

ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade: a*

arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

\_\_\_\_\_. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.89-125.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, SP, v.30, n.1, p.139-159, jan.-abr. 2004.

\_\_\_\_\_; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.) *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.117-136.

FÁVERO, Osmar. (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. As décadas de 1940 e 1950 – anos dourados. In: *Mundo rural e Geografia*. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. SP: UNESP, 2002, p.187-234.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: Ed. José Olympio, 1993.

FONSECA, Thaís Nívia de L. e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de L. e (Orgs.) *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.49-75.

FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa; PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. *Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GANDINI, Raquel. *Intelectuais, estado e educação*: revista brasileira de estudos pedagógicos, 1944-1952. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas*: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945. Curitiba, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GONÇALVES, Marcos. *Os arautos da dissolução*: mito, imaginário político e afetividade anticomunista. Brasil, 1941-1947. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

GOUVEA, Regina Rotemberg. *Comunidade judaica de Curitiba*: 1889-1970. Curitiba, 1980.

HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. *Trabalhadores*. Campinas, n. 3, p.2-15, 1989. (Imigrantes)

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Francesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES. Curitiba, Ed. da UFPR, ano 18, n. 34, jan./jun. 2001. (Dossiê Gênero e História, Ana Paula Vosne Martins, organizadora)

IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução*: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p. 9-45, 2001.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1998, p.42-47.

\_\_\_\_\_. As fontes fotográficas e os estudos históricos. In: *Fotografia & História*. 2. ed. revisada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.53-59.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial *Obra getuliana*. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000. p.103-143.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Afrontamento, p.505-543.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Tradução: Suzana F. Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 535-549.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, Lílian Ianke. *Instituto Politécnico Estadual: o ensino profissionalizante entre práticas e representações*. Curitiba, 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Prendas e antiprendas: Uma escola de mulheres*. RS, Ed. UFRGS, 1987.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.443-481.

\_\_\_\_\_. Educação e gênero: a escola e a produção do masculino e feminino. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. *Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano escolar*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

MALUF, Marina; MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F.A. (Dir.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v.3 Nicolau Sevcenko (Org.) p.368-421.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919) – Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

MARCHETTE, Tatiana D. *Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça. Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.23, n.59, p.57-78, abr. 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha: a aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes da Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MENEZES, Maria Cristina (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. *A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expressão do movimento*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. *Educar em Revista*, Curitiba, n.10, p.81-89, 1995.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução 'Popular' e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.) *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Ed. da USP, 2001, p.169-204.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Tradução de Ana V. Fuzatto. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Além da Indústria Têxtil: o trabalho feminino em atividades 'masculinas'. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. (Org.) *A mulher no espaço público*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.9, n.18, p.83-98, ago. 1989.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília. São Paulo, 1989. 333f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUSEU DO COMPUTADOR. *História do Teclado, Introdução*. Disponível em: <<http://www.museudocomputador.com.br/enciteclado.php>> Acesso em 26 fev. 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. 2 ed. RJ: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. et al. *Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

NATALENSE, Maria Liana. *Dia Nacional da(o) Secretária(o)*. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br/dia.htm>> Acesso em 26 fev. 2005.

NEGRÃO, Ana Maria Mello. *Infância, educação e direitos sociais: 'Asilo de Órfãs' (1870-1960)*. Campinas, 2002. 350f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-46.

NUNES, Clarice. O estado novo e o debate educacional nos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 27-40.

\_\_\_\_\_. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 371-398.

OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*. São Paulo, 1994. Tese. (Doutorado em História da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

OLIVEIRA, Milton Ramon P. de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Museu da escola: uma leitura em aberto. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p.265-286.

PEREIRA, Luís Fernando L. *Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Afrontamento.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. SP: Ed. da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Mulheres. In: *Os excluídos da história*. RJ: Paz e Terra, 1988, p.167-231.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. *O espanhol como disciplina escolar no Paraná: 1942-1990*. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. História, memória e ensino de espanhol (1942-1990). In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (Orgs.) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.255-298.

PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC/INEP, Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar (CILEME), 1954.

\_\_\_\_\_. *Problemas de educação*. Curitiba, 1966.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Histórico da PUC-PR*. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/template.php?codlink=1&&codigogruppo=1>> Acesso em: 2 fev. 2005.

PUPPI, Ildefonso Clemente. *Fatos e reminiscências da Faculdade – Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986.

QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha*. Curitiba: CEFET-PR, 2001.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Maria Lúcia B. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos.” *A profissionalização feminina durante a atuação da CBAI [Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial] na Escola Técnica de Curitiba (1946/1962)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal, *Anais...* Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002. (CD-ROM)

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Tradução de Carlos Eduardo Vieira. *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.13-28, 2001.



RAGO, Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.578-606.

\_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar*. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4 ed. RJ: Ed. FGV, 2001.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Vestígios da educação feminina no século XVII em Portugal*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

\_\_\_\_\_. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.79-94.

\_\_\_\_\_. *A educação da mulher no Brasil-Colônia*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

\_\_\_\_\_. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória colectiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.) *Para uma nova história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997, p.307-334.

\_\_\_\_\_. Introdução. Um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.) *Para uma nova história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997, p.11-22.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 25ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.205-224.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema. In: *Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. A Revolução de 30. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

\_\_\_\_\_ ; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p.63-95.

SINGER, Paul; MADEIRA, Felícia. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Caderno 13. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. Curitiba, 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Marco A. Algumas reflexões sobre a lei e a legislação como fontes de pesquisa para a história da educação. In: LOPES, Ana A. B. de M. et al. (Org.) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p.118-126.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpeng. *A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso*. Curitiba, 1930-1942. Curitiba, 2003. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. (CD-ROM)

\_\_\_\_\_. *Curso Comercial Colégio Progresso*, texto inédito, maio 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.75-101, 2001.

\_\_\_\_\_. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.25, nº 2, p.127-143, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane Soares de. *O Legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998, p.20-62.

STERN, Íris. *As campanhas de prevenção às doenças e sua ação educativa*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOFOLI, Therezinha E. *Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia” (1951-1978)*. Presidente Prudente, 2003. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

\_\_\_\_\_. *Clotildes ou Marias – Mulheres de Curitiba na Primeira República*. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Paula Vosne. (Orgs.) *Mulheres na História: Paraná séculos 19 e 20*. Curitiba: UFPR. Departamento de História, 1997.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança para menor*. Curitiba – início do século XX. Curitiba, 1998. 254f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA. *Histórico da FEA*. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/eac/fea/decada\\_40.asp](http://www.eac.fea.usp.br/eac/fea/decada_40.asp)> Acesso em 1º fev. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curso de Economia. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/home/apresentacao.htm>> Acesso em 2 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. Curso de Ciências Contábeis. *A profissão do Contador*. Disponível em: <<http://www.contabeis.ufpr.br/gradua%E7%E3o/contador.htm>> Acesso em: 2 fev. 2005.

URBAN, Maria de Lourdes. *O Colégio Rainha dos Apóstolos na Vila Monumento de São Paulo (1944-2000)*. Campinas, 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.6, p. 68-96, 1992.

VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: *A escola secundária: modelos e planos* (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003, p.27-35.

\_\_\_\_\_; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. (Orgs.) *A escola secundária: modelos e planos* (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_; LORENZ, K. M. (Orgs.) *Programa de ensino da escola secundária brasileira, 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920 e 1930. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.) *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p.187-211.

\_\_\_\_\_. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira. et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.497-517.

\_\_\_\_\_; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.) *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Marília P. de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.205-224.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. *Educar em Revista*, Curitiba, n.18, p.53-73, 2001.

\_\_\_\_\_. Erasmo Pilotto. In: FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs.) *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002, p.296-300.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Las Autobiografías, memórias e diários como fuente histórico-educativa: tipología y usos. *Teias*, Rio de Janeiro, n.1, p.82-97, jan.-jun. 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). *Un mazzolino de fiori*. v.1, 2 e 3. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**LISTA DE ANEXOS**

ANEXO 1 – ESTABELECIMENTOS PARTICULARES EM CURITIBA: 1880-1895. . .	255
ANEXO 2 – ESTABELECIMENTOS PARTICULARES EM CURITIBA:1896-1901. . . .	256
ANEXO 3 - ANÚNCIO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ: GAZETA DO POVO, 1943.....	257
ANEXO 4 - RELAÇÃO DOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ: 1942 e 1956.....	258
ANEXO 5 –HORÁRIOS DAS AULAS DOS CURSOS COMERCIAIS: ANOS LETIVOS DE 1943 a 1948. ....	262
ANEXO 6–PROGRAMA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DO CURSO DE CONTADOR, 1943.....	268
ANEXO 7 –LISTA DE PONTOS DOS EXAMES DE ADMISSÃO PARA O CURSO COMERCIAL BÁSICO DE 1944. ....	270
ANEXO 8 –PROGRAMA OFICIAL PARA OS EXAMES DE ADMISSÃO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO. ....	274
ANEXO 9-COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ NOS PRIMEIROS ANOS DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1943-1946). ....	276
ANEXO 10-ANUIDADES DOS CURSOS COMERCIAIS NO PRIMEIRO QÜINQÜÊNIO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ. ....	279
ANEXO 11-DEPOIMENTO DE VICTÓRIA: ALUNA EGRESSA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ. ....	280

## ANEXO 1 – ESTABELECIMENTOS PARTICULARES EM CURITIBA: 1880-1895

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	PERÍODO	CLIENTELA
Colégio São José (José Cupertino)	1880-1899	Mista
Escola Alemã ( <i>Deutsch Schule</i> Communa Alemã) – depois ‘Colégio Progresso’ (1922), mais tarde, ‘Escola Técnica de Comércio anexa à Fac. de Direito da Universidade do Paraná’(1943); atualmente, ‘ETFPR’	1884	Mista
Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná	1885	Mista
Colégio Moderno	1885-1924	Mista
Colégio Saldanha	1888-1894	Feminina
Colégio Nossa Senhora da Glória	1889-1890	Feminina
Colégio Nossa Senhora da Luz	1889	Mista
Colégio Particular Professor Cleto (De 1889 a 1899 era a ‘Escola dos Bons Meninos’)	1889-1906	Mista
Escola Particular do Prof. Jerônimo Durski	1889-1890	Mista
Colégio Nossa Senhora da Conceição	1890-1910	Não identif.
Escola Americana (De confissão presbiteriana. De 1928 em diante Colégio Belmiro César)	1892	Mista
Colégio Noturno Treze de Maio (Sociedade Treze de Maio)	1892	Não identif.
Colégio Alice	1893	Feminina
Escola do Alto do Bigorriho	1893	Não identif.
Escola Noturna da Câmara Municipal	1893-1910	Não identif.
Colégio Santa Helena	1893-1895	Mista
Conservatório (Academia) de Belas Artes	1894-1906	Mista
Escola do Grêmio Musical Carlos Gomes	1894	Mista
Escola Giuseppe Garibaldi	1894-1921	Mista
Instituto Coritibano	1894-1922	Mista
Colégio Varella	1894-1904	Não identif.
Colégio Luzo-Brasileiro	1895	Feminina
Colégio Virgília	1895-1905	Não identif.

Fonte: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias* – Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p.318.

## ANEXO 2 – ESTABELECIMENTOS PARTICULARES EM CURITIBA:1896-1901

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	PERÍODO	CLIENTELA
Colégio Paranaense (De 1911 a 1922, 'Gymnasio Curitibano')	1896-1922	Mista
Externato Santa Júlia	1896-1917	Mista
Colégio Santos Anjos	1896-1909	Mista
Escola Paroquial da Colônia Orleans (das Irmãs da Sagrada Família)	1896	Não identif.
Colégio Senhor Bom Jesus (Até 1903, Colégio Pe Auling)	1896	Masculina
Seminário Episcopal São José	1896	Masculina
Aula Noturna da Sociedade Protetora dos Operários	1896	Não identif.
Colégio Vianna	1897-1908	Mista
Escola Italiana Cristóvão Colombo	1897-1903	Mista
Colégio Minerva	1898-1902	Mista
Colégio Nossa Senhora da Piedade	1898	Mista
Escola Italiana Dante Alighieri	1899-1927	Mista
Colégio Internacional (De 1899 a 1907 'Colégio Teuto-Brazileiro')	1899-1924	Mista
Escola Noturna José Carvalho (Loja Maçônica Fraternidade Paranaense)	1899-1927	Mista
Colégio Alemão (Prof. Karl Handler, confissão evangélica)	1900	Mista
Externato Dr. Victor	1900-1903	Não identif.
Externato Pereira Pitta (José Ricardo Pereira Pitta)	1900-1904	Mista
Escola Polaca (Prof. Stanislau Kostka)	1900-1922	Mista
Escola Alemã (Prof. Theodoro Stock)	1900	Não identif.
Escola Evangélica Luterana	1900-1930	Mista
Escola Livre	1901	Não identif.

Fonte: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias* – Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p.318.

**ANEXO 3 - ANÚNCIO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ: GAZETA DO POVO, 1943****INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ  
(Fiscalizado pelo Governo Federal)**

A Diretoria do INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ tem o prazer de de [sic] comunicar às Exmas. Famílias paranaenses, especialmente às desta Capital, o deferimento do seu pedido de funcionamento dos seus cursos de comercio, PROPEDEUTICO e CONTADOR, no corrente ano letivo, conforme autorização constante de telegrama n.499, de 16-3-43, do Exmo. Sr. Dr. Diretor da Divisão de Ensino Comercial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

O INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ funciona em prédio próprio á Praça Rui Barbosa, 69, telefone 3:121, destinado exclusivamente aos alunos do sexo feminino, com aulas diurnas nos horários de 8 ás 11 para o curso propedêutico e de 15 ás 18 horas para o curso de contador.

Os exames de admissão ao curso propedêutico processar-se-ão normalmente, sendo aceitos candidatos com 12 anos completos e estando a fiscalização federal do estabelecimento a cargo do inspetor dr. Carlos Sternberg Vale.

As aulas terão início dia 5 de abril próximo, segunda-feira, para ambos os cursos, já estando organizado o respectivo corpo docente com pessoal habilitado e conhecido nos nossos meios educacionais.

As matrículas estão abertas até dia 3 de abril próximo aos candidatos que apresentarem os necessários documentos, sendo que no 1º ano do curso de Contador se podem matricular todos aqueles que exibirem certificado de terminação do 4º ou 5º ano ginásial ou de conclusão de qualquer curso propedêutico, ou diploma de curso superior.

Quaisquer informações serão prestadas aos interessados na Secretaria do estabelecimento das 8 ás 11 e das 13 ás 18 horas, diariamente.

Fonte: GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de março de 1943, p.4.



**ANEXO 4 - RELAÇÃO DOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ: 1942 e 1956**

• **Parte do acervo de 1942**

<b>AUTORIA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>Vol.</b>
ASSIS, José Patrício de.	Estudos de Português	1
AUGUSTA, José.	Rev. Brasileira e Pedagogia de Educação	1
AZURARA, José	Vida de S. Vicente de Paulo	1
BARRETO, Arnaldo de Oliveira.	Vários Estilos	1
BILAC, Olavo; BONFIM, M.	Livro de composições	1
BILAC, Olavo	Através do Brasil Contos Pátrios	1 cada
BRUNO, Aníbal.	Língua Portuguesa	1
CARVALHO, Mesquita de.	Antologia	1
CASTRO, Araújo.	Instrução moral e cívica	1
CELSO, Afonso	Colhendo	1
CHATEAUBRIAND	O Gênio do Cristianismo	1
Comandante Chambion	Contos avulsos	1
CONSCIENCE, Henrê	Heróis católicos	1
DEDCHAND, P. Desiderio.	Garcia Moreno	1
DUARTE, Silvia	Vítimas do espiritismo	1
FERNANDES PINHEIRO, Cônego	Meandro poético	1
FESHER, Madame.	O lar e a saúde da família	1
FILHO, Francisco Venâncio.	Educar-se para educar	1
FONSECA, Ada Pereira da.	Ler e Aprender	2
FONSECA, Simões da.	Dicionário enciclopédico da Língua Portuguesa	1
FTD	Gramática Histórica Língua Portuguesa – curso superior Língua Portuguesa – curso médio Antologia Literatura Brasileira Guido de Fongaland	1 cada
GAUME, M.	As três Romãs (Tomo I, II, III)	1
GIORDANO	Lições de Perseverança (Tomo I, II, III)	1
GÓES, Carlos.	Sintaxe e concordância	1
GOUÉ, Madame.	Como fazer observar nossos alunos	1
GUERRA, Álvaro	Palestra com a mocidade	1
HORTA, Brant.	Análise léxica e sintática Primavera Elucidário para Composições	1 cada
HUARDER, Antonio	Campeões da cruz	1
JACKSON, W.J. Inc.	Enciclopédia	1
JUNIOR, Jaime Balão.	Impressões literárias	1
KARAM, Elias.	O primado do espírito	1
KOPKO, João.	Leituras morais e instrutivas	1
LAET, Carlos de.	Antologia	1
LESEUR, Elisabeth	Pensamentos de cada dia	1

LIMA, Hildebrando de.	Nosso Brasil	1
MAIA, João.	Trechos escolhidos	1
MARTINS, A. de Rezende.	Momento social	1
MARTINERI, César.	Primavera da alma	1
MAY, Karé	Pelo Kurdistão bravio	1
MILANO, Miguel.	Instrução moral e cívica	1
MONTEIRO, P. Alexandrino.	Raios de luz	1
MORAIS, Bruno de.	Nossa Língua	1
MORAIS, Teodoro de.	Sei Ler - Línguas Intermediárias Sei Ler – 2º ano	3,1
NASCENTES, Antenor.	Análise lógica	2
NOGUEIRA, Júlio.	A língua usual e a composição	1
PEDRO ANÍSIO, Mons.	Tratado de Pedagogia	1
PEREIRA, Eduardo Carlos.	Gramática Histórica Gramática expositiva – curso superior Gramática Expositiva – curso médio	1 cada
PINTO, A. Clemente.	Seleção de prosa e verso	3
POSADA, Leonor.	Livro de composições Exercícios de redação	1 cada
QUEIROZ, J.	O secretário brasileiro	1
Reunião de professores	Maria ensinada à mocidade	1
RICHETTI, Henrique.	Infância (série Olavo Bilac)	1
RIVEIRO, João.	Gramática Portuguesa	1
RODRIGUES, José	A questão vital	1
SÁ NUNES, José de.	Língua Vernácula	1
SANTOS, Claudino dos.	Leituras	1
SEGUIR, Jaime.	Dicionário Prático	1
SERRANO, Jonathas	Contra as correntes	1
SILVA, Manuel	Brasileiros heróis da fé	1
SILVA, João Diogo E. da.	Instrução moral e cívica	1
SILVA, J. Pinto e.	Meus deveres	1
SILVA, Pinto.	Gramática Portuguesa Gramática Portuguesa – curso superior	1 cada
TAVARES, Paulo.	Leituras enciclopédicas	1
TABORDA, Ragadasio.	Grestomatia	1
TAUNAY, Visconde de.	Céus e terra do Brasil	1
THUET, P. Xavier	Sta, Joana d'Arc	1
VERNE, Júlio	A invasão do mar	1
	Em frente da bandeira	1
	A família sem nome	2
	A casa a vapor	1
	A roda da lua	1
	Os filhos do capitão	2
	Fora dos eixos	1
	Norte contra sul	1
	A estrela do sul	1
	A mulher do capitão Brannican	2
	As índias negras	1
	Raio verde	1

	César cascavel	1
	Matias Sandorf	3
	A galera Chancellor	1
VEIGA, Rodolfo de.	Estupendo porém verdade	1
VIEIRA, Hermes.	A História das Missões	1
WAGNER, Luiz Amaral.	Nosso Brasil	1
WISEMAN, Cardeal	Fabiola	1
<b>COMÉRCIO</b>		
ARAÚJO, Lion de	Merceologia e Técnica Merceologica	1
AZEVEDO, Aroldo de	Corografia do Brasil para o curso comercial	1
D'AURIA, Francisco	Contabilidade	1
FREITAS, Paulo de	Técnica Comercial	1
FTD	Escrituração Mercantil	2
MARTINS, Coriolano M.	Elementos de Economia Política	1
MEYER, Adolfo J.	Técnica da Escrituração Mercantil	1
MILANO, Miguel	História do Comercio, da Industria e da Agricultura	1
ORCIUOLI, Henrique	Legislação Fiscal e Aduaneira	1
Revista Ilustrada	Comércio e Navegação	1
SILVA, Aryon Niepce da	O ensino comercial no Brasil	5
VITOR, Manuel	Noções de Direito Comercial e Agricultura (1ª, 2ª e 3ª edições) Legislação Fiscal e Aduaneira	1 cada
<b>E outras disciplinas</b>		

Fonte: Relatório de Verificação, 1943

• **Parte do acervo de 1956**

<b>AUTORES</b>	<b>ALGUNS TÍTULOS</b>
ADOLFO ARCHIER, Frei	A caridade conduz a Deus
AMARAL, Luiz	Insônias
AMBRÓSIO S CJUPP, Pe	Novos contos
BENTO JOSÉ RODRIGUES, Pe	A questão vital
BENSON, Roberto Hugh	O Senhor do mundo
Conde de LAET	Elizabeth Leseur e seu livro
Condessa de Segue	Mathias Sandorf
DAGOBERTO ROMAG, Frei	Compêndio da história da Igreja
D'AZEVEDO, Ady	Páginas de formação
D'EÇA, V. Almeida	A estrela do Sul
DICKENS, Carlos	David Copperfield A ilustre casa dos Ramines
DOMINI, Ancilla	Quadros da Vida Da arena da vida Na intimidade e outros contos
F. DUBOIS, Pe	Aventura de Benquiste Num coração de mulher
GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja	Formação da Filha de Maria

GERÔNIMO P. DE CASTRO, Pe	Zélia
GIORDANO, Pe	A caridade cristã
HENRI OPITZ, Pe	A escola de Maria
JOR, João Mayer	Colhendo, romance brasileiro
LEONARDO NASCELLO, Pe	Místicas flores de Maria
MATHIAS DE BREMSCHEID, Pe	A donzela cristã
MONTI, Batista	Reptos contra reptos Maria ensina à mocidade
Mme Stolz	A casa do saltimbanco
Não identificado	As mais belas lendas do cristianismo
PATROCÍNIO, Maria do	Uma Fluminense Violeta
PEDRO SINZIG, Frei	Não desanimar
RAMOS, Anésia Souza	Colhendo, romance paulista
Versão francesa	Pela mão de uma menina

Fonte: RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, Curso Técnico de Contabilidade, 1956.

## ANEXO 5 – HORÁRIOS DAS AULAS DOS CURSOS COMERCIAIS: ANOS LETIVOS DE 1943, 1944, 1946, 1948

### 1. ANO LETIVO DE 1943

#### a) PROPEDÊUTICO:

##### 1º ano

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
8:00-8:45	Aritmética	Português	Aritmética	Português	Aritmética	Português
9:00-9:45	Geografia	Francês	Geografia	Francês	Geografia	Francês
10:00-10:45	História da Civilização	Inglês	História da Civilização	Inglês	História da Civilização	Inglês

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931.

Corpo docente exclusivamente formado pelas religiosas da congregação: Português - Ir. Maria Celeste; Francês - Ir. Gabriela; Inglês - Ir. Hermínia Gomes; Aritmética - Ir. Paula; Geografia e História da Civilização - Ir. Ombelina.

#### b) CONTADOR:

##### 1º ano

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
3:00-3:45	Mecanografia	Direito Comercial e Civil	Mecanografia	Direito Comercial e Civil	Mecanografia	Direito Comercial e Civil
4:00-4:45	Legislação Fiscal	Estenografia	Legislação Fiscal	Estenografia	Legislação Fiscal	Estenografia
5:00-5:45	Contabilidade	Matemática Comercial	Contabilidade	Matemática Comercial	Contabilidade	Matemática Comercial

OBS: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931.

Corpo docente: Mecanografia – Ir. Maria Nelly; Legislação Fiscal – João Batista Zagonel Passos; Contabilidade - Lourival Portella Natel; Direito Constitucional e Civil – Aryon Niepce da Silva; Estenografia – Ir. Maria José; Matemática Comercial – Ildefonso Puppi.

### 2. ANO LETIVO DE 1944

#### a) COMERCIAL BÁSICO:

##### 1º ano (turma iniciante)

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
7:30 as 8	Religião	Ed. Física	Religião	Educação F.	Religião	Canto Orfeônico
8 as 9	Geografia Geral	Caligrafia	Geografia G.	Caligrafia	Geografia G.	Caligrafia
9 as 10	Francês	Português	Francês	Português	Francês	Português
10 as 11	Desenho	Aritmética	Desenho	Aritmética	Desenho	Aritmética

OBS.: As disciplinas escolares (de práticas educativas, de cultura geral e de cultura técnica) são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém está ausente História Geral e incluída, além do previsto para a série: Caligrafia.

Corpo docente: Geografia Geral – Ir. Maria da Conceição; Francês – Ir. Ana Francisca; Desenho – Ir. Margarida de Jesus; Caligrafia – Gisela Portugal; Português – João Mazzarotto; Aritmética – Ir. Paula.

Continua...

**2º ano (Para as concluintes do 1º ano do curso propedêutico)**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
7:30 as 8	Religião	Ed. Física	Religião	Ed. Física	Religião	Canto Orfeônico
8 as 9	Datilografia	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
9 as 10	Francês	Estenografia	Historia Geral	Estenografia	Geografia G.	Estenografia
10 as 11	História Geral	Francês	Geografia G.	Francês	Desenho	Geografia G.
11 as 12	Desenho	Aritmética	Datilografia	Português	Datilografia	Hist. Geral

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém estão ausentes as disciplinas de Inglês e Caligrafia, e incluídas, além do previsto para a série: Datilografia, Estenografia e Desenho.

Corpo docente: Datilografia – Luiz Stefano de Faria; Francês – Ir. Ana Francisca; História Geral – Ir. Hermínia Gomes; Matemática – Ir. Paula; Estenografia – João B. Zagonel Passos; Português – João Mazzarotto; Geografia Geral – José Carlos Figueiredo.

**b) CONTADOR:****2º ano (não houve 1º ano)**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
14 as 15			Canto Orfeônico	Ed. Física	Religião	
15 as 16	Economia Pol. e Finanças	Técnica Comercial	Economia Política e Finanças	Técnica Comercial	Economia Política	Técnica Comercial
16 as 17	Matemática Financeira	Direito Comercial e Terrestre	Matemática Financeira	Direito Comercial e Terrestre	Matemática Financeira	Direito Comercial e Terrestre
17 as 18	Contabilidade Mercantil	Merceologia	Contabilidade Mercantil	Merceologia	Contabilidade Mercantil	Merceologia

OBS: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931, porém, além do previsto para a série: Economia Política e Finanças.

Corpo docente: Economia P. e F.– Aryon Niepce da Silva; Matemática Financeira – Ildefonso Puppi; Contabilidade Mercantil – Lourival Portella Natel; Técnica Comercial – Thadeu Jose Kasproicz; Direito Comercial e T. – Luiz Stefano de Faria; Merceologia – Gisela Portugal.

**c) TÉCNICO DE CONTABILIDADE:****1ª série (turma iniciante)**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
13 as 14			Canto Orf.	Ed. Física	Religião	
14 as 15		Mecanografia		Mecanografia		Mecanografia
15 as 16	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
16 as 17	Elementos de Economia	Inglês	Elementos de Economia	Inglês	Elementos de Economia	Inglês
17 as 18	Contabilidade Geral	Física e Química	Contabilidade Geral	Física e Química	Contabilidade Geral	Física e Química

OBS: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Entre Inglês ou Francês: opção pelo Inglês.

Corpo docente: Matemática – Ildefonso Puppi; Elementos de Economia – Aryon Niepce da Silva; Contabilidade Geral – Gisela Portugal; Mecanografia – Luiz Stefano de Faria; Português – João Batista Zagonel Passos; Inglês – Thadeu José Kasproicz; Física e Química – Rui Leal.

Continua...

### **3. ANO LETIVO DE 1946**

#### **a) COMERCIAL BÁSICO:**

##### **4º ano**

<b>Horários</b>	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>
7:30 as 8	Religião		Religião	Canto Orf.	Religião	Ed. Física
8 as 9	Inglês	Francês	Ed. Física	Francês	Inglês	História do Brasil
9 as 10	Português	História do Brasil	Português	História do Brasil	Português	Economia Doméstica
10 as 11	Matemática	Ciências Naturais	Matemática	Ciências Naturais	Matemática	Ciências Naturais
11 as 12	Prática de Escritório e Escrituração Mercantil		Prática de Escritório e Escrituração Mercantil		Prática de Escritório e Escrituração Mercantil	Prática de Escritório e Escrituração Mercantil

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém estão ausentes do quadro as disciplinas de Geografia Geral e Desenho e, incluída, além do previsto para a série: História do Brasil.

Corpo docente: Português, Inglês e Religião – Ir. Santa Clara; Francês – Ir. Margarida do Sagrado Coração; Matemática – Ir. Hermínia; Ciências Naturais – Ir. M<sup>a</sup> da Conceição; História do Brasil - Ir. M<sup>a</sup> Olga; Prática de escritório e escrituração mercantil – Gisela Portugal; Economia Doméstica – Parisina Müller; Canto Orfeônico – Ir. Margarida de Jesus; Educação Física – Fany Capraro.

#### **b) TÉCNICO DE CONTABILIDADE:**

##### **1º ano**

<b>Horários</b>	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>
7:30 as 8	Canto Orfeônico	Religião		Religião	
8 as 9	Matemática	Matemática	Educação Física	Português	Português
9 as 10	Contabilidade	Inglês	Contabilidade	Matemática	Contabilidade
10 as 11	Física e Química	Mecanografia	Física e Química	Inglês	Português
11 as 12	Elementos de Econ.		Elementos de Econ.	Mecanografia	Mecanografia

OBS: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial Entre Inglês ou Francês: opção pelo Inglês.

Corpo docente: Português – Albano Woiski; Inglês – Ir. Santa Clara; Matemática – Ir. Ana Carolina; Física e Química – Ivette Zanello; Contabilidade G – Gisela Portugal; Mecanog. – João Batista Zagonel Passos; E. de economia – Aldo Silva.

#### **c) CONTADOR: 2º ano (não houve 1º ano)**

<b>Horários</b>	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>
13:30 as 2	Religião		Canto Orf.		Religião
2 as 3	Técnica Comercial e Processos de Propaganda	Matemática Financeira	Merceologia	Educação Física	Técnica Comercial e Processos de Propaganda
3 as 4	Estenografia	Técnica Comercial e Processos de Propaganda	Estenografia	Estenografia	Merceologia
4 as 5	Contabilidade Mercantil	Direito Comercial e Terrestre	Legislação Fiscal	Contabilidade Mercantil	Direito Comercial e Terrestre
5 as 6	Legislação Fiscal	C. Mercantil	Matemática F.		Matemática F.

OBS: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931, e incluídas as disciplinas de práticas educativas da Lei Orgânica de Ensino (Religião, Canto Orfeônico e Educação Física). Além do previsto para a série, incluídas: Legislação Fiscal e Estenografia. Corpo docente: Contabilidade Mercantil – Alberto Monteiro Filho; Matemática Financeira – Antonio Gossner; Direito Comercial Terrestre – Joaquim Brito de Lacerda; Merceologia – João Batista Zagonel Passos; Técnica Comercial e Processos de Propaganda – Aldo Silva; Legislação Fiscal – Joaquim B. de Lacerda; Estenografia – João B. Zagonel Passos.

Continua...

**3º ano**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
13:30 as 2	Religião		Ed. Física	Canto Orfeônico	Religião	
2 as 3	Estenografia	Seminário Econômico	História do Comércio, Ind. e Agricultura	Seminário Econômico	Contabilidade Bancária	Contabilidade Bancária
3 as 4	Prática do Processo Civil e Comercial	Estenografia	Prática do Processo Civil e Comercial	Estatística	História do Comércio, Ind. e Agricultura	Estatística
4 as 5	Legislação Fiscal	Estatística	Legislação Fiscal	Estenografia	Legislação Fiscal	
5 as 6	Contabilidade Industrial e Agrícola	Contabilidade Bancária	Contabilidade Industrial e Agrícola	Contabilidade Industrial e Agrícola	Prática do Processo Civil e Comercial	

OBS: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931, porém, além do previsto para a série, foram incluídas: Legislação Fiscal e Estenografia. Corpo docente: C. Industrial e Agrícola, e C. Bancária – Alberto M. Filho; História do Comércio, Indústria e Agricultura, Prática do Processo Civil e Comercial, Seminário Econômico, e Estatística – Aldo Silva; Legislação Fiscal – Joaquim B. de Lacerda; Estenografia – João B. Zagonel Passos.

**4. ANO LETIVO DE 1947****b) CONTADOR:****3º ano**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13 as 14	Contabilidade Industrial Agrícola		Contabilidade Industrial Agrícola	Contabilidade Industrial Agrícola	Educação Física
14 as 15	História do Comércio, Ind. e Agricultura	Seminário Econômico	História do Comércio, Ind. e Agricultura	Seminário Econômico	História do Comércio, Ind. e Agricultura
15 as 16		Prática do Processo Civil e Comercial	Seminário Econômico	Prática do Processo Civil e Comercial	
16 as 17	Estatística		Estatística	Religião	Estatística
17 as 18		Contabilidade Bancária	Contabilidade Bancária	Contabilidade Bancária	Prática do Processo Civil e Comercial

OBS: As disciplinas escolares são as que regula o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Corpo docente: Contabilidade Industrial e Agrícola – Lourival Portella Natel; Contabilidade Bancária – Alberto Monteiro Filho; História do Comércio, Indústria e Agricultura, Prática do Processo Civil e Comercial – Aryon Niepce da Silva; Seminário Econômico – Irmã Apoline; Estatística – Lydio Scardini; Religião – Pe. Jesus Moure.

**5. ANO LETIVO DE 1948****a) COMERCIAL BÁSICO****1ª série**

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
8 as 9	Português	História Geral	Português	História Geral	Português	Ed. Física e Desenho
9 as 10	Francês	Geografia Geral	Francês	Geografia Geral	Francês	Ed. Moral e Cívica
10 as 11	Exercícios Escritos	Desenho	Exercícios Escritos	Desenho	Desenho	Trabalhos manuais



11 as 12	Matemática	Ed. Física. e Religião	Matemática	Canto	Matemática	Trabalhos manuais
----------	------------	---------------------------	------------	-------	------------	----------------------

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém, além do previsto para a série: Educação Moral e Cívica, 'Exercícios escritos' e Trabalhos manuais.

### 2ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
8 as 9	História Geral	Francês	História Geral	Francês	Religião	Ed. Física
9 as 10	Português	Geografia Geral	Português	Geografia Geral	Português	Inglês
10 as 11	Matemática	Caligrafia	Matemática	Inglês	Matemática	Trabalhos Manuais
11 as 12	Religião e Ed. F.	Inglês	Religião	Canto	Caligrafia	Trabalhos Manuais

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém, além do previsto em lei para a série: Trabalhos manuais.

### 3ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
8 as 9	Matemática	Inglês	Matemática	Inglês	Matemática	Inglês
9 as 10	Geografia do Brasil	História do Brasil	Geografia do Brasil	História do Brasil	Ed. Física e Religião	Trabalhos Manuais
10 as 11	Francês	Datilografia	Francês	Datilografia	Datilografia	Trabalhos Manuais
11 as 12	Português	Ed. Física e Religião	Português	Canto	Português	Trabalhos Manuais

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém, além do previsto em lei para a série, incluída: Trabalhos manuais e acrescida de mais uma hora em relação à série anterior.

### 4ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
8 as 9	Estenografia	Francês	Estenografia	Francês	Ciências F. e Naturais	Ed. Física
9 as 10	Prática de Escritório e Escrituração Mercantil	Inglês	Prática de Escritório e Escrituração Mercantil	Economia Doméstica	Prática de Escritório e Escrituração Mercantil	Trabalhos Manuais
10 as 11	Português	Estenografia	Português	Português	Inglês	Trabalhos Manuais
11 as 12	Ciências Físicas e Naturais	Matemática	Ciências F. e Naturais	Matemática	Matemática	Canto

OBS.: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém, além do previsto em lei para a série, incluída a disciplina Trabalhos Manuais.

## b) TÉCNICO DE CONTABILIDADE

### 1ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13 as 14				Canto Orfeônico	Mecanografia
14 as 15	Contabilidade Geral	Inglês	Contabilidade Geral	Português	Contabilidade Geral
15 as 16	Mecanografia	Economia Política	Mecanografia	Econ. Política	Inglês
16 as 17	Física e Química	Matemática	Física e Química	Matemática	Religião

17 as 18		Português	Português	Ed. Física	Matemática
----------	--	-----------	-----------	------------	------------

OBS: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Entre Inglês ou Francês: opção pelo Inglês. As disciplinas de Práticas educativas contam com a profa. Judith Eunice Egg.

### 2ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13 as 14	Prática Jurídica Geral e Comercial	Canto Orfeônico	Inglês	Técnica Comercial	Prática Jurídica Geral Comercial
14 as 15	Biologia	Técnica Comercial	Prática Jurídica Geral e Comercial	Biologia	Religião
15 as 16	Inglês	Matemática	Contabilidade Comercial	Matemática	Contabilidade Comercial
16 as 17	Merceologia	Contabilidade	Merceologia	Português	Técnica comercial
17 as 18	Português			Ed. Física	

OBS: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Entre Inglês ou Francês: opção pelo Inglês.

### 3ª série

Horários	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13 as 14	Contabilidade Bancária	Contabilidade Industrial	Contabilidade Bancária	Contabilidade Industrial	Contabilidade Bancária
14 as 15	Geografia Humana do Brasil	Estatística	Prática Jurídica Geral e Comercial	Estatística	Religião
15 as 16	Prática Jurídica Geral e Comercial	Contabilidade Pública	História do Comércio, Indústria e Agricultura	Português	Contabilidade Comercial
16 as 17	Canto Orfeônico	Prática Jurídica Geral Comercial	Contabilidade Pública	Geografia Humana do Brasil	Técnica comercial

OBS: As disciplinas escolares são as que regula a Lei Orgânica do Ensino Comercial, porém está ausente História Administrativa e Econômica do Brasil e, incluída, além do previsto para a série: Técnica Comercial, ou melhor, Técnica Comercial e Processos de Propaganda.

## ANEXO 6 – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DO CURSO DE CONTADOR, 1943

- Conforme o Decreto n. 20.158 - 30 jun. 1931:

<b>1º ANO</b>	<b>Programa das disciplinas do curso Contador</b>
1. CONTABILIDADE (NOÇÕES PRELIMINARES)	Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de idéias com as demais cadeiras de Contabilidade, no propósito de evitar secção de continuidade no método de ensino. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
2. MATEMÁTICA COMERCIAL	Compra e venda, percentagens, câmbio, juros e descontos simples.
3. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL	Principais disposições da Constituição Federal; conhecimento geral das matérias do direito civil de mais importância para a vida prática.
4. LEGISLAÇÃO FISCAL	Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal.
5. ESTENOGRAFIA	Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados necessários á correspondência comercial, contratos, petições, etc.
6. MECANOGRAFIA	a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, colecionar e quaisquer outras de uso corrente.
<b>2º ANO</b>	<b>Programa das disciplinas do curso Contador</b>
1. CONTABILIDADE MERCANTIL	Estudo do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais, comissões e consignações; participações, regimes aduaneiros, cálculo de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável.
2. MATEMÁTICA FINANCEIRA	Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas.
3. NOÇÕES DE DIREITO COMERCIAL E TERRESTRE	Ato de comércio e sociedades mercantis. Contratos e obrigações em geral. Noções de direito industrial.
4. MERCEOLOGIA E TECNOLOGIA MERCEOLÓGICA	Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais, estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais.

5. TÉCNICA COMERCIAL E PROCESSOS DE PROPAGANDA	a) generalidades sobre o comércio; pessoas que nele intervêm. Operações comerciais. Circulação de mercadorias. Centros de negócios: mercados, bolsas e feiras livres; caixas de liquidação e garantias; valores mobiliários; bancos e operações bancárias. Depósitos de mercadorias; armazéns, trapiches, entrepostos; armazéns das docas e armazéns gerais; documentos que emitem. Clausulas contratuais de compra e venda; b) Meios correntes de publicidade.
6. ECONOMIA POLÍTICA E FINANÇAS	Leis fundamentais; descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas.
<b>3º ANO</b>	<b>Programa das disciplinas do curso Contador</b>
1. CONTABILIDADE INDUSTRIAL E AGRÍCOLA	a) evolução industrial. Organização das <i>aziendas</i> industriais. Elementos do 'custo industrial'. A mão de obra e os gastos gerais de fabricação. Métodos de contabilização e verificação do custo industrial; b) Estudo teórico e prático da contabilidade agrícola, conforme já esboçado em outras ramificações da contabilidade. Monografias sobre a contabilidade industrial e agrícola.
2. CONTABILIDADE BANCÁRIA	Orientação idêntica à de outros ramos da contabilidade, mas em relação a um estabelecimento bancário. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
3. HISTÓRIA DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA	Estudo sucinto das diversas transformações por que passaram o comércio, a indústria e a agricultura desde os tempos antigos até os nossos dias.
4. PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL E COMERCIAL	Instituições e repartições comerciais. Feitura de escritos e documentos públicos e particulares. Contratos em geral. Procurações. Locação de serviços e de prédios. Certidões, traslados e públicas formas. Petições em geral. Perícia contábil. Concordatas e falências; exames e perícias dentro e fora delas. Quesitos complementares e suplementares. Laudo pericial. Noções gerais do juízo e do processo comercial e arbitral. Execução, seqüestro, penhora e arrematação; adjudicação e remissão. Cobrança em inventário e em concurso de credores.
5. SEMINÁRIO ECONÔMICO	Complemento dos estudos de Economia Política e Finanças, com monografias obrigatórias sobre temas correlatos.
6. ESTATÍSTICA	Generalidades. Bases da estatística. Métodos empregados. Valor dos algarismos. Do absoluto e do relativo. Média. Curvas de freqüência. Utilidade dos gráficos. Cartogramas.

Fonte: ATOS DO GOVERNO PROVISÓRIO. São Paulo: Ed. Lex Ltda, ano 1931, p.474-475.

## ANEXO 7 – LISTA DE PONTOS DOS EXAMES DE ADMISSÃO PARA O CURSO COMERCIAL BÁSICO DE 1944

### **Pontos da prova oral de Português: 26 fev. 1944, 8h**

1. Pronomes pessoais - Interpretação do trecho: 'O chopim' pág. 32 - Análise gramatical
  2. Adjetivo qualificativo - Interpretação: 'Esse lugar tem dono' - pág. 15 - Exercício
  3. Verbo - Interpretação: 'Tiro ao alvo' - Análise
  4. Substantivo - Interpretação: 'Os lenhadores' pág. 36 - Exercícios
  5. Conjugação de verbos regulares - Interpretação: 'Amor filial' - Análise
  6. Substantivos coletivos - Interpretação: 'Pão e manteiga' pág. 68 - Exercícios
  7. Artigo - Interpretação: 'Que é preciso para aprender' pág. 14 - Análise
  8. Grau dos nomes - Interpretação: 'Os arcaças' pág. 48 - Exercícios
  9. Adjetivos determinativos - Interpretação: 'A conjugação' pág. 51 - Análise
  10. Exercícios de acentuação - Interpretação: 'O príncipe e o juiz' - Exercícios
  11. Gênero - Interpretação: 'Deus e poesia' pág. 17 - Análise
  12. Formação do plural - Interpretação: 'Hoje por mim' pág. 72 - Exercícios
  13. Adjetivos numerais - Interpretação: 'Quem muito quer...' pág. 19 - Análise
  14. Exercícios de concordância - Interpretação: 'A maçã do advogado' - Exercícios
  15. Sujeito do verbo - Interpretação: 'Refreai a língua' pág. 34 - Exercícios
  16. Pronomes - Interpretação: 'Pesadelos' pág. 21 - Análise
  17. Conjugação - Interpretação: 'Método experimental' pág. 61 - Exercícios
  18. Adjetivos - Interpretação: 'O príncipe e o juiz' pág. 58 - Análise
  19. Exercícios de ortografia - Interpretação: 'Resposta adequada' pág. 25 - Exercícios
  20. Plural dos nomes - Interpretação: 'Um retrato de valor' pág. 25 - Análise
- Ponto sorteado: Não encontrado
- Aplicou prova: Ir. Hermínia Gomes

### **Pontos da prova escrita de Geografia: 26 fev. 1944, 10h**

1. Vertente Amazônica - Estado do Pará - Comércio do Brasil
  2. Baías do Brasil - Estado do Maranhão - Cabos
  3. Sistema Guiano - Ceará - Rio São Francisco
  4. Limites do Brasil - Paraíba - Cordilheira oriental
  5. Rio Paraná - Alagoas - Produções
  6. Portos do Brasil - Baías - limites
  7. Vertente oriental - Rio de Janeiro - Serra da Mantiqueira
  8. Linhas divisórias - Paraná - Rio Paraguai
  9. Sistema oriental - Rio Grande do Sul - Portos
  10. Lagos e lagoas - Estado do Amazonas - Indústria
  11. Língua, religião - Superfície do Piauí - Rio Amazonas
  12. Ilhas do Brasil - Rio Grande do Norte - Sistema Guiano
  13. Serra da Mantiqueira - Pernambuco - Rio Paraná
  14. Vertente Platina - Sergipe - Cidades principais
  15. Comércio - Espírito Santo - Baías
  16. Cabos do Brasil - São Paulo - Vertente Platina
  17. Produções - Santa Catarina - Ilhas do Brasil
  18. Indústria do Brasil - Minas Gerais - Lagos e lagoas
  19. Governo do Brasil - Goiás [sic] - Linhas divisórias
  20. Bacia Amazônica - Mato Grosso - Produções
- Ponto sorteado: nº 2 (dois) Aplicou prova: Ir. Maria da Conceição

**Pontos da prova escrita de Aritmética: 28 fev. 1944, 8h**

1. Multiplicação de frações – sistema métrico – problemas
2. Subtração decimal – mínimo múltiplo comum – problemas
3. Frações – multiplicações – sistema métrico
4. Divisibilidade – sistema métrico – problemas
5. Numeração – divisão de frações – sistema métrico
6. Medidas de capacidade – adição decimal – problemas
7. Números primos – multiplicação de frações – sistema métrico
8. Reduzir frações ao mesmo denominador – divisão decimal – problemas
9. Algarismos romanos – comparação de frações – sistema métrico
10. Multiplicação decimal – M.D.C. – problemas
11. Grandeza – divisibilidade – sistema métrico
12. Somar frações – medidas de comprimento – problemas
13. Divisão decimal – números primos – sistema métrico
14. M.m.c – medidas de peso – problemas
15. Subtração de frações – algarismos romanos – sistema métrico
16. Decomposição em fatores primos – adição decimal – problemas
17. Máximo divisor comum – multiplicação decimal – sistema métrico
18. Simplificação de frações – múltiplos e submúltiplos – problemas
19. Divisibilidade – máximo divisor comum – sistema métrico
20. Frações – medidas de peso – problemas

Ponto sorteado: nº 7 (sete)

Aplicou prova: Ir. Luiza Francisca

**Pontos da prova escrita de História do Brasil: 28 fev. 1944, 10h**

1. As entradas e as bandeiras – Caxias – Mem de Sá
2. O Estado Novo – D. Pedro I – Os indígenas
3. A República – As primeiras cidades – D. João VI
4. Ozório – Abolição do cativo – A nova terra
5. Descobrimento da América – D. Pedro II – A catequese
6. Tomé de Souza – Primeira invasão holandesa – Cabral
7. As capitânicas – Tiradentes – Os indígenas
8. Guerra do Paraguai – Primeiras expedições – Anchieta
9. Os presidentes da República – Colombo – As capitânicas
10. D. Pedro II – Segunda invasão holandesa – Caramuru
11. O Descobrimento – Vinda da Família Real – Tomé de Souza
12. Colombo – Primeiras expedições – A Independência
13. Duarte da Costa – Restauração de Portugal – Tiradentes
14. Proclamação da República – Tomé de Souza – Colombo
15. Independência Mineira – Primeira invasão – A catequese
16. As capitânicas – Guerra do Paraguai – Estado Novo
17. Os holandeses no Brasil – Extinção da escravatura – Mem de Sá
18. Os Independentes – A nova terra – A República
19. Primeiras cidades – Segunda invasão holandesa – D. Pedro I
20. A Independência – D. João no Brasil – Os Jesuítas

Ponto sorteado: nº 5 (cinco) Aplicou prova: Ir. Hermínia Gomes

**Pontos da prova oral de Aritmética: 29 fev. 1944, 9h**

1. Máximo divisor comum – sistema métrico – divisibilidade
2. Medidas de comprimento – somar frações – problemas
3. Frações – medidas de peso – problemas
4. Problema – divisão decimal – reduzir frações ao mesmo denominador
5. Algarismos romanos – sistema métrico – subtração de frações
6. Simplificação de frações – problemas – múltiplos e submúltiplos
7. Divisão decimal – números primos – sistema numérico
8. Problema – medidas de capacidade – adição decimal
9. Multiplicação decimal – sistema métrico – máximo divisor comum
10. Divisão decimal – mínimo múltiplo comum – problema
11. Medidas de peso – problema – M.m.c.
12. Sistema métrico – divisibilidade – grandeza
13. M.D.C. – multiplicação decimal – problemas
14. Comparações de frações – sistema métrico – algarismos romanos
15. Adição decimal – problemas – decomposição em fatores primos
16. Multiplicação de frações – sistema métrico – números primos
17. Problemas – divisibilidade – reduzir frações ao mesmo denominador
18. Sistema métrico – problemas – multiplicação de frações
19. Frações – multiplicações – M.D.C.
20. Medidas de capacidade – adição decimal – sistema métrico

Ponto sorteado: Não encontrado

Aplicou prova: Ir. Luiza Francisca

**Prova oral de História do Brasil: 29 de fev. 1944, 10h**

1. Estado Novo – Guerra do Paraguai – As capitanias
2. A Independência do Brasil – Os Jesuítas – D. João no Brasil
3. Colombo – Primeiras expedições – Mem de Sá
4. Proclamação da República – Tomé de Souza – A independência
5. Restauração de Portugal – Tiradentes – Duarte da Costa
6. D. Pedro I – Primeiras cidades – Segunda invasão holandesa
7. Ozório – Abolição do cativo – A nova terra
8. Os indígenas – As capitanias – Tiradentes
9. Mem de Sá – As entradas e as bandeiras – Duque de Caxias
10. As primeiras cidades – A República – D. João VI
11. Primeira invasão holandesa – Cabral – Tomé de Souza
12. Os presidentes da República – As capitanias – Cristóvão Colombo
13. Vinda da Família Real – O Descobrimento do Brasil – Anchieta
14. Os independentes – A República – A nova terra
15. Extinção da escravatura no Brasil – Ozório – Os holandeses no Brasil
16. A catequese – Primeira Invasão – Inconfidência Mineira
17. Primeiras expedições – Guerra do Paraguai – Os Jesuítas
18. As principais tribos indígenas – O Estado Novo – O Primeiro Imperador do Brasil
19. Caramuru – D. Pedro II – Segunda invasão holandesa
20. Descobrimento da América – Vinda da Família Real para o Brasil – Primeiras expedições

Ponto sorteado: Não encontrado      Aplicou prova: Ir. Hermínia Gomes

**Pontos da prova oral de Geografia: 29 fev. 1944, 11h**

- 
1. Produções do Brasil - Mato Grosso - Bacia Amazônica

---

  2. Rio de Janeiro - Serra da Mantiqueira - Vertente oriental

---

  3. Lagos e lagoas - Indústria do Brasil - Estado do Amazonas

---

  4. Limites do Brasil - Portos - Baías

---

  5. Rio São Francisco - Sistema Guiano - Ceará

---

  6. São Paulo - Vertente Platina - Cabos

---

  7. Ilhas do Brasil - Produções - Santa Catarina

---

  8. Linhas divisórias - Governo do Brasil - Goiaz [sic]

---

  9. Cabos do Brasil - Estado do Maranhão - Baías do Brasil

---

  10. Rio Paraná - Serra da Mantiqueira - Pernambuco

---

  11. Principais lagos e lagoas do Brasil - Indústria do Brasil - Minas Gerais

---

  12. Espírito Santo - Principais Baías - Comercio

---

  13. Portos do Brasil - Sistema oriental - Rio Grande do Sul

---

  14. Estado do Paraná - Linhas divisórias - Rio Paraguai

---

  15. Cidades principais do Brasil - Sergipe - Vertente Platina

---

  16. Comércio do Brasil - Estado do Pará - Vertente Amazônica

---

  17. Rio Grande do Norte - Sistema Guiano - Ilhas do Brasil

---

  18. Superfície do Piauí - Rio Amazonas - Língua, religião

---

  19. Alagoas - Produções - Rio Paraná

---

  20. Cordilheira oriental - Paraíba - Limites do Brasil

---

Ponto sorteado: Não encontrado

---

Aplicou prova: Ir. Maria da Conceição

---

Fonte: RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, 1944.



## ANEXO 8 – PROGRAMA OFICIAL PARA OS EXAMES DE ADMISSÃO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO

### Português

Leitura e interpretação de um trecho, de 24 a 30 linhas, de escritor nacional contemporâneo; esse trecho será tomado como base para que se interrogue o aluno sobre:

- a) vogais, consoantes, grupos vocálicos, grupos consonantais, sílaba, vocábulo, acento tônico, regras principais de acentuação gráfica;
- b) conhecimento geral das categorias gramaticais; análise léxica;
- c) exercícios sobre as flexões de gênero, número e grau;
- d) conjugação completa dos verbos regulares e dos auxiliares; noção do verbo defectivo;
- e) exercícios de sinônimos, antônimos e homônimos.

### Matemática

Número. Algarismos arábicos e romanos.

Numeração decimal: unidade das diversas ordens, leitura e escrita dos números inteiros.

Operações fundamentais sobre números inteiros. Prova real e prova dos nove.

Divisibilidade por 10,2,5,3 e 9.

Número primo. Decomposição de um número em fatores primos.

Máximo divisor comum.

Fração ordinária. Fração própria e imprópria. Número misto. Extração de inteiros.

Simplificação de frações e redução ao mesmo denominador. Comparação de frações.

Números decimais. Operações sobre números decimais.

Conversão das frações ordinárias em decimais e vice-versa.

Exercícios fáceis sobre expressões em que entrem frações ordinárias e decimais, para a aplicação das regras de conversão e das operações.

Noções do sistema métrico decimal. Metro; metro quadrado e metro cúbico; múltiplos e submúltiplos. Gramas; múltiplos e submúltiplos. Sistema monetário brasileiro.

Resolução de problemas simples sobre toda a matéria indicada.

### Geografia

Principais denominações dadas aos acidentes geográficos.

As partes do mundo. Os continentes e seus principais acidentes.

Forma da terra. Principais movimentos da terra. Eixo. Pólos. Equador. Paralelos. Trópicos. Círculos polares.

Noções sobre astros. Planetas. O Cruzeiro do Sul.

Pontos cardeais e colaterais. Orientação pelo nascer e pelo pôr do sol, pelo Cruzeiro do Sul e pela bússola.

Raças. Formas de Governo.

Países da América do Sul e suas capitais.

Países da América do Norte e suas capitais.

Países da América do Central e suas capitais.

Países da Europa e suas capitais.

Países da Ásia e África e respectivas capitais.

Limites do Brasil; baías, ilhas, portos, serras, lagos principais.

O Brasil; seu governo, população, raça e língua.

Estados do Brasil e suas capitais. O Distrito Federal e sua população. Os territórios.

**História do Brasil**

---

Descobrimto da América: Colombo.

---

Descobrimto do Brasil: Pedro Álvares Cabral.

---

As capitãias hereditárias e os três primeiros governadores gerais.

---

Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Fundação da cidade: Estácio de Sá.

---

Entradas e bandeiras: importância das bandeiras para a colonização e expansão do Brasil.

---

Inconfidência Mineira: Tiradentes.

---

Transmigração da família real para o Brasil: o progresso do país com D. João VI.

---

A Independência: D. Pedro I, José Bonifácio.

---

O Segundo reinado e D. Pedro II. Caxias.

---

A abolição do cativo: a princesa Isabel. José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

---

Proclamação da República: Deodoro, Benjamim Constant.

---

Governos Republicanos; o progresso do Brasil sob a República; a imigração estrangeira; o progresso da agricultura; a revolução de 1930.

---

Fonte: BRASIL. *Portaria nº 52* - 28 jan. 1946. Expede os programas de português, matemática, geografia e história do Brasil, para os exames de admissão ao curso comercial básico. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 12 fev. 1946. In: VIEIRA, Francisco de A. (Org.). *Legislação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957. p.268-270.

**ANEXO 9 - COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ NOS PRIMEIROS ANOS DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1943-1946)**

• **Corpo Docente: externo a Irmandade**

<b>PROFESSORES</b>	<b>FORMAÇÃO/REGISTRO/ ATIVIDADE PROFISSIONAL</b>	<b>DISCIPLINA LECIONADA: TÉCNICO</b>	<b>DISCIPLINA LECIONADA: BÁSICO</b>
ALBANO WOISKI	Redator revista Panorama (Coluna Educação)	Português	N.L. = Não lecionava neste curso
ALBERTO MONTEIRO FILHO	Contador Registro na Divisão do Ensino Comercial - D.E.C.	Contabilidade Comercial Contabilidade Mercantil Contabilidade Industrial e Agrícola Contabilidade Bancária	N.L.
ALDO SILVA	Advogado	Elementos de Economia História do Comércio, da Indústria e da Agricultura Prática do Processo Civil e Comercial Seminário Econômico Estatística Técnica Comercial e Processos de Propaganda	N.L.
ANA MÜLLER	Registro no Depto do Ensino Secundário- D.E.S.	N.L.	Desenho
ANTONIO GOSSNER		Matemática Financeira	N.L.
ARAN MACHADO	Registro D.E.C.	Merceologia	N.L.
ARYON NIEPCE DA SILVA	Advogado Registro D.E.S. Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (História Moderna e Contemporânea) Professor do Colégio Estadual do Paraná (História)	História do Comércio, Ind. e Agricultura Prática do Processo Civil e Comercial Prática Jurídica Geral Direito Constitucional e Civil Elementos de Economia Prática Jurídica Geral e Comercial Economia Política e Finanças	N.L.
ELIAS KARAM	Advogado Professor da Faculdade de Comércio do Paraná (Economia Política e Finanças, Seminário Econômico)	Economia Política e Finanças Seminário Econômico	N.L.
FANY CAPRARO	Diplomada pela Escola de Educação Física de Curitiba	N.L.	Educação Física
FERNANDO PUPPI	Médico	Física e Química	N.L.
GISELA PORTUGAL	Contadora Registro D.E.C.	Contabilidade Geral Merceologia e Técnica Merceológica	Caligrafia Prática de Escritório e Escrituração Mercantil

HOMERO DE BARROS	Advogado Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (História Antiga e Medieval)	Direito Comercial e Terrestre Técnica Comercial e Processos de Propaganda	N.L.
ILDEFONSO CLEMENTE PUPPI	Engenheiro Civil Registro D.E.S. Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia do Paraná (Higiene e Urbanismo); Professor Colégio Estadual do Paraná e Colégio Nossa Senhora de Lourdes (ambos, Matemática)	Matemática Matemática Comercial Matemática Financeira Estatística Contabilidade Mercantil	N.L.
JOÃO BATISTA ZAGONEL PASSOS	Advogado Guarda-Livro Registro D.E.S. Professor do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Latim e Português)	Português Legislação Fiscal Estenografia Mecanografia Merceologia e Técnica Merceológica	Datilografia Estenografia
JOÃO MAZZAROTTO	Registro D.E.S.	Português	Português
JOAQUIM BRITO DE LACERDA	Bacharel em Direito Registro D.E.C.	Técnica Comercial Legislação Fiscal Direito Comercial Terrestre	N.L.
JOSÉ ALEXANDRE DE MOURA NEGRINI	Médico Registro D.E.S.	Biologia	N.L.
JOSÉ CARLOS FIGUEIREDO		Registro D.E.S	Geografia Geral
LOURIVAL PORTELLA NATEL	Contador pela Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná Registro D.E.C. Funcionário do Banco Nacional de Comércio	Contabilidade Contabilidade Mercantil Contabilidade Industrial e Agrícola Contabilidade Bancária	N.L.
LUIZ STEFANO DE FARIA	Advogado Guarda-Livro Registro D.E.C.	Datilografia Direito Comercial e Terrestre Mecanografia	Datilografia
PARISINA MÜLLER		N.L.	Economia Doméstica
RUI LEAL	Medicina Registro D.E.S.	Física e Química	N.L.
THADEU JOSÉ KASPROWICZ	Advogado Contador Registro D.E.C.	Inglês Técnica Comercial e Processos de Propaganda	N.L.

Fontes: RELATÓRIOS DE VERIFICAÇÃO da Escola Técnica de Comércio São José: 1943, 1944, 1946 e 1956.

Continua...

• **Corpo docente: Irmandade**

<b>PROFESSORAS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>DISCIPLINA LECIONADA: TÉCNICO</b>	<b>DISCIPLINA LECIONADA: BÁSICO</b>
IR. ANA CAROLINA	Registro D.E.S	N.L.	Português
IR. ANA FRANCISCA	Registro D.E.S	N.L.	Francês
IR. FELÍCIA	Registro D.N.E.	N.L.	História Geral Matemática Geografia
IR. GABRIELA	Registro Depto Nacional de Educação – D.N.E.	N.L.	Francês Matemática Desenho
IR. HERMÍNIA GOMES	Registro D.N.E. e D.E.S	N.L.	Inglês Português Matemática História Geral Caligrafia
IR. MARGARIDA DE JESUS	Registro D.E.S	N.L.	Religião Canto Orfeônico Caligrafia Desenho
IR. MARGARIDA DO SAGRADO CORAÇÃO	Registro D.E.S.	N.L.	Religião Francês
IR. MARIA CELESTE	Registro D.N.E.	N.L.	Português Ciências Naturais Geografia Desenho
IR. MARIA DA CONCEIÇÃO	Registro D.E.S	N.L.	Geografia Geral Ciências Naturais
IR. MARIA DA EUCARISTIA	Registro D.N.E.	N.L.	Português Matemática História do Brasil Geografia
IR. MARIA JOSÉ	Diploma do Curso de Estenografia do Prof. Fernando Moreira Registro D.N.E.	Estenografia	Estenografia
IR. MARIA NELLY	Diploma de Datilografia da Casa Pratt Registro D.N.E.	Mecanografia	Português Mecanografia Datilografia
IR. MARIA OLGA	Bacharel em História e Geografia – Faculdade de Ciências e Letras do Paraná	N.L.	Religião Matemática História do Brasil História Geral Geografia Geral Geografia do Brasil
IR. OMBELINA	Registro D.N.E.	N.L.	Geografia Ciências Naturais História da Civilização
IR. PAULA	Registro D.N.E. e D.E.S	N.L.	Português Matemática Geografia Ciências Naturais
IR. SANTA CLARA	Registro D.E.S.	N.L.	Religião Português Inglês

Fontes: RELATÓRIOS DE VERIFICAÇÃO da Escola Técnica de Comércio São José: 1943, 1944, 1946 e 1956.

## ANEXO 10 - ANUIDADES DOS CURSOS COMERCIAIS NO PRIMEIRO QÜINQÜÊNIO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ

- **Curso Comercial Básico:**

Anuidade	1943*	1944	1945	1946	1947
1º ano	480,00	480,00	480,00	550,00	600,00
2º ano	535,00	535,00	535,00	590,00	640,00
3º ano	590,00	590,00	590,00	645,00	690,00
4º ano	X	635,00	---	700,00	750,00

\*Curso propedêutico, com 3 séries de curso.

- **Curso Contador:**

Anuidade	1943	1944	1945	1946	1947
1º ano	685,00	---	---	---	---
2º ano	710,00	710,00	---	810,00	---
3º ano	765,00	765,00	820,00	870,00	870,00

- **Técnico em Contabilidade:**

Anuidade	1944	1945	1946	1947
1º ano	710,00	710,00	760,00	760,00
2º ano	765,00	765,00	---	815,00
3º ano	820,00	820,00	---	---

### OBSERVAÇÃO:

Moeda corrente na década de 1940 e de 1950 = cruzeiro

### CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Anuidade paga na totalidade ou a taxa de matrícula mais a primeira prestação em fevereiro e as demais dez prestações dentre os meses de março a dezembro.

Fonte: REGIMENTO INTERNO. Instituto Comercial São José. Curitiba, 1943. (Capítulo VIII – Taxas e contribuições)

## **ANEXO 11 - DEPOIMENTO DE VICTÓRIA<sup>1</sup>: ALUNA EGRESSA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SÃO JOSÉ**

Na verdade eu queria fazer o curso colegial (termo da época), mas aí, meu pai achava que eu deveria continuar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajuru), onde eu sempre havia estudado. Minhas amigas iam fazer o curso normal no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (nome atual da Escola Normal). Assim, fui também para lá. Passei a morar no Colégio São José como pensionista. Minha família, na época, estava morando no interior do Paraná. Como pensionista do colégio, as irmãs logo me convidaram para ingressar no curso de contabilidade que estava sendo criado, eu concordei. Só isso. Por que? Talvez, porque vigia a idéia de que as moças deveriam ter um diploma para, “se um dia precisassem trabalhar”, poderiam apelar para o diploma. Este era então visto como um cheque em branco. Mercado de trabalho não era a maior preocupação, o importante era namorar e casar.

Não me parece que, na época, o curso de contabilidade fosse o carro chefe do Colégio São José. O Colégio era mais conhecido como pensionato para moças. O curso de contabilidade não tinha grande projeção e as alunas eram poucas. Os professores, hoje eu posso dizer, eram bons professores. Muito sérios. Os recursos disponíveis eram o giz e o talento. Um Professor, em especial, era figura de destaque: o Professor Ildefonso Puppi. Quanto à integração com a comunidade, não havia. Essa filosofia, de modo geral, só prosperou mais tarde.

O controle da freqüência no curso de contabilidade era mais ou menos elástico, mas também não havia abusos. Tudo era muito tranqüilo. O grande rigor das freiras do Colégio São José era em relação á entrada das pensionistas: 18 horas e ponto final. Não havia controle em relação à religião. A turma que se formou em 1945 no Colégio São José, era muito pequena.

De 1945 a 1950, tive muita vontade de fazer uma faculdade, mas existia um empecilho (horrível!). Tanto o curso normal como o de contabilidade eram cursos “finalizantes”. Não davam direito a que se candidatasse ao ingresso em curso superior. Para isso era exigido o curso “colegial”.

Em 1950 casei e fui morar numa cidade do interior de São Paulo. Passaram-se 14 anos. Eu, dona de casa e leitora impertinente que sempre fui, continuava assim. Fiz alguns cursos, de pintura, piano etc... Lia em média 3 livros por semana (romances). Fazia parte do Clube do Livro (uma saída, dada à falta de bibliotecas). Pensei em dar aulas na cidade em que

---

<sup>1</sup> Nome fictício. A não identificação é a pedido da depoente, aluna egressa da primeira turma do curso de Contador (1943) da Escola Técnica de Comércio São José. Depoimento concedido via *internet*, em 12 de fevereiro de 2005.

morava, mas o curso normal do Paraná não era reconhecido no Estado de São Paulo. Exigia-se adaptação. Tive dois filhos. A cidade em que morava era pequena, mas as pessoas eram dinâmicas e quase todas as mulheres (da minha geração) trabalhavam fora do lar, a maioria era professora.

Em 1959, foi criada, na cidade, uma Faculdade de Letras - uma escola modelo - tempo integral para alunos e professores. Nesse momento, já havia sido revogada a lei que impedia o ingresso em curso superior para os que tivessem diplomas de curso normal ou de contabilidade. Contudo, eu ainda não havia adquirido a coragem de enfrentar um vestibular (eliminatório). Passaram-se mais alguns anos e fui fazer parte da segunda turma de outro curso recém-criado. Foi um curso muito especial. Fiquei na Faculdade como instrutora voluntária, e depois fui contratada por concurso público. Fiz doutorado direto na USP, viajei com bolsa de estudos duas vezes para a Europa (Portugal e Inglaterra). Fiz Livre Docência, concurso público para Professor Titular (História), tenho quatro livros publicados. Aposentei-me em 1995. Fui dar aulas em curso de pós-graduação de uma Faculdade particular na cidade de São Paulo. Lá trabalho até o presente momento, 2005.



